

Instituto Sedes Sapientiae

Conselho de Direção do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae – gestão 2008/2010

Ana Maria Sigal Rosenberg (Grupos de Formação Contínua), Heidi Tabacof (Relações Internas e Representante do Departamento no Núcleo de Departamentos), Leonor Rufino (Eventos), Maria Antonieta Whately (Administração e Tesouraria), Maria Aparecida Kfoury Aidar (Relações Externas), Maria Elisa Pessoa Labaki (Publicações), Maria de Fátima Milnitsky (Transmissão e Pesquisa), Maria Marta Assolini (Clínica), Marli Ciriaco Vianna (Cursos), Rita Cassia Cardeal (Representante da Comissão de Admissão)

Percursos

REVISTA DE PSICANÁLISE: ANO XXI: JUNHO DE 2009

Conselho Editorial

Camila Salles Gonçalves, Eliana Borges Pereira Leite, Leda Maria Codeço Barone, Lilian Quintão, Mania Deweik, Maria Elisa Pessoa Labaki

Grupo Administrativo

Zulmira M. Montiel e Eva Wongtschowski

Grupo de Entrevistas

Andréa Carvalho Mendes de Almeida, Bela M. Sister, Danielle Breyton, Renata Politi, Silvio Hotimsky, Susan Markuszower

Grupo de Debates

Suzan Markuszower e Gisela Haddad

Conselho Editorial de Resenhas

Camila Salles Gonçalves, Darcy Haddad Daccache, Mania Deweik, Maria de Lourdes Caleiro Costa (coordenadora), Rubia Delorenzo, Sergio Telles

Conselho Científico, Consultores *ad hoc*

Abrão Slavutzky (Porto Alegre), Ana Cecília Carvalho (Universidade Federal de Minas Gerais), Ana Helena Stahl (Paris), Arthur Nestrovsky (São Paulo), Benny Lafer (Universidade de São Paulo), Daniel Orlievsky (Universidade de Buenos Aires), David Levisky (Sociedade de Psicanálise de São Paulo), Dominique Fingermann (Escola de Psicanálise dos Fóruns do Campo Lacaniano), Elias M. da Rocha Barros (Sociedade de Psicanálise de São Paulo), Gilda Sobral Pinto (Sociedade de Psicanálise da Cidade do Rio de Janeiro), Heitor O'Dwyer de Macedo (Quatrième Groupe), Inês Marques (Société Psychanalytique de Paris), João A. Frayze-Pereira (Universidade de São Paulo), Joel Birman (Universidade Estadual do Rio de Janeiro), Luís Celes (Universidade de Brasília), Luís Cláudio Figueiredo (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo), Luiz Eduardo Prado de Oliveira (Quatrième Groupe), Marcelo Marques (Association Psychanalytique de France), Marcia Neder Bacha (Universidade Federal do Mato Grosso do Sul), Maria Helena Fernandes (Instituto Sedes Sapientiae), Maria Rita Kehl (Associação Psicanalítica de Porto Alegre), Marlise Bassani (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo), Nélson Coelho Jr. (Universidade de São Paulo), Purificación Barcia Gomes (Instituto Sedes Sapientiae), Rosine Perelberg (British Psychoanalytic Society), Urania Tourinho Peres (Colégio de Psicanálise da Bahia)

Linha editorial

Percursos é publicada pelo Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae. É uma revista científica dedicada ao avanço dos conhecimentos psicanalíticos em suas vertentes clínica, teórica, metodológica e epistemológica. Visando a estimular o debate entre as várias correntes da Psicanálise, aceitamos trabalhos de todas as orientações, tanto de membros do Departamento quanto de colegas de outras instituições brasileiras e estrangeiras. Pautamo-nos por um ideal exigente de qualidade científica, literária e estética, pela abertura às inovações consistentes, pelo respeito à complexidade da vida psíquica e dos fenômenos socioculturais, pela recusa do dogmatismo, da intolerância e dos reducionismos, pelo diálogo com as áreas conexas. Acreditamos que o pensamento crítico contribui para libertar o espírito das amarras que o prendem à ignorância e ao sofrimento. Como disse Freud, "a voz da razão é suave, mas termina por se fazer ouvir".

Digitação de originais

Angela Maria Vitorio • Tel.: (11) 9705-2916 • angela.vitorio@uol.com.br

Revisão

Simone Zaccarias • Tel.: (11) 9897-1362 • simonezac@yahoo.com.br

Projeto e produção gráfica

Sergio Kon • A Máquina de Ideias • Tel.: (11) 3062-6086 • amaquina@aclnet.com.br

Assinaturas

Jessica Janete da Silva, Regiane Montiel • Tel./Fax: (11) 3816-3780

Capa

Daniel Pereira Leite Palenewen. *Sem título*. Fotografia. Chefchaouen, Marrocos, 2008 • dependedopontodevista.blogspot.com

Coordenação editorial / Recepção de originais para publicação

Renato Mezan • Rua Amália de Noronha, 198 • 05410-010 São Paulo • Tel./Fax: (11) 3081-4851

Grafia atualizada segundo o Novo Acordo Ortográfico.

Sítio na Internet: www.uol.com.br/percurso • e-mail: percurso@uol.com.br

Percursos é indexada em *Psychoanalytic Abstracts*, Washington, D.C., USA.



Instituto Sedes Sapientiae

R. Ministro de Godoy, 1484

05015-900 São Paulo SP

Tel.: (11) 3866-2730

Secretário dos Departamentos:

Juliano Pedrosa Chrisostomo

deptodepsicanalise@sedes.org.br



Gráfica e Editora Santuário

Rua Pe. Claro Monteiro, 342

12570-000 Aparecida SP

Tel.: (12) 3104-2000

Fax: (12) 3104-2036

0800-16-00-04

O erro

Percurso 42

REVISTA DE PSICANÁLISE: ANO XXI: JUNHO DE 2009

Sumário

Table of contents

3 Sumário
Table of contents

7 Editorial
Letter from the editors

TEXTOS PAPERS

9 O retorno do hereditário em Psicanálise: dimensões axiológicas das escolhas epistemológicas 3
The return of heredity in Psychoanalysis: axiological aspects of epistemological choices
Hélène Tessier

19 Não somos, jamais, suficientemente analistas
We are, never, enough psychoanalysts
Janete Frochtengarten

27 A *Methodik*: um embaraço na escrita de Freud
The Methodik: an embarrassment in Freud's writing
Fernando Aguiar

43 Um lugar na contramão: movimentos regressivos para o analista...
A path against the flow: regressive movements for the psychoanalyst...
Sérgio Zlotnic + Marília Marra de Almeida +
Nelson da Silva Jr.

57 Tentativa e erro na escuta do infantil
Trial and error when listening to the infantile
Marion Minerbo

- 67 O erro como desvelamento e limite
Error as unveiling and limit
Maria Lucia Homem
- 75 Considerações sobre o erro no barroco
Remarks on the Baroque conception of error
Maria de Lourdes Caleiro Costa
- 83 O erro e o método proustiano
Error and Proust's method
Alexandre Bebiano de Almeida
- 89 Erro necessário: uma construção clínico-ontológica da Teoria dos Campos
Necessary error: a clinical-ontological construction in the Fields Theory
Leda Herrmann
- 95 A capacidade de errar
The capacity to commit mistakes
Sylvia Loeb
- 101 O escorpião e a tartaruga: o conceito de erro necessário levado às últimas consequências
The scorpion and the tortoise: The concept of necessary error taken to its last consequences
Fernanda Sofio
- 107 A clínica no início da formação: a experiência de uma rede de atendimento psicanalítico
Practice in the beginning of training: the experience of a network of psychoanalytic care
Lia Pitliuk

ENTREVISTA

INTERVIEW

- 117 Jean-Bertrand Pontalis
Na borda das palavras
On the edge of words

DEBATE

DEBATE

139

Psicanálise: uma leitura da condição humana
Psychoanalysis: a reading of the human condition
Benilton Bezerra Junior + Luis Claudio Figueiredo +
Luis Hornstein

LEITURAS

BOOK REVIEWS

147

A ventura de seguir a aventura com Marco Velloso
e Marilucia Meireles [*Seguir a aventura de Enrique
Pichon-Rivière: uma biografia*]
*The venture of following the adventure with Marco
Velloso and Marilucia Meireles*
Cecília Luiza Montag Hirschzon

151

A psicanálise no divã [*A dor que emudece –
a travessia clínica de Louis Althusser*]
Psychoanalysis on the couch
Aida Ungier

5

156

A psicanálise entre o belo e o feio [*Beleza, feiura e
psicanálise*]
Psychoanalysis between the beautiful and the ugly
Betty Fuks

161

Um compromisso com o futuro da Psicanálise
[*Ensaio sobre o dom*]
A commitment to the future of Psychoanalysis
Gláucia Peixoto Dunley

170

Um copo vazio está cheio de ar. Sobre o teste de
realidade em Freud [*Freud e o teste de realidade*]
An empty glass is full of air. On the test of reality in Freud
Maria Elisa Pessoa Labaki

173

A esperança como condição ética para o surgimento
do sujeito [*Adolescentes – estados-limite. A instituição
como aprendiz de historiador*]
Teenagers in borderline states
Maria Laurinda Ribeiro de Souza

- 177 Desconstruindo o conceito de religião [*A religião – o seminário de Capri*]
Deconstructing the concept of religion
Sérgio Telles
- 185 A incógnita masculina: o y da questão [*Généalogie du masculin*]
The male unknown: the y of the question
Nayra Cesaro Penha Ganhito
- 189 O ser interior: uma natureza não sensorial [*O ser interior na Psicanálise: fundamentos, modelos e processos*]
Inner being: a non-sensorial type of entity
Flávio Carvalho Ferraz
- 192 O status do pai na psicanálise: um debate travado a partir da clínica contemporânea [*O esquecimento do pai*]
The status of the father in Psychoanalysis: a debate starting from contemporary clinic
Luiz A. Calmon Nabuco Lastória
- 197 Em defesa de uma certa porosidade [*Borderline, uma outra normalidade*]
On behalf of a certain porosity
Elisabeth Antonelli
- 201 Colaboradores deste número
Contributors to this issue
- 203 Normas para envio de artigos e resenhas
Rules for contributors
- 205 Onde encontrar *Percurso*
Where to find Percurso
- 207 Para assinar *Percurso*
How to subscribe to Percurso

Editorial

Este número de Percurso é temático. Enviamos uma carta a todos os leitores da revista, convocando-os a escrever a respeito do tema *O erro*. Para nossa (grata) surpresa, os artigos que foram chegando abordaram o erro nos mais diversos vieses dentro do campo psicanalítico, e dois deles na literatura. Em que medida a noção de erro pode ser assimilada à Psicanálise? O erro é necessário? O erro é estratégico? É errância? Poesia? Vagar? Conceber a utilidade do erro é errar?

Livre do julgamento de verdadeiro ou falso, o inconsciente psicanalítico da realidade psíquica é o lugar em que a equivocidade dos sentidos revela também sua verdade. O ato falho é um ato de sucesso, como lembra uma autora na afirmação de Lacan. Nele se encontram paciente e analista de frente com o material inconsciente, cujo entendimento, ainda que não aspire à verificação, solicita trabalho de interpretação. Na fala das históricas, nos sonhos, nos lapsos, é neles que o *lixo* do pensamento, sobras ou cacos, esses produtos do engano, são reciclados pelo trabalho errante da associação livre e transformados, a partir da escuta criativa, noutras narrativas ficcionais.

Já em relação aos ajustes do método clínico praticados nos espaços de formação, as referências sobre erro e acerto revelam-se ferramentas técnicas necessárias para a afinação da escuta. Como escreve outra autora, um diagnóstico transferencial equivocado leva o analista ao erro no processo de condução de um tratamento. Por outro lado, se é errando que o analista constrói às vezes um diagnóstico transferencial preciso, trata-se de reconhecer que a relação paradoxal entre as

noções de erro e acerto supera em psicanálise o sinal, tão bem-vindo no método científico das luzes, de oposição entre elas.

Se este número também se propõe a colocar a questão da *verdade*, dá margem a que se revise a problemática da *verdadeira* (e da *falsa*) *psicanálise*. Discussão epistemológica que pode levar a sérios desdobramentos de caráter

institucional. Pois a questão da verdade e da mentira, do acerto e do erro, por princípio, deve permanecer sempre em estado de suspensão. Como artista do ouvir, cabe ao analista acolher o extraordinário e o miraculoso que são narrados de forma a permitir a interpretação, o erro, o espanto e a reflexão.

Boa leitura!

In memoriam

Pouco depois de fecharmos esta edição, chegamos a notícia do falecimento de Isaias Melsohn. Que a integridade pessoal e a originalidade do pensamento deste notável psicanalista, que muito contribuiu para a consolidação do Curso de Psicanálise, nos sirva de inspiração e de exemplo.

Aos que desejam conhecer um pouco de sua obra, recomendamos os números 15, 18, 28 e 35 de *Percurso*, nos quais foram publicados textos acerca dela.

O retorno do hereditário em Psicanálise

dimensões axiológicas das escolhas epistemológicas

Hélène Tessier

Resumo Este artigo examina de modo crítico a posição de I. Grubrich-Simitis sobre a hipótese filogenética de Freud, apresentada por ela como uma via de reconciliação entre teoria das pulsões e teoria do trauma, na gênese da pulsão sexual. O artigo demonstra como, ao contrário, a teoria da sedução generalizada elaborada por Jean Laplanche permite situar o trauma na origem da pulsão sexual, sem negligenciar nenhum traço fundamental do inconsciente dinâmico, nem se referir à hipótese filogenética, a qual apresenta numerosos escolhos sobre os planos epistemológico e axiológico.

Palavras-chave teoria das pulsões; teoria filogenética; origem do inconsciente sexual; teoria da sedução generalizada; hipótese tradutiva do recalque; ancoragem social do mito.

Tradução Luís Maia e Fernando de Andrade.

Luís Maia é professor titular aposentado do Departamento de Psicologia da UFPB e sócio fundador da Sociedade Psicanalítica da Paraíba. Autor de numerosos artigos. Nas últimas *Journées Jean Laplanche*, em Lanzarote, nas quais Hélène Tessier apresentou o presente texto, apresentou “O recurso à filogênese em Freud”.

Fernando de Andrade é professor doutor do Centro de Educação da UFPB; sócio da Sociedade Psicanalítica da Paraíba; também se fez presente às últimas *Journées Jean Laplanche*.

Percurso agradece aos professores Luís Maia e Fernando de Andrade a cuidadosa tradução e revisão do presente texto.

Hélène Tessier é psicanalista canadense, membro da Société Canadienne de Psychanalyse, professora do Programa de Estudos de Conflitos na Université Saint-Paul, em Ottawa, professora convidada de psicanálise da École de psychologie da Université Paris 5, em 2007, autora de *La psychanalyse américaine* (PUF, 2005).

Este texto, juntamente com “Le retour de l’héritaire”, de Friedl Fruh, constituiu-se no relatório preliminar das *Journées Internationales Jean Laplanche*, realizadas de 24 a 26 de julho de 2008, em Lanzarote, sob o tema de “La phylogénèse”.

1 “Trauma ou pulsão – pulsão e trauma: reexame da questão”.

2 J. Laplanche, *Entre séduction et inspiration: l’homme*, p. 69.

No artigo intitulado *Trauma oder Trieb – Trieb und Trauma: Wiederbetrachtet*¹, Grubrich-Simitis expõe de maneira notável as ligações, na obra de Freud, entre a teoria das pulsões e a teoria filogenética. Desse ponto de vista, seu artigo constitui uma importante contribuição para a compreensão das relações entre as diferentes concepções do inconsciente sexual no pensamento freudiano. Essas diferentes concepções – testemunhando, aliás, de influências distintas – confluíram todas, no entanto, para a concepção genética, tornada eventualmente preponderante na teoria de Freud.

Como demonstrou Laplanche², a concepção genética define o inconsciente como um fenômeno primário, pré-existente ao recalque individual. Ela encontra-se sob três formas principais, que se situam respectivamente no fundamento das principais correntes pós-freudianas: a linhagem psicológica, segundo a qual tudo o que é consciente foi inicialmente inconsciente; a linhagem biológica, segundo a qual o inconsciente, é o reservatório das pulsões; e a linhagem filogenética, que postula a existência de conteúdos originários do inconsciente. Qualquer que seja a forma adotada, a concepção genética conduziu a psicanálise, segundo Laplanche, por caminhos que a afastaram consideravelmente de sua descoberta fundamental. Guiou-a, com efeito, no sentido da recentração do sujeito e incitou-a a abandonar o que constituía sua especificidade: a afirmação da alteridade do inconsciente, a violência conflituosa de suas relações com o eu e a resistência que opõe a toda a lógica do sentido e da comunicação.



*o artigo de Grubrich-Simitis tem
o grande mérito de inserir a hipótese
filogenética de Freud no seu contexto*

O artigo de Grubrich-Simitis trata das relações entre teoria da pulsão e teoria do trauma e explica por que não se constituem em teorias opostas. Apoiando-se sobre o manuscrito não publicado de um ensaio metapsicológico de Freud, redigido em 1915, *Übersicht der Übertragungneurose*³, dá conta das primeiras tentativas de Freud de unificar suas duas teorias pelo recurso ao conceito de “fantasia filogenética”. Assim, com grande clareza e uma rigorosa precisão, o artigo de Grubrich-Simitis expõe como Freud, além de buscar a etiologia das neuroses no recalque, nos contrainvestimentos defensivos e na parada do desenvolvimento psicosssexual, atribuía uma parte importante a uma outra disposição que, entre outras coisas, devia, segundo ele, ser igualmente levada em consideração para dar conta das afecções narcísicas. Tratava-se do fator filogenético. Esse fator, tal como o desenvolve no ensaio inédito de 1915, consistia precisamente numa disposição hereditária ligada à inscrição corporal de uma fantasia, tendo por fonte acontecimentos realmente ocorridos numa época originária.

As mudanças climáticas da era glacial teriam provocado modificações radicais nas condições de vida dos homens desse tempo e os teriam constrangido a modificar suas reações afetivas e seus hábitos sexuais, alterando, assim, as capacidades do seu eu. Nesse contexto, teria sobrevivido uma série de acontecimentos violentos na forma arcaica de organização social: para se assegurar do comando do grupo e do direito de dispor das mulheres, o pai da horda primitiva castrava os filhos que, organizados em clã homossexual, teriam matado o pai originário. A lembrança desses acontecimentos reais, retransmitidos por diversas mediações, teria constituído em engrama, hereditariamente

transmitido aos homens modernos, o que explicaria tanto a constância do conteúdo das fantasias pulsionais quanto seu caráter fortemente enraizado e sua força de convicção⁴.

O artigo de Grubrich-Simitis tem o grande mérito de inserir a hipótese filogenética de Freud no seu contexto e de restabelecer a ligação que essa hipótese mantém com a teoria das pulsões. Com efeito, é preciso sublinhar que a imprecisão teórica que envolve hoje os conceitos de pulsões e de inconsciente sexual favorece um uso difuso de noções como o Édipo, a castração, o assassinato do pai, sem que sua relação com a teoria das pulsões seja sempre assimilada. Convém lembrar, em consequência, que a teoria das pulsões implica a da fantasia: segundo Freud, a pulsão é uma entidade que age na fronteira do corpo e da alma, uma quantidade de trabalho imposta à alma pelo corpo. No entanto, para que a pulsão aja sobre a alma, deve passar por um representante psíquico, o *representante-representação*⁵ que, na teoria freudiana, ora é definido como um grupo de representações sobre o qual a pulsão se fixa na história do sujeito, ora como fantasias ditas originárias, de alcance universal, que pré-existem à história individual. É pelo conceito de representante-representação que a hipótese filogenética vem inscrever-se na teoria das pulsões, na medida em que a disposição hereditária postulada por Freud daria conta do conteúdo das fantasias originárias. A teoria das pulsões atribui, assim, dois tipos de ancoragem interna à pulsão: uma ancoragem somática, sob a forma das zonas erógenas e dos estágios de desenvolvimento psicosssexual, e uma ancoragem genética, sob a forma dos conteúdos originários dos representantes-representação da pulsão.

Ainda que Freud não tenha publicado seu ensaio metapsicológico de 1915 sobre o fator filogenético, ele ocupa, todavia, um lugar significativo no conjunto de sua obra. Grubrich-Simitis identifica as quatro principais etapas de seu desenvolvimento: a “lição 23” da *Introdução à psicanálise*, *O homem dos lobos*, *Além do princípio de prazer* e, enfim, sob uma forma mais direta, *O homem Moisés e Totem e tabu*. Nesses textos Freud coloca

em evidência a importância do fator interno na etiologia da neurose, sublinhando que esse fator também pode ser atribuído a fontes hereditárias, tendo sua origem nas experiências traumáticas vividas pela humanidade num estágio originário. Segundo ele, as fantasias de ameaças de castração ou de sedução corresponderiam a acontecimentos vividos por ancestrais longínquos, fantasias cuja perenidade teria sido assegurada pela transmissão transgeracional. A importância da cena primitiva, por exemplo, decorreria do eco que ela encontra numa rede de esquemas representacionais reunidos filogeneticamente. Paralelamente, elaborando a hipótese metabiológica da pulsão de morte, Freud reforça a importância do fator interno nas afecções tanto neuróticas quanto psicóticas. Nessa perspectiva, o transbordamento pulsional torna-se ele mesmo traumático e a pulsão é, em si, um trauma. Enfim, n’O *homem Moisés* e em *Tôtem e tabu*, a parte da disposição filogenética e das fantasias originárias hereditárias torna-se preponderante. Freud desenvolve aí a ideia segundo a qual as religiões e as fantasias patogênicas podem ser reduzidas a seus conteúdos pré-históricos, tais como a castração e o assassinato do pai. Nesse momento, Freud não mais considera a transmissão transgeracional unicamente como produto de uma inscrição no corpo, mas também como resultado da mediação simbólica da linguagem, que assegura a transmissão de uma geração à outra⁶.

No seu artigo, Grubrich-Simitis sublinha, igualmente, um outro aspecto do pensamento freudiano que acompanha o desenvolvimento da hipótese filogenética. No plano da ontogênese, a hipótese permite-lhe ampliar a noção de trauma e incluir aí não somente os ataques de origem sexual, como concebia na sua teoria da sedução, mas igualmente os acontecimentos de ordem agressiva e as feridas narcísicas precoces, inclusive as modifi-

3 Traduzido como *Neuroses de transferência: uma síntese* e sobre o qual Grubrich-Simitis já tinha escrito um outro artigo em 1987.

4 Grubrich-Simitis, *op. cit.*, p. 641, 643.

5 J. Laplanche e J.-B. Pontalis, *Vocabulaire de la psychanalyse*, p. 412.

6 Grubrich-Simitis, *op. cit.*, p. 647-8.

7 Sobre essa questão, ver também o texto de Friedl Fruh, “Die Wiederkehr des Hereditären”, 2007, traduzido pela autora como “Le retour de l’héréditaire”.

»
no plano da ontogênese,
a hipótese permite-lhe ampliar
a noção de trauma

cações que provocam no eu. Ela lembra igualmente que, mesmo que Freud nunca tenha ocultado os fatores externos na etiologia da neurose, considerava-os evidentes e temia que uma ênfase demasiada sobre eles fizesse perder de vista as complexidades da metapsicologia e o papel primordial que a psicanálise atribuía à fantasia e ao ataque pulsional interno.

Segundo Grubrich-Simitis, o interesse de lembrar a importância da fantasia filogenética em psicanálise consiste em ultrapassar a oposição entre teoria da pulsão e teoria do trauma, para dar conta da etiologia das perturbações psíquicas, quiçá, da constituição da *psiqué* humana. A origem traumática que Freud atribui às fantasias originárias hereditariamente transmitidas permitiria, a seu ver, unificar essas duas teorias e reafirmar a importância da fantasia em psicanálise. Lembra que, nesta disciplina, o fator externo não deve nunca ser encarado independentemente do tratamento que lhe impõe o sujeito por meio da fantasia. Por isso, inquieta-se com o desinteresse que encontra, na psicanálise contemporânea, a metapsicologia freudiana, assim como o abandono, mais ou menos confessado, do fator endógeno para dar conta das afecções psíquicas, e deplora a atenção quase exclusiva doravante prestada à técnica terapêutica e, em particular, aos avatares da relação, dita real, entre analista e analisando.

* * *

Ainda que as inquietações de Grubrich-Simitis – para quem a psicanálise contemporânea acentuaria, de modo mais ou menos unidimensional, os acontecimentos traumáticos – pareçam legítimas, é surpreendente que, por um lado, seu artigo faça total abstração da teoria de Laplanche⁷, que constitui, atualmente, a teoria mais



*a sexualidade infantil não pode
provir de uma fonte endógena,
mas tem origem no outro*

radical sobre a origem traumática da pulsão⁸, e que, por outro lado, silencie sobre a dimensão axiológica da hipótese filogenética. Ele também não aborda os problemas que colocam, em psicanálise, as concepções de pulsão que acentuam o fator inato, tanto hereditário quanto constitucional, inclusive em Freud.

Laplanche examinou a questão da especificidade da psicanálise e de sua contribuição cultural na perspectiva da revolução copernicana. Retomando as três feridas narcísicas que, segundo Freud, a história das ideias teria infligido à humanidade – feridas das quais a psicanálise representaria a terceira – sublinha a ambiguidade dos dois primeiros exemplos escolhidos por Freud, no caso, as teorias de Copérnico e de Darwin. Essas duas teorias prefiguram, segundo Laplanche, a tentação constante da psicanálise de reunificar, sob seus atributos psicológicos e biológicos, um sujeito que, no entanto, ela tinha contribuído para dividir. Com efeito, Freud afirmava que a psicanálise confrontava o homem ao fato, penoso de admitir, que o eu não era o dono da própria casa. Nessas condições, o elemento consciente, o livre arbítrio, a racionalidade, não ocupavam o lugar central que lhes tinham, até então, reservado: o homem era, talvez, um animal menos razoável do que se havia acreditado e talvez não fosse simplesmente o coração que tivesse razões que a razão ignorava. A psicanálise inscrevia-se, conseqüentemente, na linhagem dos grandes avanços científicos que tinham desalojado o homem do centro do universo: a cosmologia de Copérnico e o evolucionismo de Darwin.

Todavia, como Laplanche o faz notar, o fato de associar a psicanálise ao darwinismo e à cosmologia copernicana, no intuito de ilustrar o movimento de descentração do sujeito que ela presumidamente teria operado, comporta um

aspecto, no mínimo, equívoco. A teoria copernicana, com efeito, também inspirou a revolução kantiana na metafísica. Mesmo que não traduza o conjunto do pensamento de Kant, esta última está na origem do conceito de subjetividade psicológica, que ela concorreu para consagrar no papel central das teorias do conhecimento, das quais se conhece a importância na psicanálise de hoje em dia. Por outro lado, o darwinismo, ainda que também se possa admitir que procede de uma forma de descentração biológica, teve, no entanto, por principal efeito, reafirmar o lugar do homem no interior da “ordem do vivente”⁹, tendência que, também ela, está fortemente representada na psicanálise contemporânea. A inscrição da Psicanálise nas linhagens copernicana e darwinista anunciava assim a dificuldade, se não a incapacidade, que a Psicanálise conheceria de sustentar seu próprio projeto de descentração do sujeito, de permanecer uma verdadeira metapsicologia e de manter a distinção entre realidade psíquica e realidade psicológica. Como demonstra, de modo eloquente, o artigo de Grubrich-Simitis, o próprio Freud cedeu grandemente à sua atração pelo fator genético, tanto sob a forma somática da origem endógena das pulsões quanto sob a forma filogenética dos conteúdos originários do inconsciente.

* * *

Segundo Laplanche, o verdadeiro movimento copernicano da psicanálise consiste na afirmação de que, do ponto de vista sexual, o ser humano está desde o início centrado sobre o outro, que “gravita em torno do outro”¹⁰. Noutros termos, a sexualidade infantil, no que concerne à psicanálise, não pode provir de uma fonte endógena, mas tem origem no outro, no caso, nos adultos concretos e históricos que cuidam da criança. A teoria da sedução generalizada e a hipótese tradutiva do recalque, de Laplanche, situam-se, assim, na linhagem do trauma e da teoria da sedução de Freud. Além disso, como o sexual infantil constitui, segundo Laplanche,

o objeto de estudo específico, se não exclusivo, da psicanálise, a teoria da pulsão não procede, para ele, de uma concepção relacional. Está, ao contrário, estreitamente ligada às noções de mensagem, de fantasia e de recalque. Segundo Laplanche, o inconsciente, como categoria específica da sexualidade humana, constitui-se no quadro da *situação antropológica fundamental*, a qual implica a presença simultânea de um adulto, dotado de um inconsciente sexual, e de uma criança que, na origem, não o tem¹¹. Este *primeiro motor imóvel* da transmissão da sexualidade – imóvel porque necessita de um momento fixado no tempo e no espaço – define-se pelo caráter assimétrico da relação adulto/criança, assimetria resultante da presença de um inconsciente no adulto, enquanto a criança ainda não o tem. Nessa situação, as mensagens de ternura, de cuidado ou de qualquer outra ordem, endereçadas consciente ou pré-conscientemente pelo adulto à criança, são necessariamente comprometidas pelo inconsciente sexual do adulto.

Tais mensagens, de essência traumática, são eventualmente objeto de uma tentativa de tradução pela criança. Essa tentativa sobrevém quando o traumatismo de partida transforma-se em autotraumatismo e provoca o recalque. A teoria de Laplanche insiste na etapa do recalque originário como resultado desse primeiro processo de tradução. O recalque originário estabelece a divisão da alma entre o pré-consciente e o inconsciente, entre o eu – que engloba o que, a partir da mensagem enigmática do outro, pode ser traduzido – e o isso, constituído dos restos de mensagens não traduzidos. O isso, com efeito, é formado pela parte comprometida da mensagem do adulto, a que escapa à tradução pela criança e se encontra na

8 *Le fourvoisement biologisant de la sexualité chez Freud; Le primat de l'autre en psychanalyse; Entre séduction et inspiration: l'homme; Biologisme et biologie, Problématiques VII; Trois acceptions du mot inconscient, Psychiatrie Française.*

9 J. Laplanche, *Le primat de l'autre...* p. xxxii; *Biologisme et biologie, Problématiques VII*, p. 143.

10 J. Laplanche, *Entre séduction et inspiration...*, p. 231.

11 J. Laplanche, *Le primat de l'autre...*, p. 333.

12 J. Laplanche, *Entre séduction et inspiration...*, p. 286, nota 40.

»
a teoria de Laplanche insiste
na etapa do recalque originário

alma sob a forma de *significantes dessignificados* que se fazem conhecer à alma fixando-se a fantasias, já numa forma mais ligada. Essas fantasias tornam-se, então, os representantes da pulsão que, doravante, ataca o eu do interior.

Constata-se, pois, que a teoria de Laplanche, mesmo postulando a origem traumática da pulsão, não atenua em nada o papel da fantasia e do tratamento interno do que provém do outro. Ao contrário, reforça, de uma dupla maneira, a especificidade da perspectiva de abordagem da psicanálise. Por um lado, situa os fatos que marcam a vida da criança e, eventualmente, do analisado, na categoria essencialmente humana da mensagem, mais do que na do acontecimento. Lembra, assim, que os acontecimentos do mundo exterior não se apresentam à consciência de maneira imediata, mas se dão a conhecer de modo histórico, pela mediação de um outro. Dando ênfase à mensagem, Laplanche colocou em evidência os perigos, em psicanálise, da referência à representação, no sentido psicológico do termo.

Uma tal referência, com efeito, reenvia à problemática sujeito/objeto e implica necessariamente a psicanálise no campo das teses cognitivistas e das teorias do conhecimento¹² que, atualmente, como já foi mencionado, aí desempenham um papel preponderante. Diferentemente da representação, a mensagem supõe, de saída, a participação do outro. Por outro lado, insistindo sobre a proveniência interna do ataque pulsional, Laplanche dá ênfase à transformação qualitativa sofrida pelo resíduo da mensagem. De resto não traduzido e intraduzível de uma atividade comunicativa, o resíduo ganha a forma reificada da *coisa inconsciente*, cujas relações com o eu escapam à lógica do sentido e da comunicação. Laplanche, assim, dá conta dos aspectos demoníacos do inconsciente sexual e do frenesi de desligamento que caracteriza suas



*a alteridade do inconsciente
não se sustenta
na diferença de sexos*

manifestações. Por seu aspecto de coisas, elas resistem ao tempo e à historização. A teoria de Laplanche é, por essa razão, uma teoria do método psicanalítico: segundo ele, o acesso ao inconsciente sexual é indissociável do método que torna esse acesso possível, a saber, o método baseado na associação/dissociação, na situação analítica e na transferência, como método de destruição¹³.

* * *

A posição de Laplanche comporta, igualmente, uma vantagem epistemológica, tratando-se da definição da sexualidade em psicanálise. Estabelece uma nítida distinção entre a sexualidade, no sentido sociológico, psicobiológico ou antropológico do termo, e a sexualidade infantil – que, para evitar qualquer confusão, Laplanche denomina *sexual*¹⁴ – mais precisamente, a sexualidade perversa, polimorfa, na qual o masoquismo ocupa a posição originária. A ênfase sobre a sexualidade infantil, como verdadeiro objeto da psicanálise, permite a Laplanche distinguir, de forma nítida, sexualização e sexuação e escapar, assim, às armadilhas da cegueira cultural sobre essas questões, das quais a psicanálise, tradicionalmente, tem dado provas. Assim fazendo, ele em nada cedeu no que se refere à afirmação do caráter primordial da sexualidade em psicanálise. Seu campo coincide aí com o do não adaptativo, da fantasia *a realizar*, da busca da tensão, com o que resiste às técnicas reeducativas, às injunções normativas e às boas intenções. Na teoria de Laplanche, a alteridade do inconsciente não se sustenta na diferença de sexos, nem no efeito pretensamente estruturante dessa diferença sobre o funcionamento psíquico. Tampouco se sustenta num suposto conteúdo filogenético, que retornaria sob a forma

de fantasias originárias e imutáveis, cegas às ligações que mantêm com a estrutura familiar tradicional e com os papéis parentais mais estereotipados. Ao contrário, ela se explica, por um lado, pela origem da pulsão, que se encontra no outro e, por outro, pelo caráter reificado de suas manifestações, *verdadeira quintessência da alteridade*¹⁵, na medida em que não têm mais nada da comunicação inter-humana. Segundo Laplanche, a pulsão, uma vez implantada, fixa-se a representações, cenários, eventualmente, a fantasias, pelas quais ela age na alma e cujos conteúdos, determinados pela história individual, são também tributários, num mais alto grau de ligação, dos códigos de tradução oferecidos ao eu pela anatomia, pela cultura ou pelas duas¹⁶. As construções mitossimbólicas seriam, pois, instrumentos destinados a ligar a angústia gerada pela intensidade anárquica das manifestações pulsionais, recorrendo a uma forma que se faz aceitável por suas intermediações sociais e culturais. A psicanálise, no século xx, contribui, aliás, para reforçar essas intermediações, de uma maneira que, muitas vezes, pouco tem a invejar às versões mais edulcoradas da *pop-psychology*.

* * *

É surpreendente constatar o quanto o termo sexualidade, em psicanálise, serve, ao mesmo tempo, de ponto de encontro, de calcanhar de Aquiles, de profissão de fé e de argumento de contestação, tanto no interior quanto no exterior da psicanálise. É prática corrente nos círculos psicanalíticos lembrar que, ao longo de sua história, a psicanálise suscitou reações de rejeição, na medida em que enfatizava a etiologia sexual das neuroses e a importância da sexualidade na formação da *psiqué* humana. No entanto, raramente se trata da redução do conceito de sexualidade no próprio Freud e de sua assimilação às formas mais tradicionais desse conceito: a partir de uma concepção que acentuava o caráter irreduzível, mesmo no adulto, da sexualidade infantil perversa e polimorfa, ele colocou gradualmente



as orientações intersubjetivistas
contemporâneas têm colocado o acento
sobre os aspectos relacionais

em primeiro plano uma sexualidade que se confunde com as categorias vulgares do erotismo das relações homo ou heterossexuais. Nesse contexto, o *rochedo biológico* e os esquemas filogenéticos que, nos fatos, não fazem senão refletir as relações sociais entre os sexos, tomam, então, valor de *ultima ratio* do psiquismo humano. É preciso, com efeito, sublinhar a distância que separa o inconsciente do modelo do sonho, no caso, o inconsciente recalcado, e o que é descrito em *O eu e o isso*. O caráter dinâmico deste último se apaga, consideravelmente, na afirmação segundo a qual “tudo o que é consciente foi, inicialmente, inconsciente”.

Assim, a ideia de que o “escândalo” do inconsciente sexual seria responsável pela resistência, quiçá, pela hostilidade à psicanálise, deve ser inserida em seu contexto concreto. Se uma tal afirmação é verdadeira, ela se verifica, em primeiro lugar, em Freud e nos próprios pós-freudianos, na medida em que contribuíram para domesticar o campo do sexual em psicanálise, reduzindo-o à sua dimensão biológica, psicológica ou mitossimbólica. Por isso, seria incorreto atribuir as críticas dirigidas à psicanálise clássica, tanto americana quanto europeia, unicamente à resistência ao suposto escândalo do sexual, uma vez que este foi rapidamente atenuado em psicanálise: o que a psicanálise qualificava como sexual já, propriamente, não o era. As correntes socioconstrutivistas que, notadamente na psicanálise norte-americana, se insurgiram contra o lugar central atribuído à diferença de sexos, ao Édipo, à castração e à inveja do pênis, pelas orientações então dominantes em psicanálise, não atacavam, pois, contrariamente ao que elas próprias acreditavam, a ideia original da sexualidade infantil, mas sim os *extravios*¹⁷ biologizantes e filogenéti-

cos em função dos quais esta ideia se tinha pouco a pouco modificado. Denunciavam, no entanto, por um lado, o caráter falocêntrico da definição da sexualidade que lhes propunha a psicanálise de seu tempo, do mesmo modo que sua enfeudação a uma estrutura social desigual e, por outro, a fraqueza do fundamento epistemológico da vida psíquica que ela sustentava¹⁸.

No entanto, é lamentável que os psicanalistas que contestaram o sexismo inerente às descrições do inconsciente originário – não confundir com o inconsciente sexual – se tenham julgado obrigados, pelo mesmo movimento, a contestar a importância da referência à sexualidade em psicanálise. Várias orientações pós-freudianas já tinham, aliás, por razões que não estavam necessariamente ligadas ao falocentrismo da teoria freudiana das pulsões, atenuado o papel do fator sexual na etiologia das neuroses, tanto na versão biologizante e mitossimbólica desse conceito quanto na aceção de sexual infantil. As teorias kleinianas, por exemplo, consideram as pulsões como inatas e acentuam sobretudo a pulsão de morte (*death instinct*), num sentido muito diferente do que lhe atribuiu Freud¹⁹. Nessas teorias, o recalque, praticamente, cedeu lugar à clivagem do objeto.

As teorias winnicottianas e neowinnicottianas também contribuíram para o desinteresse pelos fatores ditos sexuais e têm-se desembaraçado, progressivamente, de qualquer referência à pulsão. As orientações intersubjetivistas contemporâneas, fortemente influenciadas por essas teorias, têm, por sua vez, colocado o acento sobre os aspectos relacionais e interpessoais, para dar conta da etiologia das perturbações das quais se ocupam, hoje em dia, os psicanalistas. Enfim, as teorias do apego, que sob certos aspectos se situam muito perto das orientações relacionais, insistem, todavia, na dimensão psicológica do trauma, assim como

13 J. Laplanche, *op. cit.*, p. 178.

14 J. Laplanche, *Sexual. La sexualité élargie au sens freudien*, p. 153-83. Em referência ao termo alemão, de Freud, para distinguir do francês, “sexuel” (Nota do Tradutor).

15 J. Laplanche, *Entre séduction et inspiration...*, p. 104.

16 J. Laplanche, *op. cit.*, p. 181, 287-9.

17 J. Laplanche, *Le fourvoisement biologisant...*, p. 11.

18 H. Tessier, *La psychanalyse américaine*, p. 114.

19 Laplanche, *op. cit.*, p. 117.



*o objeto da psicanálise deve
permanecer o sexual infantil*

sobre suas consequências neurobiológicas, considerando a pulsão uma noção que se tornou obsoleta. No entanto, certos representantes dessas correntes, sensíveis às censuras de dessexualização da psicanálise que lhes foram endereçadas, desejam reatar com o campo do sexual. Afirmam que o ponto de vista da intersubjetividade não tem por efeito evacuar a perspectiva intrapsíquica sobre o conflito e insistem na importância que convém atribuir às identificações resultantes da cena primitiva, da configuração edipiana, do mesmo modo que a certas funções, ditas pré-edipianas, de triangulação. É desolador constatar, no entanto, que, tentando reatar com o conflito intrapsíquico, portanto, com o “pulsional”, os intersubjetivistas assimilem a sexualidade a elementos ligados à cena primitiva, ao Édipo e aos estágios psicosexuais, testemunhando, assim, a influência que as representações sociais ligadas ao simbolismo filogenético continuam a exercer sobre suas concepções²⁰.

* * *

Tudo se passa como se os psicanalistas fossem confrontados a uma única alternativa, em se tratando do papel da sexualidade na sua disciplina: ou aceitam a definição tradicional da sexualidade, tal como ela decorre, ao mesmo tempo, da teoria freudiana e pós-freudiana, assim como de suas respectivas referências ao endógeno, à biologia e ao mitossimbólico, ou se desinteressam por ela ou, no mínimo, contestam-lhe a legitimidade para a compreensão da etiologia das perturbações emocionais ou da formação psíquica. Nem uma nem outra dessas alternativas é aceitável. O objeto da psicanálise, na medida em que esta deseja contribuir, de modo específico, para a compreensão da alma, deve permanecer o sexual infantil.

É, com efeito, por ele que o humano, inclusive no seu corpo e nas suas funções autoconservadoras, emancipa-se da “ordem do biológico”²¹. Renunciar a esse aspecto é renunciar à perspectiva particular pela qual a psicanálise dá conta da passagem da consciência à consciência de si.

A hipótese tradutiva do recalque, elaborada por Laplanche, permite, precisamente, dar conta dessa passagem, no âmbito particular da história singular e das circunstâncias individuais. A hipótese filogenética de Freud também tinha por objetivo inscrever o inconsciente numa linhagem humana, mais do que puramente biológica, mesmo se, para Freud, a transmissão hereditária das fantasias originárias passasse pela sua inscrição no corpo. A tentativa de Freud, todavia, falhou em seu objetivo posto que, na hipótese filogenética, o inconsciente tornou-se uma entidade transcendental. Lacan que, entre os pós-freudianos, mais plenamente se inscreveu na filiação filogenética, recorreu a essa hipótese para dar conta do papel do inconsciente na constituição da subjetividade. “Como, interrogava-se ele, o organismo se deixa apanhar na dialética do sujeito”²²? A resposta que propõe é decepcionante, na medida em que se apoia, precisamente, sobre as ligações entre pulsão, diferença de sexos e castração, sem referência, precisava ele, todavia, à bipolaridade do sexo biológico, mas em relação com o que a representa, quer dizer a *dialética* passividade/atividade²³. Uma tal resposta ilustra bem a tendência inerente às definições da sexualidade provenientes das teses mitossimbólicas, de aprisionar a questão do gênero num essencialismo eminentemente contestável. A equação entre atividade/passividade e masculino/feminino não propõe, com efeito, nada além de uma associação culturalmente sobredeterminada, que pretende apresentar como origem do pensamento simbólico o que, na verdade, representa o resultado histórico de relações de dominação bem reais. Esta conformação da sexualidade a afirmações cegas à sua ancoragem social e às injustiças que contribuem para reproduzir constitui uma fraqueza maior da psicanálise e confere-lhe um estatuto cultural, no mínimo, ambíguo.

Na sua teoria da sedução generalizada, Laplanche afirma a posição primeira do masoquismo e define essencialmente a sexualidade infantil pelo par masoquismo/sadismo. O masoquismo constitui assim o resultado do contato – do qual Laplanche dá conta em termos de *implantação* – entre o inconsciente sexual do adulto e a criança ainda desprovida de inconsciente, contato que se efetua por intermédio da parte comprometida da mensagem adulta. Esse encontro traumatizante – que acaba por tornar-se autotraumatismo, provocar o recalque e transformar-se, assim, em autoerotismo – marca a passagem de uma *consciência não-tética*²⁴, aberta ao mundo, mas pré-psicanalítica, pré-objetiva e pré-subjetiva, ao estatuto de alma humana, não somente dotada de um inconsciente sexual, mas também de uma parte suscetível de objetividade, de reflexividade e de um vir a ser subjetivo. Desse ponto de vista, a sexualidade infantil não tem que se definir em função da anatomia ou da fisiologia. A pulsão não encontra mais sua origem no interior do organismo. Ela torna-se, na teoria de Laplanche, exigência de trabalho imposta pela alma ao corpo²⁵.

♦ ♦ ♦

Laplanche descreveu o movimento ptolemaico que leva a psicanálise a fechar o sujeito sobre si mesmo e a assimilar, sem o querer, seu objeto ao da psicologia, da antropologia, da filosofia, quicá da neurobiologia. A hipótese filogenética de Freud inscreve-se nessa tendência. Mas, que necessidade haveria, então, de permanecer copernicano? Em que uma tal afirmação do primado do outro é essencial em psicanálise?

20 H. Tessier, *Pulsion et subjectivité. La pulsion et le destin.*

21 C. Dejours, *Pour une théorie psychanalytique de la différence des sexes*, p. 59.

22 J. Lacan, *Écrits*, p. 849.

23 J. Lacan, *op. cit.*, p. 849.

24 J. Laplanche, *Problématiques IV. L'inconscient et le ça*, p. 80.

25 J. Laplanche, *Le primat de l'autre...* p. 141.

26 G. Lukács, *Histoire et conscience de classe*, p. 143.

27 J. Laplanche, *op. cit.*, p. 8.

28 J. Laplanche, *op. cit.*, p. 213.

o copernicismo de Laplanche
afirma-se na definição
do inconsciente

O copernicismo de Laplanche afirma-se na definição do inconsciente: este provém do outro, mas não de um Outro simbólico, transcendental, se não teológico, mas dos adultos humanos, históricos e concretos, que cuidam da criança. O inconsciente tampouco provém de uma fonte endógena, seja ela biológica, genética ou filogenética, que preexistiria à história singular e cujo conteúdo poderia ser universalizado. A concepção de Laplanche é uma concepção histórica. Inscreve-se na tradição de Vico, para quem “a história humana distingue-se da história da natureza pelo fato de que nós fizemos uma e não fizemos a outra”²⁶. Desse ponto de vista, ela apresenta-se como uma teoria da transformação que, segundo Laplanche, é, em psicanálise, “indissociável de uma confiança inabalável nos poderes da verdade”²⁷.

A “coisa inconsciente”, postulada por Laplanche, é um fenômeno humano, cuja origem é também essencialmente humana. Formada a partir dos resíduos de mensagens cuja destinação primeira era comunicacional, ela adquire uma natureza não humana e imprime seu modo de funcionamento reificado aos resíduos recalcados de mensagens subsequentes, cuja violência traumática varia segundo a história de cada um. Desse ponto de vista, a psicanálise contribui para fazer aparecer o humano por trás do demoníaco, o adversário concreto por trás da fantasia: *afflavit et dissipati sunt*²⁸. O fator filogenético de Freud, o uso do pensamento mitossimbólico e, de modo geral, o retorno do hereditário em psicanálise distanciam-se da inspiração original de Freud que, herdeiro do racionalismo das Luzes, acreditava na importância de examinar os fenômenos irracionais, notadamente, o poder do sexual, à luz da razão. O recurso às hipóteses filogenéticas sobre a formação da pulsão implica a substituição do método associativo por uma



grade de leitura da qual não se tem mais que dar conta da origem, posto que dela se aceita, de saída, o caráter originário e universal. Como explicação para as fontes somáticas ou biológicas, ela supõe, como, aliás, as teorias de inspiração teológica, um salto no irracional, uma *projectio per hiatum irrationalem*²⁹.

Thomas Mann, que, no momento da ascensão do fascismo, contava com a psicanálise para contrapor-se à glorificação do irracionalismo e à hostilidade que a época exibia contra o espírito, inquietava-se, no entanto, com tendências que lhe pareciam inerentes a esta disciplina. Parecia-lhe, com efeito, que a psicanálise continha o que era preciso para “oferecer às forças regressivas e restauradoras do passado uma possibilidade de abusar dela, com ela concluindo

do uma aliança ousada e falaciosa, sem a isso serem autorizadas”³⁰. Essa inquietude revelou-se em parte fundamentada. O apego normativo da psicanálise à família tradicional e à distribuição sexuada dos papéis parentais, do mesmo modo que seu uso aterrorizado do conceito de desdiferenciação, demasiadas vezes confundido com as reivindicações igualitárias, não são estranhos à importância que aí tomaram as referências mitossimbólicas e a tradição filogenética. Seria lamentável que, pela preocupação de reafirmar a importância fundamental do sexual infantil no conjunto das condutas humanas, ela se julgasse obrigada a prestar juramento de fidelidade a essas teorias e a conceder-lhes, inclusive na forma canônica dos grandes complexos da psicanálise, um estatuto que elas não devem ter.

²⁹ G. Lukács, *op. cit.*, p. 153.

³⁰ T. Mann, Freud dans l'histoire de la pensée moderne, p. 131.

Referências bibliográficas

- Dejours C. (2003). Pour une théorie psychanalytique de la différence des sexes, *Libres cahiers pour la psychanalyse* "Sur la théorie de la séduction". Paris: In Press, p. 55-67.
- Fruh F. (2007/2008). Die Wiederkehr des Hereditären, *Journées Internationales Jean Laplanche – "La phylogénèse"*, Lanzarote.
- Grubrich-Simitis I. (1985). *Neuroses de transferência: uma síntese*. Rio de Janeiro: Imago.
- _____. (1987). Zum Verhältnis von Trauma und Trieb, *Psyche*, 41, Stuttgart, p. 992-1023.
- _____. (2007). Trauma oder Trieb – Trieb und Trauma: Wiederbetrachtet, *Psyche* 7: 61, Stuttgart, 2007, p. 637-56.
- Lacan J. (1966/1998). *Écrits*. Paris: Édition du Seuil [*Escritos*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar].
- Laplanche J. (1993/1997). *Le fourvoisement biologisant de la sexualité chez Freud*. Paris: Synthelabo [*Freud e a sexualidade – o desvio biologizante*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar].
- _____. (1997). *Le primat de l'autre en psychanalyse*. Paris: Flammarion.
- _____. (1998/1992). *Problématiques IV. L'inconscient et le ça*. Paris: PUF [*Problemáticas IV. O Inconsciente e o Id*, São Paulo: Martins Fontes].
- _____. (1999). *Entre séduction et inspiration: l'homme*. Paris: PUF.
- _____. (2006). Biologisme et biologie. In: *Problématiques VII*. Paris: PUF, p. 126-44.
- _____. (2006). Trois acceptions du mot inconscient, *Psychiatrie Française*, Le concept d'inconscient selon Laplanche, vol. XXXVII, Paris, nov., p. 9-25.
- _____. (2007). *Sexual: la sexualité élargie au sens freudien*. Paris: PUF.
- _____.; Pontalis J.-B. (1994/1991). *Vocabulaire de la psychanalyse*, Paris, PUF, 12^e éd. (*Vocabulário da Psicanálise*. 11^a ed. São Paulo: Martins Fontes.

Lukács G. (1960). *Histoire et conscience de classe*. Trad. K. Axelos et T. Bois. Paris: Minuit.

Mann T. (1978). Freud dans l'histoire de la pensée moderne. In: *Sur le mariage, Lessing, Freud et la pensée moderne*. Trad. L. Servicen, édition bilingue. Paris: Aubier Flammarion, p. 106-49.

Tessier H. (2005). *La psychanalyse américaine*. Paris: PUF.

_____. (2007). Pulsions et subjectivité, *Libres cahiers pour la psychanalyse*, La pulsion et le destin, n. 15. Paris: In Press.

The return of heredity in Psychoanalysis: axiological aspects of epistemological choices

Abstract This paper critically reviews the position of I. Grubrich-Simitis on Freud's phylogenetic hypothesis, presented as a way to reconcile drive theory and trauma theory in accounting for of the source of the sexual drive. The paper argues that Jean Laplanche's theory of generalized seduction allows for a much better understanding of the position of trauma at the source of the sexual drive, without leaving aside any fundamental aspects of the dynamic unconscious and without referring to the phylogenetic hypothesis, which shows numerous flaws at the epistemological and axiological levels.

Keywords drive theory; phylogenetic hypothesis; origin of the sexual unconscious; theory of generalized seduction; process of translation-repression; social anchoring of myths.

Texto recebido: 10/2008

Aprovado: 12/2008

Não somos, jamais, suficientemente analistas

Janete Frochtengarten

Janete Frochtengarten é psicanalista, membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae.

Resumo Ao longo dos tempos em que se realizam, a prática e a teoria psicanalíticas obedecem a um movimento assintótico; ao enfatizar, particularmente, o lugar do analista e seu funcionamento na clínica, fica evidenciado o caráter de falibilidade na mesma, que é determinado pela própria atenção flutuante; isto não impede que se circunscreva o que a autora denomina de um campo de erros.

Palavras-chave atenção flutuante; livre associação; neutralidade; regressão; transferência; contratransferência.

Não é fácil o confronto com a desmesura com a qual a prática analítica nos engaja em nosso mais íntimo.¹

O compromisso

Sabemos que a condição de provisoriedade marca o fazer psicanalítico em seu cotidiano, assim como a reflexão que lhe é inerente. Esta marca – fundamental e sempre fundante – não impede que tenhamos construída e, em construção, uma teoria articulada.

Pensem em um movimento assintótico, interminável, assim como interminável é a análise do analista; pensem em uma invenção teórica que é inseparável da prática, que, mais do que sua fonte, é sua propulsão a criar.

Pensem em elaborações que nascem e renascem na clínica, em elaborações permeáveis, embebidas pelos movimentos da temporalidade psíquica, infiltradas pela instabilidade e heterogenidade dos registros do pensamento, conduzidas por regressões formais que fazem com que o pensamento teorizante vá emergindo em suas origens, se repulsionando.

Pensem que a perlaboração em uma análise ocorre com a análise “auto” do analista e da teorização. A resposta do analista em seu trabalho clínico desemboca sobre a teoria – uma teoria/teorizante, uma teoria como ato processual.

E se a clínica repulsiona a teoria e a teoria, em sua potência de inventividade, franqueia possibilidades clínicas,

¹ P. Miller, *Les paradoxes de la neutralité*, p. 44 (Tradução da autora).



*este é o compromisso: a busca
de um saber, saber o que se faz;
mapear um território, um campo de
erros que decorrem do que se faz*

como pensar o erro? Esta circunstância liberaria o analista para dizer qualquer coisa, para tudo fazer?

[...] podemos fazer tudo, desde que se saiba o que se faz. Neste momento, é evidente que não se pode fazer tudo.²

Este é, então, o compromisso: a busca de um saber, saber o que se faz; o compromisso de mapear um território, um campo de erros que decorrem do que se faz.

E aqui a metapsicologia vem pedir passagem, não como um conjunto de conceitos abstratos, mas, como aquilo que, em nossa atividade como psicanalistas, é um constante referencial, é uma modalidade de pensar: o pensar metapsicológico.

A metapsicologia no dia a dia

O modo pelo qual o analista aceita submeter sua realidade psíquica a determinadas modificações tópicas, dinâmicas e econômicas, é determinante de sua disponibilidade na escuta.

Para que o paciente possa, verdadeiramente, se implicar na regra da livre associação, o analista, por sua vez, oferece-se a modificações, pois

[...] não é suficiente que o analista apreenda a língua primitiva de seu paciente, que ele desvende sua inscrição singular, dialeto na língua comum a todos, é preciso ainda que ele próprio se desfaça do modo pelo qual ele habita sua própria língua. A escuta flutuante requer que se ponha a língua, ela mesma, em suspensão [...] e se não somos, jamais, suficientemente analistas, é, sem

dúvida, por estarmos sempre falhando face à exigência de manter a atenção igualmente flutuante.³

Na literatura psicanalítica atual, a figura do *infans* é das mais solicitadas, mas é, quase sempre, referida ao paciente, quando, de fato, ela constitui um refúgio privilegiado para o analista; um ato falho seu – o inconsciente *traído* – é, paradoxalmente, por seu caráter de estrangeiro, um abrigo seguro.

O *infans*: tudo o que não é passível de representações significativas, de fluxos associativos relativamente domesticados, tudo o que está contido no que Freud denominou de *o essencial* – o que irrompe como *memórias agidas*.

O *infans*: uma pressão na direção de expressão, uma pressão de tudo “o que não encontra socorro, que não encontra recurso na linguagem”⁴.

E o *infans* se faz presente nos efeitos da atenção flutuante, enquanto esta se mantém; efeitos em múltiplos registros: na suspensão relativa da preponderância dos processos secundários e no acesso àquilo que denominamos – em termos metapsicológicos – de regressão, que, por sua vez, atrai o funcionamento psíquico para o polo alucinatorio, mobilizando, no analista, representações psíquicas muito próximas de registros corporais.

Mas, então, o que faz com que o psicanalista, com sua própria *pressão de infans*, não fique em posição simétrica ao paciente, e possa receber a *pressão* deste, propiciando-lhe encontrar melhores caminhos, caminhos que redirecionem suas grandes e sofridas questões?

O trabalho da neutralidade

Os três elementos – associação livre, atenção flutuante e neutralidade – formam um conjunto dinâmico, um sistema no qual cada termo retira sua eficácia dinâmica e econômica dos dois outros e das relações de equilíbrio e de desequilíbrio entre os três.

Seria o caso de considerar que a neutralidade é inerente ao método analítico, que é constituinte da regra fundamental, em igualdade de condições com a livre associação e a atenção flutuante? Ou será que podemos pensar que nos falta uma circunscrição e uma inserção que possa designar esta vertente da experiência analítica (o trabalho psíquico do analista), vertente indispensável para qualificar a especificidade da prática e que escapa a uma nomeação?

“Uma das dificuldades do termo ‘neutralidade’ é precisamente que ele não é neutro”⁵. Não é fácil esvaziá-lo de todas as penumbras de associações para continuar a indicar, de forma tão neutra quanto possível, um vasto campo de experiência que permanece aberto, na medida em que não há, para a neutralidade, um correspondente na vida cotidiana.

Um certo modo de investimento de si pelo analista faz ou não obstáculo ao processo analítico. O gasto psíquico necessário para a suspensão provisória das modalidades defensivas narcísicas habituais do analista é *neutralidade*, do mesmo modo que o é a capacidade de suportar a utilização, pela economia psíquica do paciente, de um elemento de sua realidade psíquica (um elemento do qual ele aceita perder a posse por algum tempo).

E mais: um aspecto da intimidade psicocorporal do analista (um jeito seu de se movimentar, de suspirar, de tossir), pode, até mesmo, ser usado pelo paciente sob forma relativamente despersonalizada, como suporte para aceder à figuração e perlaboração de um *conteúdo-infantil* (eventualmente como matéria onírica).

O analista não está isento da tentação de neutralizar estas manifestações, mas, contrariamente à neutralização, a *neutralidade* consiste, antes de tudo, em não tentar impedir a emergência desses fenômenos em si próprio.

2 P. Fedida, *Clínica psicanalítica*, p. 26.

3 J. André, *Le malentendu*, p. 18 (Tradução da autora).

4 J-P Pontalis, *A estação da Psicanálise*, p. 105.

5 P. Miller, *Les paradoxes de la neutralité*, p. 27 (Tradução da autora).

6 S. Freud, *Puntualizaciones sobre el amor de transferencia*, p. 167-73 (Tradução da autora).

»
*um certo modo de investimento
de si pelo analista faz ou não
obstáculo ao processo analítico*

Retomemos algumas representações metafóricas freudianas que contribuíram para a construção da noção de *neutralidade*, acompanhando, especialmente, a questão da inclusão da resposta do analista.

Na metáfora do espelho, o psiquismo do psicanalista é uma superfície que deveria poder reenviar o que lhe chega do inconsciente do paciente – isto é coerente com a representação de sua figura como um decifrador, que faz aparecer e faz ver o que está oculto; a porosidade psíquica do analista em sessão fica excluída desta representação. Em outros textos da mesma época (1914), Freud utiliza imagens que parecem ser de outra ordem, naquilo que sugerem de um complexo dispositivo de interioridades. No “início do tratamento”, ao convocar o paciente à livre associação, o analista orienta-o para que se comporte do mesmo modo que um viajante; sentado perto da janela em um vagão de trem, vai descrevendo, a um vizinho de compartimento, a paisagem que se oferece a seus olhos. Será que, nessa imagem, paciente e analista estão juntos, participando do mesmo *transporte*?

Mas, dúvida não há, quando se evoca a metáfora do fogo que irrompe em uma função teatral:

se convocamos o reprimido à consciência, se fizemos subir um espírito de mundo subterrâneo [...] não é para reprimi-lo novamente, presos de terror [...] e assim, o psicoterapeuta deve manter uma luta tripla: em *seu interior*, contra as forças que querem fazê-lo baixar o nível analítico.⁶

Longe de uma *superfície* que reflete, temos, agora, uma dimensão outra, dimensão *de volume*:



para Fédida, a angústia do analista é idealmente a de uma “mãe capaz de ressonância com o estado da criança, capaz de continência das energias desta angústia”

participação da interioridade do analista e vemos que, no movimento do pensamento freudiano, a *neutralidade* vai engajando-o fortemente em um trabalho constante, trabalho de não responder, recolhendo em si o seu *mais vivo*.

Fizemos esta rápida passagem por alguns textos freudianos apenas para chegar à origem da idéia da qualidade de participação do analista e, sobretudo, para assinalar o que permanece: a *neutralidade*, a sofisticada resposta do analista face à desmesura da transferência, ou de...

Como o analista se mantém analista

Não pretendo entrar no mérito da questão da legitimidade teórico-clínica do conceito de contratransferência (que está subjacente a toda esta concepção do processamento psíquico do analista em sessão), não por sua desimportância, mas porque isto implicaria uma outra discussão. Indico, apenas, o que é pertinente ao contexto: o que se considera erro em uma determinada trama conceitual não o é, necessariamente, em outra; há divergências, até mesmo fundamentais, desde a concepção da contratransferência como instrumento privilegiado de trabalho do analista, até a consideração de que esta é evidência da patologia do analista.

Sigo com Pierre Fédida, que se debruçou sobre a *metapsicologia da contratransferência*, afastando-a da idéia reduzida de *resposta afetiva* do analista:

de um ponto de vista *econômico* a contratransferência pode ser entendida como um *para-excitações*, cuja par-

ticuliaridade seria não apenas a de manter um nível de regulação estável da atenção, mas também de representar um instrumento de percepção do qual se requer uma fina mobilidade adaptativa⁷.

A contratransferência: instrumento de percepção, função temporal do pré-consciente, capaz de recepção e de transformação das *informações* provenientes do paciente (de sua vida psíquica) constantemente confrontadas com as *informações* provenientes do próprio analista. A contratransferência: a angústia do analista, sua angústia de trabalho, é idealmente a de uma “mãe capaz de ressonância com o estado da criança, capaz de continência das energias desta angústia, de *metabolização* e de *metaforização* dos afetos que tendem a transbordar na criança”⁸.

A contratransferência: uma clínica que envolve a transferência do paciente sobre o analista, a transferência do analista sobre o paciente e a possibilidade que o analista tem de realizar uma disjunção; a posição do analista – o funcionamento *entre-transferências*, que evita a irrupção violenta dos afetos do paciente e dos seus próprios, permitindo-lhe reinstaurar a situação analítica toda vez em que ela é destruída.

A clínica em presença

Dorinda fez dois períodos de análise. Um primeiro, de aproximadamente três anos, e um segundo, de cinco anos. Dorinda provocava em mim um afeto de exasperação que, com intermitência, manteve-se ao longo desses tempos. Minha presença, minhas palavras eram recebidas com desconfiança e – o mais difícil – eu não conseguia me sentir tocada, de fato, por ela, a não ser pelo incômodo com a presença desta camada de isolamento.

Dorinda: mulher casada, dois filhos adultos, dedicava-se à criação de objetos decorativos, estando sempre insatisfeita, por não conseguir ganhar bem com seu trabalho; queixava-se de sentir ora um vazio, ora uma “coisa parada”, que a deixa-

va muito nervosa, e que a levava a comer e comer até adormecer. Queixava-se, também, de que seu tempo era muito escasso, pois cuidava de seu pai, levando-o a médicos, compras, bancos etc. Chegava, sempre, um tanto atrasada e, com frequência, muito atrasada. Quando eu interrompia a sessão, protestos surgiam: “como, já?”. Nessas repetidas ocasiões, Dorinda procurava um relógio na sala para olhar (pois recusava-se a usar relógio, por não querer regrar seu dia) e o protesto assim acontecia: “é o trânsito, é difícil assim!”

Embora não fosse apenas desconforto e irritação o que Dorinda suscitava, é preciso reconhecer que esses afetos eram intensos e que perturbavam. Muitas vezes, preocupada por estar perdendo o prumo da análise, ocupava-me em reinstaurar o processo, reorientando-me para, depois de curto tempo, perder novamente...

Dorinda reivindicava várias vezes, telefonando perto do horário de sua sessão, que eu mudasse o horário; várias vezes eu atendi e tantas outras não. A flexibilização de preço e de horários não amenizava em nada o espinhoso do contato. Estas ações caminhavam juntamente com o trabalho em/de palavras em sessão: sua vivência de aprisionamento e sua forma de sentir autonomia – necessariamente desconsiderando limites – fazia com que não conseguisse se organizar melhor em pensamentos e ações mais satisfatórios. Dorinda queria ter tempo para estar em sua oficina de trabalho e não conseguia; quando obtinha êxito neste propósito, permanecia por horas e horas, até que alguém de sua família a chamava; ficava, então, muito nervosa, e comia muito, compulsivamente. Sentia-se, em geral, apática. Nas sessões, deitava-se e ficava quieta; e quando estimulada a falar, dizia: “começa você, eu não sei”. E ia ficando mais claro o quanto ela precisava e queria sentir que eu *trabalhava*, que não ficava parada, que estava lá, viva, ativa. Passa a surgir a figura de uma mãe triste e medrosa, que lhe dizia, indiferentemente, frente a alguma dor, ou frente a um desejo

7 P. Fédida, *Clínica psicanalítica*, p. 71.

8 Idem, p. 75.

»»

*Dorinda sentia-se, desde sempre,
preocupada com o pai,
que “era velhinho e triste”, e vem
procurar análise quando ele dá sinais
inegáveis de envelhecimento*

intenso: “vai passar... vai passar... calma”. Tudo é para acalmar, nada é para viver, pois a vida faz barulho e a casa dos pais é *silenciosa*.

A mãe de Dorinda lhe contara que não queria engravidar dela, pois já sofrera muito com as perdas de dois bebês recém-nascidos, antes de ter uma primeira filha, então menina crescida, fruto de um primeiro casamento. O primeiro marido da mãe a abandonara, junto com esta filha pequena. Por necessidade, por estar só com uma criança, casa-se com o pai de Dorinda, homem bem mais velho, e engravida movida pelo desejo dele de ter filhos, pois perdera sua mulher e filho em um acontecimento trágico e ansiava por refazer uma família.

A mãe de Dorinda tinha muitos medos, mal saía de casa e também temeu muito a possibilidade de mais uma perda: a de seu novo bebê. O pai era muito quieto, mas “olhava para ela com muito amor” e Dorinda ouvia, com grande prazer, a mãe lhe dizer que “ela era a vida para o pai”.

Dorinda sentia-se, desde sempre, preocupada com o pai, que “era velhinho e triste”, e vem procurar análise quando ele dá sinais inegáveis de envelhecimento; inegáveis, porém negáveis, pois Dorinda interrompe a análise, pela primeira vez, logo em seguida a uma sessão em que chora, por ter se aproximado da ideia da morte do pai; interrompe, dizendo, com convicção, que era porque não podia mais pagar. Muitas coisas passam por este caminho, reproduzindo uma atitude dos pais em relação a dinheiro, atitude que Dorinda muito admirava, que é a de serem muito econômicos, evitando qualquer gasto, por menor que fosse, ainda mais se fosse motivado por algum prazer, para a satisfação de um pequeno gosto pessoal.



nesta análise, exasperei-me no contato com a impermeabilidade e com a recusa aos limites e não consegui, na mesma medida, ser tocada pela fragilidade de Dorinda

Dorinda volta a procurar-me quando já não consegue negar tão eficazmente a questão da velhice do pai; e, quanto mais vão surgindo falas suas sobre o fechamento, a prisão em que os pais vivem e que ela própria vive, por sua adesão a eles, sendo a *vida* para o pai e a razão de ser do casal, mais vai aderindo, com força e persistência, a estas figuras. Vão surgindo, também, estórias, acompanhadas de manifestações de orgulho, de como ela sabia enganar para se beneficiar. Enganar, “passar a perna no outro”, como seu tio, irmão de seu pai, que Dorinda muito admira. O tio, homem muito esperto, a quem ninguém “fazia de bobo”, e que a encanta com sua capacidade de tripudiar.

Um dia, o pai de Dorinda, já muito idoso, morre. Logo a seguir, como já se prenunciava, ela desloca seu amor, elegendo o tio para se dedicar, como se dedicara ao pai. E, depois de um curto tempo, Dorinda fala, revelando claramente pela fala, o que já vinha surgindo meio furtivamente, aqui e acolá, que, como estava vendendo seus trabalhos e ampliando sua oficina, estava sem tempo e resolvera interromper a análise.

Permaneceu comigo uma insatisfação, que ia além do que a que conheço quando ocorre interrupção em um tratamento. Uma irriquietude que eu não localizava. Vi-me conduzida a procurar textos lidos, já conhecidos, textos de André Green.

E a clínica e a teorização da clínica foram se entrelaçando.

Retrabalhando em Winnicott o conceito de *holding*, Green vai pensando que a mãe, com sua fina adaptação ao bebê, alterna presença e ausência de um tal modo que, quando o bebê fica só, a *representação-mãe* pode ser suspensa e

substituída por muitas outras. O que aqui é da maior importância, diz Green, é que, com a ausência, processa-se uma construção, a construção interna de uma estrutura que enquadra, que faz uma moldura, análoga aos braços maternos no *holding*; uma moldura – uma presença interna, um arcabouço que sustenta o espaço psíquico, um espaço que, por ser assim constituído, pode ir sempre se enriquecendo.

Retornando à Dorinda: quando a criança é confrontada com a morte (como ela o foi), a moldura tende a ser precária e incapaz de manter o espaço onde se criam infundáveis representações; a moldura “sustenta” apenas uma espécie de vazío que fica povoado pelo investimento intenso nas figuras dos pais, ou de um deles ou, ainda, a moldura é mantida pela própria existência real dos pais. Semelhante despossessão, semelhante alienação, deixa Dorinda entregue a oscilações – ora com ausência de espontaneidade, ora com uma atitude selvagem, rebelde a toda forma de exigências da vida social – e, também, deixa a sujeita a manifestações depressivas intensas, a transtornos da conduta alimentar e a transtornos de comportamento do tipo psicopático.

Nesta análise, exasperei-me no contato com a impermeabilidade e com a recusa aos limites e não consegui, na mesma medida, ser tocada pela fragilidade de Dorinda.

E, quer eu pudesse, ou não, ter feito com que Dorinda avançasse mais em sua análise, quer eu possa pensar o quanto ela temia sua depressão, o fato é que não posso me isentar de constatar que não consegui o suficiente fazer o *entre-transferências*; algo de uma intensidade não elaborada de minha transferência sobre Dorinda interferiu, impedindo uma *fina mobilidade adaptativa*, impedindo a *disjunção*.

Memórias agidas

Meses depois, quando eu me preparava para uma apresentação onde iria comentar esta análise, veio e ficou tamborilando em mim resto de uma fala

em presença, uma conversa com Pierre Férida, que reconstruo e que utilizo. Em uma ocasião em que Férida comentava que a criação de metáforas (recursos privilegiados da fala na clínica) pode nascer de múltiplas fontes, ele exemplificou com uma situação: uma visita que fizera a uma enfermaria onde estavam internadas crianças pequenas, quando pôde ver/saber o que é alguém em processo de desidratação – um desfalecimento, um esvair-se, um corpo sendo desinvestido (possível metáfora do esvaziamento depressivo?). Esta imagem, tingida de angústia, pôs-me em contato com a lembrança de um relato familiar sobre os inícios de minha vida, relato feito com leveza, como algo pitoresco, e que surgira, mais de uma vez, em diferentes camadas associativas, nos divãs que frequentei, mas, ainda assim...

Como nasci em uma pequena cidade que era desprovida de maiores recursos e minha mãe não pudera, depois de bem pouco tempo, continuar a me amamentar, uma ama-de-leite vinha várias vezes por dia para me dar o peito; eu estranhava seu cheiro e, por dias, não mamei; temeram por minha vida...

Ponto de chegada? Parece que não. É um outro ponto de partida. Novas redes de associação fora ativadas com este escrito, mas, o resto é meu silêncio, apenas meu. O que compartilho é o atestar que, a cada retomada, algo em mim fica mais brando em relação à análise de Dorinda, algo se ajeita melhor.

O movimento de ir e vir

O que chamamos, em nosso jargão, de *enquadre interno do analista* é uma vasta nebulosa psíquica proteiforme, que se estende da loucura maternal primária (tal como Winnicott a concebeu) aos ditames da lei. Entre estas duas bordas, um movimento de ir e vir é regrado pelas dinâmicas que podem variar ao infinito e que estabelecem uma ressonância de um em outro e não uma lógica de exclusão: um sem o outro ou um contra o outro. Este

9 P. Miller, Ronheim/Bagdad, p. 80.

10 A. Green, Sexualidade tem algo a ver com psicanálise?, p. 218.

»
*o que chamamos de enquadre interno
do analista é uma vasta nebulosa
psíquica proteiforme, que se estende
da loucura maternal primária
aos ditames da lei*

movimento incessante permite, na atualidade da sessão, sair das oposições entre o precoce ou o primitivo e o edípico, entre o registro maternal e o paterno, entre o manifesto e o latente, entre a teoria e a clínica. Este movimento, que pode existir no contexto do trabalho na sessão devido a uma maior proximidade do pensamento com os processos primários, está ligado ao modelo de trabalho da pulsão e de seu trajeto, que vai das fontes somáticas para a representação psíquica e retorna.⁹

É difícil fazer uma representação deste movimento, pois ele é, ao mesmo tempo, espacial e temporal; é linear, mas não somente; tem uma direção, mas não só uma; é bidirecional e constantemente dinâmico, uma circularidade não fechada – talvez, uma espiral.

O ir e vir não configura algo empírico, algo que vai ocorrendo ao sabor do momento, sem um eixo, uma ancoragem que referencia.

O eixo: Freud, desde a teorização do desamparo inicial até a da angústia de castração, desde a teorização das regressões (no sonho, na transferência) até a teorização dos intrincados entrelaçamentos identificatórios pré e pós-edípicos.

O eixo: Freud e os psicanalistas que, em suas práticas e estudos, desdobram os textos freudianos, tomando-os em sua complexidade, sem escamotear dificuldades nem –simplificando – pré-selecionar um ou outro aspecto, sem ignorar os sempre inacabados:

No que me diz respeito, não tenho medo de parecer antiquado ao dizer que não posso conceber o inconsciente diferentemente da visão de Freud, isto é, sem estar fundamentado na sexualidade e na destrutividade.¹⁰

Não, não é antiquado, é sempre atual e, por ser atual, faz surgir, em contiguidade, novas questões, como esta: o *inconsciente* nos é dado, está desde os inícios?

Recorro, exemplarmente, ao trabalho de Silvia Bleichmar, uma autora que, ao se perfilar com o *inconsciente freudiano*, vai além, navegando em busca das origens primeiras, dos tempos anteriores ao recalçamento originário e depara com defesas muito precoces, proteções possíveis diante do que pulsa pelo efeito da incidência dos cuidados do outro – defesas que são o ponto de partida do processo de constituição do inconsciente e da estruturação da tópica psíquica.

E assim, de questão em questão, o movimento prossegue.

Referências bibliográficas

- Bleichmar S. (1994). *A fundação do inconsciente*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.
- Fedida P. (1988). *Clínica psicanalítica*. São Paulo: Escuta.
- Freud S. (1912). Consejos al medico sobre el tratamiento psicanalítico. In: *Obras completas*, vol. XII. Buenos Aires: Amorrortu.
- _____. (1913). Sobre la iniciación del tratamiento psicoanalítico. In: *Obras completas*, vol. XII. Buenos Aires: Amorrortu.
- _____. (1915). Puntualizaciones sobre el amor de transferencia. In: *Obras completas*, vol. XII. Buenos Aires: Amorrortu.
- Green A. (1995). Sexualidade tem algo a ver com psicanálise? *Livro Anual de Psicanálise XI*.
- _____. (1997). The intuition of the negative in playing and reality. *International Journal of Psychoanalysis*, n. 78, London.
- Lavergnas I. (2006). Le voix intérieures de la méthode. In: *La psychanalyse à l'épreuve du malentendu*. Paris: PUF.
- Miller P. (2006). Les paradoxes de la neutralité. In: *La psychanalyse à l'épreuve du malentendu*. Paris: PUF.
- _____. (2007). Ronheim/Bagdad. In: *Passé present*. Paris: PUF.
- Pontalis J.-P. (1994). A estação da Psicanálise. *Jornal de Psicanálise*, n. 27, vol. 52. São Paulo.

Terminando no interminável

É com o compromisso de tentar *saber o que se faz*, é com a direção que me é dada pela localização de um *campo de erros*, é com esta teoria que se impulsiona de dentro, com esta clínica que conduz a caminhos inéditos, com minha análise que prossegue, enfim, é com este acervo movente, que sigo para a erradía aventura – a aventura que acontece a cada vez em que abro a porta da sala e em que, em tempo de me ajeitar na precariedade da poltrona, escuto. Escuto uma fala, escuto um silêncio, escuto um calar de si, escuto um falar de si, escuto um apelo para que esteja disposta, abertamente disposta à vida, ao que eu puder realizar com tudo o que vier – com ou sem avisos prévios.

We are, never, sufficiently psychoanalysts

Abstract Along the time they are accomplished, psychoanalytical practice and theory comply with an asymptotic movement; focalizing specially the analyst's place and clinical work, it becomes evident the failing character involved, determined by suspended attention; this do not prevent the circumscription of what the author calls an error's field.

Keywords suspended attention; free association; neutrality; regression; transference; counter transference.

Texto recebido: 2/2009

Aprovado: 5/2009

A *Methodik*: um embaraço na escrita de Freud

Fernando Aguiar

Resumo Ao contrário do usual, Freud, que produzia seus escritos com rapidez e sem vacilações, empenha-se em redigir, entre 1908 e 1911, o que em sua literatura epistolar e de maneira abreviada ele chama de “*Methodik*”. O projeto será abortado, dando lugar aos pequenos artigos técnicos publicados a partir de 1911. Para além do reconhecido pudor de escrever sobre a técnica psicanalítica, procura-se aqui explicar essa indecisão de Freud como resultante das novas aquisições ocasionadas pela neurose obsessiva: nesse sentido, a análise do “Homem dos ratos” representa também um marco que anuncia o fim de uma “época de ouro” para a psicanálise.

Palavras-chave clínica psicanalítica; *Methodik*; Freud; Ferenczi.

Fernando Aguiar é professor do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina. Beneficiou-se da ajuda de uma bolsa da CAPES para realizar a pesquisa, que resultou na tese de doutoramento, apresentada no Institut Supérieur de Philosophie da Université Catholique de Louvain (Bélgica) em 15 de março de 1995, da qual se origina este artigo.

O “esplêndido isolamento” de Freud, que abrange o período final de gestação da Psicanálise, parece confirmar-se por um detalhe curioso da biografia de Sándor Ferenczi. Embora dado a experiências com a hipnose desde os tempos de colégio em sua cidade natal (Miskolc), e tendo realizado seus estudos médicos em Viena na última década do século XIX, o então psiquiatra e neurologista húngaro, e no futuro um dos mais importantes psicanalistas da primeira geração, só viria a conhecer o trabalho de Freud dez anos depois de retornar ao seu país natal e instalar-se em Budapeste em 1897. Segundo A. Haynal, “... no momento de seu encontro com a obra freudiana, [Ferenczi era] um homem de personalidade afirmada, dotado de ideais culturais amplos, de extensa experiência médica e terapêutica, incluindo a hipnose – tudo como Freud”¹.

Já em sua primeira carta a Freud, de 18 de janeiro de 1908, revela que o ensino do mestre lhe ocupa o espírito desde o ano anterior – por coincidência, também o ano em que a primeira edição de seiscentos exemplares do livro fundador da psicanálise, e um dos mais importantes do século, afinal se esgotara. Ferenczi não deixou assim de figurar entre os primeiros e relativamente poucos leitores de *A interpretação dos sonhos*.

Não sem alguma resistência: conforme viria a relatar mais tarde o próprio Freud, durante algum tempo, “não se sabe se por enfado ou aversão”, Ferenczi teria repellido sua obra. Fora antes atraído pelo renome da clínica de Zurique (da qual fazia parte Jung, já então um adepto da psicanálise, e Bleuler, simpaticante), para só depois dirigir-se à Viena no intuito de

¹ A. Haynal, “Introduction”. In: S. Freud e S. Ferenczi, *Correspondance* (1908-1914), p. XVI.



*o material esquecido infantil
deve ser buscado nas recordações
encobridoras, e às vezes de maneira
tão transparente que cabe a dúvida
se estamos mesmo diante
de um esquecimento*

28

PERCURSO 42 : junho de 2009

“falar com o autor do livro que de maneira tão desdenhosa deixara de lado”². Não o largaria mais, ao menos naquele ano: em 5 de dezembro, agradecendo o envio de “Teoria sexual infantil”, cuja segunda leitura “muito lhe havia ensinado”, Ferenczi refere-se ao livro do sonho: “A propósito me vem ao espírito que eu deveria retomá-lo [...] uma quarta vez; quando compreendemos as coisas um pouco mais, aproveita-se muito melhor da leitura de seus trabalhos” (p. 33)³. Os leitores subsequentes assinariam embaixo.

Também em 1907, logo depois do retorno das férias de verão europeu, o Homem dos Ratos, tal como acabara de fazer Ferenczi, chega à psicanálise através de uma fonte bibliográfica: folheando “A psicopatologia da vida cotidiana”, ali encontrara a explicação dos encadeamentos de palavras estranhas, que lhe teriam feito recordar suas próprias “elucubrações cogitativas”⁴. Ora, o fato de um paciente não ser mais tão ingênuo em sua demanda de análise parece premonitório do fim de uma época para a clínica psicanalítica. A própria terminologia da nova disciplina, como no seu tempo ocorreu com a kantiana, não demoraria em fazer parte do vocabulário comum – e, na própria análise, muito mais para encobrir que revelar. Doravante, Freud e os primeiros analistas passariam a contar cada vez mais com essa nova e “grosseira” modalidade de resistência na análise. Em 1913, Ferenczi já era capaz de observar um fato extraordinário:

[...] entre as neuroses, a grande histeria, que chega a deslocar por completo da esfera psíquica a dúvida e os senti-

mentos incompatíveis com a consciência, parece tornar-se cada vez mais rara. Talvez haja relação com a observação recente segundo a qual a proporção das pessoas hipnotizáveis parece em recuo. Em contrapartida, o número dos obsessivos vem crescendo⁵.

Com a análise do Homem dos Ratos em andamento fazia pouco mais de dois meses, na carta de 9 de janeiro de 1908, a Abraham, então às voltas com um caso de obsessão, Freud confirma ser a técnica empregada nesta neurose mais difícil do que aquela empregada com a histeria; e diferentes os meios de recalqueamento (tomado aqui no sentido amplo de “defesa”) das duas neuroses. Mas, a seu ver, a neurose obsessiva não passava “de um outro dialeto, e nada mais” (p. 27).

Seis anos mais tarde e mais preciso, afirma não ter encontrado nessa neurose o esquecimento que parecia ser a regra na histeria. Quando ainda fazia uso do método da velha hipnose catártica, presenciara a típica surpresa experimentada pelas histéricas (sobretudo nos casos clássicos de conversão) diante do que nelas fazia surgir as livres associações. Em troca, em meio às resistências manifestadas na clínica pelo obsessivo, ocorrem muito mais reações derivadas de um processo de “dissociação”: o paciente sabe de algo sobre o qual não pensa de maneira consciente. Num dado grupo de processos psíquicos, o material esquecido infantil deve ser buscado nas *recordações encobridoras*, e às vezes de maneira tão transparente que cabe a dúvida se estamos mesmo diante de um verdadeiro esquecimento (ou recalque). Resta a lembrança de algo que não foi jamais consciente, logo, que a rigor não foi esquecido: “Em particular, é nas múltiplas formas da neurose obsessiva que o ‘esquecimento’ consiste, sobretudo, na supressão dos vínculos entre ideias, no desconhecimento das conclusões a retirar e no isolamento de algumas lembranças”⁶.

Tais asserções, é certo, são frutos de uma reflexão continuada mas que ganha impulso nos primeiros meses de 1908. Em 25 de fevereiro, cinco meses após o início da análise do Homem



*pode-se afirmar que Freud
jamais despendeu tão longo tempo
a escrever um texto, e hesitou
tanto em sua publicação*

dos Ratos, Freud confessa a Jung que “a entidade da histeria vem se dispersando” para ele – agora seu interesse volta-se mais para a neurose obsessiva (p. 174). Na Páscoa, por ocasião do primeiro congresso psicanalítico, em Salzbourg, apresenta o relato do caso do Homem dos ratos durante cinco horas, sem interrupção⁷, embora – em parte fiel a sua própria recomendação de não submeter um caso clínico ao tratamento científico antes de seu término⁸ – só viesse a escrevê-lo em definitivo entre junho e julho do ano seguinte. Duas cartas, ambas a Ferenczi, constituem disso provas definitivas: em 13 de junho de 1909: “Estou redigindo o Homem dos ratos de Salzbourg para o Jahrbuch” (p. 75) – que vem a ser o primeiro periódico psicanalítico, fundado justamente naquele ano. Em quatro de julho: “Terminei a história do Homem dos ratos, ela está pronta para ser enviada a Jung, mas esgotei toda minha capacidade de trabalho para a estação” (p. 77).

Mas estamos ainda em 1908 (26 de novembro), e depois de dez meses de intensa e profícuca correspondência, Freud conta a Ferenczi de seu empenho recente de escrever sobre o método psicanalítico: “Penso ser muito importante para aqueles que já praticam a análise. Quem não estiver envolvido com ela não compreenderá uma palavra” (p. 29). Ora, a despeito de quase 40 páginas escritas, *o trabalho jamais seria concluído tal como projetado no início.*

- 2 S. Freud. “Le Dr. Sandór Ferenczi (pour son 50e anniversaire)” (1923). In: *Oeuvres complètes*, v. XVI, p. 327.
- 3 Neste artigo, serão amplamente citadas as correspondências de Freud com K. Abraham, S. Ferenczi, C. G. Jung e O. Pfister. Visando a evitar um excesso de notas de rodapé, o número de página da obra – logo antes referida e de onde a citação foi retirada – é indicado no próprio corpo do texto.
- 4 S. Freud. “Remarques sur un cas de névrose obsessionnelle” (1909). In: *Cinq psychanalyses*, p. 201.
- 5 S. Ferenczi. “Foi, incrédulité et conviction sous l’angle de la psychologie médicale” (1913). In: *Oeuvres complètes*, t. II, p. 45.
- 6 S. Freud. “Contribution à l’histoire du mouvement psychanalytique” (1914). In: *Cinq leçons de psychanalyse*, p. 107.
- 7 A. Haynal, *op. cit.*, p. XXIII.
- 8 Cf. S. Freud. “Conseils aux médecins sur le traitement psychanalytique” (1912). In: *Oeuvres complètes*, v. XI.
- 9 J. Strachey. “Introdução do editor inglês”. In S. Freud, “As perspectivas futuras da terapêutica analítica” (1910). *Edição Standard brasileira das obras completas de S. Freud*, v. XII, p. 113.

Este artigo resgata com alguma minúcia esse episódio já referido por E. Jones, o biógrafo oficial de Freud, por J. Strachey, seu tradutor inglês, e pelos editores da correspondência de Freud e Ferenczi, e que diz respeito à indecisão persistente do mestre-fundador em redigir “uma metodologia geral da psicanálise” (*Allgemeine Methodik der Psychoanalyse*), presumivelmente, segundo Strachey, um trabalho sistemático sobre técnica. Mencionado desde 1908, o projeto original seria de vez abortado em algum momento antes de fevereiro de 1911, quando afinal publica o primeiro (“O manejo da interpretação do sonho em psicanálise”) dos seis curtos ditos “artigos sobre a técnica” (“Sobre a dinâmica da transferência”, o segundo da lista, é de 1912).

Pode-se mesmo afirmar com alguma segurança que Freud jamais despendeu tão longo tempo a escrever um texto, e hesitou tanto (salvo com o caso Dora, mas pela questão do sigilo) em sua publicação. Para Strachey,

a relativa escassez de trabalhos [...] sobre técnica, bem como suas hesitações e demora em produzi-los, sugere que havia de sua parte um sentimento de relutância em publicar esse tipo de material”. Por um lado, temia que seus pacientes viessem a conhecer os pormenores de sua técnica; por outro, era muito “cético quanto ao valor, para principiantes, do que se poderia descrever como “Manuais para jovens analistas”⁹.

Em função dessas circunstâncias, a prioridade na abordagem das questões de método –



“antes de ir a Viena, espero dar conta de um pequeno trabalho que toca igualmente o aspecto técnico das análises e para o qual já reuni os materiais...”

[S. Ferenczi]

quase três anos antes de o fundador da psicanálise autorizar-se a fazê-lo – caberia ao ainda neófito Ferenczi, com o seu “Transferência e introjeção”. Publicado em fins de 1909, o artigo guardava, segundo o próprio Freud, estreita relação com o *Methodik* (a maneira abreviada pela qual em sua literatura epistolar ele se refere ao artigo inacabado). Deve-se ainda notar a novidade de aparecer em título o termo transferência.

Freud e seu “Método geral da psicanálise”

Anuncia Freud em 1910, em “As chances futuras da terapia psicanalítica”:

Estamos agora perto de reconhecer que a técnica analítica deve necessariamente sofrer algumas modificações segundo a forma de doença e segundo as pulsões que predominam no paciente. É verdade que partimos da terapia da histeria de conversão para a histeria de angústia (as fobias), é preciso mudar um pouco nosso procedimento¹⁰.

Em publicações, continuava valendo o que ele escreveu em Dora cinco anos antes: “Com exceção dos sonhos, e salvo em raros lugares, a técnica do trabalho analítico [...] não foi revelada”¹¹. Havia o relato “muito completo” do procedimento psicanalítico nos *Estudos sobre a histeria*: “[...] desenvolvido com base nas descobertas de Breuer” e descrito como a técnica de “pressão”, “incluía consideráveis elementos de sugestão, embora estivesse avançan-

do bem rápido no sentido daquele que cedo ele deveria chamar de método ‘psicanalítico’¹². Registra-se ainda, sobre a técnica, “duas descrições, muito superficiais”, em “O método psicanalítico”, de 1904, e em “Da psicoterapia”, de 1905; e “Tratamento psíquico: tratamento anímico”, cuja particularidade é ter sido escrito em 1890, e não 1905, como se pensou no início.

Assim é que em 29 de novembro de 1908, três dias depois do anúncio da *Methodik* e “agradavelmente surpreso”, Ferenczi afirma a “imensa necessidade” desse trabalho, pois “nos poupará muito em dificuldade e decepção” (p. 30). O curioso é que Freud escrevera algo semelhante a Abraham, mas no começo daquele ano (19 de janeiro): “Ainda a propósito de técnica [...], esta foi a conquista mais dura e é mesmo por esta razão que gostaria de poupar meus sucessores de uma parte do tormento e do preço da lição” (p. 31). Talvez já pensasse neste momento, ou mesmo antes, em sua *Methodik*. Como se conhecesse a passagem acima, Ferenczi dá-se conta de “[...] haver algo de doloroso em oferecer sem mais nem menos, aos mais jovens, conhecimentos adquiridos à custa de tantas dificuldades e sacrifícios” (p. 30). Em seguida também anuncia uma novidade: “Antes de ir a Viena, espero dar conta de um pequeno trabalho que toca igualmente o aspecto técnico das análises e para o qual já reuni os materiais...”. Sua vontade de não chegar de mãos vazias na certa o “[obrigaria] a trabalhar mais e de modo mais assíduo” (p. 31).

Na resposta de 11 de dezembro de 1908, além de estimular Ferenczi a trazer todos os seus projetos, Freud adverte que sua *Methodik* talvez não fosse exatamente o que dele esperava o discípulo, propondo-lhe em troca, quando de sua visita a Viena, a leitura das 34 páginas já escritas – de um total estimado em 40 a 50 – na expectativa de uma avaliação. Apressado em publicar os próprios textos e fiel a sua promessa, passado o Natal Ferenczi leva a Freud o manuscrito de “Transferência e introjeção”, texto composto de dois capítulos. A Jung, já em 30 de dezembro, o mestre menciona o evento:



Freud esclarece que
a questão da prioridade é
muito complicada e confusa

Ferenczi trouxe-me um ótimo trabalho sobre a transferência, destinado ao segundo meio-tomo [do *Jahrbuch*], mas que em seu interesse gostaria de publicar mais cedo, por ser muito próximo da seção correspondente à minha “metodologia geral da psicanálise”. Se ele não encontrar acolhimento fora – já fui recusado [por Marcuse, o editor da revista *Sexualproblem*] uma vez – nos será necessário passar-lhe este trabalho (p. 264).

Mas dois dias depois, ao próprio Ferenczi, Freud refere-se a dois possíveis editores (Marcuse e Bresler), antes de lhe propor o segundo meio-tomo do *Jahrbuch*, “ao lado de meu grande artigo” sobre a técnica – se o psicanalista húngaro renunciasse “à prioridade merecida” (p. 37). Como na época as cartas entre Budapeste, Viena, Zurique e Berlim não tomavam mais de 24 horas para chegar ao destino¹³, já no dia seguinte Ferenczi responde sem qualquer reticência:

Antes de tudo, muito obrigado por suas numerosas provas de benevolência da qual sou mais uma vez beneficiado. Se não soubesse que ser reconhecido é também estar em dívida, o que separa as pessoas mais do que as reúne, me deixaria levar sem retenção por este sentimento. Apenas tomo o que o senhor me oferece como um presente de minha boa sorte, e eu penso em suas palavras de Berchtesgaden: “O homem também deve saber aceitar presentes” (p. 38).

Lamenta o fato de Freud ter passado por tantas dificuldades em prol de seu artigo, quando de sua parte tendia a evitar uma comparação direta entre os dois trabalhos: “Se a existência desse pequeno artigo se justifica por si, eu sei muito bem que não será este o caso depois do aparecimento do seu” (p. 38).

Logo, via Jung, ele quer tentar o *Journal für Psychologie und Neurologie*, ou qualquer outra revista. Atento, adverte: “De maneira toda particu-

lar, evitei usar o que aprendi em seu *Methodik*” (p. 38). Trata-se do jovem Ferenczi, que não havia publicado então mais do que quatro artigos psicanalíticos, e cuja clínica – disso ele se dá conta “sem se deprimir”, pois sabe que ela virá com o tempo – acaba de perder três de um total de cinco analisandos.

A prioridade de “Transferência e introjeção”

De fato, Jung se pôs em contato com K. Brodmann, o redator-chefe do *Journal für Psychologie und Neurologie*, embora seja Freud quem reporta o fato a Ferenczi, acrescentando que Brodmann “merece todos os nossos esforços”. Esclarece ser a questão da prioridade, muito complicada e confusa, que o impede de favorecer a apresentação das ideias do discípulo húngaro na “Sociedade da Quarta-feira à Noite”; e apenas no seu interesse estaria colocando dificuldades (passageiras, aliás) em publicar seu artigo no *Jahrbuch*. Mais a frente: “Para a conferência da Associação médica, eu não gostaria de o aconselhar mais do que já considerou por si próprio. É certo que ainda devemos nos repetir várias vezes” (p. 40). Em seguida, *malchance oblige*, e também a propósito dos prazos: “Deixe de lado o pessimismo terapêutico que nos últimos tempos o habitava, logo vai passar” (p. 40).

Na sequência da carta e à guisa de melhor esclarecer sua posição, sem dúvida delicada, Freud comete um *lapsus calami*:

10 S. Freud, “As perspectivas futuras da terapêutica analítica”, *op. cit.*, p. 27.

11 S. Freud, “Fragment d’une analyse d’hystérie” (1905). In: *Cinq psychanalyses*, *op. cit.*, p. 6.

12 J. Strachey, *op. cit.*, p. 111.

13 A. Haynal, *op. cit.*, p. XIX.



*com a psicanálise sabemos
que um lapso jamais é destituído
de importância e interesse*

32

PERCURSO 42 : junho de 2009

Não tenho por você (ou por outros) sentimentos de benfeitor e, portanto, (não) atribuo à minha maneira de agir os temores, por outro lado justificados, de que fala. E levando em conta minha idade acho que devo deixar livre o lugar para outros que vêm depois mim; em tudo, portanto, eu ajo apenas pela causa, que no fundo é mais uma vez a minha – e isso quer dizer proceder de maneira absolutamente egoísta. Entre meus sucessores e continuadores, deve ser-lhe assegurado um lugar eminente (p. 40).

Em que pese o cortejamento do mestre, Ferenczi, já atento psicanalista – “como fiel discípulo de seu ensino, não posso assim considerar como destituído de significação um erro de escrita, assim como também significa alguma coisa o esquecimento total de minha parte desses temores” (p. 42) – não deixa escapar o lapso: “Depois de muito procurar, não tenho lembrança de lhe ter externado qualquer temor. Suponho que a frase esteja estropiada de alguma maneira, talvez lhe falte um ‘não’ ou outra negação” (p. 42), escreve em carta de 11 janeiro. Ora, com a psicanálise sabemos que um lapso jamais é destituído de importância e interesse, e neste caso preciso ele ocorre na carta em que Freud repele votos de reconhecimento, de agradecimento, de dívida... a separar os homens em vez de os reunir. A “negação”, omitida por Freud e denunciada por Ferenczi, não seria mero deslize gramatical. Vejamos a sucessão dos acontecimentos.

A resposta de Freud se limita num primeiro momento a acusar um “terremoto interior” –

imagem pertinente, se levamos em conta que na carta do primeiro dia de 1909, pesaroso, ele faz referência ao terremoto do último 28 de dezembro, que destruíra quase por completo a cidade italiana de Messina. Tivera ainda uma forte enxaqueca no dia anterior à carta, que como de hábito em situações similares o fazia contradizer-se. Estava certo, porém, de não haver qualquer “significação mais deplorável” em sua manifestação. Ora, supõe-se que o fundador da psicanálise se analise sempre, logo, o assunto deveria ainda se prolongar.

Em carta não datada – os editores (p. 45, n. A) informam que seu conteúdo determinou a colocação nesta ordem, confirmada também pelo papel de carta – Ferenczi retoma mais uma vez o assunto com visível constrangimento: “Lamento ter de falar sobre meu trabalho, pois, não sendo possível tomar meu opúsculo como [...] destituído de valor – sobretudo depois de sua elogiosa apreciação – preferia ver este dossiê arquivado e abandoná-lo a seu destino” (p. 43-4). É que sem explicação, afirmando não poder publicá-lo, Brodmann havia retornado o manuscrito: foram 24 horas em depressão, confessa Ferenczi, antes de enfim concluir tratar-se da “política partidária” que entrava “a livre expressão das opiniões” em publicação científica.

Ora, a carta de Freud de 18 de janeiro, cruzada com a precedente, e que se inicia com o incomum “prepare-se para rir de mim”, fala primeiro da satisfação de ter em mãos os 14 primeiros cadernos do *Jahrbuch*, a seu ver, “qualquer coisa de magnífico” – trabalho que ele credita a Jung como redator-chefe. Mas um arrependimento lhe pesa no coração: o fato de Ferenczi “não [figurar] neste volume, que, com tanta repercussão e todo ele em nossa honra, não se renovará tão cedo. Eu me disse que foi por minha culpa...” (p. 45). Explica-se:

[...] por um cuidado de discrição inoportuna ou sabe Deus por quê, eu havia retirado do segundo meio-tomo o seu belo trabalho sobre a transferência. Pensei que você podia escrever com facilidade um outro artigo

para este segundo meio-tomo, mas então me fizeram ver que lhe seria quase impossível produzir em um ano algo de tal importância (p. 45-6).

Sem estar ainda a par da resposta (negativa) do editor vienense – e antes de esclarecer seu ato falho, como veremos na sequência deste artigo – propõe com hombridade, além de movido por um claro desejo ainda não de todo consciente de reparar: “Sinto-me na obrigação de lhe pedir para considerar como terminada minha antiga oposição, e avaliar mais uma vez se não prefere retirar seu artigo do jornal de Brodmann para destiná-lo ao Jahrbuch”. Sublinha: “Isso me pareceria agora muito mais justificável” (p. 46), antes de enfim concluir: “Com Jung, jogue sobre mim todo o aspecto desagradável dessa inconsequência; com Br.[odmann], não há por que dar provas de consideração, invoque não importa qual razão. Bem, ria de mim, mas agora faça o que lhe aconselho” (p. 46).

Dois dias depois, em vez de rir do mestre, Ferenczi relembra o dito de Lichtenberg, naturalista e escritor alemão conhecido pelos aforismos e máximas: “Vale sempre mais que um cargo seja inferior às capacidades”, para se referir à dúvida que sempre o invade: “com o passar do tempo, estaria eu à altura de justificar a confiança que deposita em minhas atividades?” (p. 47). Ainda se reprova pela frequência com que Freud desperdiça um tempo precioso com seus “ensaios literários”, e emenda sem pestanejar: “Veio bem a propósito o seu lisonjeiro convite de publicar meu artigo no primeiro volume [do *Jahrbuch*], ele chegou quase ao mesmo tempo que a recusa de Brodmann. Seria por acaso?” Aceita todos os conselhos: “Enviei logo o manuscrito a Jung, dizendo-lhe da alegria de me apresentar em companhia tão agradável, entre pessoas que partilham as mesmas convicções e as mesmas opiniões” (p. 48).

¹⁴ Expressão utilizada por Ludwig Binswanger, em *Analyse existentielle, psychiatrie clinique et psychanalyse. Discours, parcours et Freud*, p. 271.

¹⁵ Cf. E. Jones, *La vie et oeuvre de Sigmund Freud*, v. 1, p. 397, n. 2 e E. Jones, *La vie et oeuvre de Sigmund Freud*, v. 2, p. 272-3.

»
*Ferenczi se reprova pela frequência
com que Freud desperdiça
um tempo precioso com seus
“ensaios literários”*

Poderia passar por uma fina ironia. Sem nenhuma queixa, encerra com chave de ouro um episódio prenhe de significados à luz da história, e também revelador da política interna e externa do movimento psicanalítico em seus primórdios (tal como podemos ler, com mais frequência e sutilezas, nas minutas das reuniões das quartas-feiras dos primeiros psicanalistas). Para o próprio Ferenczi, o episódio significou sua autorização profissional, em particular, junto ao “bando vienense”¹⁴.

Freud, o primeiro a receber uma das cartas cruzadas acima mencionadas, escreve-lhe também em 20 de janeiro de 1909 (um único parágrafo, deve-se notar): “Viva Brodmann! É a melhor solução. Uma parte dessa força, etc.” – a frase resumida refere-se às palavras de Mefistófeles, no Fausto de Goethe: “Uma parte dessa força que ora quer o mal e ora faz o bem” (p. 46). Freud recorda: “Console-se, no passado ele aplicou-me o mesmo golpe, com a análise de Dora”, segundo Jones, com o argumento de violar o segredo médico¹⁵; e insiste mais uma vez – “Agora escreva de imediato a Jung, conte-lhe os meandros de minhas hesitações e arranje as coisas por lá” (p. 46) – sem ainda saber que a demanda já se cumprira.

De sua parte, gentil e preocupado com a questão da prioridade, Ferenczi finaliza a carta de mesma data: “Peço-lhe notar que utilizei [...], em paráfrase, suas palavras sobre a transferência (‘Qualquer que seja a maneira pela qual um psiconeurótico é tratado, sempre o tratamos pela



depois de publicado o artigo de Ferenczi, mais de dois longos anos iriam ainda se passar antes que Freud assumisse o já antigo projeto de dissertar sobre seu método

transferência”). Nada mais tem a esclarecer no episódio.

Ao contrário de Freud, que escreve em 2 de fevereiro:

Espero que seu artigo esteja agora em lugar seguro, sob o abrigo do Jahrbuch. Há três dias meu comportamento neste assunto de repente tornou-se compreensível de maneira bem racional, e os enganosos floreios afetivos se desprenderam. Compreendi – de repente, parece – que eu não podia terminar minha obra sobre a técnica durante os meses de trabalho, e que devia empurrá-lo até julho-agosto [período de férias de verão europeu]. Logo, ele não pode aparecer senão no segundo tomo do Jahrbuch: no primeiro, há agora lugar para seu artigo. É plausível que essa compreensão me tenha vindo já há muito tempo, apenas dela não retirara as consequências antes de formular a hipótese (p. 47-8).

Ferenczi aceita sem dificuldade essas justificativas finais: “Os motivos de sua mudança de opinião nesse assunto estão plenamente esclarecidos, e eu posso esperar o aparecimento do segundo tomo com toda tranquilidade na alma”. Sente-se aliviado do antigo receio de ver seu artigo comparado ao do mestre, fossem eles publicados juntos, e de não ter que adiar ainda mais, como autor-psicanalista, a “severa crítica da parte da medicina oficial” (p. 49) – para a qual se diz já preparado. Quase quatro anos depois desses acontecimentos, em 26 de dezembro de 1912, Ferenczi escreveria o que segue a Freud:

Sem dúvida, o senhor é o único que se pode permitir passar por analista; [...] não lhe é uma vantagem, isto é, para sua análise, mas uma necessidade: acontece que o senhor não dispõe de um analista que lhe seja seu igual e, menos ainda, superior, pois pratica a análise há quinze anos mais que todos os outros, acumulando uma experiência que ainda nos falta. Apesar de todos os defeitos da autoanálise (com certeza mais longa e mais difícil que a análise por um outro), devemos esperar do senhor a capacidade de dominar seus sintomas. Foi o senhor quem em grande parte encontrou as verdades que nossa prática confirma todos os dias – e isso em sua autoanálise [e que] teve a força de ultrapassar em si mesmo, sem guia (*pela primeira vez na história da humanidade*), as resistências que no geral o gênero humano opõe aos resultados analíticos... (p. 470-1).

Certo é que, depois de publicado o artigo de Ferenczi, mais de dois longos anos iriam ainda se passar antes que, sempre relutante, Freud assumisse o já antigo projeto de dissertar sobre seu método – o que de resto, como veremos mais adiante, ao menos no começo da nova fase, ele consideraria um “trabalho de encomenda”. Nesse contexto, seu ato falho envolvendo o artigo de Ferenczi talvez, no mínimo, manifestasse alguma censura a essa iniciativa prematura. Ressalte-se ainda uma vez que a prioridade de escrever sobre a transferência coube assim ao mais jovem dos psicanalistas, e que a questão da prioridade, como se sabe, sempre foi muito sensível e cara a Freud.

A publicação de “Transferência e introjeção”

Em 3 de junho de 1909, Freud sela enfim sua decisão, fazendo-a chegar por carta a Jung: “Voluntariamente deixo para o próximo ano o trabalho sobre os métodos, primeiro, por querer que Ferenczi apareça antes, segundo, porque ainda não posso prometer terminá-lo durante as quatro semanas de férias em julho. Os senhores leitores estão longe de nos recapturar” (p.

305). Apenas uma semana depois, Ferenczi envia a versão final de seu artigo a Jung, “depois de tê-lo revisto de maneira sumária e introduzido sua teoria masoquista da sugestão” (p. 73). Quatro meses mais tarde, quando faz a correção das provas do artigo, considera superficial a primeira parte, e a segunda, sobre a hipnose, um pouco mais elaborada. Pede ao mestre que publique logo “seu trabalho sobre a técnica, para que sejam eliminadas as imprecisões que ainda não pude evitar” (p. 86). Enfim, apenas em novembro “Transferência e introjeção” seria lido pelos leitores – portanto, um ano depois de seu autor tê-lo começado a escrever (p. 37).

Não há uma palavra de Ferenczi sobre sua tão aguardada publicação – salvo, de forma muito indireta, em 20 de novembro, ao retomar sua noção de “hipnose paterna” para conjeturar sobre o método utilizado sobre uma vidente, certa Sra. Jelinek (cujo marido era o hipnotizador) como técnica auxiliar em sessões telepáticas. De maneira curiosa, e talvez não por acaso, esse foi o mês das cartas recheadas de relatos sobre este tema (“transferência de pensamentos”), que muito mobilizou Freud, Ferenczi e Jung nesse período.

O próprio Freud foi o primeiro, em três de dezembro, a colocar o assunto do artigo em dia: “O Jahrbuch me esperava em Viena, é uma suntuosa realização. Espero que os próximos volumes não sejam dominados de maneira tão visível pelo meu nome. Reservo meu artigo para o domingo...” (p. 117). De maneira surpreendente, na carta seguinte (7 de dezembro), Ferenczi mais uma vez não faz nenhum comentário sobre o aparecimento do *Jahrbuch*, nem sobre seu próprio artigo. Passado o domingo, mais uma vez Freud retoma o assunto:

Seu artigo no Jahrbuch agora está sendo lido por todo mundo. Em vez de lhe dar meu próprio julgamento, transmito-lhe o de um terceiro competente. Ele achou excelente toda a primeira parte, e menos original a segunda, que trata da sugestão, pois você teria

»
*quatro anos mais tarde, Ferenczi
considera superficial a primeira parte,
e a segunda, sobre a hipnose, um
pouco mais elaborada*

se limitado a desenvolver minha observação que se encontra na Teoria da Sexualidade (p. 120).

De certa forma, uma opinião divergente daquela, como vimos, do próprio Ferenczi. A sublinhar o fato de ser a primeira parte a que apresenta um tema mais técnico, logo, alguma prioridade deve ser mantida. Mas na segunda parte havia quando nada a noção de hipnose paterna: em 1910, em nota de rodapé nos *Três ensaios...*, Freud daria ao discípulo os devidos créditos pela relação entre sugestionabilidade e “complexo paterno”. Havia ainda uma maneira original de apresentar o conceito de introjeção [*Introjektion*], de resto, introduzido pelo próprio Ferenczi. O fundador da psicanálise finaliza seu comentário avaliando agora em nome próprio: “Não duvido do pleno sucesso do conjunto, contudo, parece-me incerto que o termo Introjeção possa ser mantido” (p. 120).

Manterá sim o termo, mas para designar o processo relacionado à identificação, pelo qual de modo fantasmático o sujeito faz passar de “fora” para “dentro” objetos e qualidades inerentes a esses objetos. Opõe com clareza introjeção à projeção [*Projektion*] – que diz respeito à localização no “outro, pessoa ou coisa, de qualidades, sentimentos, desejos, até mesmo ‘objetos’, que ele desconhece ou menospreza em si”¹⁶ – o que Ferenczi não faz mais do que indicar, assinalando uma espécie de comportamento neurótico (em particular, entre os histéricos) de natureza projetiva. A sublinhar que seu texto antecede em

16 J. Laplanche e J.-B. Pontalis. *Vocabulaire de Psychanalyse*, p. 209.



desde sempre reconhecendo
uma lacuna quanto aos detalhes
da técnica, Freud não deixa de brindar
seus alunos mais próximos com
“conselhos privados”

36

PERCURSO 42 : junho de 2009

quase quatro anos a análise do caso Schreber, a partir do qual sabemos que a projeção, defesa de origem muito arcaica, é encontrada “em operação na paranoia, em particular, mas também nos modos de pensamento ‘normais’ como a superstição”¹⁷.

Em seu artigo, Ferenczi utiliza o termo introjeção no sentido mais amplo de uma “paixão pela transferência”, referindo-se ao enorme interesse que os neuróticos manifestam pelas coisas do mundo exterior, tornando-as “objeto de fantasias conscientes ou inconscientes... [na] busca perpétua de objetos de identificação, de transferência; isso significa atrair tudo que ele pode para sua esfera de interesses, ele os ‘introjeta’”¹⁸. Tudo ao contrário do que faz, por um lado, o “demente precoce” (termo de Kraepelin para “esquizofrênico”, de Bleuler), que retira por completo seu interesse do mundo; e, por outro lado, o paranoico que, incapaz de fazer como o esquizofrênico, projeta no mundo exterior seus desejos tornados penosos, crendo reconhecer em outrem todo o amor e todo o ódio que ele nega em si mesmo. Enfim, o interesse no mundo exterior do neurótico se dispersa “livremente”, visando a conservar suas fantasias conscientes e inconscientes. Em contrapartida, o interesse do paranoico, tingido de sentimentos de desconfiança e de perseguição, não consegue senão, no fim das contas, recolher-se sobre o eu. Como podemos ver, tais distinções, de grande importância descritiva, não comprometem nem se contrapõem à lógica e ao raciocínio psicanalíticos.

Apenas em 27 de dezembro, Ferenczi voltará por um breve momento ao seu trabalho: “Tive forte interesse por sua crítica de meu artigo sobre a introjeção; [Otto] Rank também me escreveu nesse sentido, ou seja, que a primeira parte [sobre a técnica] tem mais valor. De toda maneira, fico satisfeito que contenha algo de utilizável” (p. 125). Na clínica, sem dúvida.

Sobre o destino da *Methodik*

Sobre seu próprio texto, Freud comunica a Jung já em 2 de abril de 1910: “Em nenhum caso estou contando entregar ao Jahrbuch o trabalho sobre a metodologia geral; ficar em repouso só vai lhe fazer bem” (p. 21). Mas já no dia seguinte escreve a Ferenczi que, entre outras intenções de trabalho, conta “retomar o artigo sobre a técnica” (p. 166).

Desde sempre reconhecendo uma lacuna quanto aos detalhes da técnica, Freud não deixa de brindar seus alunos mais próximos com “conselhos privados”. Por exemplo, a Jung, em 25 de janeiro de 1909: “Eu sei, ocorre com qualquer um, depois de ultrapassar os primeiros sucessos, sucede-lhe uma época amarga e ruim na psicanálise, durante a qual ele a maldiz, a ela e a seu fundador. Mas isso termina por se acalmar, chegando-se a um *modus vivendi*. Eis as realidades! *C'est la guerre!*”, exclama em francês. E acrescenta sobre o sucesso da empreitada: “Talvez o ensaio sobre a metodologia (que de fato não termino) ajudará no mais importante, mas é certo que não muito” (p. 277).

Freud jamais o terminaria, ao menos sob a forma projetada no início, como desde sempre parecia anunciar sua recorrente hesitação. Quando conta a Ferenczi, em 26 de novembro de 1908, estar trabalhando num método geral da psicanálise, duvida se naquele ritmo seria ainda possível falar de trabalho: “Salvo aos domingos, não chego a escrever senão algumas linhas; estou na página 24” (p. 29). Já se queixara a Jung pouco antes, no dia 8 de novembro,

dos mesmos aborrecimentos: “Um tratado começado, *Metodologia geral da psicanálise*, cujo nome diz tudo, avança de maneira muito lenta; agora não posso escrever senão algumas páginas aos domingos” (p. 243-4). Ainda assim, pensava em propor sua publicação “no 2º fascículo dos pequenos escritos, que Deuticke está prestes a publicar, e onde deve reaparecer ‘Dora’”. Mais uma vez a Jung, então redator-chefe do *Jahrbuch*, no dia 12 de novembro e já um pouco aflito: “O trabalho avança muito devagar; é que eu estou de 8-8 h escrivizado. Você o aceitaria para o segundo *meio-tomo* [já vimos que ele postergaria mais uma vez para o segundo *tomo*, antes de finalmente desistir do projeto] se, frente à minha resistência interior à indiscrição, fracassar minha outra contribuição – sobre o homem da obsessão com os ratos?” Explica-se: “Não quero me dirigir às outras revistas com coisas tão específicas; não será, aliás, compreensível senão para o nosso público mais próximo, pois supõe o conhecimento dos *Estudos* e Deus sabe o que mais ainda” (p. 247). A Abraham, no mesmo dia 12: “Trabalho num Método [*Methodik*] geral da psicanálise, cujo lugar de publicação não está ainda fixado, e que em todo caso aparecerá – talvez de modo exclusivo – no segundo volume de meus escritos sobre a teoria das neuroses. Infelizmente tenho tão pouco tempo que o trabalho avança muito devagar” (p. 64). Enfim, mais uma vez a Abraham, em 26 de dezembro: “Em consequência da absorção de todas as minhas forças pelas análises, não consigo prosseguir meu trabalho: ‘Método geral da psi-

17 J. Laplanche e J.-B. Pontalis, *op. cit.*, p. 344.

18 S. Ferenczi. “Transfert et introjection” (1909). In: *Oeuvres complètes*, t. I, p. 100.

19 Conforme Strachey (*op. cit.*), a escrita do *Methodik* teria sofrido uma interrupção com a viagem (e respectivos preparativos) aos Estados Unidos. Mas, ainda naquele verão de 1909, Freud contou a Jones estar “planejando ‘um pequeno memorando sobre máximas e normas de técnica’, que deveria ser distribuído, privadamente, apenas entre os seus mais chegados seguidores” (p. 113).

20 Frequentemente, Freud e Ferenczi utilizam o termo “psicanalítico” como adjetivo epíteto. Eis alguns exemplos (ou recorrências): sinceridade psicanalítica (p. 169); resignação psicanalítica (p. 171); esclarecimento psicanalítico (p. 196); honestidade psicanalítica (p. 196); franqueza psicanalítica (p. 227).

»
a leitura das cartas permite
verificar que, nos últimos meses
de 1909, Freud demonstra pouco
entusiasmo com seus pacientes

canálise’, que, após semanas, parou na página 36” (p. 69). Não se trata de um mero exagero: eram 34 em 11 de dezembro, quando estimava, como vimos, que a obra não devesse ultrapassar 40-50 páginas¹⁹.

A leitura das cartas permite verificar que, nos últimos meses do ano seguinte, apesar do sucesso da análise do Homem dos ratos (“O homem vai muito bem”, escreve em 20 de novembro de 1909), e de sua clínica *tout court*, Freud demonstra pouco entusiasmo com seus pacientes. Por exemplo, em 10 de novembro de 1909, “bloqueado, no plano científico, pelas conferências americanas”, confessa a Ferenczi com toda “honestidade psicanalítica” (p. 106)²⁰: “A época está mais para morna, estou completamente tomado, e de maneira intencional reduzi meu trabalho; alguns [pacientes] são fastidiosos, e nenhum caso novo se apresenta...” (p. 106). Seria um erro ver aqui apenas problemas de circunstância: ir aos Estados Unidos representa de fato um reconhecimento importante de sua disciplina; e, considerando que os conceitos psicanalíticos de base estão já descritos no essencial, as próprias conferências americanas têm o porte e o alcance de um balanço.

Contudo, à glória exterior (e do estrangeiro) opõe-se esse descontentamento íntimo que se manifesta primeiro na clínica. Por exemplo, também a Ferenczi, em 22 de outubro de 1909, pode dizer de seus pacientes que “eles são odiosos [mas de toda maneira lhe] fornecem a ocasião de novos estudos técnicos” (p. 93). Com



em 1920, Freud não hesita
em confessar a Pfister:
“Saiba, com efeito, que na vida
eu sou terrivelmente intolerante
com os loucos...”

38

PERCURSO 42 : junho de 2009

Abraham, em 23 de novembro, mostra-se ainda menos tranquilizador: “Jamais tive tantos pacientes como nesses dois últimos meses, mas também nunca minha prática tinha sido tão aborrecida” (p. 88). Protegidas pela intimidade epistolar, tais confissões nos soam sinceras, mesmo brutais, pois vindas do homem que durante tantos anos exercitou como poucos o fizeram a escuta paciente dos mais diversos destinos humanos. Em 1920, Freud não hesita em confessar a Pfister: “Saiba, com efeito, que na vida eu sou terrivelmente intolerante com os loucos...” (p. 122).

Embora “terapeuta contra a vontade”²¹, como escrevera ao amigo W. Fliess, em 1896, em meio às tormentas teóricas que o levariam à fundação do campo psicanalítico, Freud se daria conta, trinta anos depois, que os anos anteriores a 1910 constituíram para a psicanálise “o mais importante e o mais interessante período de sua história”²². A afirmativa ganha relevância se confrontada a outra, dirigida a Ferenczi mas datada daquele ano-limite: “Com a Dieta [assembleia política] de Nuremberg termina a infância de nosso movimento” (p. 166). Nuremberg foi a cidade-sede do primeiro congresso mundial de psicanálise – “extraordinariamente bem-sucedido”, diz ele, três dias depois do evento – e marco-fundador da Associação Internacional de Psicanálise (IPA, na sigla em inglês). Em contrapartida, finaliza, “... minha conferência não teve sucesso, não sei por quê. No entanto, ela continha muitas coisas [...] dignas de interesse” (p. 165).

Na conferência, Freud apresentara um tema prático – aliás, este era mesmo o objetivo do congresso – visando despertar um interesse mais clínico que científico, pois supunha que a maior parte dos auditores “já [teria passado] pelas duas fases conhecidas dos debutantes, a de encantamento quanto ao crescimento insuspeitado de nossa ação terapêutica, e a de depressão frente à amplitude dos obstáculos impostos aos nossos esforços”; parece-lhe “claro que todo progresso de nosso saber significa um ganho para nossa terapia”. Sobre o tratamento da neurose obsessiva, e como dissera a Abraham dois anos antes por correspondência, afirma a necessidade de modificações da técnica, que, no entanto, “não estão ainda suficientemente maduras para que as julgemos”²³. Nada, a meu ver, poderia justificar melhor a resistência em finalizar a *Methodik*.

A Jung confessa, em 5 de abril de 1910, sua “impressão de [naquele] momento estar parado diante de uma barreira e esperando um novo impulso” (p. 76). Mas é a Abraham que em 28 de agosto daquele ano expõe as nuances desses momentos decisivos:

Nossa causa, acredito, porta-se muito bem no conjunto, e agora não está mais só entre meus quatro olhos²⁴. É seguro que a partir de agora os progressos serão mais difíceis; a superfície foi desnatada, os últimos e decisivos resultados não são talvez visíveis com clareza, e é necessário nos defender não apenas dos nossos inimigos, mas também dos nossos colaboradores muito afoitos. Mas talvez seja eu o único a ter a impressão da necessidade de uma desaceleração, enquanto os mais jovens farão as coisas avançar com energia (p. 97).

É mesmo nesse tempo em que ultrapassando os muros de Viena se faz reconhecida por um público mais vasto que, como referido, a psicanálise apresenta dificuldades clínicas, teóricas e político-institucionais não negligenciáveis. Freud escreve na carta de 23 novembro de 1910: “Estou lhe dizendo, era com frequência melhor no tempo em que eu estava só” (p. 246). Não é mais o único a praticar a análise: pelo

contrário, os candidatos a analista começam a se tornar numerosos; as defecções de Adler e Stekel, e logo depois de Jung, estão mesmo em gestação; as regras de formação de analistas (dos anos 1920) estão longe até mesmo de se esboçar; e, como vimos, ele próprio ainda hesita em tornar públicos os detalhes de sua técnica. Não faz mais do que tocá-las em sua conferência de Nuremberg.

Freud lembra que o tratamento analítico, duro e cansativo no início – “era preciso que o próprio paciente dissesse tudo, e a atividade do médico consistia em pressioná-lo sem parar”²⁵ –, resume-se agora, primeiro, em liberar para o analisando a representação de expectativa consciente [*bewußte Erwartungsvorstellung*] mais próxima da representação recalçada, que se abre assim à possibilidade de se manifestar. Esse procedimento do tratamento analítico (mais uma ajuda intelectual, visando ao levantamento das resistências entre o consciente e o inconsciente) não é, entretanto, o único em operação. O outro, “muito mais enérgico”, escreve de passagem, é a transferência. Ora, como na mesma época afirma em privado a Pfister (5 de junho de 1910), a transferência, tema do artigo pioneiro de Ferenczi, permanece a cruz da psicanálise (p. 75). Em público, ele anuncia no Congresso de Nuremberg: “Vou me esforçar para em breve tratar de todas essas coisas importantes à compreensão do tratamento em uma ‘Metodologia geral da Psicanálise’”²⁶. Na verdade, esse esforço datava então de ao menos dois

21 J. M. Masson, *A correspondência completa de Sigmund Freud para Wilhelm Fliess (1887-1904)*, p. 181.

22 S. Freud, “Psychanalyse” (1926). In: *Oeuvres complètes*, v. XVII, p. 287-96.

23 S. Freud, “Les chances d’avenir de la thérapie psychanalytique” (1910). In: *Oeuvres complètes*, v. X, p. 24-8. No texto sobre Leonardo, igualmente de 1910, Freud refere-se às dificuldades do pintor em finalizar suas obras, ao tempo dedicado a algumas delas, por vezes considerando-as inacabadas...

24 Conforme a nota 1 (p. 97) da edição consultada desta correspondência, “trata-se de uma variação feita por Freud, no sentido de uma astúcia, de uma expressão alemã (derivada do hebreu) e corrente na época: ‘*Ein Geheimnis dürfe nur auf vier Augen stehen*’ quer dizer: ‘Não deveria haver segredo senão entre quatro olhos’”.

25 S. Freud, “Les chances d’avenir de la thérapie psychanalytique”, *op. cit.*, p. 64.

26 S. Freud, *op. cit.*, p. 64.

»
“vou me esforçar para em breve
tratar de todas essas coisas importantes
à compreensão do tratamento em uma
‘Metodologia geral da Psicanálise’”

[S. Freud]

anos: a nota de rodapé de Strachey confirma tratar-se de “um trabalho sistemático sobre a técnica psicanalítica, [planejado] e pelo menos em parte [escrito], por Freud, em 1908 e 1909, mas nunca [publicado]”²⁷.

Tudo indica que apesar de anunciada em público a existência da *Methodik* (em 1910, repito, no Congresso de Nuremberg), nada lhe tenha acrescentado depois dessa data, e mesmo antes, conforme os extratos de cartas aqui citados. Enfim, podemos ainda ler que em 29 de janeiro de 1911, três anos depois de anunciar (a Jung, com vimos, em primeiro lugar) sua intenção de escrever a *Methodik*, Freud continua a se justificar perante Pfister, que de tempos em tempos lhe pede informações sobre o trabalho:

Estou profundamente endividado a seu respeito e lhe devo várias cartas [...]. Pode ser que suas repetidas questões a respeito de minha metodologia tenham tido alguma responsabilidade neste atraso; é visível que não gosto muito de ouvir falar disso. Terminei uma parte há um ano e meio, mas o todo não está maduro e o autor está muito cansado. Não posso assim prometer nada antes de muito tempo. Até lá, deixemos as técnicas crescerem em estado selvagem (p. 84).

Um mês mais tarde ele retoma o assunto:

“Mortifica-me muitíssimo que permaneça com o objetivo preciso de esperar minha metodologia. Sinto-me tão longe dela que pressinto seu retorno não antes de longos anos. Trate você mesmo de se ajudar” (p. 84).



*teriam sido destruídas
as quase quarenta páginas
[da Methodik] escritas, em meio
às faxinas periódicas que Freud
fazia em seus escritos*

A herança da *Methodik*

Ora, de maneira inesperada, no último dia de 1911, Freud alerta Jung sobre a próxima chegada de “um primeiro trecho da técnica” – “O manejo da interpretação dos sonhos” –, “de uma indigência decepcionante” (p. 237). Demora ainda menos – e para isso talvez tenham contribuído as defecções de Adler e Stekel – com o segundo (“A dinâmica da transferência”). Continua descontente: “[Ele] não será melhor, será apenas menos claro. Nunca dá certo quando escrevo de encomenda, sem necessidade interior, como foi o caso desses ensaios” (p. 237).

A encomenda – uma exigência pessoal, é certo, mas desta vez sobretudo da “causa” – se tornará uma realidade, pois a seguir não cessarão as notícias a respeito. É assim que, seis meses mais tarde, anuncia a Ferenczi em 6 de junho de 1912: “Pesquisei ontem suas proposições para a segunda sequência dos ‘conselhos’. É preciso que eu inaugure o novo ano [universitário] com um ensaio desse gênero” (p. 400). Nem chegaria a tanto: o primeiro da série, “Conselhos aos médicos sobre o tratamento analítico”, seria publicado ainda naquele mês de junho. Enfim a Abraham, em 29 de julho:

Estou contente de haver terminado, nos últimos dias de calma, dois artigos técnicos, um sobre o amor de transferência e o outro intitulado: “Rememoração, repetição e perlaboração”. Creio que minha maneira de apresentar as coisas se transformou; desde o ajuste de

contas [Jung], tornei-me mais sincero, mais arrojado e mais direto (p. 191).

Vemos assim que em questão de meses (e às vezes dias entre um e outro) Freud realiza quatro comunicações curtas, pontuais e ao mesmo tempo sortidas sobre o tema – ele que, diria uma historiadora no futuro, “deixou muito poucos escritos técnicos, [e] ficava mais à vontade em utilizar metáforas do que longas e complexas explicações para descrever o processo do tratamento psicanalítico”²⁸. Mas esses textos, por vários motivos tão importantes, respondem antes de tudo às dificuldades que se apresentam aos analistas pioneiros e de primeira geração. Coincidem com o período em que Freud aguarda, como vimos, um novo impulso teórico – que de fato virá, ao longo dos anos seguintes e em sua plena maturidade intelectual, na forma dos ditos escritos metapsicológicos. A reviravolta teórica dos anos 1920 – segunda teoria das pulsões e segunda tópica – inauguraria a nova década.

Sobre a própria *Methodik*, nada sabemos de certo sobre seu destino. Teriam sido destruídas as quase quarenta páginas escritas, em meio às faxinas periódicas que Freud fazia em seus escritos, depois de repartido seu conteúdo entre as curtas comunicações sobre a técnica aqui citadas?²⁹ Ou elas se conservam ainda hoje nos *Freud Archives* (doados por Anna Freud à Biblioteca do Congresso americano)? De concreto, conforme já referido, sabe-se que uma das seções da *Methodik* era muito próxima do “ótimo trabalho sobre a transferência”, de Ferenczi (p. 264). A transferência fora reconhecida desde 1895, nos *Estudos sobre a histeria* – e lá como o pior dos “obstáculos”, próprios para incomodar as relações do doente com seu médico, e que deveria ser sempre vencida, depois “incluída na natureza das preocupações terapêuticas”. Enfim, inerente ao procedimento analítico e, como tal, encontrada “em toda análise mais séria”³⁰, mais do que nunca ela exigia ser levada em conta – ainda mais à luz das mudanças teóricas que se avizinhavam.

Sob os efeitos da transferência, as histéricas podiam imaginar-se grávidas, como Anna O., e desejar serem beijadas por Freud, ou até mesmo abandonar a análise, como Dora... O Homem dos ratos manifesta transferências de outra maneira, imaginando por exemplo – em uma sessão “repleta da transferência mais assustadora, e na qual experimenta uma enorme dificuldade em contar”³¹ – que uma “grande infelicidade” teria ocorrido à família Freud no passado.

[...] um de meus irmãos, um garçom, [teria cometido] assassinato em Budapeste e [sido] executado. Começo com uma risada: de onde ele tirou isso? [...] todo seu afeto desaba. Fora seu cunhado, conhecido de meu irmão, que lhe contou para provar que a educação não quer dizer nada e a predisposição, tudo. [...] Sei que se tratava de Leopold Freud, o assassino do trem, quando eu estava no terceiro ou quarto ano da escola. Asseguro-lhe que não temos parentes em Budapeste. Aliviado, confessa que por esta razão desde o início estava vindo com certa desconfiança³².

Desconfiança, culpabilidade, pensamentos de morte, crueldade, ódio, cujo alvo aparentemente é o analista. A Ferenczi, quatro anos depois, em 23 de dezembro de 1912, comenta de maneira divertida (“de todos os lados os irmãos caem sobre mim”) que se confirma na prática sua construção da “refeição totêmica” – antes de contar que um de seus pacientes nada falou durante uma semana por não poder assumir a crueldade de lembrar-lhe que um seu irmão ou tio tinha sido executado por roubo e assas-

27 J. Strachey, *op. cit.*, n. 2, p. 128.

28 L. Flem. *Freud et ses patients*, p. 87.

29 Lemos sem mais, na correspondência entre Freud e Abraham (nota de rodapé da p. 64) que “este trabalho [*Methodik*] se integrará mais tarde aos escritos sobre a técnica psicanalítica”. Está bem, mas de que forma isso se deu? E, ainda, qual o destino (se de fato existiu) do referido memorando sobre máximas e normas de técnica, que deveria permanecer privado e restrito aos seguidores mais próximos? Em outras palavras, o que do *Methodik* permaneceu no memorando ou nos artigos técnicos publicados? Nenhum dos pesquisadores (tradutores, biógrafos) aqui citados, inclusive quem teve acesso aos documentos de Freud, se interessou em informar a seus leitores.

30 *Apud* A. Haynal, *op. cit.*, p. XXIII.

31 S. Freud. *L'homme aux rats*. *Journal d'une analyse* (1955), p. 159.

32 S. Freud. *op. cit.*, p. 159-61.

desconfiança, culpabilidade,
pensamentos de morte,
crueldade, ódio, cujo alvo
aparentemente é o analista



sinato (os editores da correspondência de Freud e Ferenczi confirmam em nota não se tratar do Homem dos ratos). O pai, como elemento simbólico – o *pai morto*, como Lacan sublinha em sua obra – tão determinante para o Homem dos ratos, será desenvolvido em *Totem e tabu*, de 1912-1913, depois de escrever “A dinâmica da transferência”, em que introduz a modalidade negativa da transferência.

Em 13 de fevereiro de 1910, conta a Ferenczi sobre o Homem dos lobos:

Um jovem russo, rico, que eu atendo por causa de uma paixão amorosa compulsiva, confessou-me depois da primeira sessão as seguintes transferências: judeu bandido, ele gostaria de me pegar por trás e me cagar na testa. Com a idade de seis anos, o primeiro sintoma manifesto consistia em injúrias blasfemáticas contra Deus: porco, cachorro, etc. Sentia-se incomodado quando via na rua três montes de merda por causa da S.[anta] Trindade, e ansiosamente buscava um quarto [monte] para destruir a evocação (p. 149).

Em outra oportunidade, também a Ferenczi e a respeito da análise do jovem russo de Odesa, Freud contrapõe: “Estou mais eficaz do que nunca” (p. 144).

Não há por que duvidar (e um ano depois, como vimos, saíam em sucessão os artigos técnicos). Mas é certo que a devida dimensão clínico-epistemológica da transferência – identificada (no plural) em *Os estudos sobre histeria* e reconhecida em Dora (um fracasso terapêutico,

mas ainda assim, ou *pour cause*, uma preciosidade clínica) como parte integrante da análise – não poderia se tornar compreensível em todo seu alcance e abrangência senão com a reviravolta dos anos 1920. Em particular, e depois de estabelecer sua relação com a resistência e a repetição, nos artigos sobre técnica, e sua diferença com a sugestão, em *Psicologia das massas e análise do eu*, sua integração plena à rede conceitual da psicanálise se fará com a noção de *pulsão de morte* (segunda teoria da pulsões).

Na clínica analítica, a transferência negativa, que se traduz na *ambivalência* do analisando em relação ao analista, funciona como limite à sugestão, e sua manifestação – emblemática, particular e profícua, se sustentada de maneira devida pelo analista – anuncia o começo do fim da análise. Era talvez, igualmente, o começo da maturidade de sua disciplina, pela qual Freud tantas vezes ansiou antes de se sentir capaz de apresentar particularidades de seu método para o grande público.

Referências bibliográficas

Binswanger L. (1970). *Analyse existentielle, psychiatrie clinique et psychanalyse. Discours, parcours et Freud*. Paris: Gallimard.

Freud S. (1914/1973). Contribution à l'histoire du mouvement psychanalytique. In: *Cinq leçons de psychanalyse*. Paris: Payot.

_____. (1955/1974). *L'homme aux rats*. *Journal d'une analyse*. Paris: PUF.

_____. (1890/1984). Traitement psychique (Traitement d'âme). *Résultats, idées, problèmes*, I, 1-24. Paris: PUF.

_____. (1912/1991). Conseils aux médecins sur le traitement psychanalytique. In: *Oeuvres complètes*, v. XI. Paris: PUF.

_____. (1923/1991). Le Dr. Sandór Ferenczi (pour son 50e anniversaire). In: *Oeuvres complètes*, v. XVI. Paris: PUF.

_____. (1905/1992). Fragment d'une analyse d'hystérie. In: *Cinq psychanalyses*. Paris: PUF.

_____. (1909/1992). Remarques sur un cas de névrose obsessionnelle. In: *Cinq psychanalyses*. Paris: PUF.

_____. (1926/1992). Psychanalyse. In: *Oeuvres complètes*, v. XVII. Paris: PUF.

_____. (1910/1993). Les chances d'avenir de la thérapie psychanalytique. In: *Oeuvres complètes*, v. X. Paris: PUF.

_____; Abraham K. (1969). *Correspondance (1907-1926)*. Paris: Gallimard.

_____; Ferenczi S. (1992). *Correspondance (1908-1914)*, v. I. Paris: Calmann-Lévy.

_____; Jung C. G. (1975). *Correspondance (1906-1914)*. Paris: Gallimard.

_____; Pfister O. (1996). *Correspondance (1909-1939)*. Paris: Gallimard.

Ferenczi S. (1909/1968). Transfert et introjection. In: *Oeuvres complètes*, t. I. Paris: Payot.

_____. (1913/1970). Foi, incrédulité et conviction sous l'angle de la psychologie médicale. In: *Oeuvres complètes*, t. II. Paris: Payot.

Flem L. (1986). *Freud et ses patients*. Paris: Hachette.

Haynal A. (1992). Introduction. In: S. Freud; S. Ferenczi, *Correspondance (1908-1914)*. Paris: Calman-Lévy, p. XIV-XXXII.

Jones E. (1958). *La vie et oeuvre de Sigmund Freud*, v. I. Paris: PUF.

_____. (1961). *La vie et oeuvre de Sigmund Freud*, v. 2. Paris: PUF.

Laplanche J.; Pontalis J.-B. (1973). *Vocabulaire de Psychanalyse*. Paris: PUF.

Masson J. M. (1986). *A correspondência completa de Sigmund Freud para Wilhelm Fliess (1887-1904)*. Rio de Janeiro: Imago, p. 181.

Strachey J. (1910/1969) "Introdução do editor inglês". In S. Freud, *As perspectivas futuras da terapêutica analítica*. In: *Edição standard brasileira das obras completas de S. Freud*, v. XI. Rio de Janeiro: Imago.

The Methodik: an embarrassment in Freud's writing

Abstract Unlike his usually fast and non-hesitating way of writing, Freud strives to compose, between 1908 and 1911, a text he refers to in his letters as "*Methodik*". It will finally be aborted, giving place to short technical articles published from 1911 on. Over and above his admitted modesty in writing about psychoanalytic technique, the author tries here to explain Freud's vacillation as a consequence of new acquisitions brought up by his study of obsessive neurosis: in this sense, the analysis of the "Rat man" represents a landmark announcing the end of the "golden age" for Psychoanalysis.

Keywords psychoanalytic clinic; *Methodik*; Freud; Ferenczi.

Texto recebido: 11/2008

Aprovado: 2/2009

Um lugar na contramão

movimentos regressivos para o
analista...

Sérgio Zlotnic
Marília Marra de Almeida
Nelson da Silva Junior

Resumo Este artigo considera o fator econômico na clínica psicanalítica a partir de uma articulação entre implicações clínicas do conceito de pulsão de morte, ideias sobre o trauma em Ferenczi e movimentos de regressão envolvidos nos processos do sonho. Está em foco o trabalho de Freud de 1920, “Além do princípio de prazer”, na perspectiva de um retorno freudo-ferencziano da psicanálise atual, ou seja, retorno à escola de Ferenczi, em sintonia com a escritura freudiana. Os movimentos regressivos do psiquismo serão o elo teórico cuja implicação técnica é discutida. Finalmente, pretende-se estabelecer uma articulação entre o sonho e a atenção-flutuante a fim de mapear o lugar do analista na clínica da psicanálise: um lugar na contramão.

Palavras-chave regressão; trauma; clivagem; recalque; Ferenczi; Winnicott.

Sérgio Zlotnic é psicanalista, doutor em Psicologia pelo IPUSP, pesquisador em pos-doc sobre o tema: “A metapsicologia da atenção flutuante”, com apoio da Fapesp.

Marília Marra de Almeida é psicóloga, mestranda pelo IPUSP, Bolsista do CNPq.

Nelson da Silva Junior é psicanalista, doutor pela Universidade Paris VII, professor livre-docente do Departamento de Psicologia Social e do Trabalho do IPUSP, professor visitante da Université de Bretagne Occidentale, professor do Curso de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, Membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae e da Associação Universitária de Pesquisa em Psicopatologia Fundamental. Autor dos livros *Le fictionnel en psychanalyse. Une étude à partir de l'œuvre de Fernando Pessoa* (Presses Universitaires du Septentrion, 2000) e *Linguagens e pensamento*. A lógica na razão e desrazão (Casa do Psicólogo, 2007).

Como se sabe, as construções teóricas de Freud são concebidas a partir dos fenômenos clínicos com os quais se defronta. Os avanços da metapsicologia são sempre insuficientes para dar conta da realidade verificada no divã: a clínica faz a metapsicologia sofrer. Deparando com fenômenos que não se encaixam de acordo com a lógica do princípio de prazer, Freud é levado, em 1920, ao seu texto “Além do princípio do prazer”, escandaloso na medida em que afirma um sonho que não é a realização de um desejo – e na medida em que arrebenta os muros que demarcavam a psicanálise até então. Seus efeitos se fazem sentir até hoje, obrigando o analista a colocar em questão, permanentemente, seu lugar na cena analítica.

Nesse sentido, indagamos: em que medida, na clínica contemporânea, nossos pacientes nos fazem sofrer e nos levam a colocar em xeque as fronteiras daquilo que aprendemos a reconhecer como *A Psicanálise*? Que alternativas encontramos para, como analistas, lidar com aquelas situações clínicas nas quais vemos desaparecer nosso lugar de linguagem?

Em Ferenczi, há importantes reflexões técnicas que visam a saídas para impasses clínicos nos tratamentos daqueles pacientes *difíceis*, os pacientes das clivagens, cisões e dissociações. Depois dele, Balint, em estreita sintonia com o pensamento ferencziano, escreve inúmeros textos nos quais os pacientes pré-triangulares e pré-edípicos são protagonistas. Também Winnicott desenvolve muitas de suas ideias a partir de experiências com pacientes *em regressão*, procurando novas maneiras de lidar com a tarefa analítica. E, ainda, talvez



*com a introdução da pulsão de morte,
a própria identidade da psicanálise
é posta em xeque,
exigindo uma busca permanente
de saídas para impasses clínicos
que se impõem*

44

PERCURSO 42 : junho de 2009

possamos colocar no mesmo campo os pacientes da recusa, nos quais outra modalidade de defesa, que não o recalque, está em operação¹.

Atualmente, se pousarmos nosso olhar na bibliografia recente, veremos a quantidade de reflexões dedicadas, por exemplo, aos pacientes *borderline*², que podem ser aproximados dos anteriores, desafiando o analista e desenhando uma clínica peculiar que não coincide com a clínica do recalque *puro*, se é que isso exista. Nesses casos e nessas situações, uma resposta do analista da ordem de um comportamento, e não de uma palavra, é a resposta possível³.

É nesse sentido que vale uma reconsideração que esclareça no que o *Além do princípio de prazer* interfere na clínica e na técnica psicanalítica. Senão, vejamos:

O “Além” de Freud

Ao enunciar elementos no aparelho psíquico que, em posição nuclear, se comportam de maneira estranha ao princípio do prazer, Freud reintroduz um campo de fenômenos sem representação psíquica, à semelhança das *anti-gas* neuroses atuais. Se o clássico e familiar recalque supõe uma representação separada de

seu respectivo afeto (que, com uma feliz interpretação, o tratamento analítico iria religar) e dela necessita, com a introdução da pulsão de morte, abre-se um terreno no qual desejo, representação psíquica e recalque, por um momento, não fariam sentido. E, se não há representação psíquica a ser perseguida, toda posição técnica do analista teria que ser revista: atenção flutuante, por um momento, também não faria mais sentido, pois ela se presta, justamente, a tornar visíveis os derivados do recalque. Se, agora, estamos num campo anterior ao do recalque, o que faz o analista, então?

Considerar ou desconsiderar o trabalho de Freud de 1920 – ouvir ou não a sua novidade – é determinante para o modo de operar a clínica de um analista. Com a introdução da pulsão de morte, a própria identidade da psicanálise é posta em xeque, exigindo uma busca permanente de saídas para impasses clínicos que se impõem e desafiam os limites daquilo que poderia ser considerado analítico.

Muito embora esse trabalho de Freud tenha sido objeto de exame para uma enorme quantidade de pensadores, mobilizando uma vasta produção de reflexões teóricas e publicações, é curioso que, segundo Laplanche⁴, ele tenha sido recusado em larga escala por décadas. Como se, à moda de um trauma, a pulsão de morte tivesse marcado o movimento psicanalítico, que precisou levar um bom tempo para fazê-la circular na prática clínica da psicanálise, como elemento pensável.

Importante sublinhar que, em certa medida, a segunda tópica recupera a teoria da sedução original pré-1900, como mostra o trabalho de Laplanche. A partir dessa ideia, sugerimos que a pulsão de morte retoma as pulsões de autoconservação do ego: ambas da ordem do não sexual e do inominável, referem-se ao tema sobrevivência/aniquilamento. Ambas também anteriores ao desejo e às pulsões sexuais, são resistentes ao trabalho de simbolização que a psicanálise se propõe a realizar.

Com a questão da sobrevivência colocada em primeiro plano, o pensamento freudiano vai

se ocupar em considerar os impactos traumáticos que, vindos de fora, inundam de energia o organismo: energia desligada que obriga a buscar meios de ligação e contenção. No caso do aparelho psíquico, ao ser invadido por grandes quantidades de energia, a tarefa a ser executada é a de, numa linguagem freudiana, *dominar retrospectivamente o estímulo*, vinculando as intensidades antes de retornar ao princípio de prazer. Freud afirma que as providências para amortecer impactos ocorrem de forma reflexa: como um ato reflexo, *decorrem sem a intervenção do aparelho mental*⁵. Trata-se de uma forma de defesa do organismo que se dá fora do campo das representações psíquicas.

Mesmo as excitações produzidas dentro do organismo também podem funcionar à semelhança das excitações vindas de fora, produzindo distúrbios comparáveis àqueles causados pelas neuroses traumáticas⁶. De qualquer forma, ao lidar com energia não ligada, o organismo despreza o princípio de prazer para dedicar-se a sujeitar o excesso: cuidar do trauma para, adiante, retomar o desejo. A ideia de trauma como invasão do mundo exterior conecta-se ao encontro com a alteridade, que obriga o sujeito a um trabalho de metabolização e digestão de elementos estranhos.

No trauma, estaríamos no registro da sobrevivência, num terreno próximo ao da necessidade e no campo de um corpo biológico⁷ – sobre o

»»

*no trauma, estaríamos no registro
da sobrevivência, num terreno próximo
ao da necessidade e no campo
de um corpo biológico*

qual se apoiará a sexualidade – no qual o simbólico ainda não impera, exigindo do analista uma escuta para aquilo que ainda não pode se dizer – exigindo também que o analista empreste seu próprio psiquismo a um organismo pré-psíquico.

No campo pré-analítico, o trabalho seria o de buscar a inscrição para aquilo que não tem nome: não mais uma lembrança histórica do sujeito ocorrida e registrada a ser alcançada pelo tratamento. Onde buscávamos um rastro na areia, uma pegada, encontramos o pé – ele mesmo, com a sua concreta e desconcertante realidade.

Decorrencia de 1920, o esquema freudiano se tornou mais complexo: traços mnêmicos sem a espessura de uma lembrança desafiam o analista em sua poltrona de interpretador, exigindo um trabalho de inauguração. Não há mais *apenas* um recalque a ser superado – melhor dizendo, *ainda* não há um recalque...

Perguntamos: qual é o lugar do analista nesse novo cenário que se descortina? Qual o papel de sua escuta quando a questão da sobrevivência está em jogo? Como reconduzir o processo novamente aos trilhos familiares do desejo e do princípio do prazer? Como fazer caminhar a *clínica do trauma* até a *clínica do desejo*? Dito de outra forma, como chegar até o território

- 1 Remetemos o leitor ao trabalho de Penot sobre a recusa: B. Penot (1992), *Figuras da recusa*.
- 2 Para uma noção dos quadros *borderline*, sugerimos um artigo de Figueiredo que considera especificamente este assunto e no qual ficam claros os impasses que o analista tem de enfrentar no tratamento desses pacientes: L. C. Figueiredo (2001b), "A clínica *borderline*".
- 3 Para as situações clínicas nas quais o trabalho analítico apresenta-se *impraticável*, ver Luiz Carlos Menezes (1997), "Além do princípio do prazer: a técnica em questão", p. 264.
- 4 J. Laplanche, *Novos fundamentos para a psicanálise*, p. 124.
- 5 S. Freud (1920), "Além do princípio de prazer", p. 46.
- 6 S. Freud, *op. cit.*, p. 51.
- 7 Para um esclarecimento sobre a questão do corpo na psicanálise – e para distingui-lo do corpo da biologia –, vale recorrer a um artigo de Menezes, no qual o autor afirma: "embora a sexualidade humana se inscreva inteiramente no corpo, ela não é compreensível se não pudermos postular para ela uma economia própria, regida por uma lógica que não coincida com a lógica da realidade biológica do corpo". L. C. Menezes, "Freud e Jung: a teoria da libido em questão", p. 321-4.



com o terreno das quantidades colocado em primeiro plano, a questão do indeterminismo se impõe e condena o analista a um enfrentamento diante da imprevisibilidade

46

PERCURSO 42 : junho de 2009

do recalque desde – ver com Ferenczi, adiante – a clínica das clivagens? Enfim, como precisar o exercício e a técnica clínica da psicanálise a partir das contribuições do *Além do princípio do prazer*? Seria a psicanálise, então, também e principalmente, o espaço no qual se pretende dar destinos à pulsão, espaço no qual se busca ligar quantidades de energia livre, engatando-as a algum objeto, atrasando suas descargas, criando representações para essas intensidades, e assim possibilitando derivações de uma força cujo propósito original é unicamente a evacuação:⁸

Com Birman lemos que “para que a pulsão seja transformada, remodelando o seu estatuto primordial como força, é necessário um trabalho de ligação aos objetos e a sua inscrição no campo da representação, de maneira a se constituir um circuito pulsional”⁹. Circuito no qual vigora o princípio de prazer, compreende-se. Para que isso ocorra, diz o autor, para que o assujeitamento e a inscrição das quantidades se dê, é fundamental o papel do *outro*: a alteridade comparece na constituição do aparelho psíquico. É o analista que encarna esta alteridade, de modo radical, em certos momentos dos processos clínicos.

Ao mesmo tempo que nos mostra o caminho que o conceito de pulsão faz nos desenvolvimentos da metapsicologia em Freud, Birman

relata como o registro econômico vai ocupando um lugar de máxima importância na psicanálise e como, com isso, impasses nucleares se desdobram e se estendem por sobre a prática e a teoria psicanalítica. Impasses que decorrem de um desmanche do determinismo presente nos registros tópico e dinâmico: o passado enquanto tal não é resgatável pelo sujeito. É como se houvesse um trabalho a ser realizado, anterior ao da análise propriamente dita, para que as forças pulsionais encontrem objetos e representações e constituam um circuito pulsional, passível de sofrer os desdobramentos que a análise pretende. Antes do desejo, não há como submeter um material ainda não atravessado pelo discurso ao trabalho analítico, regido pela palavra – a não ser que seja ampliada a definição de psicanálise e concebida também como um ato inaugural de inscrição, carregando a marca de uma gênese... É isso que a escritura de 1920 vem promover – muito embora, conforme Laplanche, a própria ideia de pulsão de morte possa sofrer uma recusa. E nunca será demais sublinhar os fatores econômicos em cena, tecendo seu trabalho silencioso na clínica.

Com o terreno das quantidades colocado em primeiro plano, a questão do indeterminismo se impõe e condena o analista a um enfrentamento diante da imprevisibilidade: a questão econômica torna inviável a predição. O caminho possível é o inverso do da formação de sintomas: *a posteriori, e regressivamente*, pode-se refazer o trajeto, à moda de uma desconstrução – como se buscássemos os ingredientes que compuseram uma receita, depois do prato pronto e acabado, buscando os sabores que o paladar recolhe a cada garfada: trabalho no escuro, à mercê dos sentidos do corpo. A pulsão de morte atesta o troço de Freud e a sua superação: no meio do caminho, a pedra do irredutível.

Vejamos uma implicação técnica de valor capital na clínica psicanalítica em consonância com essas ideias: “a indeterminação anuncia a imprevisibilidade das reestruturações mentais, à medida que essas são reguladas por diferenças

quantitativas que são cruciais, mas inapreensíveis no registro da escuta¹⁰. A quantidade não pode ser escutada: a pulsão de morte é surda e muda. A tarefa da análise passa a ser a de estabelecer ligações no universo da invisibilidade¹¹.

Se o analista se vê limitado pela inoperância da escuta – insuficiente para captar fenômenos da ordem de uma quantidade –, que faculdade, então, tem que ser acessada e colocada em movimento na sala de análise?

Oportuno resgatar o conceito de *tato*, derivado da escola de Ferenczi: uma sensibilidade outra, paralela à escuta, relacionada com a pele, com contato físico e com o universo das sensações – o corpo do analista comparece no cenário analítico, com aquilo que carrega de estranho, de desconhecido e de alteridade para ele mesmo analista. Lembremos que *tato* é um fenômeno de fronteira no qual a pele está envolvida: temos que tocar os objetos para colocá-lo em funcionamento. Dessa forma, é como se o analista tivesse que encarnar uma presença ali, no lugar para onde o paciente se dirige. Presença encarnada em vez de reserva discreta que, através de interpretações, teria remetido a fala do analisando a um terceiro ausente. A coincidência entre analista real e objeto perdido que, em geral, não deve ocorrer, apresenta-se subitamente na clínica como algo que exige consideração¹². Essa situação se dá nas bordas daquilo que pode ser chamado de psicanálise, pois traz uma ameaça de

8 E, neste caso, então, não seria procedente uma provisória *via de porre* com vistas a retomar mais tarde a *via de levar*?...

9 J. Birman, "Sujeito e estilo em Psicanálise – Sobre o indeterminismo da pulsão no discurso freudiano", p. 47-50.

10 J. Birman, *op. cit.*, p. 35.

11 J. Birman, *op. cit.*, p. 34.

12 A *coincidência* entre analista real e objeto perdido à qual nos referimos é uma ilusão de encontro. O *objeto para sempre perdido* está para sempre perdido, evidentemente. Fédida considera essa ideia da impossível coincidência, discutindo os momentos críticos do aparecimento do traumático no processo de análise. P. Fédida, "Modalidades da comunicação na transferência", p. 91-123.

13 Conforme Figueiredo, no texto supracitado, certos pacientes como que poriam à prova as *reservas* do analista, exigindo uma *atenção constante* (não flutuante, acrescentemos), uma *prontidão de resposta*, uma *sustentação verbal* e mesmo *física*. Ver L. C. Figueiredo (2001), *op. cit.*

»
uma maneira de o sujeito lidar
com um trauma, de acordo com
Ferenczi, seria a regressão
a uma espécie de estado de êxtase,
que lembra o estado hipnoide

colapso à posição do analista – que, momentaneamente, perdeu seu lugar de linguagem. Em sua interdição, o horror ao próprio ato está posto em xeque. No lugar de uma palavra, uma ação!¹³

Ferenczi e o trauma

Para Ferenczi, recuperar a *traumatogênese* na etiologia das psiconeuroses, desprezada por tanto tempo, seria tarefa do analista, pois os traumas precoces ficariam registrados, mas não como representações a serem encontradas pela análise: como o órgão do pensamento ainda não estaria completamente desenvolvido, o sujeito carrega esses *fatos* no corpo: lembranças físicas a serem mobilizadas pelo tratamento.

Coerente imaginar que uma lembrança física necessariamente passa longe do discurso, traduzindo-se mais em ato que em palavra. Não será este o ponto no qual o *tato* do analista vem em socorro de sua *escuta*?

Uma maneira de o sujeito lidar com um trauma, de acordo com Ferenczi, seria a regressão a uma espécie de estado de êxtase, que lembra o estado hipnoide: trata-se de uma tentativa de amortecer o impacto do choque, amortecendo-se (este mecanismo seria já um anúncio dos



a imagem da criança psiquiatra e sábia nos fala de um conhecimento hipertrofiado que é posto em marcha quando o sujeito se vê confrontado por uma situação extrema

48

PERCURSO 42 : junho de 2009

processos de clivagem da personalidade – modalidade de defesa anterior e mais primitivo do que o recalque, a que Ferenczi volta a sua atenção¹⁴).

Quando o regresso a uma beatitude pré-traumática ocorre durante o tratamento na sessão psicanalítica é sinal de que o processo foi bem sucedido na recondução do paciente até essas marcas originais e antigas de sua história pessoal, impressas no corpo. Seria, então, justamente, a oportunidade de re-viver o choque primitivo para fazê-lo circular como um elemento psíquico. A regressão do paciente aparece, então, como via de acesso a essas marcas, constituindo-se em fenômeno terapêutico a favor da análise.

Para articular adiante a questão do trauma à posição do analista na clínica, necessitamos de uma outra ideia que Ferenczi nos oferece: diz respeito à maturação apressada que a criança, vítima de uma violência sexual, desenvolve. Vejamos, nas palavras do autor, a imagem utilizada para se referir a esse fenômeno:

Uma aflição extrema e, sobretudo, a angústia da morte, parecem ter o poder de despertar e ativar de súbito disposições latentes, ainda não investidas, e que aguardavam tranquilamente sua maturação. A criança que sofreu uma agressão sexual pode, de súbito, sob a pressão da urgência traumática, manifestar todas as

emoções de um adulto maduro, as faculdades potenciais para o casamento, a paternidade, a maternidade, faculdades virtualmente pré-formadas nela. Nesse caso, pode-se falar simplesmente, para opô-la à regressão de que falamos de hábito, de progressão traumática (patológica) ou de prematuração (patológica). Pense-se nos frutos que ficam maduros e saborosos depressa demais, quando o bico do pássaro os fere, e na maturidade apressada de um fruto bichado.¹⁵

A criança vítima de um trauma faz uma cisão em seu ego, caracterizando a *progressão patológica*: machucada, adquire os traços fisiológicos da idade e da sabedoria. Fica dividida numa parte destruída e noutra que tudo sabe, mas nada sente: o adulto violento promove um forçado desenvolvimento no psiquismo da criança e a transforma em psiquiatra: “O medo diante de adultos enfurecidos, de certo modo loucos, transforma por assim dizer a criança em psiquiatra; para proteger-se do perigo que representam os adultos sem controle, ela deve, em primeiro lugar, saber identificar-se por completo com eles”¹⁶.

A imagem da criança psiquiatra e sábia nos fala de um conhecimento hipertrofiado que é posto em marcha quando o sujeito se vê confrontado por uma situação extrema. De uma outra maneira, adiante, aponta-se para uma sabedoria do corpo, também misteriosa, acessível pelo caminho dos sonhos e cuja revelação faz parte do trabalho analítico. Esta metáfora de Ferenczi – *a criança sábia* – será, adiante, aproximada à ideia de um analista machucado – na falta de melhor termo –, para que o processo seja bem sucedido: um analista que tenha algo a ser sardado na sua relação com o paciente. Não será sempre do lugar da criança ferida que o analista se coloca diante do analisando ao se conduzir na clínica psicanalítica?¹⁷.

Ferenczi leva às últimas consequências a questão da necessidade de haver o fator emocional na verdadeira e efetiva transformação do sujeito: na psicanálise, não se deseja chegar ao entendimento apenas pela via da inteligência.

Esse entendimento seria desprovido de verdade e de eficácia, pois não se trata apenas de estabelecer uma conexão intelectual: há que haver ressonância com a vivência afetiva. Denunciando a hipocrisia profissional, decorrente talvez, para nós, da recusa da segunda tópica, da fixação dos analistas numa certa convicção de que teria havido sempre e necessariamente um recalque na raiz de toda formação de sintoma, os trabalhos técnicos do psicanalista húngaro são escritos todos na esteira do *Além do princípio de prazer*. Não compreender a pulsão de morte no edifício teórico freudiano se traduz, na clínica, pela produção de um trauma sobre a ferida original do paciente em análise – significa não escutar algo fundamental e, nessa ausência, traumatizar o analisando mais uma vez – repetindo o choque do encontro da criança com o adulto.

Regressões: implicações técnicas na prática psicanalítica

Vale a pena nos determos, por um momento, no exame do fenômeno dos sonhos para fazer avançar nossas ideias sobre o lugar do analista no cenário clínico. E isto porque, entre outros fatores, no sono, o sujeito tem a descarga motora barrada, o que obriga a sua libido a tomar um curso regressivo: o estímulo, que veio de fora, caminha – porque não pode ser evacuado – retroativamente, ativando as marcas da memória. O sonho envolve, portanto, movimentos regres-

14 Ver S. Ferenczi (1930), “Princípio de relaxamento e neocatarse” e (1933) “Confusão de língua entre os adultos e as crianças”.

15 S. Ferenczi, “Confusão...”, p. 105.

16 S. Ferenczi, *op. cit.*, p. 105. Esta ideia do “mamão riscado” já foi apresentada em S. Zlotnic, “Considerações sobre o homem dos ratos: qual o lugar da mãe?”.

17 Sustentamos esta tese em 2002 (ver S. Zlotnic, 2002). Nesse mesmo sentido, Searles propõe a ideia intrigante de que o paciente ‘sara’ na medida em que o analista reconhece ser ‘ajudado e curado’ por ele – e, nas palavras de Fédida, na medida em que aceita que o paciente participe da transformação das representações e da fala dele mesmo analista (ver H. Searles *apud* P. Fedida, Modalidades da comunicação na transferência e momentos críticos da contratransferência. In: P. Fedida (org.), *Comunicação e representação*, p. 91-123).

na remoção de investimentos
de objeto, o mundo se apaga para
aquele que dorme: há um recolhimento
para um estado narcísico,
nunca, porém, absoluto

sivos em seu processo que, zelando pelo sono, alucina os estímulos: o alarme do relógio, por exemplo, é um navio zarpando do porto – em vez de acordar, o sujeito parte numa viagem, hipnotizado pelo sonho que prolonga o sono e adia o despertar, mantendo o sonhador adormecido. Na remoção de investimentos de objeto, o mundo se apaga para aquele que dorme: há um recolhimento para um estado narcísico, nunca, porém, absoluto. O caráter de “verdade” que o sonho carrega se deve ao estímulo direto que o órgão sensorial recebe: na regressão, a percepção alucinada se faz gerúndio e se expressa num “sendo”, “percebendo”, “acontecendo”... – presente contínuo.

Além da tarefa de prolongar o sono, como se sabe, o sonho é a realização de um outro desejo, infantil, inconsciente e sexual. Exceção feita aos sonhos traumáticos, nos quais o princípio de prazer não vigora. Nesse caso, a cena do trauma se repete à exaustão, buscando inaugurar um circuito pulsional, segundo o que viemos desenvolvendo até aqui.

Se pensarmos que o analista, em seu lugar circunscrito na clínica, também tem a descarga motora barrada (tanto quanto possível), guiando-se com alguma economia, encontramos uma intrigante correspondência entre o sujeito que





*num ensaio de raciocínio,
para além do primeiro traço
de memória, estaríamos diante da
polaridade perceptiva, diante
da percepção, ela mesma, em si,
sem mediação*

50

PERCURSO 42 : junho de 2009

dorme e aquele que se entrega a uma atenção dita flutuante. Como se, em sua associação livre, o analista também engatasse num movimento regressivo, pelo menos em algum grau. Para uma metapsicologia da atenção flutuante, este será o primeiro fator de interesse no estudo dos sonhos: buscar verificar os pontos de correspondência entre estes e a posição do analista, levando até as últimas consequências a imagem de Fédida, segundo a qual “o sonho é paradigma da sessão de análise”¹⁸. Pergunta-se: o que ocorre com o ego e com o corpo do sujeito no sono e nos sonhos? E com o sujeito que se entrega ao fluxo da atenção flutuante?

Fonte de ilusão, da ordem do imaginário, o ego não oferece subsídios muito confiáveis ao analista, nem tampouco se oferece como referência, ou como modelo-padrão para coisa nenhuma. Num certo sentido, Freud abandona a hipnose porque ali, naquela modalidade técnica, o médico se apoiava em seu ego, acreditando-se um pesquisador neutro. Ao perceber que o campo, aparentemente neutro, constituído entre hipnotizador e hipnotizado, era habitado e pulsava, caldo virulento impregnado de fantasias e desejos, Freud dá o salto que resulta na *Interpretação dos sonhos*, de 1900. O estudo dos sonhos permite que se compreenda a ultrapassagem do

ego e o acesso a um outro conhecimento, processo que se pretende na clínica psicanalítica.

Ao apontar para as correspondências entre atenção flutuante e os mecanismos do sono e afirmar uma *reversão no curso da excitação*¹⁹ para o analista, não se pretende pregar, evidentemente, a clínica do analista em delírio alucinado, nem num estado de sono profundo –, seu ego está sempre ali: ao repetir uma frase do paciente, ao sublinhar um dado de realidade, ao interpretar... seu ego sempre comparece. Mas vale a pena reconhecer que em seu silêncio e abstinência, em sua assepsia e reserva, o analista, protegido pelo *setting*, busca uma específica posição e escuta que o faz acessar uma frequência singular de sintonia, quase se “des-subjetivando”.

Quando se entrega à atenção flutuante, indicada em 1912, em *Recomendações aos médicos que exercem a psicanálise*, o analista se apoia num método que envolve movimentos regressivos que, à semelhança dos sonhos, tendem a ativar os sistemas da percepção e da memória de seu aparelho psíquico, “alucinando os estímulos” – pois não carrega o delírio uma verdade histórica?...²⁰.

Na radicalidade, a regressão tende à primeira marca mnêmica e, além dela, o quê? Num ensaio de raciocínio, para além do primeiro traço de memória, estaríamos diante da polaridade perceptiva, diante da percepção, ela mesma, em si, sem mediação – o impossível de ser atingido... Como se o analista tivesse que se deixar impactar pela palavra do analisando, colocando-se numa posição peculiar: apreciá-la em sua radical singularidade, numa experiência de *primeiridade*. Ser afetado por essa figura seria um trauma: não há como sustentar essa percepção senão de um modo *hipnotizado*. De maneira desamparada, a atenção flutuante põe o analista em perigo.

Aqui, um parêntese. Em 1896, logo após a morte de seu pai (23/10), Freud tem um sonho e o relata a Fliess²¹: “Eu me encontrava num local público e aí li um aviso assim: ‘Pede-se que você feche os olhos’”. Na passagem da hipnose

para a associação livre, pede-se que o analista feche os olhos. Toda ciência do final do século XIX se dá de *olhos bem abertos*, lançando luz sobre os fenômenos. Freud, entretanto, elege um peculiar objeto de investigação – que só se dá a ver na penumbra... De agora em diante, o lema será: *afastar-se das técnicas diurnas, das pressões e das anamneses...*

A propósito, reza a lenda que Anna Freud tricotava enquanto atendia seus pacientes. Parece que essa atividade automática e repetitiva facilitava o exercício de sua escuta. Mas, inevitável perceber que, ao assim proceder, ela se põe *também* na posição das mulheres suscetíveis a “fazer histeria”, desavisada, vulnerável e, numa palavra, distraída e de prontidão para os cursos regressivos. Donde a atenção flutuante põe o analista, ele mesmo, em *estado de exceção* – para utilizar um termo freudiano relativo aos tempos da hipnose.

Embora habituados a considerar as distâncias que separam a associação livre dos estados hipnoides, há algumas aproximações possíveis entre os termos que embaralham seus limites... Nesse sentido, veja-se a afirmação de Breuer que encontramos em Laplanche e Pontalis para o verbete *estado hipnoide*: “[...] o papel de quem cuida de um doente exige uma concentração de espírito num só objeto, uma atenção à resposta

»

*não se coloca o analista
justamente atento às respostas
e movimentos do paciente,
contemplando assim, em alguma
medida, a consideração de Breuer
sobre os processos de hipnotismo?*

do doente, o que quer dizer que se acham justamente realizadas as condições de tantos processos de hipnotismo”²².

Mas não se coloca o analista justamente atento às respostas e movimentos do paciente, contemplando assim, em alguma medida, a consideração de Breuer sobre os *processos de hipnotismo*? Ao deixar seu espírito *vagar* ao sabor de suas próprias inclinações – como recomenda Freud –, com o propósito colocado no horizonte de despregar-se de um imediatismo interativo com o paciente, numa postura que conviria chamar de *pré-reflexiva*, como que *tricotando*, o analista do novo século se abandona ao fluxo da atenção flutuante e, num atrevimento, fecha os olhos²³.

Voltando aos processos dos sonhos, aprendemos que neles não somente a libido engata num curso regressivo: também o ego sofre uma desconstrução – o que explica a recuperação da primitiva satisfação alucinatória dos desejos. Ao afastar-se da vigília, as funções egoicas vão perdendo seu poder: sentido e direção, contorno e nitidez sofrem um desmanche.

Submetido ao *processo psíquico primário*, que despreza *indicações de realidade*, o sujeito que dorme não pode distinguir entre uma *ideia* e uma *percepção*. Os pensamentos são transformados em

18 P. Férida (1989), *op. cit.*, p. 113.

19 No sono, ocorre a reversão da via que caminha da percepção à memória: esta via realiza-se ao revés. Conforme S. Freud (1917), “Artigos sobre metapsicologia”, p. 259. Observe-se que muitos anos antes as etapas pelas quais uma excitação percorre seu caminho, progredindo desde a percepção até a consciência e descarga motora, estão descritas por S. Freud na “Carta 52” dirigida a Fliess em 6/12/1896 (S. Freud [1896], “Carta 52”, conforme “Extratos dos documentos dirigidos a Fliess”, publicados em 1950).

20 S. Freud (1939), “Moisés e o monoteísmo”.

21 S. Freud (1896), “Extratos dos documentos dirigidos a Fliess” (“Carta 50”), p. 316.

22 J. Laplanche e J.-B. Pontalis (1983), *Vocabulário de Psicanálise*, p. 218.

23 Numa *prescrição* para se chegar a uma boa ideia, assim diz Saramago: “Mil vezes a experiência tem demonstrado, mesmo em pessoas não particularmente dadas à reflexão, que a melhor maneira de chegar a uma boa ideia é ir deixando discorrer o pensamento ao sabor de seus próprios acasos e inclinações, mas vigiando-o com uma atenção que convém parecer *distraída*, como se estivesse a pensar noutra coisa, e de repente salta-se em cima do desprevenido achado como um tigre sobre a presa”. José Saramago (1991), *O Evangelho segundo Jesus Cristo*, grifo nosso.



*ao despertar, consciência e corpo
se afastam novamente: o ego,
reconstruído, desconhece muitas
coisas de si mesmo: aí está seu caráter
de alienação; à luz do dia, os segredos
são esquecidos – o corpo noturno
é eclipsado*

52

PERCURSO 42 : junho de 2009

imagens de natureza visual. As *palavras* são levadas de volta às *coisas* que lhes correspondem e se transformam em expressão plástica: como representar em fotografia um artigo extraído de um jornal, diz Freud. O sonho se refugia na imagem: obedece pouco às *representações da palavra*²⁴.

As relações entre consciência e corpo são de natureza diferente e se modificam no sono e na vigília. Estados somáticos são revelados ao sujeito adormecido, quando a verdade do corpo se expressa, externalizando processos internos, numa projeção: “Nos sonhos, a doença física incipiente é com frequência detectada mais cedo [...]”²⁵. Ao sabor dos processos primários, portanto, o poder de um certo conhecimento do sujeito aumenta: no contato íntimo que estabelece com seu próprio corpo, percebe sutilezas de seus estados internos e de modificações orgânicas.

Ao despertar, ao contrário, consciência e corpo se afastam novamente: o ego, reconstruído, desconhece muitas coisas de si mesmo: aí está seu caráter de alienação; à luz do dia, os segredos são esquecidos – o corpo noturno é eclipsado.

Se, de um lado, o funcionamento dos sonhos se constitui na melhor expressão do princípio de prazer em operação, diante de um trauma, como sabemos, ele deixa de ser rea-

lização de um desejo. A cena do impacto se repete nos sonhos traumáticos e se recusa a qualquer desdobramento. O trauma, em seu excesso, tira o desejo do cenário, obrigando o analista a oferecer corpo, desejo e psiquismo, ali onde eles faltam.

Ao fazer-se *outro* – fazer-se analista *com memória e com desejo* –, há uma aposta: a constituição de uma economia e de um circuito pulsional que tenham a propriedade de contenção da tendência ao zero que a pulsão de morte obriga. No seio da cena analítica, com sua alteridade, voluntariamente ou não, o analista funciona como resto diurno²⁶ que se oferece roupagem para dar figurabilidade a um sonho – o desejo nunca aparece nu. A potencialidade iatrogênica do dispositivo analítico fica desafiada nesses momentos nos quais se corre risco máximo – mas lembremos que, para Ferenczi, a regressão se constitui na única possibilidade de liquidação do trauma.

Naquilo que há de semelhança entre os sonhos e a atenção flutuante, chegamos à ideia de que, na via regressiva, o analista teria como que “adormecer” para conquistar sua potência analítica: teria de render-se ao *abraço noturno* a fim de aproximar-se das verdades de seu corpo e do corpo de seu paciente (estabelecendo como que uma comunicação de inconsciente para inconsciente, nos momentos em que sua atenção flutuante encontra com a associação livre do paciente²⁷). Donde os movimentos regressivos arrastam também o analista marcha a ré – levando-o retroativamente, inclusive na teoria, de volta à *ab-reação*²⁸.

No entrelaçamento entre consciência e corpo, modificações orgânicas e mensagens do soma podem ser apanhadas por sua escuta e recolhidas pelo seu tato. Em consequência, e para estar de acordo com o que sabemos sobre sono e sonhos, teria que haver a regressão do curso da libido – que busca um certo estado narcísico –, insistimos, *também no analista*. Ao deixar-se afetar pelo discurso de seu paciente em posição de *primeiridade*, dedicando

uma atenção peculiar ao material que emerge, desamparadamente, tendendo ao polo perceptivo de seu aparelho psíquico, o analista busca, tanto quanto o sujeito que dorme, uma zona de consciência que amplia o conhecimento. Ao levar a palavra produzida na sala de análise de volta às origens, alucinando-a e transformando-a em *imagens* rebeldes, sob o lema *levar as palavras de volta às coisas que lhes correspondem*, o analista teria que confeccionar um sonho desde o material ali depositado. Embriagando-se do discurso do paciente, o analista ferenciano

»»

*não seria esta a análise mútua
que Ferenczi pretendeu?
Esse pedaço do analista, indisposto
à luz, se insinua na penumbra
e tem o que dizer*

- 24 Palavras de S. Freud (1917), “Um suplemento metapsicológico à teoria dos sonhos”, p. 254, 259 e 260. Ver também S. Freud (1891), “Afasia”. Utilizamos aqui o “Apêndice C” dos “Artigos sobre metapsicologia”, 1915, p. 239-45, que é a reprodução de apenas um trecho do trabalho de Freud sobre as Afasias, escrito este não publicado na tradução brasileira da Imago. Remetemos o leitor ao texto na íntegra na publicação portuguesa: *A interpretação das afasias*, Lisboa, Edições 70, 1979.
- 25 S. Freud (1917), *op. cit.*, p. 254. Num sentido semelhante, Freud afirma numa passagem de um texto muito anterior ao “Suplemento metapsicológico à teoria dos sonhos” que tomamos aqui por base: “No paciente hipnotizado, a influência da mente sobre o corpo é extraordinariamente aumentada”, S. Freud (1905), “Tratamento psíquico (ou mental)”, p. 309.
- 26 Ver para isto P. Fédida (1989), *op. cit.*
- 27 A palavra *inconsciente* aqui é utilizada em seu sentido *descritivo*. A rigor, tratar-se-ia de operações relativas ao pré-consciente (movimentos de pensamento ainda nebulosos, devaneios sem contorno nítido, formações, à moda onírica, nas quais o sentido ainda não se deu), pois o *Inconsciente*, ele mesmo, como uma tópica estrangeira, como instância do psiquismo, é – em todo caso – inacessível, constituindo algo que não se deixa conhecer (a não ser por seus efeitos e derivados). Freud também emprega o termo inconsciente nesse mesmo sentido descritivo em algumas passagens, por exemplo, ao recomendar que o analista se abandona à sua *memória inconsciente*.
- 28 Ferenczi chega à *neocatarse*: algo que lembra as ab-reações das histéricas dos anos 80 e 90 do século XIX, mas que delas categoricamente diferencia, ver Ferenczi (1930), *op. cit.* Ver também, a propósito, nosso texto de 2007, no qual se afirma a tese de que o caminho de Freud é percorrido novamente em cada processo, com cada cliente, numa reinauguração da psicanálise – que precisa ser buscada a cada vez, S. Zlotnic, “O percurso de Freud e a Psicanálise”.
- 29 Interessante observar que, para Kohut, o nascimento da psicanálise se dá com o abandono da sugestão direta e não com o abandono da hipnose que, para ele, pode ser psicanalítica, uma vez que transcorre pelos trilhos da *via de levar* – embora nossas ideias sejam justamente, ao contrário, legitimar, em certas situações, a *via de porre* como algo inevitável e, como tal, a ser transformado em instrumento técnico – além disso, como se vê, sugerimos que na passagem da hipnose para a associação livre o analista como que se auto-hipnotiza... Ver Kohut *apud* L. Chertok, “O coração e a razão – a hipnose de Lavoisier a Lacan”, p. 165.

mergulha, também, em seu corpo, sublinhando sensações e quantidades que ainda não ascenderam ao registro do discurso. Deverá encontrar nesse mergulho a criança machucada, a fruta bicada, o mamão riscado, o bebê sábio, aquela parte que também precisa ser sarada.

Não seria esta a *análise mútua* que Ferenczi pretendeu? Esse pedaço do analista, indisposto à luz, se insinua na penumbra e *tem o que dizer*, pois conhece os segredos do corpo noturno. Assim como a histérica só tinha acesso aos fatos (ou fantasias) que repousavam na raiz da neurose *em estado hipnoide*: a simples interrogação direta não trazia à luz as informações que o terapeuta buscava... – em estado de exceção, novamente, ela sabe as verdades do enigma da sexualidade e de seu corpo, e as entrega a Freud. Ao abandonar a hipnose e adotar como *regra fundamental* modalidades da associação livre para analista e analisando, Freud assume para si mesmo uma espécie de estado hipnoide, no qual, driblando o ego, o analista se põe desamparado, apto a traumatizar-se, à semelhança daquilo que nos diz em seu texto *Estudos sobre a histeria* de 1895: em estado de despreparo para o susto, o sujeito adoece. Em sua doença, a realidade dos arranjos sexuais se expressa de uma maneira identificável²⁹.



*muitas vezes, ao dizer ou
fazer algo que não teríamos
dito ou feito, se tivéssemos
tido a chance de decidir,
como analistas, acabamos
por propiciar um avanço
na análise*

54

PERCURSO 42 : junho de 2009

Quando o analista se responsabiliza por sua porção *real* que afeta o campo analítico, isso pressupõe certa modéstia: longe de uma onipotência narcísica, ele sabe que comporta aspectos dos quais pouco sabe. O analista entra “com tudo” na sala de análise. Seus núcleos psicóticos, psicopatologias pessoais, sua amnésia infantil. Restos não analisados que se engatam com o discurso do paciente. Ao reconhecer que suas *porções não saradas* e seus pontos cegos comparam nos processos, *na contramão*, o analista consente em também ser transformado pelo tratamento. Incluindo esta *porção ferida*, consulta em si um *elemento da noite* que carrega o conhecimento ao qual a vigília não tem acesso; e assim, ao final do processo, ao ser *curado*, permite que o paciente tenha sido analista também.

Superando a clivagem...

Quando levamos às últimas consequências a primeira tópica, a segunda já se faz presente inerte e silenciosa: no caminho do sonho, fazendo o tratamento retroceder até as “lembranças físicas ainda não psíquicas”, a psicanálise toca os limites do aparelho concebido por Freud, apelando, já em 1900, por um *além-do-princípio-do-prazer*.

Na busca da transição entre as duas tópicas, encontramos um analista que não só evoca o trauma a ser revivido e elaborado pelo paciente, mas também, inevitavelmente, provoca novos traumas – com aquilo que carrega de estrangeiro em si mesmo, aquilo que o antecede, ultrapassa e determina. A introdução de elementos estranhos pela via do analista, em certos momentos, deixaria de ser algo “desaconselhado” e “contra-indicado” pelas recomendações da técnica e da prudência, podendo funcionar como um produto que fertiliza, no sentido de que, muitas vezes, na escritura freudiana de 1920, *a vida vem de fora*.

O risco de resvalar para um terreno “espontaneísta”, desfigurando a cena analítica, transformando-a numa síntese em que dois parceiros se comunicam numa troca interpessoal compreensiva, instaurando uma defensiva familiaridade, cuja função seria a de apaziguar qualquer *unheimlich*, e, assim, retirar do cenário a matéria-prima daquilo que é feito uma análise, esterilizando-a, obriga o analista a conservar para sempre uma economia e uma reserva implicada, evidentemente.

Mas, quantas vezes, ao dizer ou fazer algo que não teríamos dito ou feito, se tivéssemos tido a chance de decidir, como analistas, acabamos por propiciar um avanço na análise, ali onde havia um impasse aparentemente intransponível³⁰, ali onde o processo derrapava.

Nesta direção, chamamos a atenção para uma porção do analista que funciona como *resto diurno* e que afeta o paciente, colocando ali, em cena, elementos *atuais*, que não devem e não podem ser remetidos ao passado infantil. Trata-se de o analista responsabilizar-se por esses aspectos que teriam a ver com uma parte sua (do analista) que se expressa e se manifesta, muitas vezes, camufladamente e à revelia.

Com esses elementos em mente, afirmamos que, por mais que se acredite navegando a clínica do desejo, o analista evoca, todo o tempo, o trauma e a sua irrupção. Ao entregar-se à atenção flutuante, o analista tende ao polo perceptivo do aparelho psíquico, convocando, numa

imagem, a concretização de um pé ali onde se esperava uma *pegada*: a *coisa-em-si* (e não *para-si*), impossível. No lugar de uma marca, de um rastro mnêmico, num tempo anterior ao do recalque primário – que atenuaria justamente o impacto de uma percepção primeira e esmagadora –, o analista desafia as bordas da psicanálise³⁰. Dessa maneira, ele afeta o paciente, com aquela porção que está além dele mesmo e que escapa de seu controle e de sua compreensão: há uma potencialidade traumática operando junto com os dispositivos analíticos. Nada a lamentar: talvez essa potencialidade – que não “deveria” comparecer – seja mesmo o elemento disruptivo promovedor de transformação.

Se é correto esse desdobramento a que chegamos, parece razoável supor que a questão relevante para o analista seria a de considerar o que fazer com – que destino dar a – quantidades e traumas mobilizados por sua própria presença no cenário analítico nos processos com os pacientes, “difíceis”, ou não.

Finalmente, se não desejamos terminar nosso trabalho trazendo à luz uma paisagem atravessada ao meio por uma enorme fenda, é necessário encontrar em nossas montagens teóricas a via de comunicação entre as duas porções que uma clivagem veio instaurar: a clínica do desejo, de um lado; a do trauma, de outro. Dicotomia que separa uma psicanálise (a Psicanálise) e outra coisa que a antecederia, a ser posta em andamento em certos casos complicados e difíceis – casos que nos obrigariam a descer

»
é necessário encontrar em nossas
montagens teóricas a via de
comunicação entre as duas porções
que uma clivagem veio instaurar:
a clínica do desejo, de um lado;
a do trauma, de outro

vários degraus e sujar as mãos, envolvendo-nos com assuntos básicos e primitivos demais para nosso gosto, assuntos dos quais preferiríamos ser poupados. Teria que haver continuidade entre as posições aqui esboçadas: na passagem entre as extremidades da atitude de um analista, deve haver fluidez.

Numa integração, afirmamos que aqueles pacientes difíceis talvez apenas sublinhem o trabalho que o analista já realiza *ordinariamente*. Sugerimos, assim, que, ao lado dos fenômenos relativos ao recalque, encontraríamos sempre algo como *derivados da recusa*, operando de maneira a tornar a clínica psicanalítica uma clínica mista, na qual o analista está condenado a buscar e, a cada vez, reinventar seu lugar.

30 A propósito, Menezes, ao referir-se a situações que se dão nos limites do analisável, nas quais “a resposta [do analista] da ordem de um comportamento, e não de uma palavra, é a resposta possível”, comenta: “[...] não pode ser qualquer comportamento. Também não pode se abrir para toda a clínica porque aí abandona-se a clínica analítica e parte-se para qualquer coisa”. Ao mesmo tempo, o autor nos lembra: “quantas vezes é ao acreditar estar abandonando esta função [função de analista] que estamos sendo possibilitadores de uma análise”. L. C. Menezes, “Além do princípio do prazer...”, *op. cit.*, p. 278 e 274.

31 Em 1999, tomando o caminho da fenomenologia, a partir, justamente, do artigo de Freud de 1912, *Recomendações aos médicos que exercem a psicanálise*, já havíamos apontado para esta característica de *ciência-limite* da psicanálise, que se dá através da associação livre. Ver S. Zlotnic, “Associação livre nas bordas do ser-aí – o olhar fenomenológico: observando fenômenos opacos”, p. 55-61.

Referências bibliográficas

- Balint M. (1993). *A falha básica. Aspectos terapêuticos da regressão*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Birman J. (1991). *Freud e a interpretação psicanalítica. (A Constituição da Psicanálise – Segunda parte)*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- _____. (1995). Sujeito e estilo em psicanálise. Sobre o indeterminismo da pulsão no discurso freudiano. In: Moura A. H., org. *As pulsões*. São Paulo: Escuta.
- Chertok L.; Stengers I. (1989). *O coração e a razão – a hipnose de Lavoisier a Lacan*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Fédida P. (1989). Modalidades da comunicação na transferência e momentos críticos da contratransferência. In: Fédida P., org. *Comunicação e representação*. São Paulo: Escuta, p. 91-123.
- Ferenczi S. (1928/1992). Elasticidade da técnica psicanalítica. In: *Obras completas*. São Paulo: Martins Fontes, vol. 4.
- _____. (1930/1992). Princípio de relaxamento e neocatarse. In: *Obras completas*. São Paulo: Martins Fontes.
- _____. (1933/1992). Confusão de língua entre os adultos e a criança. In: *Obras completas*. São Paulo: Martins Fontes.
- Figueiredo L. C. (1999). *Palavras cruzadas entre Freud e Ferenczi*. São Paulo: Escuta.
- _____. (2001a). Modernidade, trauma e dissociação: a questão do sentido hoje. In: Bezerra Junior B.; Plastino C. A., orgs. *Corpo, afeto e linguagem. A questão do sentido hoje*. Rio de Janeiro: Contra Capa, p. 219-44.
- _____. (2001b). A clínica borderline [Palestra apresentada originalmente no Laboratório de Psicopatologia Fundamental da Faculdade de Medicina da Unicamp, Campinas, novembro, 1999]. Publicada com acréscimos In: Encontro de Psicoterapia. Universidade de São Paulo, *Anais*, São Paulo, Universidade de São Paulo.
- Freud S. (1891/1979). *A interpretação das afasias*. Lisboa: Edições 70.
- _____. (1892-1899/1976). Extratos dos documentos dirigidos a Fliess. In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, vol. 1.
- _____. (1895/1976). Estudos sobre a histeria. In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, vol. 2 [incluindo os trabalhos Comunicação Preliminar, Os Casos Clínicos e A Psicoterapia da Histeria].
- _____. (1900/1976). A interpretação dos sonhos. In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, vol. 4-5.
- _____. (1905/1976). Tratamento psíquico (ou mental). *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, vol. 7.
- _____. (1912/1976). Recomendações aos médicos que exercem a psicanálise. In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, vol. 12.
- _____. (1917/1976). Um suplemento metapsicológico à teoria dos sonhos [parte dos "Artigos sobre metapsicologia", 1914-1916]. In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, vol. 14.
- _____. (1920/1976). Além do princípio do prazer. In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, vol. 18.
- _____. (1939/1976). Moisés e o monoteísmo. In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, vol. 23.
- Laplanche J. (1987). *Problemáticas 1 – A angústia*. São Paulo: Martins Fontes.

- _____; Pontalis J.-B. (1983). *Vocabulário de Psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes.
- Menezes L. C. (1995). Freud e Jung: a teoria da libido em questão – mesa-redonda O soma – fonte de dissidências, Luiz Carlos Uchoa Junqueira Filho, org., *Corpo e Mente: uma fronteira móvel*.
- _____. (1997). Além do princípio do prazer: a técnica em questão. In: Alonso S.; Leal A., orgs. *Freud, um ciclo de leituras*. São Paulo: Escuta.
- Penot, B. (1992). *Figuras da recusa*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Saramago J. (1991). *O Evangelho segundo Jesus Cristo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Zlotnic S. (1998). Considerações sobre o homem dos ratos: qual o lugar da mãe? *Percursos*, n. xx, ago., p. 49-55.
- _____. (1999). Associação livre nas bordas do ser-aí – o olhar fenomenológico: observando fenômenos opacos. *Revista de psicanálise Pulsonal*, ano xii, n. 122, jun., p. 55-61.
- _____. (2007). O percurso de Freud e a Psicanálise. *Percursos*, n. xxxix, dez., p. 17-24.
- _____. (2002). *Um estudo sobre a técnica na psicanálise freudiana: contribuições à metapsicologia da atenção flutuante*. Tese (doutorado) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo.

A path against the flow: regressive movements for the psychoanalyst...

Abstract This article considers the psychoanalytic practice from the economic point of view, through an articulation between clinical implications of the death-drives (death-instincts) concept, ideas about trauma in Ferenczi and regression movements related to dream processes. It focuses on Freud's "Beyond the Pleasure Principle", from the perspective of a Freudian-Ferenczian return of the current psychoanalysis, that is, a regress to the Ferenczi's school, in accordance to Freudian writings. The psychic regressive movements are the theoretical bond whose technical effects are on debate. Eventually, we suggest an articulation between dream processes and the even hovering attention to figure the analyst role in the psychoanalytical practice: a place against the flow.

Keywords regression; trauma; splitting; repression; Ferenczi; Winnicott.

Texto recebido: 12/2008
Aprovado: 4/2009

Tentativa e erro na escuta do infantil

Marion Minerbo

Resumo Partindo da constatação de que o “erro” pode ser a única via para conduzir ao “acerto”, considera-se que o analista procura ajustar o foco de sua escuta de modo a identificar as várias manifestações do infantil. Este texto é um álbum de fragmentos clínicos obtidos a partir de diferentes focos sobre o discurso do analisando.

Palavras-chave escuta analítica; erro; o infantil.

Marion Minerbo é psicanalista, analista didata da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo, doutora pela UNIFESP.

Em Psicanálise, para que se possa falar em erro seria preciso ter clareza sobre qual seria o acerto, isto é, como se dá a ação terapêutica em cada situação analítica. Embora já se tenha muitas ideias sobre esse tema, a complexidade dos acontecimentos no campo transferencial nos aconselha a passar ao largo da noção de erro.

Apesar disso, penso que se pode falar em erro na condução de um processo analítico. É algo que se percebe claramente em supervisão. Um diagnóstico transferencial equivocado pode fazer com que o analista simplesmente não esteja conversando com aquele sujeito que se encontra à sua frente. É preciso ter alguma ideia de “onde” está o paciente – que posição subjetiva ele ocupa no momento – para que o diálogo seja produtivo.

Por outro lado, um diagnóstico transferencial relativamente preciso depende do erro do analista. É preciso falar com um paciente como se ele fosse um neurótico para perceber, por suas respostas, que ele não o é. É preciso dizer a um paciente que ele não suporta a dependência para perceber, pelas justificativas que apresenta ao analista, que ele está lutando para preservar uma imagem idealizada de si – e que é preciso mudar de estratégia. É preciso ocupar certa posição durante algum tempo até perceber que aquela é, justamente, a posição complementar que perpetua a repetição. Algumas vezes é preciso chegar à atuação – adormecer, ou desinvestir o paciente – para que seja possível perceber a presença de Tãatos e a magnitude do desligamento operando no campo transferencial.

57

PERCURSO 42 : p. 57-66 : junho de 2009



*pode-se comparar a escuta analítica
com a atividade do fotógrafo.
A realidade do mundo está ali,
tudo é e está visível*

Dessa perspectiva, o erro é necessário e pode ser bem aproveitado. Portanto, o mais importante é saber escutar.

Assim, deixando de lado a ideia de acerto ou erro, já que o erro pode ser a única via para conduzir ao acerto, parece-me que o mais importante é ajustar o foco da escuta para obtermos os elementos que nos permitam fazer um diagnóstico transferencial para aquele momento. Este texto tem por objetivo apresentar situações clínicas em que se procura ajustar o foco da escuta em busca de maior nitidez metapsicológica. Naturalmente, o trabalho analítico não se resume a traduzir ou explicar para o paciente o que se escutou; como usar o que se escuta é outra questão, de que não vamos tratar aqui.

O foco da escuta

Pode-se comparar a escuta analítica com a atividade do fotógrafo. A realidade do mundo está ali, tudo é e está visível. Mas este, com sua visão criativa, dirige seu olhar para um muro aparentemente banal e flagra, num canto, certa composição cromática inusitada ou uma textura interessante. Recorta e amplia aquele pedacinho, transformando o que sequer seria visto por nós em algo significativo. Amplia-se nossa capacidade de olhar para o mundo.

A escuta do analista também recorta o discurso do analisando, colocando em evidência algo da ordem do infantil, ampliando suas possibilidades de ser. A atenção flutua livremente até que a escuta, como o olhar do fotógrafo, se

detenha em *elementos marginais ou dissonantes no discurso* do analisando. É uma escuta criativa. A interpretação é um criado-achado: baseia-se inteiramente no que se escutou, mas o analista cria algo novo a partir disso.

Quando olhamos por um binóculo, giramos lentamente o ajustador de foco até que a imagem que desejamos ver fique nítida. O foco varia conforme a distância em que se encontra o objeto, e também conforme o olho de quem focaliza. Assim, um mesmo objeto se torna nítido com focos diferentes para um míope e para um hipermetrope. Aqui esbarramos no limite de nossa analogia, pois não há “um mesmo objeto” visto por diferentes observadores. A “realidade” é a realidade interpretada por um sujeito, e a interpretação, mesmo a mais delirante, é um criado-achado. Apesar disso, a analogia serve para introduzir a ideia de que, para escutar a criança no analisando, diferentes focos podem ser necessários, em função das diferentes modalidades de apresentação do infantil.

Historicamente, os elementos marginais do discurso têm a ver com o funcionamento do processo primário. Certas palavras ou expressões podem ser vistas como representações deslocadas ou condensadas do recalçado em função do conflito psíquico. Seriam representações simbólicas dos “conteúdos” inconscientes, produto do recalçamento secundário.

Porém, os elementos marginais ou dissonantes do discurso podem ser de outra natureza e se manifestar também por meio de elementos não representacionais: estilo, estrutura da fala, sua função, clima emocional criado, o que ele mobiliza no corpo do analista. São elementos afetivo-sensoriais que, juntamente com as representações, nos remetem ao recalçado primário. Seja como for, procuramos escutar “a criança no adulto” procurando identificar os modos pelos quais ela se organizou ou desorganizou em suas relações intersubjetivas.

Ilustro, através de fragmentos de minha clínica e de meus supervisionandos, os movimentos de ajuste no foco da escuta que tornaram o

infantil audível. Os casos foram completamente ficcionalizados. Conservei deles apenas os dados estruturais necessários para ilustrar determinada ideia. As particularidades que permitiriam identificar os analisandos foram eliminadas ou totalmente alteradas.

A escuta na clínica

1. *A experiência subjetiva do analisando e a metapsicologia*

Uma analisanda conta que o homem que vinha instalar a tv a cabo se atrasou mais de quatro horas, e ela ficou enfurecida. Assistir à tv é a única coisa que lhe dá prazer, e nem isso pôde fazer em seu dia vazio.

Quando relata um caso, ou mesmo um fragmento como este, o analista já efetuou certos recortes, identificou um tema e certo clima afetivo, fez alguma organização do material. É um primeiro nível de escuta analítica.

Um segundo nível de escuta nos introduz no universo subjetivo do paciente. Precisamos entender como ele vê o mundo, qual é sua experiência subjetiva da realidade, em que mundo ele vive.

O atraso do homem da tv a cabo foi “traduzido” por ela da seguinte maneira: “aquela mulher lá é uma zé-ninguém, ela pode me esperar pelo tempo que for; vou atender os clientes mais importantes antes dela”. Se ela ficou enfurecida, é porque fez determinada leitura da realidade.

Mas isso ainda não qualifica a escuta como sendo analítica. Um bom escritor pode perfeitamente recriar a realidade psíquica de alguém. A empatia é necessária, mas não é suficiente. Num terceiro nível de escuta, queremos saber como, e por que, ela atribui ao homem da tv a cabo tamanho desprezo por sua pessoa.

A analisanda fez a transferência de uma dimensão do infantil sobre o homem da tv a cabo. Podemos imaginar que a criança nela se sente pouco importante para um adulto por

o atraso do homem da tv a cabo
foi “traduzido” por ela da seguinte
maneira: “aquela mulher lá
é uma zé-ninguém

quem espera ansiosamente, justamente porque depende dele de forma absoluta. (Ela precisa do homem para poder assistir à tv a cabo, que é a única coisa que lhe dá prazer.) Podemos imaginá-la sentada, sozinha, esperando, imaginando-se esquecida, ou pior, imaginando que ele está dando preferência aos clientes vip. Enfim, este adulto – o objeto primário – está ocupado com o terceiro elemento – já há a triangulação edipiana – a quem valoriza bem mais do que a ela, a criança sem atrativos. Percebe-se um eu mal narcisado (a zé-ninguém que pode esperar), já com a percepção do terceiro elemento no horizonte (os vip), e com ódio da exclusão, pois além de ser humilhante (ser tratada como zé-ninguém, enquanto o terceiro é vip), ela fica desamparada (não pode assistir à tv). Seu objeto interno não a mantém em seu espaço psíquico durante a ausência (esqueceu-se dela?); ou, então, prefere o terceiro elemento a ela, o que é ainda pior para seu narcisismo – é mais humilhante ser preterida do que ser esquecida.

É, ou não é, um excelente motivo para ela estar enfurecida? Quando o homem da tv a cabo finalmente chegar, eu não me espantaria se ela o recebesse com alívio, porém também com pauladas. Por isso, seria um erro interpretar sua reação como intolerância à frustração. Não porque não seja verdade, mas porque esta fala não se dirige à criança nela, e sim a um suposto adulto que deveria estar adaptado às realidades da vida. Tal interpretação apenas reforçaria as defesas, agora contra um analista que, possivelmente, repete a situação traumática.

* * *





*depositar os cheques é vivido
como se colocar na dependência
de um objeto primário arbitrário
e imprevisível*

2. Tentativa e erro na escuta do infantil

Dono de um comércio, um analisando tem problemas para se organizar com dinheiro. Nunca tem dinheiro na carteira, paga as contas com atraso e acaba usando o pai como banco, o que é fonte de atritos. Este, um importante administrador de empresas, tenta em vão ajudar o filho a se organizar e fazer suas contas. Apesar de ter seus próprios rendimentos, o analisando paga a análise com um cheque do pai. À escuta comum, é uma pessoa desorganizada. Mas a escuta analítica vai identificar a modalidade de relação com seus objetos internos que o levam a agir assim.

Ao se aproximar o dia de pagar a análise – na primeira sessão do mês seguinte –, sua angústia aumenta. Com receio de não ter o dinheiro no começo do mês, pede um cheque ao pai. Proponho que passe a pagar no dia 10, com seu próprio cheque. Embora ele tenha ficado aliviado, o arranjo não funcionou. Levou um tempo até que, ajustando o foco da escuta, pude entender o motivo.

Ele não deposita os cheques que recebe de seus clientes. Fica com eles na carteira um bom tempo, e depois os entrega ao pai. Quando precisa, pede dinheiro para pagar suas contas. Repete essa situação mês após mês, apesar das brigas que isso gera. Em certa sessão entendemos que, apesar do medo de pedir ao pai, isso ainda é preferível a se relacionar com o banco.

Finalmente entendemos que o banco seria o último lugar a quem confiaria seu dinheiro. Primeiro, porque não é possível saber quando poderá dispor do dinheiro: a compensação dos cheques demanda muitos dias. E, para ele, “mui-

tos dias” significa “quando lhe dá na telha”. Depositar os cheques é vivido como se colocar na dependência de um objeto primário arbitrário e imprevisível, que vai deixá-lo na mão quando mais precisa. Entende-se que fuja do banco como o diabo da cruz. Sua desorganização tem a ver com isso.

Além disso, o banco some com seu dinheiro. Pergunto-lhe como isso acontece. Ele explica que o banco usa o saldo positivo para cobrir a dívida do cheque especial, e também fica com outro tanto pelos juros de vários meses de saldo negativo. E tem mais, cobra umas taxas que a gente nem sabe a que se referem. Evita consultar seu saldo para não confirmar que o banco ficou com tudo. O banco é um objeto voraz e espoliador, do qual é melhor manter distância.

O maior problema, contudo, é o cheque especial. O banco dá uma de “bonzinho” e lhe oferece crédito através do cheque especial. Ele “acredita” na bondade do banco e gasta por conta. Depois, descobre que o banco quer receber tudo com juros. Como a dívida vai aumentando, acaba ficando “nas mãos dele”.

Esse material me levou a associar com uma sessão em que contava que “caía feito um patinho” na sedução de uma garota: um dia ela o chamava de “meu gato”, e no outro passava sem cumprimentar, indo “ficar” com outro. Falava de seu esforço, inútil até então, para “não cair nessa”. Ficava completamente “rendido” pela expressão “meu gato”.

O banco e a garota são representações de um objeto primário inconstante e imprevisível, sedutor e perverso, que faz dele – da “criança nele” – o que bem entende. Vislumbramos uma mãe que, de repente, fica com vontade de abraçar, beijar e brincar com a criança; vontade que logo passa, ela muda de humor e se volta para outra coisa. A criança fica à mercê do humor da mãe. É como o analisando, que acreditou no cheque especial e agora tem de se haver com a dívida.

A desorganização com o dinheiro – conteúdo manifesto – é fruto da relação com esse objeto interno temível que, no momento, está

sendo encarnado pelo banco. Em outras palavras, o analisando faz certa leitura das características reais do banco a partir de seus objetos internos. Dessa perspectiva percebemos que foi um erro – embora um erro absolutamente necessário – alterar a data do pagamento. Nenhuma medida concreta, dirigida a um suposto adulto, resolve uma situação que está sendo mantida por fantasias inconscientes que são da ordem do infantil.

3. O valor simbólico das representações

Um empresário viaja com frequência para os EUA a trabalho. Toda vez tem a fantasia de que será parado na alfândega, embora não leve nada de errado na bagagem. Isso só faz sentido se imaginarmos *a criança no adulto*. Ainda vive nele a criança edípiana, que cometeu alguma transgressão em sua vida de fantasia e teme ser descoberta e punida por seu superego.

Voltando à questão da escuta. O analista escuta e recorta o “medo de ser parado na alfândega” porque é um elemento estranho, dissonante. Pressente que esse medo é deslocado. A fantasia de ser descoberto fazendo algo errado deve fazer sentido em outro contexto. É preciso que o analisando associe. O analista poderia perguntar: “O que será que eles sabem sobre você?” – e o analisando talvez se lembrasse de uma situação em que alguém adivinhara algo inconfessável.

A escuta pressupõe a transferência do infantil. Se o fiscal da alfândega sabe coisas sobre o analisando que ele mesmo ignora, está no lugar transferencial de uma figura parental vivida como onisciente. Este fragmento mostra que o analisando desenvolveu um superego extremamente severo – por isso mesmo é um neurótico. Mas, se o fez, foi por boas razões. Entra aqui a necessidade de ajustar o foco na criança edípiana e seus conflitos. Seu pai viajava muito, nunca parava em casa. Filho único, boa parte do tempo ele ficava sozinho com a mãe. Talvez angustiado por não ter quem fiscalizasse suas fantasias.

»»

*se o fiscal da alfândega sabe
coisas sobre o analisando que
ele mesmo ignora, está no lugar
transferencial de uma figura parental
vivida como onisciente*

Meses depois, ele conta que está procurando um lugar para comprar uma casa de praia. Ele e sua família costumam passar as férias com os pais. É muito confortável, por isso hesita em “arranjar sarna para se coçar”. Mas gostaria de ter uma casa que fosse dele. Foi passar um fim de semana na reserva da Jureia e adorou um terreno com uma casinha de caiçara. Uma vista maravilhosa, vegetação luxuriante. O problema é que a construção de novas casas está proibida. O governo quer manter essa reserva ambiental intacta. Construir ali é arriscar a ter a obra embargada. Seu amigo lhe contou que começara a plantar as estacas de uma casa e teve de parar. Os caiçaras da região denunciaram e baixou a fiscalização. O analisando, porém, tem um plano. Primeiro, vai tratar de se relacionar muito bem com os nativos. E vai fazer a obra disfarçadamente. Inicialmente, derruba uma parede e ergue outra no mesmo lugar. Faz depois a mesma coisa com outra parede. Assim, sem dar na vista, poderá ter a sua casa naquele lugar paradisíaco. Obviamente, tudo não passa de fantasia. Ele jamais faria isso.

Em que ponto a atenção flutuante se detém? No fato de que ter a sua própria casa é sarna para se coçar. Na vegetação luxuriante. Na sedução dos caiçaras. Nos planos secretos de passar a perna no governo. Todos esses recortes são igualmente possíveis. Cada recorte originará interpretações ligeiramente diferentes, que mobilizarão associações diferentes. Mas vamos supor que, por motivos internos a essa análise, eu tenha decidido recortar os “planos secretos”. Por que a escuta se deteria justamente aí? Porque associo com aquela sessão em que ele me contou



é um sonho de entrada em análise:
a analisanda quer dar um destino
adequado ao caixão

de seu medo de ser parado na alfândega americana. A criança nele deseja possuir o território proibido e fica fantasiando maneiras de conseguir isso. O que se poderia dizer a ele, a partir disso? Por exemplo, que ele parece acreditar que ele é diferente do amigo, e que ele vai conseguir. Ou então, melhor ainda, que os fiscais da alfândega dos Estados Unidos descobriram seu plano secreto aqui na Jureia.

* * *

“Estou mal, muito deprimida. Há cinco anos vim de Santos para estudar Economia. No ano passado, terminei. Agora, não sei o que quero da vida. Não sei se quero ficar aqui e continuar no banco onde estagiei. Eles até querem me contratar. O problema é que ficar aqui em São Paulo sozinha não faz muito sentido, pois já estudei o que precisava. Ou se quero voltar para lá. Eu sinto falta da minha família, mas já saí de lá há tanto tempo que não me vejo voltando para a casa dos meus pais. Lá é gostoso, todo domingo meu pai faz churrasco. Mas o meu quarto já não é mais o meu quarto, eles mudaram tudo. Agora eu só choro.”

O que escutar? Vemos alguém que está sem lugar: aqui não faz mais sentido, lá também não. A criança nela está num impasse entre um movimento de autonomia, interrompido, e um movimento de regressão, também impossível.

Sonhou que estava numa piscina, na qual algumas crianças brincavam com um caixãozinho branco que flutuava. Horrorizada, quis tirar o caixão da água para enterrar. A escuta se detém no caixãozinho. Quem será que jaz ali?

Não é possível saber, podemos imaginar uma parte infantil dela, que está morta, todavia insepulta. É um sonho de entrada em análise: a analisanda quer dar um destino adequado ao caixão. Meses depois, conta que fora a uma exposição de arte. Duas crianças olhavam os quadros. O pai perguntava à menor, que devia ter uns 4 anos, o que estava vendo ali. Ela via alguma coisa que estava apenas na fantasia dela, e respondia com toda confiança. O mais velho, de 7, já não tinha imaginação. Dizia algo bem banal, bem enquadrado. A analisanda comenta que é uma pena que depois dos 5 anos as crianças percam sua inocência, sua confiança no mundo e, principalmente, a vida de fantasia. Elas se tornam banais.

O que escutar aqui? Primeiro, que ela se vê tendo perdido algo muito precioso em torno dos 5 anos, algo de verdadeiro (que Winnicott chamaria de verdadeiro *self*) que foi substituído por uma hiperadaptação. Por que 5 anos? Não sabemos. Mas sabemos que ela nunca se conformou em crescer e em perder tal precioso algo. Há um luto que não foi feito. Ela continua, melancolicamente, lamentando não ter mais o que tinha antes dos 5 anos, idealizando esse período da vida. Reencontramos aqui o sonho do caixãozinho insepulto. Resultado: nem pode tocar para frente, e crescer, nem pode voltar a ter 5 anos, e permanecer inocente, seja lá o que isso signifique.

* * *

Outro analisando também apresenta um luto não realizado, porém o material clínico sugere que a perda ocorreu mais precocemente. É um rapaz bastante perturbado, aspecto infantilizado, que aos 30 anos mora com o pai, de quem tem muito ódio. O pai lhe arranhou um emprego em sua própria empresa, onde ele faz serviços leves, de *office-boy*. Começou três faculdades e parou; tentou vários trabalhos, mas não aguentou. Conta que, durante sua infância, ia com os pais a uma casa de praia, que ele adorava. Brincava o dia todo, sempre tinha sorvete e batata frita,

além da piscina e do mar. Era um paraíso. Lembra-se de que era uma criança muito difícil, sentia ódio de tudo e de todos. Todo domingo de tarde ele se enchia de fúria e batia no pai. Ninguém entendia que bicho o mordida; o pai ficava com raiva e batia de volta. O analista entende que aquele menino não queria sair do sítio; não queria que a segunda-feira chegasse. O que escutar aqui? Esse paciente nunca se conformou em perder o “paraíso”, o seio idealizado. Diante da ameaça de perdê-lo, reage com ódio. A criança no adulto continua reagindo com dor/ódio diante das segundas-feiras da vida.

Esta vinheta se refere a uma analisanda que conquistou a autonomia com relação ao objeto primário. Ela volta das férias e me descreve sua viagem. A estrada à beira-mar permitia descortinar, em certos trechos, pequenas baías com barquinhos de pesca ali ancorados no fim do dia. Adorava aquela visão, poderia ficar horas olhando. A fala é longa, me entretém, mas não sei o que nela recortar. Então, entro na cena que ela descreve e converso sobre o ir e vir dos barquinhos, que logo cedo vão lá longe pescar, tendo no fim do dia um lugar acolhedor para voltar. Ela participa, acrescentando novos detalhes à história. Devaneamos juntas. De repente, surge algo com absoluta nitidez: o barquinho vai para longe, depois volta para a baía acolhedora. O barquinho é ela que saiu de férias; a baía acolhedora, a análise, representando o objeto primário acolhedor. A criança nela tem confiança de que pode ir, porque tem para onde voltar. Há um objeto interno bom que a recebe depois de seus movimentos de autonomia.

4. Os elementos não verbais do discurso

Um analisando me diz que não iria se conformar em ter uma vida sem graça, feita só de trabalho

»
*o elemento que chama a atenção
é o tom de sua fala, a raiva, o desafio,
o sentimento de injustiça*

e mais trabalho. Não pretende se deixar escravizar, quer tempo para namorar, para um esporte, um barzinho com os amigos, um filme de arte. Ele se expressa com muita veemência, num tom de raiva, contestação, desafio – ao mesmo tempo se sentindo injustiçado por minha suposta interpretação: “Quero um trabalho que me dê prazer. Sei que você vai interpretar que ralou muito no começo da carreira, que todo mundo rala, que quero ser diferente de todo mundo, que quero ser uma exceção. Vai dizer que não me submeto às leis do mercado. Não é nada disso. Eu me disponho a ralar, mas quero ter direito a algum prazer”. O elemento que chama a atenção é o tom de sua fala, a raiva, o desafio, o sentimento de injustiça. A que objeto interno ele estaria se dirigindo? Acabo, enfim, entendendo que ele brigava com uma figura interna que lhe dizia algo como: “Só eu sou grande, e por isso só eu tenho direitos; você não passa de uma criança, vê se se enxerga, recolha-se à sua insignificância, você ainda tem que comer muito arroz e feijão para ser como eu e ter direito de se divertir”. O tom de voz do analisando permite reconhecer uma figura interna que tiraniza e humilha o sujeito.

Uma mulher tem uma forma de comunicação peculiar. Costuma falar o tempo todo, a fala é leve e agradável, o tema é o seu cotidiano. É impossível – e inútil – tentar relatar uma sessão, pois a cada vez ela compõe um painel cheio de elementos, em que nada particularmente se sobressai. Cada tema vai se ramificando, a fala vai se



*em sua família, ninguém
tem paciência de ouvi-la.
Ela diz: “Acham que sou burra”*

64

PERCURSO 42 : junho de 2009

desenvolvendo de maneira extremamente prolixa, sem que seja possível identificar um assunto.

Eu ficava perplexa. Procurar algum sentido simbólico no conteúdo de sua fala resultou inútil. Os recortes que eu efetuava não produziam associações, no sentido de fazer o analisando “mudar de rota”. Ela apenas confirmava minhas observações com um “É mesmo”, que não levava a nada. Procurei mudar de foco e escutar seu discurso como um “fazer”, e não como um “dizer”. O que ela fazia, ao relatar suas histórias?

Aos poucos, passei a ter a impressão de que ela fazia verdadeiras crônicas sobre a fauna humana, suas grandezas, esquisitices, fraquezas. Parecia literatura. Certa sessão, ela conta de sua empregada que, quando limpava a estante de livros (a analisanda adora ler), abria e folheava alguns. Começaram a conversar sobre livros. A analisanda, encantada com aquela demonstração de interesse, selecionou alguns exemplares para emprestar à empregada, que prestou muita atenção, sem nada dizer. A analisanda ficou muito satisfeita, certa de que iria abrir novas portas para aquela moça simples. Dois dias depois, a empregada (que não levava os livros selecionados) estava novamente a folhear um outro da estante. E então a analisanda percebeu que ela olhava as figuras.

Longuíssimo, cheio de detalhes, o relato daria um conto de umas dez páginas. Fico sem ter ideia do caminho que aquilo tomaria. De repente, a analisanda começa a ter um ataque de riso no divã. Não consegue terminar a história de tanto rir. Não vejo qual é a graça, mas, como analista, cabe-me apostar que seu riso (como, aliás, qualquer sintoma) faz sentido. Ajusto o foco da escuta

e percebo que ela estava “escrevendo uma crônica”, cabendo-me o papel de leitora. Como boa cronista, ela deixava ao leitor uma parte do trabalho: para enxergar a graça da história, tenho de colocar algo meu ali. Percebo também que ela está rindo de si mesma, de sua ingenuidade ao tomar seu desejo por realidade, atribuindo à moça sua própria paixão pela leitura. O possível “conto” – que tem valor universal – é sobre a dificuldade do ser humano em fazer contato com a alteridade. A analisanda não conseguira ver que nas ilustrações concentrava-se a atração despertada pelos livros naquela faxineira semianalfabeta.

Com a minha compreensão, completo, assim, a crônica. Há júbilo em sua voz quando ela constata que valorizei sua história; quando se vê com fineza por mim “recontada”, notando que fui capaz de ver sentido em seu relato. Meu comentário valoriza sua história e, portanto, a valoriza. Percebo que há uma necessidade brutal de reconhecimento (“Estou vendo o que você está fazendo”) e de valorização (“O que você está fazendo tem valor”). Ou seja, se a fala dela precisa ser escutada como um *fazer*, a interpretação também incorpora essa dimensão: mostro à paciente que vejo sentido em suas histórias, e que as considero interessantes.

Ela descreve seu namorado como um sujeito grosseiro e insensível. Em sua família, ninguém tem paciência de ouvi-la. Ela diz: “Acham que sou burra”. De fato, ela se disfarça de “burra” e se esconde atrás de uma aparência infantil, com um tipo de discurso aparentemente fútil, pontilhado por risos que parecem estereotipados e imotivados. É aqui reconhecida a menina nela, que se infantiliza para não afrontar figuras edípicas extremamente narcísicas e prepotentes. O sintoma é o tipo de discurso.

♦ ♦ ♦

5. A contratransferência

Um estudante de psicologia inicia uma análise e, pouco depois da “lua de mel”, se estabelece

um padrão transferencial. Ele fala, a analista interpreta e ele a “supervisiona”. Ele se esmerava em corrigir as interpretações, criticava sua falta de profundidade, sentia falta de interpretações transferenciais, indignava-se com a ausência de interpretações sobre sua inveja e voracidade. Perguntava se a analista não ia interpretar seu atraso. Se ela fizesse menção ao conteúdo manifesto – por exemplo, se ela se referisse concretamente à sua namorada –, o analisando retrucava dizendo que, certamente, a namorada representava um aspecto dele. Diante daquilo, a analista – que apenas começava sua formação – começou a se sentir controlada, insegura, insuficiente, e, por fim, “burra”. Passou a ter medo de seu paciente. Nada lhe ocorria; quando dizia algo, eram coisas rasas e banais. Agora, o paciente a criticava com razão. A analista sentia que seu paciente tinha um modelo do que era um “bom analista”, e, se ela não se encaixasse, não servia. Aqui, o elemento importante é a contratransferência, que passou a ser o foco da supervisão. Pudemos conversar sobre como as questões narcísicas do analisando estavam sendo comunicadas via identificação projetiva. Também parecia que a “criança nele” precisava cuidar de seu objeto materno, vivido de forma angustiante como insuficiente. O importante era a analista sair do lugar em que havia sido colocada, do qual respondia de forma complementar.

♦ ♦ ♦

Há analisandos cuja fala não produz qualquer afeto contratransferencial no analista. Não consegue este “sentir” o analisado dentro de si, nem formar imagens, nem produzir associações.

A analisanda está namorando um rapaz que usa drogas, o que a leva a também fazer uso. Acha que o rapaz não serve para ela, mas não sabe se termina ou não. A verdade é que não consegue terminar. O pai do rapaz morreu de *overdose*. O pai da analisanda é alcoólatra. A moça trabalha na empresa da família. Há brigas com as irmãs pelo uso das roupas e do carro, que per-

»»

*de repente, “vejo” uma mãe
de arame, oca, uma mãe operatória,
que faz as coisas necessárias,
sem que sua subjetividade
esteja presente.*

tencem a todas. Os fins de semana são em família, no sítio. A analista identifica um padrão de simbiose familiar, que é interpretado. As interpretações parecem ser corretas, porém vazias. Pelo menos, não parecem tocar a analisanda. Isso origina um mal-estar difuso na contratransferência.

A analista me procura para supervisão. Relata o caso, mas eu não consigo formar uma ideia sobre essa paciente; não me é possível imaginar “a criança nela”; não consigo entrar no universo subjetivo dessa moça. Tudo o que escuto são fatos e fatos – um psiquismo bidimensional. Pergunto pela mãe da paciente, que até então não aparecera no relato. Diz a colega que a analisanda fala de sua mãe, é uma mãe que está ali, mas “não há nada de especial”. A moça não conta muito com ela, senão para conversas sobre as roupas, o carro etc.

De repente, “vejo” uma mãe de arame, oca, uma mãe operatória, que faz as coisas necessárias, sem que sua subjetividade esteja presente. Tal como a analista experimenta suas próprias interpretações: são corretas, do ponto de vista do conteúdo, mas não tocam a paciente afetivamente. A mãe está, mas é como se não estivesse. Essa *reverie* ajuda a entrar em contato com a criança nela: a paciente está identificada com essa figura em negativo. É possível agora entender a ausência de forma psíquica, de imaginação e de figuração que o relato produz, tanto na analista, quanto na supervisora. É preciso tentar criar alguma espessura psíquica nessa moça, “recheá-la” com experiências que sejam subjetivadas pela própria analista, pelo menos no começo. Isso pode ser feito, por exemplo, simplesmente

recontando os mesmos fatos trazidos pela analisanda, mas com espessura emocional.

* * *

Uma analista me procura para que eu a ajude a escutar um paciente com quem tem dificuldades. Entretanto, usa várias supervisões para falar de outros pacientes. Finalmente, voltamos àquele primeiro paciente. Não sabe nem como começar a falar sobre ele. É um tipo de fala que a deixa com sono, ou então, pensando nas suas coisas – divagando, em vez de prestar atenção. Depois, não consegue anotar as sessões. Não entende nada do caso, apesar de estar com ele há quatro anos. Quando ela tenta exemplificar o tipo de fala de seu analisando, é notório seu desinteresse. Em que pese ser um paciente “chato” para ela, preocupa-se enormemente com ele. É um jovem que, aos 30 anos, está completamente perdido. É muito sozinho, apesar de ter pai e mãe. A mãe é descrita como distante e fria. O pai, como outro perdido.

Em minha escuta, o elemento mais importante é o grau de desinvestimento no paciente – desinvestimento defensivo, dado o grau de angústia que o atendimento lhe produz. Em função da angústia, entende-se que só consiga estar com ele pensando em outras coisas, de forma um tanto operatória, empurrando com a barriga. O círculo vicioso está formado, pois, desde esta posição contratransferencial, ela entende cada vez menos, desinveste cada vez mais, e só

lhe resta empurrar mais com a barriga. Sabemos que só é chato o paciente, ou a análise, que, por um motivo ou por outro, não conseguimos investir libidinalmente.

A contratransferência nos permite reconstruir o estado mental de seu objeto primário. É possível imaginar uma mãe que, de tão angustiada por não ter a mais pálida ideia de como cuidar do seu primeiro bebê, acaba deixando tudo por conta da babá, passando o dia fora de casa, evitando este vínculo que a faz sentir tão insuficiente. É preciso ajudar a analista a estar viva com seu paciente, a reinvesti-lo toda vez que surgir a tendência a deixá-lo de lado; e, principalmente, ajudá-la a suportar a angústia contratransferencial, até que fique mais claro o universo subjetivo em que se move o paciente.

* * *

Finalizando, os fragmentos apresentados obviamente não esgotam os diferentes focos da escuta analítica; serão tantos focos quantas são as formas de apresentação do infantil. Não chega a ser um erro se, ao pegarmos um binóculo, levamos algum tempo até decidir, diante da paisagem à nossa frente, se é mais produtivo focalizar a ilha longínqua que nos parece deserta, o pescador que luta pelo pão de cada dia, o mar batendo docemente na praia, ou a flor murcha que está logo aqui, onde me encontro. E menos ainda se, escolhendo falar da ilha, descobrimos que é com a flor que o analisando se identifica no momento.

Trial and error when listening to the infantile

Abstract Considering that a “mistake” may be the only way to a better understanding of the analytic situation, the analyst tries to adjust the focus of his listening to the child within the patient. This paper is a collection of clinical vignettes that illustrate this idea.

Keywords analytic listening; mistake; analytic situation.

Texto recebido: 3/2009

Aprovado: 5/2009

O erro como desvelamento e limite

Maria Lucia Homem

Resumo O artigo aborda a questão do erro a partir de uma tradição dualista de pensamento que pretende se estruturar em pares antagônicos. O texto se encaminha no sentido de colocar em xeque tal dicotomia, relacionando essas vertentes com o advento da modernidade e a releitura do erro como possível desvelamento e posicionamento subjetivo. Desse encadeamento, ao final, interroga a possibilidade de estabelecimento de um estatuto de erro que serviria como limite real ao infinito jogo de oposições.

Palavras-chave erro; psicanálise; dicotomia; complexidade; limite; Lacan.

Maria Lucia Homem é psicanalista, com pós-graduação em Psicanálise e Estética pela Universidade de Paris VIII / Collège International de Philosophie, e pela FFLCHUSP. É professora nas áreas de Psicanálise, Cinema e Comunicação da FAAP e da PUC. Participou com capítulos nos livros *Leitores e leituras de Clarice Lispector* (Hedra, 2004) e *Estranhas Travessias* (Edifício, 2004), entre outros.

O erro faz parte de uma dessas categorias gêmeas, como de um ser que nasceu grudado em outro: pensar o erro traz em si, embutida e à espreita, a noção de acerto. A palavra *errado* carrega consigo o *certo*. Talvez desde muito pequenos temos colocado nos ombros tais pares e nos estruturado a partir dos certos e errados da língua falada pelos nossos pais, chegando aos certos e errados das inúmeras provas do chamado conhecimento, aquele acumulado em anos de bancos de vida e de escola.

Há algumas outras polaridades dicotômicas na língua e na história, que iremos sobrevoar na sequência, e talvez todas elas tenham um funcionamento semelhante, na medida de sua dependência de uma lógica de oposição que se constrói com o duplo no espelho invertido. Talvez tenhamos tido necessidade dessa estruturação para nos situar como seres simbólicos e lógicos dentro de um caótico universo, talvez ainda necessitemos dela para continuar a tentar dar conta do mesmo caos – tanto aquele que era natureza pura quanto o que o humano forjou por sobre o que lhe foi dado – sempre prenhe de significações construídas e valoradas.

Neste texto, pretende-se refletir sobre essa estrutura dual, ao mesmo tempo que, levando esse questionamento ao extremo, se irá esbarrar em um ponto negro – espécie de umbigo do sonho – que servirá como limite e opacidade para a argumentação dedutiva.



dessa maneira, a psicanálise afirma a essência do ato falhado como bem-sucedido e preenche de significações

A falha e o sucesso

De uma certa perspectiva, para a psicanálise o ato falhado é um ato de sucesso. Desde Freud, que o formalizou e analisou¹, o ato que falha em seus objetivos pretendidos é revelação de um algo muito singular do sujeito que o enuncia ou executa e que, em última instância, desvela seu desejo inconsciente. Nesse sentido, o ato falhado é o único do qual podemos afirmar com segurança ser um ato bem-sucedido, como diria Lacan. Abordando as formações do inconsciente², concede um lugar privilegiado ao lapso em sua discussão sobre o desejo.

O ato falhado coloca em cena as moções inconscientes ligadas à carga que dá tonalidade às representações e também se coloca como saber. O inconsciente é saber, daquele gênero especial de saber que não sabe de si. No instante mesmo em que o ato falhado vem à tona, essa porção de desconhecido pode vir a ser apropriada pelo consciente, justamente saber que se sabe um pouco mais. E, se o sujeito vier a querer saber e, eventualmente, se colocar numa posição de leitura de seu dizer *a priori* sem o sentido esperado, pode talvez alçar um voo um pouco mais arrojado na infinita espiral do dizer e vir a se apropriar da falha de seu ato, fazendo-se um pouco menos escravo do mestre que o conduz. O pedagogo é justamente o de *não* situar seu dizer ou seu ato como falhos – a recusa do engano, erro, lapso como mero equívoco é que funda, afinal, o sujeito analítico, o que faz uma espécie de parceria com sua produção inconsciente e a recebe como fonte de luz e matéria para apreender de si.

Nessa posição, temos um sujeito que pode vir a empreender um processo de interrogação de sua história, justamente aquele que faz do erro um acerto e o escuta como produção de um *outro eu* –

lugar de fato paradoxal, que desatrela o sujeito da consciência, rompendo uma identidade forjada há alguns séculos. Ou seja, o convite que se faz a um ser falante que busca um psicanalista não deixa de ser peculiar: exponha-se ao dispositivo que buscará em um emaranhado de não saber e não reconhecer aquela verdade em última instância moderna e perseguida pelos ideais das luzes: a consciência busca se ampliar. Afinal, aquele que se analisa quer sempre saber mais. Inclusive de seu erro que diz, e, nesse sentido, é discurso mais denso e revelador do que a acertada repetição usual com a qual forjamos nossos elos sociais de sentido.

Dessa maneira, portanto, quando a psicanálise afirma a essência do ato falhado como bem-sucedido e preenche de significações a serem decifradas – mãe de inconsciente e pulsões reveladores – ela faz um elogio da subjetividade. Uma inescapável e talvez sedutora afirmação do desejo subjetivo que busca, sem cessar, sua expressão. E, mais do que isso, sua eventual realização. Nesse sentido, um movimento que caminha rente aos grandes eixos da modernidade, em sua inexorável afirmação do indivíduo e da possibilidade de sua subjetivação, no intrincado formato metodológico objetivista, ancorado, em última instância, numa separação sujeito *versus* objeto que instaura os lugares distintos da batalha científica.

Aquele que nos procura com seu gozo e seu sofrimento não precisa saber de nada disso, mas ele sabe que não está sabendo tudo o que poderia saber para tentar dar conta de sua vida de uma maneira mais interessante. Nesse momento, se dispõe a procurar e pagar alguém que supõe dispor desse saber: pacto moderno por excelência, ao mesmo tempo que subversão das antigas categorias de certo e errado, de consciente e inconsciente, de eu e outro e, ainda, de saber e não saber.

O clássico e o moderno

Cena de dança.

Havia um espetáculo do balé da cidade em cartaz. O século era o XXI e o repertório era hí-

brido: um número moderno, intervalo, um número clássico.

O moderno foi impactante em sua possibilidade de fronteira com o disforme, naquela forma fluida onde todos os movimentos, planos e figurinos eram permitidos.

O clássico chegou solene, com suas saias enrijecidas, corpos controlados e controlantes, sapatilhas de ponta: um outro tipo de beleza. Foi executado à perfeição, salvo pelo detalhe ao mesmo tempo temido e inesperado: uma bailarina escorregou. O tropeço foi visível. Esse tropeço foi visível. Não passou despercebido entre tantos seres em movimentos esparsos. Não, dessa vez o erro foi escancarado.

E a partir desse momento o espetáculo se transforma. Os bailarinos em cena vibram em outra frequência, nosso olhar como espectadores se altera.

O que o erro nos diz? Ao menos três planos se desenham.

O primeiro e mais basal é a consciência de que estamos imersos em um pacto ficcional. Uma obviedade: sabemos de maneira clara e cristalina que justamente pagamos o preço para usufruir de corpos em representação. Mas, como qualquer expressão do óbvio, é justamente desse cerne que nos ausentamos assim se inicia o processo. O esquecimento do acordo vem à tona para que possamos mergulhar na outra cena, ficção por excelência – aquela que tem que ser inconsciente de si, pois não estamos numa ruptura *à la* Brecht nem no trabalho da decifração analítica. O corpo que se mostra e movimenta é parceiro da ficção, *fictio* que, em sua matriz, é *ingere*, fingimento e imaginação. Ou seja, não se trata do corpo em seu uso cotidiano, em sua função usual de movimentos de suportar, mover e transformar os objetos do mundo. É corpo livre da materialidade do real, ao mesmo tempo que presa de códigos determinados e apriorísticos fundadores da prática de arte ficcional em

percebo que no balé clássico
o erro é fatal, pois que a carga
de artificialidade é alta



questão, a dança. Mas no momento em que vejo esse corpo em cena, esqueço que ele não anda usualmente sobre uma ponta de madeira acetinada. Esqueço inclusive que jamais ele se equilibra durante longos minutos sobre esse apoio mínimo, colorido e artificial. Naquele instante ele me enganava e eu me deixava enganar por sua leveza bela e transcendental. O erro me fez recobrar essa consciência.

A segunda revelação se imbrica precisamente aí. Percebo que no balé clássico o erro é fatal, pois que a carga de artificialidade é alta. O erro é visível, pois que a coreografia é estritamente desenhada. O olho do público leigo se deixa enganar mais confortavelmente pelo jogo do corpo na dança moderna, aquela em que a queda pode fazer parte do jogo. Ou seja, estamos em um jogo metalinguístico, em que se faço paródia do clássico ou queda sutil, você não saberá os limites de minha intencionalidade, pois ela passa a se ocultar nas mais amplas possibilidades de uma representação que inclui o erro e a margem para dentro de suas fronteiras. O espectador, a partir de um simples e efêmero tropeço, se dá conta de onde está – frente a um palco – e da diferença de sua experiência no primeiro e no segundo atos do ritual de encenação. O moderno e o clássico se polarizam em sua percepção.

E ainda se alinha um terceiro vetor: a leveza da dança é fruto da dureza infindável de um trabalho árido. Aquela bailarina que está ali ensaiou muito para não errar. Ensaiou inúmeras vezes aquela coreografia, naquele verão em que se preparavam todos para o espetáculo. E, mais do que isso, seu corpo vem ensaiando desde muito jovem, pois aos quatro anos ela já começava a querer se equilibrar nas pontas dos pés se

1 S. Freud, "A psicopatologia da vida cotidiana", *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, vol. VI.

2 J. Lacan, *Le Séminaire, Livre V, Les formations de l'inconscient*.



a oposição clássico/moderno
ultrapassa adjetivações do universo
da dança

apoiando na barra em frente ao longo espelho de sua escola de balé.

Enfim, a leveza é falsa, a naturalidade é falsa, o passo é falso – artifício. A repetição é verdadeira. Tudo o que sabemos bastante bem. E nos esforçamos para, naqueles preciosos momentos, criar a arena na qual a outra cena se desenrolará. E quem me revela meu próprio desejo de engano? O outro engano, aquele do erro. Engano que revela engano, numa espiral de revelação que termina por consistir uma dialética mais complexa, do erro que vela e desvela, que faz ocultamento de esferas do real ao mesmo tempo que o revela em sua crueza e fragilidade.

Mas a oposição clássico/moderno ultrapassa adjetivações do universo da dança. Ela fornece um amplo campo semântico que opõe tradição e modernidade, antigo e atual – regimes, eras, paradigmas. De certa maneira sintética, poderíamos dizer que o moderno foi, no tocante ao tema em discussão, a afirmação mais radical de um *eu* pensante que, via racionalidade, constrói seus limites e preceitos. Nesse sentido, o moderno leva à possibilidade do método para buscar as explicitações do que sustenta a superfície: ela incorpora o engano em suas formas de fatura, dando-lhe um lugar protagonista. Afinal, não podemos esquecer que a Modernidade é fruto do caldeirão do Renascimento e luto de grandes equívocos: a Terra não é o centro do universo, a Europa não é o centro da Terra, o homem branco não é o centro da civilização, o *homo sapiens* não é o centro de quase nada além de sua convicção egoica.

A razão, no início do novo paradigma, parece ter se candidatado a novo centro. As luzes racionais, no entanto, não permaneceram tantos séculos assim no lugar do ideal. A crise em sua fé

logo se fez sentir e o humano, atônito por ter que se expulsar do mais recente paraíso, passa a ter que lidar ao mesmo tempo com a cultuada razão assim como com seus avessos, tão logo sentidos.

A arte vai se apropriando dessa crise e acaba por incorporar os processos de seu fazer, que se explicitam de modo mais radical nas vanguardas da virada do XIX para o XX. O espírito do tempo se decanta: a dança moderna desconstrói o corpo de sua forma canonizada até então, assim como o cubismo expõe as formas de um ser cindido plano a plano, ambos irmãos do nascente cinema, que, fotograma a fotograma, opera num segundo nível de mímese, pois que filho da técnica industrial, com suas lentes, filtros, engrenagens, enfim, máquina daqui para a frente a grande mediadora do humano com o real. Todos eles primos contemporâneos da psicanálise que, também nesse momento histórico, incorpora à racionalidade algo que estava posto de fora dela e o coloca no cerne de sua experiência: o inconsciente e o não-sentido não são mais monstros ocultos das trevas interditas, mas massa de pão que deixamos fermentar e na qual molhamos nossas mãos todos os dias.

Imerso nessa *outra razão* que vai se consistindo no dia após dia da clínica, o sujeito falante reconstrói seu discurso, delimitando e, num segundo momento, dialetizando seus pares de oposição fundamentais. Na esteira do questionamento de modelos identificatórios constituintes, de consistentes objetos falicizados e marcas simbólicas fundamentais que se alternam entre positivities fetichizadas e resvalamento do contravalor, o analisante acabará por ir além das dicotomias que embasavam suas significações iniciais.

Aqui se desenha a configuração de um terceiro momento lógico do processo analítico: aquele em que o sujeito vai desvelando o “outro lado” dos adensamentos simbólicos que o constituíram, adjetivados com os predicativos idealizados ou esvaçados aos quais ele sempre deu crédito. E observa que por trás de todo grande sempre há o pequeno, assim como o pequeno caminha nos ombros do gigante e que talvez ambos sejam perspectivas

mais ou menos levemente imaginárias que o fizeram ser o que sempre acreditou ser.

Além do bem e do mal

Caminhamos então para a perda da alta carga de verdade que sustentou as dicotomias estruturantes das sociedades humanas durante tão longo tempo. Chegou o momento em que certo e errado talvez não fizessem tanto o sentido consistente de antes, assim como o bem e o mal, o belo e o feio, o verdadeiro e o falso. Se por um lado essas foram (e talvez o sejam ainda, para vários) as categorias organizativas da cultura, por outro deixam de ser estritamente corretas a partir do momento em que o campo está mais aberto e o conceito de relação se revela em toda a sua potencialidade, abrindo o leque da era da relatividade. Além de os pares se ajustarem um em relação ao outro, eles se interpenetram.

Já Kant, no final do XVIII, e de dentro de um projeto que queria se constituir em torno da razão e sua crítica, busca ultrapassar a dualidade em torno do juízo estético, instaurando, para além do belo, a ideia de sublime. Ou ainda tornando mais complexas as noções de verdade que sustentam a ciência e as prerrogativas de uma razão pura, assim como a razão que busca a referência de sua prática no ato moral. Ao longo de todo o XIX, as categorias dicotômicas sofrerão abalos. É nesse sentido que Nietzsche, em um feliz achado, nomeia a aura da nova era: além do bem e do mal³. Freud é filho desse tempo, e filho privilegiado, pois sua contribuição é central para a compreensão do humano como se situando no território da além-racionalidade estrita e buscando dar conta dos impulsos e simbolizações mais singulares e íntimos, ultrapassando as dualidades.

O processo analítico parece repetir o movimento histórico e, em determinado ponto, se vê obrigado a superar seus pares antitéticos. Nes-

3 F. Nietzsche, *Além do bem e do mal*.

4 N. da Costa, *Ensaio sobre os fundamentos da lógica*.

*estamos ao mesmo tempo
no cerne da teoria edípica freudiana
e no além-Édipo*



se momento, uma brecha pode se abrir para uma nova espiral do movimento de um sujeito em análise. Aquele que fala já desconfia de seus adensamentos de sentido e valor, e acaba por colocar em xeque suas categorias classificatórias que norteavam suas escolhas e atos. Surgem, assim, as condições de possibilidade de ultrapassagem de estruturas dicotômicas fixas em direção a um processo de *relativização*. Não no sentido do relativismo como sintoma contemporâneo ligado à crise da função paterna e seus correlatos de suspensão de uma posição ética e consequente. Mas na direção de um processo de relacionar duas variáveis em processo, situando seus procedimentos no aglomerado aberto de núcleos antes dual e claramente estabelecidos. A metodologia é menos cristalina e o campo é operado a partir de sistemas complexos onde o caos medianamente organizado pode comparecer como elemento chave.

Daí o porquê de uma certa psicanálise ter se interessado por formas mais contemporâneas dos estudos lógicos, concentrando-se nas contribuições de Frege e, mais atualmente, de Newton da Costa, na direção de uma lógica paraconsistente⁴, na qual o paradoxo passa a ser assimilável. Estamos ao mesmo tempo no cerne da teoria edípica freudiana e no além-Édipo, com o princípio do terceiro incluído operando como norteador. A conceituação de “quase verdade” passa a ser um operador fundamental na nova lógica dos sistemas abertos e complexos, apontando inclusive para uma nova concepção de verdade parcial que inevitavelmente deslocará o paradigma epistêmico da ciência.

Em termos psicanalíticos, e em poucas palavras: não estamos no domínio do certo ou errado, estamos no domínio da maior ou menor



se o certo pode ser errado e o errado, certo; se o belo se faz feio e o feio, sublime, então qual o critério?

implicação subjetiva, no sentido de que a linha de uma análise trabalha com a crescente apropriação por parte de um sujeito dos vetores de sua história. Além do bem e do mal: então no campo da mais ampla consciência?

É aqui que o terreno se torna fértil para que a semente da peste se espalhe. A época pode passar a aceitar que o ato que falha pode revelar o acerto daquele que fala. Pode inclusive pesquisar formações em que essa estrutura se repete e faz sentido: todas as formações do inconsciente, em que, do sonho ao chiste, passando pelo sintoma e a arte, as produções do humano são revisitadas e recolocadas em valor. Não mais o erro ou o demônio puros, mas brechas onde o que fracassou pode dizer da verdade do sujeito ou do novo que se desvela, como no erro-descoberta. Se agora errar pode ser bom e aponta para criação, revelação e descoberta, as categorias anteriores perdem algo do seu sentido estrito. O mapa se abre, a criatura se perde.

O erro-limite

A sensação de vertigem é filha da perda de referências. Se o mal pode ser o bem, e o bem, mal; se o certo pode ser errado e o errado, certo; se o belo se faz feio e o feio, sublime, então qual o critério? Quem, afinal, sou eu e qual referência norteará meu ato?

Momento importante da história do humano e da história de um humano em processo analítico.

Teria fim essa linha interrogativa? Sim, por um lado – e simultaneamente –, talvez não, por outro. Já Freud trabalhara com essa dificuldade em

um dos seus textos finais, sobre o *terminável* e o *indefinível* da análise⁵. Há algo do inconsciente que não cessa de produzir, e para sempre cifrará núcleos de significação em suas híbridas formações. Porém, estamos em busca daquele algo que durante o processo se decanta e serve de *ponto de basta* ao infinito processo de fala e decifração, ponto em torno do qual poderíamos articular uma montagem que permitiria ao sujeito situar-se em outra posição frente ao seu próprio fazer simbólico inconsciente. Onde talvez se possa dizer, simplesmente, e no limite do quase impossível: “é isto”. Ponto.

Se a incorporação do erro e seus derivativos passa a se colocar como uma potencialidade rica e mesmo necessária, e vamos construindo cada vez mais claramente uma era em que a complexidade e a relatividade ganham espaço, uma questão, no entanto, se insurge: mas além das inúmeras possibilidades e releituras, não haveria um erro simplesmente errado? Um *erro em si*, que não pode ser reincorporado ao sistema como possível revelação ou acerto final?

Aqui duas vertentes de hipóteses se abrem.

A primeira toca o erro como repetição. O mesmo erro se repete quase *ad infinitum*, revelando uma estrutura de sintoma e de gozo do sujeito que não deixa de se reencenar. Aqui esbarramos numa descoberta central da psicanálise que situa o inconsciente em uma conexão com a pulsão de morte e que demanda o longo caminho que vai da repetição a uma possível transcendência perlaborativa. Este justamente o grosso do trabalho analítico, digamos. Eis aí o nosso fazer cotidiano, com os microdeslocamentos de sentidos e posicionamentos que vão no ritmo próprio e lento da vida se esculpindo em cada sessão e, em alguns momentos-chave, se oferecem como *insights* de mais ampla compreensão e transformação. O erro se oferece como repetição ao mesmo tempo que pode vir a ser limite da própria configuração pulsional repetitiva.

No entanto, algo resta da repetição que não se deixa desmanchar e, assim, não deixa de se repetir. Aqui deparamos com o resto que embasa o *sinthome* laciano⁶, ponto de ancoragem

possível de um eventual atravessamento ao mesmo tempo que núcleo opaco onde a palavra não mais faz entrada. Porém, se esse cerne carregará sempre sua opacidade, estamos num sistema instável, onde a sinuosa serpente poderá vez ou outra soltar as amarras de sua caixa de Pandora. Este o melhor que a psicanálise poderia nos trazer: um saber sobre a repetição? Um espaçamento tal da repetição sintomática de tal maneira que o viver se tornaria menos limitante? Talvez sim. De qualquer forma, a repetição aqui revela o erro em sua insistência menos criativa, e portanto em direção mortífera.

E assim desenha-se uma segunda linha de reflexão. O erro, do ponto de vista subjetivo, pode sim se colocar como revelação do desejo e do inconsciente de um ser falante. Mas pode, simultaneamente, portanto, “atacar” o que é vivo, atingindo o objeto. O erro pode atingir a vida de forma a eliminá-la ou enfraquecê-la. Talvez aí se mapeie sua fronteira.

Três casos vêm à tona no tocante a essa ideia de um erro-limite.

Partindo do mais concreto e também metafórico: se o construtor erra em seus cálculos e materiais, a casa cai. E isso não pode acontecer. Ela pode ter ângulos retos ou somente paredes curvas, *à la* Waldorf; pode ter concreto aparente ou concreto oculto; ser minimalista ou ostentatória; ter espaços amplos ou recortados – cada um constrói a casa que quiser e bem lhe significar, mas não há a possibilidade de se construir a casa para desmoronar – o que implicaria a destruição do próprio objeto, além de tudo o que ele abriga. Tem-se aí a demarcação intrínseca do próprio ato de construir. Esse o limite, essa a referência que estabelece o *erro puro*.

Um segundo cenário, o jurídico. Aquele que julga um caso submetendo-o ao dizer genérico da lei necessariamente está sob a possibilidade do equívoco e, aqui, um erro pode ser fatal. Inúmeras são as discussões sobre o risco de a pena

»
*o outro esteve em minhas mãos
e eu estive em posição de poder
esmagá-lo mais do que deveria.*

de morte vir a ser prática corrente na cultura dos humanos que – estamos nos rendendo a essa evidência – em grande medida não são *objetivos* em seus julgamentos e demonstrações, muitas vezes sendo levados por identificações inconscientes primárias e prenes de certezas quanto a posição, caráter e comportamento do outro. Por mais que eventualmente *a posteriori* se revele o equívoco do meu voto como componente do júri e que, mais tarde ainda, e se eu me interessar em interrogar, se desvele o que de projeto houve em meu julgamento e eu aprenda algo com isso, de qualquer maneira cometi um erro puro e simples. O outro esteve em minhas mãos e eu estive em posição de poder esmagá-lo mais do que deveria. Posso condená-lo à morte ou à injustiça da pena desmedida. Condenar o inocente é um dos fantasmas que rondam a cultura. É um erro limítrofe, fato.

Antes de desdobrar a questão, um último caso: o erro dito médico. Aquele que, por ignorância, incompetência, má-fé ou simples impossibilidade de construção de um saber confiável nesse momento histórico, pode cometer um erro que implicará a perda da vida ou de sua amplitude. A falta desse saber e sua ação correlata matam. Todo profissional da área de cuidados com a saúde opera nesse mesmo fio de navalha. Um trabalho analítico também pode patinar nas pulsões de repetição e deixar de se dirigir para o que de criação opera numa organização subjetiva.

Enfim, o erro pode levar a uma diminuição total ou parcial da potência da vida – esse o critério último que o coloca em um outro estatuto ontológico, diferente do enfocado até então, ligado à construção de um limite para o ato.

5 S. Freud, “Análise terminável e interminável”, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. XXIII.

6 J. Lacan, *Le Séminaire, Livre XXIII, Le sinthome*.

Desdobrando a reflexão, podemos interrogar a causalidade que opera aí. Uma hipótese trabalha com a relação entre o erro-limite e a falta, e isto de duas formas distintas.

A primeira tem no horizonte uma falta de saber. O erro se dá como efeito da falta de saber por parte de um sujeito: tanto o conhecimento sobre o objeto – e nesse caso estamos no âmbito de um erro dito técnico – como o conhecimento sobre o próprio sujeito – estilo de erro que poderíamos talvez nomear como analítico. Supõe-se aqui que o ato opera no escopo da boa-fé, expressão algo peculiar para expressar a intenção consciente de uma alma (uma estrutura psíquica) que não busca sub-repticiamente cometer o mal (usufruir do outro como objeto do meu prazer).

A segunda possibilidade lida com a situação em que haveria saber técnico e *autoconhecimento* mínimo para propiciar a realização do ato consequente, e, no entanto, isso não ocorreu. O sujeito não esteve disponível para tal pois assim não o desejou, mais ou menos consciente, mais ou menos displicentemente. Como nomear essa figura? Erro moral? Isto se dá quando a figura do outro não está inserida no sistema do sujeito de forma a fazer limite a seu gozo. Talvez estejamos falando de uma falta ligada à construção do

conceito de alteridade como diferença para uma subjetividade já formada, isto é, que necessariamente opera a partir de uma matriz ética.

A partir daí, estabelece-se um critério para situar o erro limítrofe: não importam os ganhos relativos para o sujeito em questão, o ato performedo retira ou diminui a potência da vida. O limite é dado pelo vivo. E esbarra na alteridade, mesmo que se trate da alteridade do próprio eu.

Enfim, se, por um lado, o erro revelou-se ao longo da história da civilização e da história de um sujeito em análise como possibilidade de descoberta, criação, desvelamento na direção de complexidade do processo subjetivo, por outro, pode operar também como ponto de opacidade que funciona como limite para as infinitas cadeias de simbolização e para a consideração radical da alteridade e da existência de vida como valor de referência no real.

O limite desenha os contornos dessa figura de referência. Assim, o processo de análise pode vir a encontrar seu limite e final. Critério de certa forma simbólico, mas que talvez seja de inevitável consideração se operamos com um campo onde sujeito e outro se colocam em interação, mediados pela operacionalidade da lei que delimita o campo de relações. E pensar sua graça e limite não deixa de ser o cerne do nosso trabalho.

Referências bibliográficas

- Costa N. (2008). *Ensaio sobre os fundamentos da lógica*. 3. ed. São Paulo: Hucitec.
- Frege G. (2002). *Investigações lógicas*. Porto Alegre: Edipucrs.
- Freud S. (1976). A psicopatologia da vida cotidiana. In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, vol. vi.
- _____. (1996). Análise terminável e interminável. In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, vol. xxiii.
- Lacan J. (1998). *Le séminaire, Livre v, Les formations de l'inconscient*. Paris: Seuil.
- _____. (2005). *Le Séminaire, Livre xxiii, Le sinthome*. Paris: Seuil.
- Nietzsche F. (2005). *Além do bem e do mal*. São Paulo: Cia. das Letras.

Error as unveiling and limit

Abstract The paper focuses on the question of error from a dualist tradition of thinking which intends to symbolize itself in antagonistic pairs. The text progresses in the sense of keeping in check this dichotomy, relating these paths to the arrival of Modernity and the rereading of error as possible unveiling and subjective positioning. From this concatenation enchainning, at the end, asks about the possibility of settlement of an error statute which could serve as real limit to the infinite interplay play of oppositions.

Keywords error; mistake; Psychoanalysis; dichotomy; complexity; limit; Lacan.

Texto recebido: 2/2009
Aprovado: 4/2009

Considerações sobre o erro no barroco

Maria de Lourdes Caleiro Costa

Resumo Desterros. O barroco é arte de crise. Ganha terreno variando, se bifurcando, criando fronteiras para habitá-las e ir além. Pela convocação dos sentidos, com a criação de formas hiperbólicas que tenham a amplitude de expressar proposições paradoxais. A repetição, o excesso, a proliferação mobilizam para travessias antes impensadas. Eternidade e finitude estão em jogo e, para sua execução, corpo e alma vêm à cena em infinitos movimentos de dobras, desdobras, redobras.

Palavras-chave barroco; erro; dobra; arte; estética; semiótica.

Maria de Lourdes Caleiro Costa é psicanalista, membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae e mestre em Comunicação e Semiótica pela PUCSP.

Desterros da razão, do céu desterrados,
Juntar erros a erros¹

Há barrocos. Leituras diferentes, diferentes práticas e, evidentemente, mundos diferentes que se forjam.

Há um certo olhar que se estende e se captura nas mínimas injunções, onde pulsão e afeto ganham velocidade e irrompem novos sentidos.

Há uma errância fundamental onde os movimentos ganham relevância pelas relações que estabelecem.

Movimento: corpos que inscrevem novas dimensões espaço-temporais.

Gostaria de começar refletindo sobre a questão da inclusão no barroco. Mais especificamente, na linha barroca. Que em si não é questão; é matéria constitutiva, condição de sua existência. E também não é qualquer inclusão, acumulação, imobilização; certezas. Muito menos reflexão.

É inclusão de risco. Também não é qualquer risco. Rabisco, traço solto. É bem pensado, erotizado; o que estava para ser excluído produz lugar de pertinência e sentido. Mas é também vertigem. Questão de vida ou vida; a morte sendo evidente.

¹ D. Francisco de Portugal, "Divinos e humanos versos", in N. P. Ferreira, *Poesia barroca – antologia do séc. XVII em língua portuguesa*, p. 65.

² T. Pinto Brandão, "A um relógio de areia", in *Poesia barroca...*, op. cit., p. 181.

E é justo que feito em pó
Se veja Relógio aqui;
Porém mostrando de si, a hora da morte só.²



*morte, destroços, ruínas.
Disso é feito o barroco.
Mas, ruínas: para andar entre.
Antes da ruptura, a dobra:
cisão que relança*

Tomás Pinto Brandão, Dom Francisco Manuel de Melo, Gregório de Mattos, Lope de Vega, Calderón de la Barca, Luis de Góngora, Francisco de Quevedo; em meio a tantos outros cantadores e poetas, multiplicam-se as imagens da morte e da precariedade da vida:

*Miré los muros de la patria mia, [...], Salime al campo..., Entré em mi casa;..., [...],
Y no hallé cosa em que poner los ojos
que no fuese recuerdo de la muerte.³*

E afirmam-se imagens da morte como movimento constante da vida:

*“Diz-me o pó que sou pó, e a crer-me incita
Que é vento quanto neste pó se encerra*

*Diz-me outro vento que esse pó vil erra,
Qual destes a verdade solicita?
[...]
Que é da velhice?
que é da mocidade?
Tragou-me a vida inteira o mar profundo!
Ora quem diz que sou pó falou verdade.⁴*

Em verso menos sombrio de Gregório de Matos, encontramos:

Quem não cuida de si, que é terra... erra.⁵

Posto a morte, figura-se o erro. Desterros. Transformações detonadas pelas ciências desde

o fim da Idade Média evidenciam-se nas conjunções desse processo.

O céu não é mais uma abóbada de estrelas fixas; a Terra não é mais o centro – e continua bem além da Europa; o que se escreve, viaja, e se responde; Deus já não cabe nas medidas de todos, e os homens já não se conformam à sua imagem. E, há pouco, Michelângelo pôs seu David, esse grego-pagão de quietude já bem distante, em praça pública.

O Renascimento conquistou a cidade, não mais como espelho do mundo divino, mas espaço de criação da razão humana.

O desmembramento dos horizontes não cessa. Marte não anda mais em círculo. Tem vida diferente. De certa forma, própria. Em torno do sol, faz elipses. Dois centros, um sol que já não é mais todo-poderoso e um homem arrastado às margens do não mais conhecido; repetida, sucessivamente. Guerras constantes, surtos de peste negra dizimam grande parte das populações.

Morte, destroços, ruínas. Disso é feito o barroco. Mas, ruínas: para andar entre. Antes da ruptura, a dobra: cisão que relança, como dirá Deleuze com Foucault e Leibniz. Labirinto: movimento de corpos que trazem do mais obscuro suas maneiras. Modulação. A luz não para de mergulhar no escuro e o escuro no claro – seus jogos. Sucessiva, excessivamente. A matéria põe à mostra sua força de expressão.

Quanto mais perto dos centros de poder, mais luz, mais brilho. Arte da Contrarreforma, tempo de Absolutismo, monarquias volta e meia conflagradas; é preciso vencer, é preciso convencer. À variedade do mundo, responde-se com inclusão. Montagens. Arte da astúcia, estratégia político-vencedora que traz em sua arquitetura a inscrição de outras cidades. Entornos; erupções.

Linhas eventualmente secundárias que, ao se proliferarem, desprendem-se e se tornam centrais em outra cena. Essa possibilidade do traço barroco terá amplas consequências. Por ora, lembramos aqui da diversidade de sua produção em cada conjuntura cultural. Assim, por exemplo, o

barroco brasileiro, o latino-americano como um todo, e em seus diversos desdobramentos, deu-se como ato de inscrição, da população mestiça, na mesma pele, entranhas e talhas, da vontade de cooptação da Corte e da Igreja na ordem imperial e clerical.

O barroco vai justamente se assentar no enfrentamento da complexidade própria a momentos de forte crise. Na Europa, a partir de meados do século xv, o que estava por se expressar, as linhas do classicismo renascentista não davam mais conta.

Linhas retas, clara iluminação, equilíbrio, elaboração da perspectiva centrada, distribuição das figuras no espaço de acordo com a Regra de ouro. Corpos desenhados por esse mesmo acordo que testemunham a beleza perfeita e sua comunhão com as leis da natureza. Tudo isso, conquista feita há bem pouco tempo pela razão e liberdade humanas, não tardaria a se confrontar com a urgência de suas paixões.

As primeiras linhas curvas que apareceram numa fachada de igreja, em Roma, foram chamadas de barrocas – barrocas, as pérolas irregulares – esquisitas, excessivas, errôneas.

Antes disso, chama a atenção o tumulto que provocou a estátua de *Laocoonte* achada por um romano em suas vinhas no ano de 1506, e perdida por mais de mil e quatrocentos. *Laocoonte*, sacerdote de Apolo, o único a pressentir o perigo representado pelo cavalo de Troia, protesta contra sua entrada para dentro dos muros da cidade. Sua morte, nessa batalha, esculpida em mármore no primeiro século antes de Cristo, impressiona por sua imponência e dramaticidade – o contorcionismo de seu corpo volteado por serpentes e ladeado por seus dois filhos – e provoca debates acalorados no meio artístico, bem como o reconhecimento de seu valor. Michelângelo é um dos protagonistas desses deba-

3 F. de Quevedo, “*Todas las cosas son aviso de la muerte*”, in J. Mas, *68 sonetos del siglo de oro*, p. 93.

4 F. M. de Melo, “Em dia de cinzas, sobre as palavras”, in *Poesia barroca...*, *op. cit.*, p. 61.

5 G. Matos, in *Poesia barroca...*, *op. cit.*, p. 123.

»»

*barrocas eram chamadas pelos
portugueses aquelas pedras irregulares,
ora desprezando, ora lhes conferindo
a especial atenção
que tal joalheria solicitava*

tes e sua obra o testemunha. Naquele mesmo ano, trinta e sete antes do início do Concílio de Trento, que irá formular as bases da reforma católica, é comprada pelo sumo pontífice e fica exposta em seus jardins.

Entornos; barrocas eram chamadas pelos portugueses aquelas pedras irregulares, ora desprezando, ora lhes conferindo a especial atenção que tal joalheria solicitava. Foram esses mesmos homens – em grande parte mouros, como seus vizinhos espanhóis – que cunharam um estilo depois chamado de barroco português, o manuelino. Superfícies inteiras cunhadas por lembranças de além-mar – conchas e bichos de todas as espécies, estrelas, esferas armilares, cordas e mais cordas – por marcas das grandes navegações. Nesse território mais voltado ao mar, extremo-oeste da península ibérica, o barroco segue toda uma outra discussão.

Mas de qualquer forma, e é o ponto que aqui nos assiste, desde esses primeiros momentos, encontramos elementos que em outros países, bem como nas colônias lusas e espanholas, vão tomar proporções imensas: os jogos de montagens, o excesso, a repetição, a proliferação mobilizam para a travessia de distâncias antes impensadas. O olhar é chamado a percorrê-las e a perscrutar linhas que cada vez mais se encurvam: do tema à própria arte da narração que o traslada numa série infinita de imagens.

Do centro, às margens. O barroco ganha terreno variando, se bifurcando, criando fronteiras – para habitá-las, e ir além. Pelo arreba-



à enormidade da crise,
deve corresponder uma justificação
sem precedentes, diz Deleuze
em sua leitura de Leibniz

78

PERCURSO 42 : junho de 2009

tamento dos sentidos, com a criação de formas hiperbólicas que tenham a amplitude de expressar movimentos paradoxais. Finitude e eternidade estão em jogo e, para sua execução, corpo e alma são convocados em perpétuo movimento de dobras, desdobras, redobras. Deformação.

Da morte ao riso “que se constrói a partir da necessidade de habitar-se do que nos é estranho”⁶. Se são muitas as imagens de morte, não menos numerosos são os jogos que se lhe desdobram:

No soneto “*Al túmulo del rey felipe II em Sevilla*”, Cervantes se diverte com sua “grandeza” e “maravilla”:

...Apostaré que el anima del muerto,
por gozar este sitio, hoy há dejado
el cielo, del que goza eternamente.⁷

E Lope de Vega escreve:

A una cavallera

Esta cabeza, cuando viva, tuvo
sobre la arquitectura de estos huesos
carne y cabellos, por quien fueron presos
los ojos que, mirándola, detuvo”⁸.

Torção; o leitor convocado por seu olhar, na vertigem de sua própria morte.

“Passa-se do mundo ao sujeito, ao preço de uma torção que faz com que todos os sujeitos

sejam reportados a esse mundo como à virtualidade que eles atualizam”⁹.

Corpos, sua deformação; riso, a irrisão do mundo esperado. Multiplicam-se as caricaturas; é preciso deformar para fazer ver. Lembremos, por exemplo, de Goya e sua obra gráfica, especialmente nas séries “Os caprichos”, “Os desastres da Guerra” e “Os disparates”.

A tensão se procura, nada está garantido, de certo, movimento de forças afeto.

Bernini esculpe figuras que, de tão intrépidas, se petrificam e transbordam: a água azul vaza as pedras brancas. Nas praças.

São Pedro, cúpula central, quatro colunas salomônicas, madeira ébano, estabelecem, preempitoriamente, quais os caminhos a serem seguidos, de dia e de noite. Poder e desespero na Contrarreforma.

À enormidade da crise, deve corresponder uma justificação sem precedentes, diz Deleuze em sua leitura de Leibniz. Se são muitos os princípios, multipliquemos os mundos. E o mundo, em seu conjunto, não só deve ser o melhor por sua capacidade de produzir e criar o novo, mas em cada um de seus casos. Em *A dobra*, o filósofo francês isola justamente essa figura na obra de Leibniz e a faz operar colocando em evidência determinadas divisas barrocas abertas pelo filósofo alemão.

Ao escolher a dobra como vértice de suas reflexões, Deleuze evoca Paul Klée, que fala da natureza da linha curva, aquela das coisas vivas que, ato de vida, uma vez lançada no espaço-tempo, espirala-se continuamente, criando campos inalienáveis de maior complexificação. Ressalta que o menor elemento de uma linha nunca é o ponto, mas a dobra: flexão; antes da ruptura, cisão que relança um e outro lado das séries envolvidas pela força do que está em jogo. Dobras e dobras, até as infinitamente pequenas. Assim, afirma que as origens acontecem sempre pelo meio; conforme dobras. Se a dobra já existia, enfatiza, Leibniz a leva ao infinito, liberando-a para consequências imprevistas mas por ele inauguradas¹⁰.

É preciso dizer que, assim como seu contemporâneo Descartes, Leibniz também se perguntou como poderia apreender as verdades do mundo sem incorrer em erro. Mas o primeiro

teria se equivocado, então, por não reconhecer que o exercício do pensamento se faz com o auxílio de sinais – e, na esteira deste, com amparo de expedientes sensíveis, quer dizer, relativos ao corpo. A insuficiência dos critérios de clareza e distinção, tais como os entende Descartes, nessa medida, repousaria no fato de que [...] não há aquilo a que se aplicaria esses mesmos critérios¹¹.

Acompanhemos Deleuze. Do classicismo ao barroco, do círculo à curvatura variável que vai ao infinito, ao desmedido, ao incomensurável, o paradigma se torna maneirista e se procede por uma dedução formal das dobras. “O objeto é reportado não mais a um molde espacial, isto é, a uma relação forma-matéria, mas a uma modulação temporal que implica tanto a inserção da matéria em uma variação contínua como um desenvolvimento contínuo da forma”¹². E, em seguida, explica: Se o objeto muda tão profundamente de estatuto, o mesmo acontece com o sujeito. Pensemos na curvatura variável, em seu lado côncavo, em seu movimento de inflexão. A partir de um segmento dessa inflexão, podemos desenhar um ponto externo a essa linha em que se encontram as perpendiculares e as tangentes. Esse ponto, entenderemos como um lugar: o ponto de vista, que representa uma variação ou uma inflexão. Perspectivismo: “será sujeito aquele que vier ao ponto de vista”¹³. Aquele que tem a condição de acompanhar uma determinada

»
“o ponto de vista, em cada domínio da variação, é potência de ordenar os casos, condição de manifestação do verdadeiro”

[Gilles Deleuze]

variação. Deleuze esclarece: “Trata-se não de uma variação da verdade de acordo com um sujeito, mas da condição sob a qual a verdade de uma variação aparece ao sujeito. É a própria ideia da perspectiva barroca”¹⁴.

E continua: “O ponto de vista, em cada domínio da variação, é potência de ordenar os casos, condição de manifestação do verdadeiro”¹⁵. Pensemos numa talha barroca; sua plasticidade, sua porosidade, sua possibilidade de abrigar e refletir a luz e o olhar que se lhe incidem (convergente e divergentemente). Suas volutas, formas côncavas e espiraladas, mostram e escondem, fazendo-se-lhe inerente a dinâmica de ver e ler. De tal forma, que a paisagem só aparece nesse movimento, sendo o objeto a própria execução da viagem. Ver, ler, assinar.

Tomemos o quadro mais famoso de Velásquez, *As meninas*. O que mais chama a atenção nesse quadro é justamente a multiplicação da perspectiva, a convocação do olhar, incitando-o para muitas direções. É notória a maestria do pintor na montagem dessa cena em que o sujeito que a olha também faz parte. Labirinto miniatural; várias séries convergindo para a mesma cena. São inúmeras as análises que desde então lhe são feitas, e nos chama a atenção aquela de Foucault. Quem a vê, pergunta-se Foucault? E continua: aquilo que parecería simples, uma relação de reciprocidade, o espectador olhando o quadro e sendo olhado por quem está no quadro, toma outras proporções. “Essa linha tênue de visibilidade, que

6 A. Pinheiro, *Aquém da identidade e da oposição; formas na cultura mestiça*, p. 35.

7 M. Cervantes, in *68 sonetos...*, op. cit., p. 52.

8 Lope de Vega, in *68 sonetos...*, op. cit., p. 77.

9 G. Deleuze, *A dobra: Leibniz e o barroco*, p. 45.

10 G. Deleuze, *Pourparles*, p. 216.

11 V. C. Moreira, *Leibniz & a linguagem*, p. 26.

12 G. Deleuze, *A dobra...*, op. cit., p. 35.

13 G. Deleuze, op. cit., p. 36.

14 G. Deleuze, op. cit., p. 37.

15 G. Deleuze, op. cit., p. 39.



se o barroco criou um mundo em que o erro passa a ser potência de criar novas conexões, o que seria algo como o erro do erro ou o seu limite?

retorna, guarda todo uma rede complexa de incertezas, trocas, e esquivas¹⁶. E, com outras palavras, segue: o pintor nos olha, na medida em que estamos no lugar de seu modelo. Mas seu olhar também dá margem a pensar que está olhando para fora do quadro e que, portanto, para qualquer um que vier ocupar o lugar de espectador; lugar preciso mas indiferente. Nesse campo neutro do olhar que o atravessa perpendicularmente, sujeito, objeto, espectador e modelo invertem seus papéis ao infinito. Junta-se a isso a fixidez da grande tela, à esquerda, a que está sendo pintada por Velásquez nesse exato momento, e da qual só vemos as costas (é ele quem olha). E está selada a impossibilidade de sabermos se somos vistos ou quem vê, mas também a abertura de um lugar que não para de trocar de conteúdo, forma, cara, identidade. Depois, realça a “generosidade do espelho”, colocado no fundo descentrado do quadro, com o reflexo do casal real, restituindo o que falta ao olhar de cada personagem, mas que, por um jogo de luz, estabelece outras relações de ambiguidade com o espectador e o pintor.

“Rigoroso sem ser exato [...] o ponto de vista sobre uma variação virá a substituir o centro de uma figura ou de uma configuração”, dirá Deleuze¹⁷.

Mas, no barroco – seu maneirismo – além da perspectiva, as cores também são tomadas em sua modulação. O contorno esfuma-se e sobe à cena o jogo do claro/escuro. O fundo

sombrio é onipresente, e lugar de onde vêm as maneiras.

Olhemos a *Velha ao fritar ovos, Três homens à mesa* ou *O aguadeiro de Sevilha* do próprio Velásquez, três quadros em que os personagens com vestes ocre-marrom mal saem da penumbra, e se movem na fugacidade de gestos cotidianos.

Olhemos El Greco, a intensidade de suas cores em corpos, ao limite, alongados. “O infinito atual no eu finito é exatamente a posição de equilíbrio ou desequilíbrio barroco”¹⁸.

Olhemos *A ronda noturna*, de Rembrandt. A pequena moça, não se sabe surgindo de onde, ou quem seja, esgueira-se com rapidez, entre os arcabuzeiros, pela transversal do quadro, e traça sua rota de fuga.

Olhemos Caravaggio, por exemplo, a *Vocação de São Mateus*, pernas e mãos saindo de repente de onde a luz é mais fechada; depois, alguns corpos, suas faces e as vestes. Cores e formas tomam força e há organismos em todas as partes aguardando a hora de sua cena.

Olhemos, por fim, uma gravura de Rembrandt, *A fuga para o Egito, à noite*, na versão de 1651¹⁹, posto que esse tema lhe era recorrente. É impressionante; é a mais escura e a mais intensa: os traços de água-forte, buril e ponta-seca, microdobras, vibram com grande velocidade e desestabilizam as figuras, que só não ficam abandonadas no exílio por conta de seu próprio movimento. Mas, as microdobras, as micropercepções alucinatórias... essa já é uma outra história.

Se o barroco criou um mundo em que o erro passa a ser potência de criar novas conexões, o que seria algo como o erro do erro ou o seu limite? Ou melhor, aonde é que suas linhas se lentificam, perdem a potência de novas conexões?

Do século XVIII até meados do XIX, o classicismo volta a preponderar na Europa. O neoclassicismo passa a dar vazão a uma outra visão de mundo. Os elementos de perturbação são

postos à margem pelo geometrismo acadêmico, pela “busca de simplicidade”, de equilíbrio na regularidade. A exatidão dos contornos, a luz limitada a esses mesmos contornos e a centralidade das figuras em espaços bem ordenados imperam.

Nas colônias espanholas e portuguesas, americanas, o barroco tomou proporções imensuráveis, tal sua afinidade com o mundo que aqui se criava. E ressalte-se nisso a diversidade de cada conjuntura e a correspondente plasticidade de suas formas de expressão.

O neoclassicismo que nessas terras chegou foi débil face ao vigor das produções barrocas. Mas não débil foi, tanto na Europa quanto aqui, entrando pelo século xx, o desprezo pelo barroco nos meios acadêmicos.

Em *O sequestro do barroco*, Haroldo de Campos vocifera contra a exclusão de Gregório de Matos na formação da literatura brasileira, bem como o rechaço de Gôngora na Espanha.

Tal polêmica esse livro causou, que Guilherme Simões mapeia, desde o fim do século xix, as discussões sobre o barroco, “mostrando que a questão sempre deixou os espíritos inquietos, o que talvez seja indício de sua importância”²⁰. Em meio às várias citações analisadas, encontramos a de Manuel Araújo Porto Alegre, “o patrono das artes plásticas no Brasil” e que aqui nos interessa especialmente. Diz ele:

[...] entre as personalidades geniais que fecham e abrem as épocas de esplendor, emergem escolas de arte baseadas em *doutrinas errôneas, como a fundada por Bernini, que tinha por princípio que as estátuas deveriam ter aparência móvel*²¹.

16 M. Foucault, *Les mots et les choses*, p. 20.

17 G. Deleuze, *op. cit.*, p. 38.

18 G. Deleuze, *op. cit.*

19 Cf. catálogo da exposição “Rembrandt e a arte da gravura”, p. 46.

20 G. Simões Gomes Jr., “Em torno da noção de barroco no Brasil”, in *Cultura brasileira: figuras da alteridade*, p. 12.

21 *Op. cit.*, p. 19.

22 *Op. cit.*, p. 22.

23 G. Deleuze, *op. cit.*, p. 208.

»
*Freud, as vanguardas estéticas,
as guerras, a valorização de
culturas mestiças; é nesse mundo que
se insurge o chamado neobarroco
com seu “desfraldar de séries
divergentes na mesma cena”*

E, mais adiante, refere-se “ao esforço de Mário de Andrade de subtrair Aleijadinho [...] do complexo barroco e qualificá-lo como artista renascente” e “sua dificuldade de admitir o estilo barroco, não como uma contrafação, mas como algo autônomo, que faz derivar sua ideia de beleza de outro conjunto de princípios estéticos”²².

Desde o final do século xix, como bem conhecemos, outros protagonistas vêm à cena. Nietzsche foi um dos primeiros a chamar a atenção para o equívoco em se desqualificar o barroco. Freud, as vanguardas estéticas, as guerras, a valorização de culturas mestiças; é nesse mundo que se insurge o chamado neobarroco com seu “desfraldar de séries divergentes na mesma cena”.

A mônada já não pode incluir o mundo inteiro como um círculo fechado modificável por projeção, mas ela se abre a uma trajetória ou espiral em expansão, que se distancia cada vez mais de um centro²³.

Severo Sarduy comenta a escrita do poeta cubano Lezama Lima:

Sintaticamente incorreta à força de se sobrecarregar de elementos alógenos, à força de multiplicar – até ‘perder o fio’ – o artifício sem limites da subordinação, a frase barroca – a frase de Lezama – exhibe sua incorreção (falsas citações, ‘enxertos’ falhados de

outras linguagens), no próprio fato de 'não cair aos seus próprios pés' e na sua perda da concordância, a nossa própria perda de um algures, único, harmonioso, de acordo com nossa própria imagem: teológico em suma²⁴.

E Affonso Ávila, em seu poema "Délivrance", escreve:

[...]
no vão no vazio no vácuo

vasculhando os veeiros do vau
labirinto em lóbulos do ermo
seu eco: a lógica do erro
[...].²⁵

Restos, trapos, paradoxos. Corpos; seus movimentos infinitos em direção às margens. Trata-se de escavá-las, habitá-las.

²⁴ S. Sarduy, *O barroco*, p. 97.

²⁵ A. Ávila, *A lógica do erro*, p. 13.

Referências bibliográficas

82

Considerações sobre o erro no barroco : Maria de Lourdes Caleiro Costa

- Angoulvent A. (1996). *O barroco*. Mem Martins, Publicações Europa-América.
- Ávila A. (2002). *A lógica do erro*. São Paulo: Perspectiva.
- Barthes R. (1988). *O rumor da língua*. São Paulo: Brasiliense.
- Cabanne P. *A arte clássica e o barroco*. Lisboa: Edições 70.
- Campos H. (1989). *O sequestro do barroco na formação da literatura brasileira: o caso Gregório de Matos*. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado.
- Deleuze G. (1991). *A dobra: Leibniz e o barroco*. Campinas: Papirus.
- _____. (1990). *Pourparles*. Paris: Les Éditions de Minuit.
- D'Ors E. *O barroco*. Lisboa: Veja.
- Ferreira N. (2000). *Poesia barroca – antologia do séc. XVII em língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Agora da Ilha.
- Foucault M. (1966). *Les mots et les choses; une archéologie des sciences humaines*. Paris: Gallimard.
- Lezama Lima J. (1988). *A expressão americana*. São Paulo: Brasiliense.
- Maravall J. (1997). *A cultura do barroco*. Lisboa: Instituto Superior de Novas Profissões.
- Mas, J. (2004). *68 sonetos del siglo de oro*. Madrid: Cátedra.
- Moreira V. (2005). *Leibniz & a linguagem*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Pinheiro A. (1995). *Aquém da identidade e da oposição; formas na cultura mestiça*. Piracicaba: Unimep.
- Sarduy S. *Barroco*. Lisboa: Veja.
- Souza E. (1996). *Cultura brasileira – figuras da alteridade*. São Paulo: Hucitec.
- Catálogo da exposição: *Rembrandt e a arte da gravura*. São Paulo: CCBB, 2002.

Remarks on the Baroque conception of error

Abstract Exiles. The baroque one is crisis art. It gains land varying, branching off, creating borders to inhabit them and to go beyond. For the invocation of senses, with the creation of hyperbolic forms that have the amplitude to express paradoxical proposals. The repetition, the excess, the proliferation mobilize for before unthinkable passages. Eternity and finitude are in game and, for its execution, body and soul come to the scene in infinite movements of folds, unfolds, refolds.

Keywords baroque; error; fold; art; aesthetic; semiotic.

Texto recebido: 3/2009

Aprovado: 5/2009

O erro e o método proustiano

Alexandre Bebiano de Almeida

Resumo Este artigo tem como objetivo discutir o erro no romance de Marcel Proust. O que configura um erro em um romance como *Em busca do tempo perdido*? Poder-se-ia dizer que o acerto é o que respeita aí o jogo retórico da ficção, ao passo que o erro é o que revela aspectos falhos desse jogo. Veremos, contudo, que os virtuais erros encontrados no romance não desmerecem sua construção, mas antes salientam seu caráter composto ou construído.

Palavras-chave Marcel Proust; *Em busca do tempo perdido*; composição; erro.

Alexandre Bebiano de Almeida é doutor em Letras pela FFLCH/USP.

1. “No mundo de Proust”

Em uma crônica intitulada “No mundo de Proust”, o poeta Manuel Bandeira chama a atenção para uma ambiguidade no romance *Em busca do tempo perdido*, com o intuito de descobrir um “princípio da lógica criadora”¹ do escritor francês. A crônica lembra que o narrador atribui a duas personagens uma mesma associação, como se ele não se importasse com uma caracterização original para elas. Com efeito, o narrador afirma em certo momento de *Albertine disparue* [A fugitiva] que Legrandin tinha se tornado “mais esbelto e rápido”, porque “tinha o hábito de frequentar certos lugares de má fama, onde ele não gostava que o vissem entrar nem sair”; então, nesses lugares, sovertia-se sorrateiramente “para oferecer aos maldosos olhares dos passantes hipotéticos o menos de superfície possível”². Ora, essa mesma associação aparece no último volume da obra, mas a propósito de outra personagem, “o marquês de Saint-Loup”³. Trata-se de uma repetição inadvertida, um erro na composição do romance, que Bandeira assim explica: “Proust não reviu as provas tipográficas da sua obra a partir de *La Prisonnière* [A prisioneira]. Se o tivesse feito, haveria certamente de notar a repetição e tê-la-ia suprimido. Mas, para nós, essa inadvertência foi preciosa, por ilustrar a técnica do romancista”⁴. Para o poeta brasileiro, Proust não é um desses escritores apaixonados por minúcias, pois, conclui, “a verdade é que os detalhes só lhe interessavam como elementos para a indução das grandes leis”⁵.

1 M. Bandeira, “No mundo de Proust”, in *Seleção de prosa*, p. 130.

2 M. Proust, *A Fugitiva – Em busca do tempo perdido*, p. 231, trad. modificada. Para esta e demais modificações, a seguinte edição francesa foi consultada: Proust, *Albertine disparue*, édition du texte par Jean Milly, Paris, Flammarion, 2003.

3 M. Proust, *O tempo redescoberto — Em busca do tempo perdido*, p. 12.

4 M. Bandeira, *op. cit.*, p. 132.

5 M. Bandeira, *op. cit.*, p. 132.



*a busca das grandes leis
que organizam a vida pode
justificar certos erros acidentais
que surgem na escrita do romance.
Mas fica para nós o problema:
que é um erro numa criação
ficcional?*

A crônica ressalta um dos princípios que formariam a narrativa de Proust: a busca das grandes leis que organizam a vida. E a julgar por Bandeira, essa busca pode mesmo justificar certos erros acidentais que surgem na escrita do romance. Mas fica para nós o problema: que é um erro numa criação ficcional? Note-se que o texto tem todo o cuidado de salientar que a repetição não seria propriamente um erro, mas antes uma *inadvertência*. De que maneira distinguir o que é erro do que é acerto numa composição onde tudo é regido, em última análise, pela fantasia? Poder-se-ia replicar que o acerto é o que obedece aí ao jogo retórico da ficção, enquanto o erro é o que trai a mentira desse jogo: os aspectos da realidade dissimulados pela fatura ficcional. Seja como for, é preciso reconhecer que, a julgar pela perspectiva do tradutor brasileiro, os virtuais erros de Proust não desmerecem em nada seu romance; pelo contrário, esses erros vêm salientar o caráter construído – ou heterogêneo – da obra. Nesse sentido, a crônica de Bandeira tem o mérito de atentar para um aspecto original do universo proustiano. De fato, a repetição no momento de descrever as duas personagens representa um traço importante desse universo, porque atesta que mesmo a inadvertência, o esboço ou o erro possuem aqui direito de cidadania. Se estamos interessados nos grandes princípios que regem a vida, por que não valorizar os lapsos como momentos em que esses princípios também se fazem presentes?

2. A composição artística e seus limites

Seguindo o exemplo de Bandeira, gostaria de chamar a atenção para alguns erros aparentes que encontramos na composição proustiana. Como compreender certos equívocos que podemos encontrar no romance *Em busca do tempo perdido*? Trata-se de atos falhos do narrador? Ou erros que foram cometidos voluntariamente pelo narrador-escritor para embaralhar de vez as distinções que moldam o gênero romanesco e, no limite, toda criação ficcional? Proust é um autor hábil e astucioso, lúcido e lúdico como escritor. Pode-se dizer que ele ensaia no interior da criação literária, ao mesmo tempo que ironiza essa tremenda liberdade de criação, o que conduz a um impasse: o da crítica – da falsidade da literatura – no interior da própria criação literária. Assim, o narrador pode desviar nossa atenção da narrativa para debates insolúveis sobre o estatuto da representação artística: como as obras de arte podem ser mais reais que a própria realidade? É o que ele se pergunta para atacar a criação artística com uma carga racionalista, que evoca os juízos platônicos sobre a inutilidade da ficção: “Se a arte não passava disso [o produto de um labor industrial], ela não é então mais real do que a vida, e não havia motivo para eu lamentar não ser um artista”⁶.

Desconfiando da arte, o narrador parece se inclinar para o desordenado, como se ele não se importasse com a coerência de sua obra. É possível lembrar, nesse sentido, o final do segundo capítulo do primeiro volume, onde vemos Swann determinado a se separar de sua amante, Odette de Crécy. No capítulo seguinte, que descreve acontecimentos ocorridos mais de uma década depois, para nossa surpresa e sem nenhuma explicação do narrador, descobrimos que há muito Swann está casado e que a senhorita de Crécy chama-se agora senhora Swann. Tendo em vista as regras de verossimilhança que esperamos de um romance, como compreender o casamento de Swann? Nessa mesma linha, posso citar trechos

em que o narrador, como que rompendo o caráter ficcional de sua obra, introduz um fato real no interior de sua narrativa:

Neste livro, onde não há um fato que não seja fictício nem uma personagem real, onde tudo foi inventado por mim segundo as necessidades de minha demonstração, devo dizer em louvor de minha terra que somente os parentes milionários de Françoise, renunciando à aposentadoria para ajudar a sobrinha desamparada, só eles são pessoas verdadeiras, só eles existem. E persuadido de não ofender a modéstia deles pela razão que eles nunca lerão este livro, é com prazer infantil e uma profunda emoção que, não podendo citar os nomes de tantos outros que se comportaram da mesma maneira para salvar a França, registro aqui o nome verdadeiro deles: eles se chamam [...] Larivière.⁷

De que maneira compreender essa passagem? Como interpretar essa digressão na qual o narrador nega o estatuto ficcional de sua obra, a fim de confessar uma verdade sobre a gente pobre de seu país? Um rasgo de sinceridade na composição do romance? Note-se que não se trata de um trecho que vem reforçar o teor realista da ficção, à maneira de um prefácio que atesta o caráter autêntico da obra ficcional que vamos ler. Na verdade, o fragmento desmente a unidade do romance, estabelecendo aí um verdadeiro furo: tal como diz Proust, “devo dizer que aqui somente os parentes milionários de Françoise são pessoas verdadeiras, só eles existem”⁸. Dessa declaração do narrador-escritor surge, em todo caso, um pro-

6 M. Proust, *A prisioneira – Em busca do tempo perdido*, p. 150, trad. modificada. Para esta e demais modificações, a seguinte edição francesa foi consultada: Proust, *La Prisonnière*, édition du texte par Jean Milly, 3^a ed. revue et mise à jour, Paris, Flammarion, 1984.

7 M. Proust, *O tempo redescoberto*, p. 128, trad. modificada. Para esta e demais modificações, a seguinte edição francesa foi consultada: Proust, *Le Temps retrouvé*, édition du texte par Bernard Brun, Paris, Flammarion, 1986.

8 M. Proust, *op. cit.*, p. 128, trad. modificada.

9 M. Proust, *A prisioneira*, p. 188, trad. modificada.

»
*mais do que um trecho que vem
reforçar o teor realista da ficção,
o fragmento desmente a unidade
do romance, estabelecendo
aí um verdadeiro furo*

blema: quem seria a verdadeira Françoise? A senhora Céleste Albaret, a governanta do senhor Marcel Proust que conviveu com ele até sua morte? Mas se sabemos que ela é apenas mais um dos modelos que estão na origem da personagem de Françoise!

3. A personagem morre

A propósito do tema – os modelos reais que estão na base das personagens proustianas –, gostaria de lembrar um dos trechos mais famosos do romance: a morte da personagem diletante que inicia o protagonista ao mundo das artes. A passagem é um dos momentos fortes da obra, um dos momentos em que a narração se esquece de si mesma e torna-se uma apóstrofe lançada diretamente à personagem.

E todavia, caro Charles Swann, que conheci quando eu era ainda tão moço e tu estavas já perto do túmulo, foi porque aquele que decerto consideravas então um bobinho fez de ti o herói de um dos seus romances, que se está voltando a falar de tua pessoa e que talvez sobrevivias. Se a propósito do quadro de Tissot que representa a sacada do clube da rua Royale onde apareces entre Galliffet, Edmond Polignac e Saint-Maurice, falam tanto de ti, é porque sabem que há algumas de tuas feições na personagem de Swann.⁹

A digressão interrompe a narrativa para se dirigir à personagem: *caro Charles Swann*, como



*tomada a sério, a contradição
remete no fundo para uma
das profundas inquietações do narrador
proustiano: a eternidade do espírito
por meio da criação artística*

86

PERCURSO 42 : junho de 2009

se essa personagem existisse de fato e pudesse ouvir o narrador – ou o autor? Note-se que a passagem é uma daquelas que perfuram o estatuto ficcional do romance, com o propósito de atingir a realidade do leitor e do autor. Assim é que no quadro pintado por James Tissot, que existe de fato, podemos encontrar, ao lado daquelas personagens citadas, não a personagem de Charles Swann, mas o Charles Haas do Jockey Club, o modelo autêntico da personagem. Isso dito, como pensar o paradoxo de uma violenta apóstrofe que transpõe os limites do romance, mas que se dirige a uma personagem ficcional? Pois, ao relermos com cuidado o trecho, veremos que a letra proustiana diz que há alguns traços da personagem de Charles Swann em... Charles Swann. Um equívoco de Proust? Uma brincadeira do narrador-escritor? Tomada a sério, a contradição remete no fundo para uma das profundas inquietações do narrador proustiano: a eternidade do espírito por meio da criação artística. A apóstrofe sugere que uma personagem da realidade pode viver graças a outra da ficção. Paradoxo dos paradoxos, um Swann real permanece vivo até hoje graças a outro ficcional.

4. O inverossímil e suas regras

A lógica que rege a construção da obra proustiana parece embaralhar de vez as distinções que um romance traz como fixas: objetividade e

subjetividade, verdade e imaginação, dados reais e aparências, tudo isso se encontraria misturado nesse universo. Assim é que o narrador pode registrar atitudes como esta: ele “fez um gesto de enfado pelo qual acreditamos deixar ver que estamos cansados de esperar, mas que jamais fazemos quando esperamos realmente”¹⁰. De acordo com a afirmação, haveria um gesto para exprimir determinado sentimento, mas este é um gesto que jamais fazemos quando de fato experimentamos esse sentimento. Que teatro de máscaras absurdo é esse que podemos, contudo, compreender sem nenhuma dificuldade? Nesse universo no qual efetuamos um gesto para exprimir um sentimento que não experimentamos quando realizamos esse gesto, não somos obrigados a reavaliar as fronteiras entre a dissimulação e a autenticidade?

Para oferecer mais um exemplo das estranhas regras de verossimilhança que regem o universo proustiano, gostaria de retomar a explicação meio absurda que o narrador oferece para o casamento de Swann. O que teria conduzido a personagem a esposar Odette? Uma gravidez indesejada? A força dos ciúmes, que teria sido denegada por Swann? Todas essas hipóteses são plausíveis, mas eis aqui a hipótese oferecida pelo narrador:

Na medida em que alguma resolução nossa pode ser motivada pela imagem que a acompanha, pode-se dizer que, se Swann desposou Odette, foi para apresentar a ela e a Gilberte, sem que ninguém estivesse presente, e mesmo sem que ninguém jamais o soubesse, a duquesa de Guermantes.¹¹

É difícil entender o motivo à primeira vista: como um homem pode se casar com uma cocote simplesmente para apresentá-la a uma elegante? O narrador explica que essas conjunções inesperadas satisfazem um forte desejo da personagem:

[...] Swann, como artista ou corrompido, teria experimentado certa volúpia em contrair uma aliança

princesca ou realizar uma ‘*mésalliance*’ e de juntar a si um ser de raça diferente, arquiduquesa ou cocote, à maneira de um desses cruzamentos de espécies como praticam os mendelianos ou como descreve a mitologia.¹²

O casamento com Odette teria como objetivo satisfazer os gostos artísticos de Swann: o amante das artes se casa em virtude do prazer que vai lhe trazer o encontro da duquesa de Guermantes com Odette e Gilberte (e Swann pode passar longas horas prazerosas sonhando com essa cena). Ora, esse sonho não é um desejo casual da personagem; ele constitui na verdade mais uma dessas “experiências de sociologia divertida”¹³ que Swann gosta tanto de realizar no salão de Odette. Ele adora reunir ali pessoas de origens distintas, para formar um inesperado “*buquê social*”¹⁴. Essas experiências sociológicas consistem em empregar elementos de uma sociedade dividida em classes, para compor um quadro original e heteróclito, tal como diz a personagem: “Pretendo convidar no mesmo dia os Cottard e a duquesa de Vendôme”¹⁵.

Esses desejos estranhos de Swann podem aparecer também em suas relações pessoais. Assim, embora continue a frequentar a mais alta aristocracia, ele faz questão de frequentar certas pessoas desclassificadas socialmente, mas que por uma razão ou outra despertam nele certo interesse. Um “gosto meio-artístico, meio-histórico”¹⁶ orientaria suas frequentações, como se a alta sociedade se resumisse para ele a uma obra de arte, uma velha pintura ou uma antiga peça teatral que um colecionador deseja ver ao vivo. Swann frequenta a sociedade para conhe-

»
à semelhança de Charles Swann,
o narrador-escritor subordinaria
seu comportamento e seus
interesses a um fim estético

cer as pessoas, as situações e os lugares que foram descritos pelos artistas de que tanto gosta. Daí o prazer de visitar uma senhora porque ela foi outrora amante de um músico que ele aprecia, ou porque Balzac dedicou um de seus romances à avó dela. Digamos que uma visão estética da vida parece se esconder por detrás dessas atitudes de Swann. Para esse diletante, a experiência artística forma um aspecto fundamental do cotidiano, como se seu comportamento em sociedade devesse se orientar unicamente pelo prazer artístico – e toda a sua vida não fosse senão uma grande obra de arte.

Para finalizar, lembremos que o narrador-escritor proustiano parece sofrer desse mesmo mal esteticista que encontramos em Swann. À semelhança desta personagem, o narrador-escritor subordinaria seu comportamento e seus interesses a um fim estético: não o fruir artístico da realidade, mas a composição de uma vasta obra capaz de imitar as infinitas complexidades escondidas na menor circunstância. Nesse sentido, é possível citar inúmeros trechos em que o narrador reconhece que as mínimas experiências de um escritor, suas lembranças ou sofrimentos mais frívolos, devem servir para que ele descubra as complicadas leis que regulam o comportamento dos seres humanos. Sob essa perspectiva, não apenas os nossos erros adquirirem direito de existência no universo da ficção, como também podem igualar-se a acertos: afinal, como reconhece o narrador, até mesmo “os seres mais estúpidos manifestam nos gestos, nas

10 M. Proust, *À sombra das raparigas em flor – Em busca do tempo perdido*, p. 290. Para esta e demais modificações, a seguinte edição francesa foi consultada: Proust, *À l'ombre de jeunes filles en fleurs*, édition du texte par Danièle Gasiglia-Laster, Paris, Flammarion, 1987.

11 M. Proust, *op. cit.*, p. 43, trad. modificada.

12 M. Proust, *op. cit.*, p. 42, trad. modificada.

13 M. Proust, *op. cit.*, p. 86, trad. modificada.

14 M. Proust, *op. cit.*, p. 87, trad. modificada.

15 M. Proust, *op. cit.*, p. 87, trad. modificada.

16 M. Proust, *op. cit.*, p. 87, trad. modificada.

palavras, nos sentimentos involuntariamente expressos, leis que eles próprios não percebem, mas que o artista pode descobrir neles”¹⁷. Tudo ocorre como se uma lógica superior – ficcional? realista? – regesse o universo criado por

Proust, tornando tudo aí relevante, seja o menor gesto ou detalhe. De acordo com essa lógica máxima, até mesmo os erros de uma obra tornam-se elementos representativos de sua ordem.

17 M. Proust, *O tempo redescoberto*, p. 176, trad. modificada.

Referências bibliográficas

- Bandeira M. (1937/1997). No mundo de Proust. In: *Seleção de prosa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, p. 130-2.
- Proust M. (1919/1999). *À sombra das raparigas em flor – Em busca do tempo perdido*. 14. ed. Trad. Mário Quintana, rev. Maria Lúcia Machado. São Paulo: Globo.
- _____. (1923/2002). *A prisioneira – Em busca do tempo perdido*. 13. ed. Trad. Manuel Bandeira e Lourdes Sousa de Alencar, rev. Olgária Matos. São Paulo: Globo.
- _____. (1925/1992). *A fugitiva – Em busca do tempo perdido*. 9. ed. Trad. Carlos Drummond de Andrade, rev. Olgária Matos. São Paulo: Globo.
- _____. (1927/2001). *O tempo redescoberto – Em busca do tempo perdido*. 14. ed. Trad. Lúcia Miguel Pereira, rev. Olgária Matos. São Paulo: Globo.
- _____. (1919/1987). *À l'ombre de jeunes filles en fleurs I*. Édition réalisée sous la direction de Jean Milly, édition du texte par Danièle Gasiglia-Laster. Paris: Flammarion.
- _____. (1919/1987). *À l'ombre de jeunes filles en fleurs II*. Édition réalisée sous la direction de Jean Milly, édition du texte par Danièle Gasiglia-Laster. Paris: Flammarion.
- _____. (1923/1984). *La Prisonnière*. Édition du texte par Jean Milly. 3. ed. revue et mise à jour. Paris: Flammarion.
- _____. (1925/2003). *Albertine disparue*. Édition du texte par Jean Milly. Paris: Flammarion.
- _____. (1927/1986). *Le temps retrouvé*. Édition réalisée sous la direction de Jean Milly, édition du texte par Bernard Brun. Paris: Flammarion.

Error and Proust's method

Abstract This article aims to discuss the mistake in Proust's composition. What would configure a mistake here? It could be answered that the right would be the respect to the rhetorical of fiction, while the mistake would be what would reveal the lie of this rhetorical game. But we will see that the writer's virtual mistake in the novel doesn't disqualify this composition, or else he points out its compound form.

Keywords Marcel Proust; *In search of lost time*; composition; mistake.

Texto recebido: 11/2008

Aprovado: 3/2009

Erro necessário

uma construção clínico-ontológica da Teoria dos Campos

Leda Herrmann

Resumo Neste artigo a autora trabalha o conceito de *erro necessário*, de Fabio Herrmann, em suas perspectivas clínica e ontológica. O texto explica como, no pensamento da Teoria dos Campos, é a conjunção dos conceitos de *erro necessário* e *mentira original* que permite a reflexão sobre o originário do nascimento do humano no homem e na cultura.

Palavras-chave Teoria dos Campos; erro necessário; mentira original; Fabio Herrmann.

Leda Herrmann é psicanalista, doutora em Psicologia Clínica pela PUCSP, membro da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo, presidente do CETEC (Centro de Estudos da Teoria dos Campos).

- 1 G. Bachelard. *Ensaio sobre o conhecimento aproximado*.
- 2 G. Bachelard. "Objetividade e retificação. O papel do detalhe no que é objetivo", in *Ensaio sobre o conhecimento aproximado*, p. 245-58. A questão da necessidade da consideração do erro é introduzida de forma aparentemente paradoxal. Bachelard aponta um dilema. Afirma que a ciência especulativa quer saber para saber, exigindo do pesquisador "aprofundar a compreensão da substância" (p. 246), ou seja, exigindo conhecimento objetivo. Mas há um outro foco para a consideração da substância, o da "extensão" do fenômeno e da forma como é descrito. Trata-se aqui, segundo Bachelard, não mais do reino da ciência, mas do reino da doutrina. Para ele são os "erros de extensão" que levam aos "erros de compreensão", daí a necessidade de considerar o erro.
- 3 Uma abordagem resumida da Teoria dos Campos pode ser encontrada no capítulo "Introdução", in F. Herrmann, *Andaimos do real: o método da psicanálise*, p. 13-36.

O erro nos atemoriza. A nós, psicanalistas clínicos, principalmente quando iniciantes. A nós que temos, também, a pretensão de oferecer alguma contribuição a este saber que implica conhecimento e cura. Em ambas as condições estamos comprometidos com a cura. A responsabilidade inerente a essa tarefa confere ao risco do erro uma tentação natural a evitá-lo. No entanto, mais atemorizados, ou menos, ao erro estamos sempre sujeitos.

Mas não estamos sós nesse temor. A ciência moderna, de filiação cartesiana e iluminista, no afã de objetivar e precisar o conhecimento, procurou sempre trilhar o caminho de evitar o erro. Gastón Bachelard, em sua tese de doutorado de 1928¹, defende que o conhecimento científico, embora sistemático, é sempre um *conhecimento aproximado*, ele nunca alcança a condição de definitivo nem de perfeito. É com esse trajeto que Bachelard vai deparar e refletir sobre o problema da verdade e do erro na construção do conhecimento. Bachelard introduz o problema do erro como um possível caminho para o saber da ciência. Isto é, propõe considerar o erro, pensar o erro e não apenas evitá-lo².

Voltando ao nosso labor clínico, ao erro podemos nos cegar se enxergarmos nossos pacientes a partir de lentes teóricas sem nos permitir escutar o que deles surge. Com essa afirmação adentramos pelos caminhos da Teoria dos Campos. Ela toma a Psicanálise por seus fundamentos, não descarta as construções teóricas de seus grandes mestres, principalmente do fundador Freud, mas a perspectiva de sua produção clínica ou teórica é sempre metodológico-operacional³.



*o erro aponta para o que não é,
dentre as alternativas para o que é,
enquanto no disparate cabe
qualquer coisa*

Na obra de Fabio Herrmann⁴, o conceito que constrói de *erro necessário* tem origem na clínica, pois é ele que nos auxilia na retirada das lentes teóricas e nos coloca na perspectiva de progredir na compreensão do paciente. É também pela conjugação do conceito de *erro necessário* com o de *mentira original* que o autor, por meio de uma fábula, encontra o originário do nascimento do humano no homem e na cultura. Daí minha afirmação no título deste artigo da condição de uma construção ontológica para o conceito de *erro necessário*.

O erro e a clínica

No capítulo acima citado, Fabio faz uma distinção entre erro e disparate. O erro aponta para o que não é, dentre as alternativas para o que é, enquanto no disparate cabe qualquer coisa. Uma resposta errada respeita os contornos gerais da resposta que se espera, mas não acerta tudo, não acerta uma distinção final. Ele usa de um exemplo interessante:

O aluno que acerta uma questão na prova de história pode tê-la decorado; o que erra discernivelmente compreendeu, localizou o ponto, mas lembrou o que não devia – quem merece mais, o estudante que diz que Colombo descobriu a América ou um hipotético garoto que respondesse ter sido nosso continente descoberto por um navegador genovês a serviço dos Reis Católicos, nos fins do século xv, cujo nome esqueceu? (p. 49).

Para a Teoria dos Campos o trabalho interpretativo implica errar, sendo essa a condição de progresso na possibilidade de compreender o pa-

ciente. O *como* errar é o x da questão. Entendida a interpretação como um ato falho a dois⁵, há que se pensar o erro como uma espécie de má compreensão, ou equívoco das tendências que comumente chamamos de contratransferenciais. O erro que se apresenta naturalmente para o analista favorece o prestar atenção a seus efeitos e supõe duas condições indispensáveis. A primeira exige que um paciente seja compreendido claramente em sua especificidade. Análises conduzidas de formas muito gerais, que no fundo buscam a confirmação dos pressupostos teóricos de preferência do analista, levam a indiferenciações diagnósticas em que o que vale para um paciente vale para muitos outros. A segunda previne a tentação de corrigir o erro imediatamente, impedindo que a ação benéfica do erro possa se realizar.

O recurso ao exemplo clínico é esclarecedor e adequado neste ponto⁶.

Um jovem que procurara análise por sentir-se em dificuldades em seus relacionamentos sociais, alegando ter perdido a espontaneidade de viver e não conseguir discernir as regras do jogo do convívio social, nem o que os outros esperam dele, marca sua presença nas sessões estabelecendo uma distância quase intransponível com a analista e consigo mesmo. Não falta, mas ausenta-se em seus prolongados silêncios. Juntos, estão sós nas sessões, analista e paciente.

Em uma dessas típicas sessões, permanece 20 minutos em silêncio. Interrompe-o e conta ter ido ver com um amigo um jogo de futebol na noite anterior, em que estava jogando quase a metade da seleção brasileira. Relembra que quando criança costumava ir ao campo de futebol com o pai, o tio e um irmão. Respondendo a uma pequena intervenção da analista, confirma que não torce por nenhum time de São Paulo. Só quando criança torcia por um time em sua cidade natal e pelo Corinthians aqui, e, em seguida, ressalta que “ontem não tinha paixão”, e que o interessante era observar a violência das duas torcidas e a polícia tentando manter a ordem. Descreve o tipo de violência, opinando ser

tudo ao mesmo tempo individualista e gregário e que ele pôde ficar “na boa”, sem participar. Diferente de sua experiência de criança, quando jogava, tinha opinião e participava.

Nesse momento a analista, intempestivamente, faz uma pergunta: “E você gostou do jogo?” E ouve do paciente um sonoro e peremptório *não*, seguido, em tom mais ameno de quase um desabafo: “Mas valeu, foi interessante, mas agora estou mais racional, não sei, foi diferente”.

A sessão segue com o paciente descrevendo como gostava de jogar futebol, mais do que qualquer outro jogo como, por exemplo, carrinhos. Com a ajuda de algumas intervenções da analista, conta que jogava bem, mas precisou parar de jogar por ter se machucado. Descreve com detalhes as condições em que entrou no jogo e o acidente sofrido. Foi no jogo decisivo do campeonato do colégio. Ele não era escalado porque brigara com o treinador. Mas nesse jogo, porque o amigo titular estivesse machucado, ele entrara em seu lugar. Aos cinco minutos, numa dividida em que tinha conseguido chutar a bola, caindo em seguida, ele rompe os ligamentos do joelho e fraturara a tibia. Não foi atendido na hora, só depois do término do jogo e por um estudante de medicina, amigo do pai. Precisaria sofrer uma cirurgia que também foi sendo adiada e, segundo ele, malfeita. Como consequência, sua perna ficou torta e, apesar de ter se submetido a tratamento fisioterápico, ela também ficou dois centímetros mais curta que a outra. Preciso desistir do futebol, tentou o tênis, mas também desistiu, pois não iria ser tenista, como hoje, que cursa filosofia como poderia cursar qualquer outra coisa, mesmo para ser professor de filosofia.

A pergunta que brota espontaneamente na analista: “E você gostou do jogo?” estranhou-a, pois afirma em seu relato que não era seu papel estar atenta para o acontecido no jogo a que o

»
*a pergunta que brota espontaneamente
na analista estranhou-a: não era seu
papel estar atenta para o acontecido no
jogo a que o paciente foi assistir*

paciente foi assistir. Um erro técnico, mas que pôde suportar. E foi esse erro que possibilitou ao paciente aproximar-se de seu sofrimento diante da analista, deixar de lado seu padrão emocional nas sessões de distanciar-se do sofrido, teorizando *psicanaliticamente* o sofrimento fosse o seu ou o de alguém próximo. A paixão e o empenho assustam esse paciente, pois as consequências ao enfrentá-los podem ser danosas como foi sua paixão pelo futebol. A paixão deixa sequelas e por isso ela tem que ser calada, vivida no silêncio das sessões e no distanciamento da analista. Escreve Maria da Penha em seu relato:

Mas é evidente que a pergunta teve um efeito psicanalítico porque ela foi feita dentro do campo transferencial, um efeito que rompeu um campo no qual o paciente se situava, o campo do distanciamento, aquele no qual é capaz de ficar “na boa”, como ele mesmo diz, para ter de posicionar-se diante de mim com um “nã” peremptório, para ter um sentimento forte diante de uma pergunta que o chama e o sacode para um outro lugar. Teve ainda um outro efeito, o efeito de arremessá-lo para um tempo onde estas paixões ocorriam com uma intensidade enorme, intensidade talvez comparável ao seu “sonoro não”. A apreensão do sentimento nele mesmo, muito próximo, propiciou a apreensão no passado remoto, ele que o estava apreendendo num passado mais recente, no jogo de “ontem”.

O erro e a invenção do humano
(erro necessário)

Para as considerações do viés ontológico do conceito de erro necessário, penso ser importante situar o tema geral que Fabio explora no capítulo acima citado de seu livro *Andaimos do*

4 F. Herrmann, “Acerca da mentira e do erro necessário”, in *Andaimos do real: psicanálise do cotidiano*, p. 43-66.

5 F. Herrmann, “Nossa clínica”, in *Introdução à Teoria dos Campos*, p. 195-211.

6 Agradeço à generosidade da colega Maria da Penha Zabani Lanzoni pela autorização do uso de material clínico seu e que foi por ela trabalhado como relato clínico em outro contexto.



para Fabio, o método psicanalítico de ruptura de campo é uma proposta de superação

real: psicanálise do cotidiano, ou seja, penetrar a neutralidade presente na raiz da concepção de cotidiano. Considera tal neutralidade uma função, a *rotina*, que recobre os acontecimentos do dia a dia de coerência e unidade de sentido. Aos eventos do cotidiano dá-se comumente o apelativo de *realidade*. Observa a tendência a uma psicologização radical no trato com o tema da realidade, reduzindo-a à condição de uma variável subjetiva do tipo “o que é real pra mim não o é para você”. Para Fabio, trata-se de um recurso extremo de sustentação de uma ontologia em crise. Aponta duas vertentes nessa forma de se considerar a realidade que isolam reconhecimento e constituição, a psicológica e a filosófica. A primeira trata do reconhecimento e da representação da realidade, indo em busca da descrição dos processos mentais a eles correspondentes. A filosófica, por seu lado, procura dar conta do que constitui a categoria do existente pela busca de sua anterioridade lógica. Encontra uma tendência comum de certa introversão nesses métodos de conhecimento sobre o homem e seu mundo. Para Fabio, o método psicanalítico de ruptura de campo é uma proposta de superação, pois não se detém nas fronteiras impostas por essa tendência de introversão, operando nos dois lados por elas implicados, alheio à dicotomia entre reconhecimento e constituição. Encontra, assim, para a realidade a condição de representação.

Contornada essa primeira pedra no seu caminho de reflexão sobre a constituição da realidade, empenha-se na consideração de outra, a concepção de *originário* em Psicanálise. Tendo já resumido os argumentos dessa reflexão em meu livro, reproduzo-os aqui:

Afirma que, do ponto de vista psicanalítico, originário não tem acepção genética, não é o primeiro elo de uma cadeia de geração linear. Encontra para a noção de origem em Psicanálise um princípio de evidenciação, pelo qual originária é a relação que deixa ver o limite e todo o significado de um fenômeno, mostrando sua generalidade sem deixar de lado sua especificidade. Não vai nunca demonstrar os processos concretos duma operação psíquica, nem recuperar sua cadeia genética a partir da primeira infância. Afirma que a forma que tomam as teorias psicanalíticas, de cadeias de origem concreta, não passa de uma ilusão projetiva, pois são impossíveis as provas empíricas da existência no bebê dos processos que são descobertos pela interpretação no paciente adulto – o que torna procedimento questionável metodologicamente a projeção retrospectiva de elementos da constituição psíquica posterior, deduzidos interpretativamente. Ao pensar a origem da realidade quotidiana não pretende mostrar como ela nasce concretamente seja no bebê, seja no adulto, nem quer determinar quais processos psicológicos permitem diferenciar realidade de fantasia.⁷

Nos planos da obra e do pensamento psicanalítico de Fabio, as reflexões sobre a possibilidade de adentrar a constituição do cotidiano, as sobre o *erro necessário* e aquelas sobre o sentido de origem em Psicanálise – este último expresso também pelo recurso de criação de mitos originários – levam-no a criar mais um mito utilizando-se de um argumento irônico:

Este aqui, pelo menos, já se sabe que é uma simplificação enorme que serve principalmente para afastar a aparência de naturalidade que o cotidiano utiliza tão sabiamente ao impor sua realidade. Além disso, como inventa mais um bebê psicanalítico a ser juntado aos demais, pode funcionar como desmistificação, já que brinca seriamente com a ideia de retroprojetar sobre a infância a lógica emocional que a interpretação revela.⁸

A fábula criada diz respeito à origem da humanidade na criança, ou, mais amplamente, à invenção do sentido, pela superação do *cercos das coisas* devida à conjunção de *erro necessário* e *mentira original*. Não está totalmente distanciada dos conhecimentos fisiológicos da vida do

feto nem da constatação da total dependência da cria humana no início da vida. Por isso Fabio pode imaginar miticamente que o filhote humano vive no cerco das coisas. As exigências fisiológicas que o dominam restringem-lhe a existência no mundo à complementação absoluta entre as suas necessidades e as fontes de satisfação. Se na vida fetal era completa, logo após o nascimento pode ser imaginada como um acolamento ao ambiente, como se o mundo fosse apenas um “complemento do corpo, manancial de satisfações fisiológicas, cujo contorno só pode ter a forma inversa daquelas necessidades básicas”⁹. É este o cerco material ou *cerco das coisas*.

Prosseguindo o relato de sua fábula, trabalha a conjugação de *erro necessário* e *mentira original*, como a condição de superação do cerco das coisas. A superação vai se dar quando da instauração de um intervalo entre a necessidade experimentada pelo bebê e a satisfação oferecida pela mãe. Esmiúça esse trajeto analisando inicialmente o aconchego materno. Nele o *cerco das coisas* está na oferta do leite e calor como a complementaridade da satisfação da necessidade fisiológica do bebê. Por outro lado, a subjetividade materna modula o aconchego ao atribuir ao bebê uma vida psíquica que ainda não há. É uma espécie de diálogo forçado entre a mãe e a ideia que faz de seu bebê, vendo nele embutido um homenzinho ou uma mulherzinha. Nessa relação a mãe comece seu *erro necessário*, pois a satisfação infantil é oferecida em um ritmo oscilante que obedece à atribuição de intenções para as manifestações de necessidade que observa no infante. Assim, erra ao oferecer leite, quando, por exemplo, o incômodo é por estar o bebê molhado. Fabio vê nesse ritmo oscilante um jogo de mentira que permite ao bebê estabelecer uma relação com a protointenção materna. Esta é a brecha para o nascimento da humanidade no bebê, brecha que vai impondo

7 L. Herrmann, *Andaimes do real: a construção de um pensamento*, p. 232.

8 F. Herrmann, “Acerca da mentira e do erro necessário”, in *Andaimes do real: psicanálise do cotidiano*, p. 54-5.

9 F. Herrmann, “Acerca da mentira e do erro necessário”, in *Andaimes do real: psicanálise do cotidiano*, p. 55.

»
*prosseguindo o relato, trabalha
a conjugação de erro necessário
e mentira original*

paulatinamente uma defasagem entre a necessidade fisiológica e sua imediata satisfação, até que penetra a mentira no choro sem fome do bebê, choro que aponta para o que não é, acusando-o de ser. É a *mentira original*, aquela que decompõe necessidade e seu complemento de satisfação pela coisa externa em dois aspectos, o material da fome do estômago e o da possibilidade, a fome fingida. E possibilidade que se instaura é, para Fabio, a dimensão do real humano imposto à relação sem brechas de necessidade e satisfação. O intervalo aberto entre a necessidade e sua satisfação introduz a dimensão do devir e permite que se distingam desejo de objeto de desejo.

Esta fábula da conjugação de erro necessário e mentira original aproxima-se do modelo freudiano de satisfação alucinatoria infantil, pois nem a completa correspondência entre necessidade e satisfação nem seu total desencontro podem gerar pensamento e ação. Mas na Teoria dos Campos é aquela conjugação que permite à realidade descolar-se da materialidade e inaugurar um sistema de sinalização de possíveis sem vínculo com a necessidade e a coisa fisiológica. Está dada, assim, a medida da ultrapassagem interna da necessidade em desejo e a da ultrapassagem externa da materialidade em real. Para Fabio inaugura-se aqui a ideia de psique como sentido humano, bem como a cultura e a palavra como linguagem em sentido estrito.

Concluindo

Para a Teoria dos Campos, o *erro necessário* e a *mentira original* destacam o humano da materialidade, introduzindo o reino das possibilidades.

Estamos diante de uma construção teórica de origem clínica, mas apontando para a dimensão ontológica possível a ser alcançada pela Psicanálise, dimensão filha de uma fábula ficcional e derivada de um procedimento metodológico operacional, como procurei demonstrar.

A fábula construída apresenta a teoria da *mentira original* como um evento hipotético da primeira infância. Simplificador e datado, se não fosse inspirado por um pensamento clínico que toma em consideração o processo mesmo de instauração da subjetividade, atentando que o modelo da mentira original se faz presente em qualquer momento em que alguém se afirma como sujeito. Para a Teoria dos Campos, no processo clínico de ruptura de campo o paciente abandona uma autorrepresentação que o definia identitariamente para alcançar outra possível, mas a que ainda não tivera acesso. Ou, dito de outra forma, a instalação da subjetividade, do ponto de vista psicanalítico, é um constante processo de recriação. A cada assunção de nova autorrepresentação o Homem Psicanalítico está se elevando acima do cerco das coisas. Isto é, a todo momento de sua vida de relação o homem cria-se sem parar, derramando seu desejo no mundo, ao mesmo tempo que não reconhece a criatura gerada.

Explicando um pouco mais. Analista e paciente visitam a superação do cerco das coisas, esse temível estrato criador de construção de realidade

de e identidade, na operação de ruptura de campo do método psicanalítico pela intensificação da expectativa de trânsito da passagem de uma autorrepresentação a outra. O processo interpretativo joga com possíveis representações, pois é no campo transferencial que o futuro sofre o tratamento de um presente possível. Pela interpretação arma-se um jogo de mentira que permite a emergência de sentidos possíveis nas representações do paciente. Esse *jogo de mentira* engana-o no seu afã de se manter na relação sustentada pela autorrepresentação abalada. O resultado de tal processo tem para a Teoria dos Campos o sentido de cura, porque o paciente pode abandonar o que o aprisionava em torno de um só sentido de representação identitária. É dessa forma que entre vários erros encontra um acerto. Por sua vez, o analista fica tentado a se manter no cerco de suas próprias coisas psicanalíticas se depara com linhas interpretativas que lhe pareçam muito produtivas. Para superar esse cerco, ele precisa seguir por um desvio dessas linhas ousando errar coerentemente. Como escrevi em meu livro:

O erro torna claro o processo em que uma representação opera a condição psíquica que a gerou, e a mentira evoca os sentidos possíveis que o desejo pode habitar. Segundo Fabio conjugam-se no processo analítico erro necessário e mentira original. Em conjunto formam a base em negativo do saber que se descobre em uma análise.¹⁰

10 L. Herrmann, *Andaimes do real: a construção de um pensamento*, p. 238.

Referências bibliográficas

- Bachelard G. (2004). *Ensaio sobre o conhecimento aproximado*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- Herrmann F. (2001). *Andaimes do real: o método da psicanálise*. 3. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- _____. (2001). *Andaimes do real: psicanálise do cotidiano*. 3. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- _____. (2004). *Introdução à Teoria dos Campos*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Herrmann L. (2007). *Andaimes do real: a construção de um pensamento*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Necessary error: a clinical-ontological theoretical construction in the Fields Theory

Abstract The author considers Fabio Herrmann's concept of *necessary error* in its clinical and ontological perspectives. She explains how the conjunction of the concepts of *necessary error* and *original lie* allows for a specific discussion, pertaining to the question of the psychoanalytical concept of the original related to the birth of human sense in man and culture. The framework of the article is the Multiple Fields Theory.

Keywords Multiple Fields Theory; necessary error; original lie; Fabio Herrmann.

Texto recebido: 1/2009

Aprovado: 3/2009

A capacidade de errar

Sylvia Loeb

Resumo Este trabalho trata da necessidade e da tentativa de evitar o erro no processo analítico. Se, por um lado, o analista deve evitar o erro por meio da observação rigorosa dos fundamentos metapsicológicos, por outro, precisa permitir-se errar no sentido de vaguear, de andar sem rumo certo, deixando-se levar pela errância decorrente da regra fundamental a que ele e seu analisando estão submetidos.

Palavras-chave lugar de fronteira; campo de criação de subjetividade; comunidade de destino; clínica da tranquilização; sujeito em condição de análise.

Sylvia Loeb é psicanalista, membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae.

Erra uma vez
nunca cometo o mesmo erro
duas vezes
já cometo duas três
quatro cinco seis
até esse erro aprender
que só o erro tem vez
[Paulo Leminski]

O *Dicionário de filosofia*¹ nos diz que o erro pertence à esfera do juízo, da avaliação, e que toda declaração de valor (seja ela moral, estética, política, econômica etc.) é baseada em regras ou critérios.

Seria erro julgar um objeto ou um comportamento com base em um critério estranho ao próprio objeto, ou melhor, estranho ao campo do objeto a que ele pertence. Desse modo, pode-se chamar erro todo juízo ou avaliação que contrarie o critério reconhecido como válido no campo a que se refere o juízo.

No *Dicionário da Língua Portuguesa*², encontramos para erro vários significados: engano, mal entendido, falta, omissão, lacuna, escorregadela, lapso, ilusão, inverídico, incorreto, enganoso, irreal, imaginário, embuste, andar sem rumo certo, vaguear, percorrer.

E na Psicanálise? Onde se configura o erro?

Antes de tentar responder a essa questão, pensemos o que, a nosso ver, configura o campo da Psicanálise: o inconsciente como hipótese e o reconhecimento e manejo da transferência

95

PERCURSO 42 : p. 95-100 : junho de 2009

1 N. Abbagnano, *Dicionário de filosofia*.

2 Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*.



*considerando o inconsciente
como um saber que não
se sabe, Lacan afirma
que o ato falho é, com efeito,
um ato bem sucedido*

96

PERCURSO 42 : junho de 2009

constituída pelas regras de abstinência, da associação livre e da atenção flutuante.

A Psicanálise assinala a incorporação de uma nova dimensão à vida cotidiana: o inconsciente. A alteridade dessa ordem é radical e a fantasia funciona como vaso comunicante entre os dois campos, consciente e inconsciente, como afirma Leclaire³.

A interpretação dos sonhos (1901), *A psicopatologia da vida cotidiana* (1901) e *Os chistes e sua relação com o inconsciente* (1905) são textos inaugurais que anunciam a descoberta do inconsciente e como este opera produzindo condensações e deslocamentos e todas as outras produções tão estranhas e surpreendentes.

Na sua pesquisa do inconsciente, Freud aborda fenômenos que haviam sido relegados às abordagens obscurantistas como os sonhos e assim também os desprovidos de interesse para o discurso da ciência: os chistes, os atos falhos, os lapsos de linguagem, o esquecimento de nomes. E ainda os fenômenos incompreendidos pelo discurso médico: os sintomas neuróticos, as alucinações e delírios psicóticos e as chamadas perversões sexuais.⁴

O que se deve manter presente é que seu próprio objeto pertence a uma dimensão nova a que se pode chamar *irracional*. A sintaxe do

inconsciente é radicalmente diferente da do consciente.

“Todos os atos e manifestações que noto em mim mesmo e que não sei ligar ao resto de minha vida mental devem ser julgados como se pertencessem a outrem; devem ser explicados por uma vida mental atribuída a essa outra pessoa.” A cisão produzida na subjetividade pela psicanálise é uma cisão de regimes, de leis. “Obedecer a dois senhores”, como diz Freud, é obedecer a leis diferentes⁵.

Considerando o inconsciente como um saber que não se sabe⁶, Lacan afirma que o ato falho é, com efeito, um ato bem sucedido – por meio dele a verdade do sujeito se desvela, ainda que à revelia do eu. O termo alemão que designa o inconsciente, *Unbewusste*, significa literalmente *insabível*: o consciente seria um saber que se sabe e o inconsciente um *saber que não se sabe*. Quando ele irrompe, por meio do retorno do reprimido, é quase sempre um recado do lado de lá, algo que demanda ser ouvido, que exige um lugar de presença.

Para Joel Birman⁷ o inconsciente, no entanto, não é alguma coisa que esteja dada e o analista, como um Sherlock Holmes, decifra o crime cometido ou sofrido. Para esse autor, o processo psicanalítico é um engendramento produtivo de determinadas experiências tanto do lado do paciente quanto do lado do analista e a experiência analítica, quando acontece, é uma experiência de produção de acontecimentos. Para que essa produção possa ocorrer é necessária uma condição de certa exterioridade, de certa excentricidade em relação às normas grupais estabelecidas, o que Birman chama de “lugar de fronteira”. É o lugar de liberdade de escuta do inconsciente, é o lugar “entre”, é o que se cria entre duas subjetividades. Trata-se de algo mais do que uma subjetividade em relação à outra, trata-se de um novo campo, um campo de criação, construído e constituído pelas regras do jogo e por seus participantes.

Atenção flutuante e associação livre, regras fundamentais do jogo psicanalítico. O paciente é convidado a se deixar levar, que tenha a cora-

gem de errar, a tranquilidade de se enganar, de omitir, de imaginar, de cometer lapsos, de vaguear, de andar sem rumo certo. Enfim, um convite para deixar de lado o controle habitual da vida cotidiana e entrar num campo diferente, em que o que comanda é o que se passa... *sabe-se lá onde...* O que acontece nesse campo de ninguém é justamente o que o paciente deve relatar.

O mesmo do lado do analista quando autoriza que sua própria atividade inconsciente entre em ação no jogo da atenção flutuante. Em outras palavras, que o analista também obedeça à regra fundamental: que se deixe levar, que se permita errar, devanear, viajar, aventurar-se ao acaso. O pressuposto do jogo é que o inconsciente se faz presente quando menos se espera se a regra fundamental for obedecida.

Esse o material que interessa nesse trabalho, pois além de jogo é trabalho de criação, de novas possibilidades. É o que se espera do analista, para isso foi procurado, e para isso ele precisa reinventar-se, trabalho árduo e arriscado na medida em que põe em pauta seu suposto saber.

Pierre Fédida falava em “oco”, o analista deixar-se penetrar por aquilo que vem do outro, suspendendo seus próprios parâmetros, colocando-se como testemunha/participante do drama do qual *já participa*. O que importa não é apenas o que vem de lá, mas o que surge entre ele e o paciente. É a noção freudiana de “espaço para a fantasia” que foi utilizada por vários autores, entre eles Winnicott, onde a “verdade” surge “entre” analisando e analista.

Trata-se de uma exigência ética relativa à prática do analista, o que protege o analisando

»
*Pierre Fédida falava em “oco”,
o analista deixar-se penetrar por aquilo
que vem do outro, suspendendo
seus próprios parâmetros, colocando-se
como testemunha/participante
do drama do qual já participa*

de uma intervenção indevida. Groddeck radicaliza: é o paciente quem faz sua análise. A cura é ele quem faz, ou ele quem a dificulta.

Gilberto Safra chama esse campo de “comunidade de destino”, expressão que implica ambos, analista e analisando, na singularidade irreduzível feita do conjunto do múltiplo: o nós, o tempo, o outro e a história estão incrustados no ser em sua irreduzível singularidade⁸.

Comunidade de destino, termo emprestado de Ecléa Bosi e redimensionado por Gilberto Safra, indica tanto uma meta como um meio da clínica psicanalítica contemporânea que se compromete com a restauração das condições ético-ontológicas da existência de todos os participantes envolvidos no processo. Isso implica o analista poder perceber que tem diante de si um conjunto de manifestações das quais suas próprias categorias culturais e de pensamento não dão conta.

Ainda referente à construção do campo, Birman chama a atenção para o *sintoma* de normalização da psicanálise, a perda de um lugar de fronteira, onde a teoria vira doutrina, a singularidade do outro é apagada, a experiência do risco e da descoberta do novo e do outro é elidida. É quando a teoria analítica deixa de relacionar-se com a análise e oferece apenas um corpo de

3 S. Leclaire, *El objecto del psicoanálisis*, p. 12.

4 M. A. Coutinho Jorge, *Fundamentos da Psicanálise – de Freud a Lacan*.

5 S. Freud, “O inconsciente”, *Obras completas*, v. XIV, p. 195.

6 J. Lacan, “A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud”, in *Escritos*.

7 J. Birman, “Os jogos de verdade da Psicanálise”.

8 L. C. Figueiredo, “Novos fundamentos para a clínica da Psicanálise ou a clínica em comunidade de destino”.



*a função da teoria é fornecer
instrumentação para que
o analista propicie a seu analisando
ultrapassar o que constitui obstáculo
à sua evolução*

98

PERCURSO 42 : junho de 2009

regras estáveis, o que mata a emergência do novo. É preciso não esquecer que toda conceituação teórica tem origem na própria experiência; a originalidade desta deve ser preservada, sobretudo ao se colocar em dúvida a teoria, para que a experiência singular que gera desamparo e angústia não seja substituída pela clínica da tranquilização, o que acaba por produzir penúria simbólica no campo psicanalítico. O potencial de ousadia, de novas ideias, de hipóteses e conceitos torna-se infecundo quando não se corre risco por receio de errar, por medo de viver, por medo de psicanalisar, dado que psicanalisar é um risco que envolve tanto analista quanto analisando.

A função da teoria é fornecer instrumentação para que o analista propicie a seu analisando ultrapassar o que constitui obstáculo à sua evolução. Nesse sentido é que a psicanálise é entendida como um espaço de experimentação para si e para seu analisando, de experimentação de modos diferentes de pensamentos, de sentimentos e de enfrentamentos. O experimentar-se permite não só se (re)conhecer, como inventar outros estilos de ser. O processo psicanalítico é um processo de construção, não apenas de reconstrução. Não se trata unicamente de retirar as camadas que encobrem determinados fenômenos – a metáfora das profundezas⁹ –, aquilo que está oculto

e soterrado; não é apenas um processo de levantar o recalque e encontrar o que já estava lá, mas de criar novas possibilidades. Podemos pensar o processo psicanalítico como uma obra em aberto, uma obra em construção. É esse o processo desejante que se quer construir ou reconstruir na experiência analítica. Movimento que leva analista e analisando num compromisso de trabalho constante. Para isso o analista precisa estar na incerteza de sua escuta, de seus parâmetros e códigos, não ter medo do próprio não saber, ter coragem de enfrentar sua própria angústia, pois esse lugar exige trabalho. É o lugar da pulsão de morte como exigência de trabalho, no sentido de ousar, de desafiar que o velho, o habitual mortífero e mortificante, o repetitivo paralisante seja desconstruído para a emergência do novo. É a afirmação da pulsão de morte como força de transmutação da ordem para a desordem, propiciadora de reconstrução, na emergência do aleatório e do acaso organizador.

É um risco, no qual o analista aposta se tiver coragem, para que seu analisando aposte também.

A experiência de se experimentar e de possibilitar ao outro que se experimente exige colocar em suspensão as próprias certezas. Isso é uma experiência de angústia para o analista. É a condição da análise.

No entanto outra condição adicional deve ser cumprida para que a análise seja possível, a de o sujeito encontrar-se em condição de análise. O que isso quer dizer?

Silvia Bleichmar¹⁰ vem em nossa ajuda. Para ela, só se pode psicanalisar quando as condições estruturais estão dadas: começar uma análise sem que esteja claro se o inconsciente está constituído e o recalque estabelecido é correr alto risco, pois não sabemos se a interpretação será recebida como palavra capaz de desvelar conteúdos inconscientes ou como coisa que explode o psiquismo. Outro ponto a ser levado em conta é se o suposto sintoma é de fato um sintoma, ou seja, efeito do compromisso entre os sistemas psíquicos, o que leva a um tipo de interven-

ção. Ou simplesmente um modo de exercício pulsional que até então não conseguiu alcançar um destino no interior de um aparato ainda não completamente constituído, o que leva a outro tipo de intervenção.

Mais um ponto adicional de risco diz respeito à abstinência analítica, ou seja, avaliar se ela poderá precipitar o paciente ao ato, à emergência da raiva ou do furor não como produto da suspensão do recalque, mas como ativação desmedida de pulsões não ligadas. Essas condições estruturais constituem o lugar de onde o analista fala, onde ele se situa e o que matiza a qualidade da transferência. E serve de bússola à intervenção analítica, assim como a resistência que é algo a ser valorizado, pois guarda emoções esquecidas que se reatualizam no presente. A teoria, no entanto, deve ser um instrumento a ser utilizado com sensibilidade clínica, pois a aplicação de procedimentos inapropriados leva ao fracasso do tratamento, consiste em erro, engano, inverdade.

Nesse sentido Bleichmar faz uma distinção importante entre constituição do aparato psíquico e produção de subjetividade.

A produção de subjetividade diz respeito ao modo como as sociedades determinam as formas que constituem sujeitos passíveis de integrar-se a sistemas que lhe outorgam um lugar. É constituinte e instituinte e tem a ver com formas históricas. É o lugar onde se articulam os enunciados sociais a respeito do Eu. Nossas históricas são bastante diferentes das históricas freudianas!

No entanto, a produção de subjetividade não é todo o aparato psíquico; ele implica certas regras que excedem a produção de subjetividade, por exemplo, o recalque primário e as defesas. Isso tem a ver com o modo como se constitui o sujeito.

Há tempos reais, há tempos históricos de estruturação psíquica que devem servir de parâ-

»
*a produção de subjetividade
diz respeito ao modo como as
sociedades determinam as formas que
constituem sujeitos passíveis
de integrar-se a sistemas que
lhe outorgam um lugar*

metros para a intervenção do analista. Portanto, recuperar o caráter histórico da constituição psíquica e a partir daí situar a tópica em seus momentos de estruturação é um ancoradouro que pode ajudar o analista na abertura de perspectivas terapêuticas importantes.

Nesse sentido, nos diz ela, a função do analista não é a de recriar as leis do inconsciente, mas de conhecê-las para ajudar a transformar as relações que entrelaçam os sistemas psíquicos.

A vitalidade da Psicanálise depende de ela não se tornar uma intrincada armadura teórica afastada da experiência clínica, *da escuta do sujeito* em análise, a partir do qual sua teoria se fundou e da qual ela continua retirando sua força.¹¹

Na prática analítica há continuamente uma espécie de duplo caminho: por um lado a estratégia terapêutica pautada pela metapsicologia que requer manejo seguro a fim de orientar não apenas nossa escuta, mas também a eleição de determinados procedimentos. Por outro lado, um deixar-se levar, uma autorização de errância que pretende assegurar a emergência da verdade que se encontra na fala, no delírio, nos lapsos, enganos, esquecimentos tanto de nossos pacientes como de nós mesmos.

9 A. Stoppel de Gueller, em comunicação pessoal.

10 S. Bleichmar, "Del motivo de consulta a la razón de análisis".

11 J. Moscovitz e P. Grancher, *Para que serve uma análise? – Conversas com um psicanalista*, p. 12.

Referências bibliográficas

- Abbagnano N. (1982). *Dicionário de filosofia*. São Paulo: Mestre Jou.
- Birman J. (2002). *Os jogos de verdade da Psicanálise*, Revista Percurso n. 29, segundo semestre.
- Bleichmar S. (2001). Del motivo de consulta a la razón de analisis, n. 287, Buenos Aires, jun.
- _____. (1990). De la impasse a la analisabilidad, *Revistas Diários Clínicos* n.2 – *En los bordes de la Psicosis*, Buenos Aires.
- Coutinho Jorge M. A. *Fundamentos da Psicanálise – de Freud a Lacan*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Ferreira A. B. H. (1975). *Novo dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Figueiredo L. C. (2004). Novos fundamentos para a clínica da Psicanálise ou a clínica em comunidade de destino. Resenha do livro de Gilberto Safra, *A poética na clínica contemporânea*. Aparecida: Ideias & Letras.
- Freud S. (1972). O inconsciente. In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, vol. xiv, p. 195.
- Lacan J. (1998). A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Leclaire S. (1972). *El objeto del psicoanálisis*, Siglo XXI: Argentina Editores, p. 12.
- Leminski P. (2004). *La vie en close*. São Paulo: Brasiliense, p. 46.
- Moscovitz J.; Grancher P. (1991). *Para que serve uma análise? – Conversas com um psicanalista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Stoppel de Gueller A. Comunicação pessoal.

The capacity to commit mistakes

Abstract This work is about both the need to avoid mistakes and the possibility of doing so during the analytical process. On one hand, we should try to avoid errors by sticking as firmly as possible to the metapsychological foundations of the treatment; on the other, the analyst must not fear to be wrong, in the sense of wandering around, of not knowing where he is going, of allowing him/herself to be misled by the natural wandering that characterizes the fundamental rule to which both members of the couple are submitted.

Keywords border; subjectivity; field of creation; community of destiny; soothing; analysability.

Texto recebido: 2/2009

Aprovado: 4/2009

O escorpião e a tartaruga

o conceito de erro necessário
levado às últimas consequências

Fernanda Sofio

Resumo As personagens do conto “O escorpião e a tartaruga”, de Fabio Herrmann, participam do denominado Projeto P e demonstram a epistemologia da Psicanálise explorada pela Teoria dos Campos: não se está particularmente envolvido com o resultado obtido pelo método psicanalítico, mas com a forma de produção do conhecimento adquirido. Tanto o personagem Prof. Nigrius como Herrmann lançam mão de um *erro necessário* para levar a cabo seus respectivos projetos P – de Piltown no caso de Nigrius e Psicanálise no de Herrmann.

Palavras-chave erro necessário; epistemologia psicanalítica; ficção freudiana; Fabio Herrmann.

Fernanda Sofio é mestre em Psicologia Clínica pela PUCSP, doutoranda em Psicologia Social pela USP, membro do Centro de Estudos da Teoria dos Campos, associada da Clínica Comunitária Grei. A autora agradece a Leda Herrmann.

- 1 F. Herrmann, “Segunda meditação: o análogo”, in *Da clínica extensa à alta teoria – meditações clínicas*, inédito.
- 2 F. Herrmann, “Sobre a verdade como tensão entre invenção e descoberta”, in *Da clínica extensa à alta teoria: meditações clínicas*, Quarta Meditação, inédito & “A arte da interpretação”, in *Clínica psicanalítica: a arte da interpretação*, cap. 6.
- 3 Fabio Herrmann denomina o teorizar sobre o método da Psicanálise de alta teoria. Conforme desvelado pela Teoria dos Campos, pode ser caracterizado pelos conceitos metodológicos de campo, ruptura de campo, vórtice e expectativa de trânsito. Já o termo clínica extensa enfatiza o ato clínico da Psicanálise que, apropriando-se desse método, supera o problema da moldura psicanalítica, mais frequentemente conhecida por *setting*. A clínica extensa pode se dar tanto dentro como fora do consultório e as prospecções do solo do cotidiano (Herrmann, 2001), bem como as ficções freudianas de Herrmann (2002) são exemplos de clínica extensa.
- 4 F. Herrmann, *Introdução à Teoria dos Campos*, p. 15.
- 5 *Andaimes do real: psicanálise do cotidiano*.

Ficção freudiana

Na perspectiva da *teoria do análogo* de Fabio Herrmann, a literatura de ficção é imprescindível à Psicanálise, pois é do lugar da literatura de ficção que o psicanalista conversa com seu paciente, desde um *campo* diferente daquele proposto, que escreve teoria, cria *prototeorias*, interpreta e investiga o cotidiano. A literatura de ficção seria o *reino análogo* da Psicanálise nesse sentido, bem como a matemática seria o da física, pois o físico necessita da matemática para fazer teorização¹.

No atendimento clínico, a ideia é que o analista não está envolvido com a verdade do que é contado, preso ao fato em si narrado pelo paciente, mas com sua função interpretativa, seu valor heurístico: por *ruptura de campo* surgem novos sentidos possíveis para representações trazidas pelo paciente, conforme veremos alguns exemplos. É nesse sentido que a tese de que o reino análogo da Psicanálise é a literatura de ficção ganha força².

Essa proposta aplica-se a qualquer psicanálise, da clínica extensa à alta teoria³. Nesse sentido, a Teoria dos Campos é ambiciosa. Vislumbra e caminha na direção do horizonte de vocação da Psicanálise, de se tornar ciência geral da psique⁴. Constrói psicanálises possíveis, como no exercício de prospecção do solo do cotidiano, citado acima em nota de rodapé⁵, trabalhando a função terapêutica do método da Psicanálise. Expõe suas próprias teorias em forma de literatura de ficção,



Herrmann não trata apenas de questões metodológicas inerentes à Psicanálise, como também operacionaliza seu pensamento

do qual o livro *A infância de Adão e outras ficções freudianas* é um ótimo exemplo, exibindo a lógica de concepção dessas teorias, fazendo uso, através de metáforas, do estilo irônico que lhe é característico. Nesse livro, composto por uma série de contos ou *ficções freudianas*, Fabio Herrmann vale-se exclusivamente de literatura de ficção na (re-)teorização de diversas teorias trabalhadas pela Teoria dos Campos e na retransmissão de seu pensamento.

Os contos exploram ideias já desenvolvidas em diversos escritos em sua obra, re-exploradas agora pelas tramas criadas para os personagens dos contos. Alguns exemplos de temas tratados são o inconsciente, a sessão analítica, a arte da interpretação. Ganham nova roupagem, ampliando seu campo de sentido, nestas denominadas *ficções freudianas*. O conto “A infância de Adão”, por exemplo, trata do processo analítico por dentro, conforme conhecido pelo homem psicanalítico, desde a perspectiva do divã.

As ficções freudianas são exercícios em alta teoria, altíssima, eu diria. Herrmann não trata apenas de questões metodológicas inerentes à Psicanálise, como também operacionaliza seu pensamento. Trabalha a epistemologia interna da Psicanálise e cria teorias, das quais a teoria do análogo merece ser ressaltada: todo o livro operacionaliza a teoria do análogo, tratando os desenvolvimentos da Teoria dos Campos em forma de contos. Herrmann recria-se em personagens, que enfrentam as velhas questões crítico-heurísticas da Psicanálise, estas discutidas ao longo de toda a sua obra. Herrmann brinca, contudo rigorosamente, com o tema da ficção e da metaficção, demonstrando a teoria do análogo em sua

última consequência, empregando diferentes recursos literários em cada conto – mito, poesia, fábula, lenda, crítica, criação clínica.

Para colocar dois breves exemplos, o citado conto “A infância de Adão”⁶, o qual dá nome ao livro, é a história de uma infância que não houve: o primeiro homem bíblico, que já nasceu adulto, entra em processo de análise. Não se trata de uma exploração da teoria psicanalítica em si, mas da operacionalização da teoria psicanalítica. Paralelamente, “Bondade”⁷ é a psicanálise de um sentimento, tendo por referência a história de vida escutada de uma jovem senhora. Herrmann escreve contos dos mais variados, sobre temas os mais diversos. É dessa forma que, a meu ver, procura demonstrar a teoria do análogo e explorar outras formulações da Teoria dos Campos.

“O escorpião e a tartaruga”⁸

O conto começa relatando uma sessão de homenagem na Academia de Ciências de Límbia. O salão nobre receberá o nome de um de seus luminares. O leitor é apresentado, então, a três deles, a Dra. Estela de Navas, experiente bióloga, o Prof. Píter Ortiz, célebre filósofo, e o Prof. Ricardo Monsar, eminente físico. Límbia é um lugar imaginário, mas, também, uma metáfora da Teoria dos Campos, conforme se revela no primeiro conto do livro “Notícia de Límbia”⁹. Na festa que segue, em casa de Píter, depois da homenagem, o leitor é informado que, uns quarenta anos antes, o Prof. Nigrius convidara os três, jovens e brilhantes cientistas, a participarem do Projeto P. Píter relembra a seus dois colegas como Nigrius explicou-lhe a ideia do projeto: queria descobrir “o que é que faz um gênio, um descobridor, alguém que chega àquilo que, à frente dos mesmos dados, ninguém mais é capaz de cogitar”¹⁰.

O objetivo de Nigrius era entrar nos meandros da produção de conhecimentos em Ciências de Límbia, tomada por Herrmann como

uma metáfora para a Teoria dos Campos. E sua questão fundamental: como se constrói o conhecimento? Penso tratar-se aqui de uma metáfora das explorações a que Herrmann se dedicava sobre a própria construção do conhecimento em Psicanálise. No Projeto P, os jovens cientistas deveriam fazer suas investigações sem revelar suas descobertas aos colegas, só ao encarregado do Projeto P. No dizer da Teoria dos Campos, Nigrius investiga como se chega a uma *ruptura de campo*. Ricardo lembra-se da proposta: Nigrius lhe pedia que fizesse uma descoberta, qualquer que fosse, embora milhares de outros bons físicos não houvessem tido sucesso: “o pequeno detalhe de que eu poderia nunca chegar a qualquer resultado não o parecia molestar minimamente”¹¹. A pesquisa de Nigrius é *sui generis*, seu interesse não está posto naquilo a ser descoberto, mas na forma como se chegará à descoberta.

Anos depois, Nigrius designa Píter como subdiretor do Projeto P e, passados cinco anos mais, como diretor-chefe. Ricardo e sobretudo Estela, que desconheciam o teor das descobertas de Píter, pois estas ficavam mantidas sob sigilo, mostravam-se intrigados e bastante incomodados pelas consecutivas promoções do colega.

Muitos anos se passaram antes que Nigrius contasse a Píter que o P em Projeto P não era de Projeto, conforme imaginavam os três, mas de Pilt-down. Explicou: “A comprovação de uma teoria significa que se encontrou a chave que abre certa fechadura. Porém, o verdadeiro trabalho é construir a fechadura e colocá-la na porta. Confeccionar a chave é relativamente fácil depois”¹². O interesse estava na forma como se

»
"o verdadeiro trabalho é construir
a fechadura e colocá-la na porta.

Confeccionar a chave
é relativamente fácil depois”

[F. Herrmann]

levanta uma questão inovadora, abrangendo um novo campo de pesquisa, não em respondê-la. Afinal, para se responder a uma pergunta, é necessário, sobretudo, formulá-la.

Explanando um pouco mais, Nigrius toma a fábula do sapo e do escorpião como outra metáfora do Projeto P. O escorpião pede uma carona ao sapo para atravessar o rio. O sapo teme ser ferroadado, mas o escorpião explica logicamente que não o ferroadará, pois, morto o sapo, morreria também o escorpião afogado. O sapo concorda em dar a carona, é ferroadado e, ao afundarem, o escorpião se desculpa: “é minha natureza”. A moral da história para Nigrius é que “a lógica não suplanta o instinto”, ou talvez “olhe bem quem está subindo em suas costas”¹³. A explicação, embora coerente, não correspondia à natureza daquela situação. Ao sapo faltou sensibilidade, talvez esperteza.

Nigrius continua sua exposição, introduzindo uma outra fábula, a do escorpião e da tartaruga. Um escorpião, primo do que morreu, procura um sapo a quem pedir carona. Não encontrando um sapo, pede carona a uma tartaruga – que, de tanto rir, quase se afoga, pois conheceu o destino do pobre sapo. O escorpião insiste e convence a tartaruga. Ao atravessarem o rio, o escorpião crava o ferrão na carapaça da tartaruga, que se irrita. O escorpião ruboriza e dá a desculpa conhecida: é minha natureza. Protegida pela carapaça, a tartaruga não morre e pede que o escorpião retire seu ferrão – operação impossível e que prende o escorpião à tartaruga para sempre. Acabam por tornarem-se amigos, montando a tartaruga, a seguir, um serviço de transporte fluvial¹⁴.

6 F. Herrmann, “A infância de Adão”, in *A infância de Adão e outras ficções freudianas*, p. 77-114.

7 F. Herrmann, “Bondade”, *op. cit.*, p. 35-8.

8 F. Herrmann, “O escorpião e a tartaruga”, *op. cit.*, p. 125-45.

9 F. Herrmann, “Notícia de Límbia”, *op. cit.*, p. 21-34.

10 F. Herrmann, “O escorpião e a tartaruga”, *op. cit.*, p. 127.

11 F. Herrmann, *op. cit.*, p. 127.

12 F. Herrmann, *op. cit.*, p. 140.

13 F. Herrmann, *op. cit.*, p. 141.

14 F. Herrmann, *op. cit.*, p. 141.



*o metafórico Projeto P
de Herrmann nesse conto
é a construção de uma epistemologia
em que caiba a Psicanálise*

Usando a fábula como metáfora da epistemologia própria da Psicanálise desvelada pela Teoria dos Campos, podemos inferir aqui que seus pontos cardeais resumem-se ao pensamento por ruptura de campo que não teme o erro (a tartaruga no lugar do sapo), mas toma-o em consideração e lhe dá um lugar no processo heurístico de descoberta de novos conhecimentos¹⁵.

104

PERCURSO 42 : junho de 2009

P de Piltdown

O Projeto P do Prof. Nigrius faz referência ao Homem de Piltdown¹⁶, como vimos. Já o metafórico Projeto P de Herrmann nesse conto é a construção de uma epistemologia em que caiba a Psicanálise, como vimos também. A ironia é evidente, visto que o Homem de Piltdown é provavelmente o mais famoso caso de fraude científica do século XX¹⁷. Supostamente entre 1908 e 1912 o pesquisador Charles Dawson, para comprovar a teoria de Charles Darwin de que o ser humano evoluiu do macaco, usa a mandíbula de um orangotango deliberadamente acoplada ao crânio de um ser humano moderno, oferecendo o elo que faltava na comprovação da evolução do homem a partir do macaco, o tão procurado *elo perdido*. Hoje não há dúvidas de que o homem não evoluiu do macaco. No entanto, a fraude só foi reconhecida no meio científico em 1954. Até essa data o crânio supostamente encontrado em Piltdown, na Inglaterra, ficara guardado a sete chaves, enquanto outros fósseis pré-humanos eram aos poucos desenterrados, “mas nenhum como H. P. Lógico”¹⁸.

Apesar de fraudulento, o H. P. foi muito importante para a produção de conhecimento.

Propiciou que se continuasse a estudar as teorias de Darwin e que se prosseguisse na busca e no estudo de outros fósseis pré-humanos. Escreve Herrmann, desde a perspectiva do Prof. Nigrius, nas palavras de Píter: “Nigrius alimentava o maior respeito pelo H. P. Ele achava que sua influência, como estímulo para a busca de restos proto-humanos, fora extremamente positiva. Ele deu forma concreta à ascendência humana, os outros pesquisadores tinham algo para buscar e a certeza de que o podiam encontrar. O resto foi só tempo e esforço”¹⁹. Herrmann coloca nas palavras de Nigrius sua concepção de *erro necessário*, aquele que oferece sempre a possibilidade da continuidade de uma pesquisa, de uma investigação, tanto nas ciências tradicionais, das quais a arqueologia, biologia e física são exemplos, como na Psicanálise.

A farsa do homem de Piltdown vingou por mais de quarenta anos, aproximadamente o mesmo tempo que perdurou a ignorância de Estela e Ricardo acerca dos objetivos no Projeto P no conto. Foi vedado a Estela, Ricardo e Píter o verdadeiro objetivo de Nigrius, e que o P em Projeto P era de Piltdown, pois essas informações comprometeriam o andamento do projeto e seus resultados. Os jovens cientistas esperavam realizar suas pesquisas em “ambiente controlado”, outra grande ironia, visto que em ambiente perfeitamente controlado, onde tudo ocorre conforme o previsto, não há possibilidade de descoberta²⁰. A epistemologia própria da Psicanálise e desvelada pela Teoria dos Campos desabona por completo a noção de ambiente controlado, tão comum às pesquisas científicas tradicionais, e propõe o contrário: para a produção de conhecimento é imprescindível que se deixe de lado a preocupação sobre onde o experimento irá levar e qual será o resultado de uma ruptura de campo.

Por serem muito inteligentes, Nigrius esperava que Estela, Ricardo e Píter descobrissem alguma coisa de valor científico, embora o que mais lhe interessasse, como vimos, fosse a forma como chegariam a esse resultado. Estava interessado no processo heurístico de uma descoberta científica, em conhecer a forma pela

qual se chegou àquele conhecimento, não importando o objeto de estudo. Estela optou por pesquisar cepas de musaranhos que, por mutação genética, haviam se tornado extremamente agressivos, mas não mais desenvolviam carcinomas, e Ricardo, por investigar o Propulsor Referencial em Física, chegando às bases teóricas da física quântica. A Píter, enciumado pela formação do recente casal, Estela e Ricardo, restou acompanhar as pesquisas de ambos, o que caracterizaria o estudo da forma da produção de conhecimento de cada um, o próprio foco do Projeto P. Daí ter sido nomeado primeiro sub-diretor e depois diretor-chefe do projeto.

Parece-me que o personagem Prof. Nigrius recorreu ao conceito de *erro necessário* levado às últimas consequências: ao elaborar o Projeto P, Nigrius convidara os jovens cientistas a se dedicarem a uma descoberta importante em suas respectivas áreas, sem se preocupar com a descoberta mesma, mas com a forma pela qual ela se daria. Em *Psicanálise*, conforme a exploração metodológica feita por Herrmann, trabalha-se em alta teoria, privilegiando o método, a forma de se chegar a uma teorização na construção de conhecimento, não o resultado particular alcançado sobre uma situação clínica, como vimos. Ironicamente, Nigrius recorre a uma farsa: o Homem de Piltdown, o erro necessário em última instância, como metáfora de sua investigação. Os jovens cientistas não se ocupam diretamente com o recurso à farsa, não são informados que o Projeto P fazia referência ao Homem de Piltdown, bem como os

15 Cf. F. Herrmann, "Acerca da mentira e do erro necessário", in *Andaimos do real: psicanálise do cotidiano*, cap. 3.

16 Cf. J. S. Weiner, *The Piltdown Forgery*.

17 F. Herrmann, "O escorpião e a tartaruga", *op. cit.*, p. 139.

18 F. Herrmann, *op. cit.*, p. 139.

19 F. Herrmann, *op. cit.*, p. 139.

20 Em sua narração, quarenta anos mais tarde, Píter satiriza: "nosso ambiente era muito mais controlado do que podíamos imaginar", referindo-se aos ciúmes de Ricardo, quando encontrara-o namorando Estela. F. Herrmann, *op. cit.*, p. 128.

21 F. Herrmann, "Acerca da mentira e do erro necessário", *op. cit.*

22 F. Herrmann, *op. cit.*, p. 142.

quando um paciente concorda rápido demais com os toques interpretativos do analista, é forçoso recorrer ao erro necessário

psicanalistas não pensam constantemente nos conceitos metodológicos enquanto deixam que surja o sentido do paciente, quando se trata de um atendimento clínico, ou de outro sujeito de pesquisa: está-se ocupado com o sentido, com a prototeoria em questão.

Em seu livro *Andaimos do real: psicanálise do cotidiano*, Fabio Herrmann explica que, na clínica psicanalítica, quando um paciente concorda rápido demais com os toques interpretativos do analista, não demonstrando sinais suficientemente visíveis de resistência, é forçoso recorrer ao *erro necessário*: deliberadamente provocar sinais de resistência, para que a análise se sustente²¹. Esta ruptura de campo é preciosa à clínica psicanalítica. Não se trata de uma forma de enganar o paciente, mas de um recurso clínico para que a análise caminhe em direção à cura psicanalítica. Nigrius também lança mão de um erro necessário na formulação da pesquisa e mantém isto em segredo. Não diz aos jovens que está buscando chegar à forma de construção do conhecimento; deixa-os pensar que o importante é a descoberta. Um erro necessário que dura quarenta e muitos anos.

Voltando a Nigrius, explica, concluída a pesquisa: "O escorpião pode representar a mentira, a tartaruga, a verdade. Claro que a mentira pode matar a verdade, mas a verdade em si não monta qualquer negócio. [No conto a tartaruga monta, com o escorpião, um serviço de transporte fluvial que funciona]. Se uma mentira injeta seu veneno sem matar a verdade, ficam ambas grudadas e têm de aprender a conviver. Este ser híbrido, o escorpião sobre a tartaruga, a mentira cravada na verdade, é o que chamamos de conhecimento"²².



Podemos pensar o escorpião como a proposta de convidar Estela e Ricardo a pesquisarem qualquer problema – ela na biologia, ele na física –, sem lhes explicar que o importante não seriam os resultados atingidos, mas a forma de atingi-los; é a farsa do Homem de Piltdown. A tartaruga representa os resultados das pesquisas dos jovens cientistas. E o escorpião cravado na tartaruga, o *ser híbrido* que permanece cruzando o rio de uma margem à outra, é o Projeto P como um todo, a descoberta epistemológica a que chega Píter, o conhecimento por ruptura de campo metaforizado na consideração de Nigrius sobre ser o importante na ciência a construção de uma nova

fechadura e não a comprovação de que se encontrou a chave que abre certa fechadura. Em relação ao projeto do conto de Herrmann, já podemos falar em P de Psicanálise. O erro necessário é o recurso de que lançam mão Nigrius, Herrmann e qualquer psicanalista, para promover a investigação da psique, em determinados casos.

Ps. No final do conto, fica evidente que o salão nobre da Academia de Ciência de Límbia não recebeu o nome de Píter, como no começo parecia, mas o do Prof. Nigrius. Afinal o método e a alta teoria são as eminências pardas da Psicanálise, segundo a Teoria dos Campos.

Referências bibliográficas

106

O escorpião e a tartaruga : Fernanda Sofio

- Herrmann F. (2002). *A infância de Adão e outras ficções freudianas*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- _____. (2001). *Introdução à Teoria dos Campos*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- _____. (2001). *Andaimes do real: psicanálise do cotidiano*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- _____. (1993). *Clínica psicanalítica: a arte da interpretação*. São Paulo: Brasiliense.
- _____. *Da clínica extensa à alta teoria: meditações clínicas*. Inédito.
- _____. “Segunda meditação: o análogo”. In: *Da clínica extensa à alta teoria: meditações clínicas*. Inédito.
- _____. “Sobre a verdade como tensão entre invenção e descoberta”, in *Da clínica extensa à alta teoria: meditações clínicas*. Quarta meditação. Inédito.
- Herrmann L. (2007). *Andaimes do real: a construção de um pensamento*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Weiner J. S. (1980). *The Piltdown forgery*. Nova York: Dover Publications.

The scorpion and the tortoise:

The concept of necessary error taken to its last consequences

Abstract The characters of the short-story “The scorpion and the tortoise” by Fabio Herrmann participate in a denominated Project P, and in doing so they demonstrate the epistemology of Psychoanalysis as discovered by the Multiple Fields Theory: the emphasis is not on the result obtained by the psychoanalytic method, but on the form by which new knowledge is produced. Both the character Prof. Nigrius and Fabio Herrmann strategically make use of a *necessary error* to address their respective Project P’s – for Piltdown in Nigrius’ case and Psychoanalysis in Herrmann’s.

Keywords necessary error; psychoanalytic epistemology; freudian fiction; Multiple Fields Theory.

Texto recebido: 2/2009

Aprovado: 4/2009

A clínica no início da formação

a experiência de uma rede de atendimento psicanalítico

Lia Pitliuk

Resumo O início da formação psicanalítica se apresenta como um impasse de grandes proporções: sem o apoio de modos “corretos” e “adequados”, determinados *a priori*, de se conduzir um processo analítico, e também sem a possibilidade de se situar como “pré-analista” durante um certo tempo de treinamento... como se colocar em posição de conduzir uma primeira análise? Este artigo visa discutir a pertinência e a relevância, para a formação do psicanalista, de um dispositivo particular de fomento da clínica privada de analistas.

Palavras-chave associação de psicanalistas; início da prática clínica; psicanalista; aspectos éticos e políticos da formação do psicanalista.

Lia Pitliuk é psicanalista, membro do Departamento de Psicanálise e professora dos cursos Psicanálise da criança e A clínica médica de crianças e a psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae. Professora e supervisora em diversos cursos de psicanálise ministrados fora de S. Paulo. Membro fundador da Rede de Atendimento Psicanalítico. Trabalho inspirado na apresentação “Psicanálise hoje: caminhos da formação e da transmissão” – jornada interna do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, 2008.

A certa altura da história da psicanálise, Freud afirma claramente que não basta ter sido analisado para tornar-se analista. Ele introduz a noção de formação, *Ausbildung*, mais próxima da ideia de uma interrogação, de uma crítica de si [...]. Na noção de formação estava presente a preocupação de uma camaradagem.
[M. Mannoni]¹

Estou implicada no trabalho com formação de analistas por múltiplas vias, e é na encruzilhada de todas elas que eu localizaria o que me levou a conceber, há 8 anos, um dispositivo que recebeu o nome de *Rede de Atendimento Psicanalítico* – uma rede de sustentação e ampliação da clínica privada de jovens analistas. Em princípio, uma ideia relativamente simples: um dispositivo de divulgação de uma disponibilidade para o atendimento clínico, de recepção e de distribuição interna dos pedidos de tratamento; e um espaço de pertinência, discussão e aprimoramento de seus membros. Em sua base, uma característica orientadora fundamental: ser uma organização coletiva *autônoma e autogerida*. Uma montagem de inspiração cooperativista, poderíamos dizer, só que concebida como meio de problematizar, investigar e debater diversas questões ligadas ao lugar da clínica – e aos modos de concebê-la – na formação do psicanalista.

Por mais que insistamos no contrário, é inegável que a institucionalização da formação analítica tende a fomentar a crença de que existiriam maneiras “corretas” e “adequadas” de se conduzir um processo analítico, que poderiam ser determinadas

¹ M. Mannoni, “Risco e possibilidade da supervisão”, p. 37.



*como acontece com tudo
que se difunde e prolifera,
vemos grandes variações nas ideias
geradoras de cada projeto*

a priori – e, portanto, que poderiam e deveriam ser aprendidas pelos analistas em início de formação. Convencidos disso, estes se inclinam, em suas atitudes e em seus pensamentos, a se pautar por regras de conduta estipuladas fora dos processos clínicos em questão, tomadas como meios de se fazer uma “boa psicanálise”. Frente a esse panorama, a *Rede* foi pensada como um espaço de fomento de trabalho analítico que favorecesse outras possibilidades de relação com a clínica.

Passados oito anos, constato com grande entusiasmo que a *Rede* foi embrião inspirador de muitas outras iniciativas que vêm ocupando cada vez mais espaço no cenário contemporâneo da clínica psicanalítica. Evidentemente, como acontece com tudo que se difunde e prolifera, vemos grandes variações nas ideias geradoras de cada projeto, o que faz com que metas, princípios e modos de funcionamento sejam bastante diferentes, em cada caso. A própria *Rede* foi se repensando e se transformando, e no final de 2008 eu me desliguei dela por não me identificar mais com seus novos propósitos e diretrizes.

Estes desdobramentos – o surgimento de iniciativas afins ou semelhantes (em aparência ou de fato), assim como o processo de transformação de um mesmo projeto ao longo do tempo – são consequências necessárias e muito bem-vindas dos movimentos de disseminação, e nos convocam à reflexão e ao debate; penso que é fundamental que tenham espaço em nossos colóquios, em nossas publicações e, muito particularmente, em nossas associações e institutos formadores. É assim que pretendo, aqui, apresentar as linhas mestras que regeram a fundação da *Rede de Atend-*

dimento Psicanalítico para, então, refletir sobre a pertinência e a relevância de um dispositivo deste tipo para a formação de analistas.

Para isso farei, primeiro, uma breve introdução situando as duas ideias centrais implicadas na invenção da *Rede*: numa vertente ético-política, a ideia de que precisamos desenvolver espaços coletivos em que seja bom estarmos e nos relacionarmos; e, no campo mais propriamente psicanalítico, a ideia de que a *clínica* deve ser (*re*)tomada como elemento fundamental da formação do psicanalista. Em seguida descreverei sucintamente o funcionamento da *Rede* para, então, nos determos em sua fundamentação e em algumas considerações visando a um início de avaliação dessa experiência.

Sobre a configuração reticular

Do ponto de vista político e ético, a *Rede* foi pensada como uma estratégia, como um modo de conceber relações, de conviver e compartilhar. No caso, a estratégia se relacionava ao *funcionamento reticular*, e eu pensava mais em um *movimento* do que na criação de um grupo estável. Mannoni acenou para essa estratégia quando escreveu: “O que talvez seja necessário reinventar no futuro é uma psicanálise que possa sobreviver a partir de certos lugares precários e tão móveis quanto o eram as redes da resistência ao fascismo, isto é, da resistência ao discurso totalitário”². Essa frase, sem dúvida, foi uma das que mais me inspirou na montagem da *Rede de Atendimento Psicanalítico*.

Evidentemente, o nome do empreendimento não surgiu por acaso, embora nem todos os elementos implicados no termo “rede” estivessem completamente formulados, na época da criação. Havia alguns princípios e representações do que eu pretendia com esta invenção, que eu traduzia como “um grupo de espírito cooperativista”. De fato, alguns dos constituintes da imagem que temos das cooperativas estavam presentes nesta composição: as ideias de solida-

riedade e de trabalho conjunto para o fortalecimento de cada um e do grupo, junto a um ideal emancipatório com a preservação da autonomia do trabalho de cada membro; hoje diríamos, talvez, que se tratava, entre outras coisas, de um empreendimento de *economia solidária*. Também era muito forte a ideia de que o grupo fosse aberto, no sentido de que contasse sempre não só com entradas, mas com saídas de membros, de modo a que estas fossem encaradas sem ressentimento: tínhamos a ideia de que qualquer membro pudesse, confortavelmente, sair e retornar a seu bel-prazer.

Mas a noção de “rede” [advinda do lat. *rete*] é bem antiga e muito mais rica: ela se propõe, de fato, como um modo de organização muito peculiar. Pelo dicionário, e em sentido restrito, *rede* se refere a um “entrelaçamento de fios, cordas, cordéis, arames etc., com aberturas regulares [...], formando uma espécie de tecido”; e, num sentido ampliado, “qualquer conjunto ou estrutura que por sua disposição lembre um sistema reticulado” como, por exemplo, “o conjunto dos meios de comunicação ou de informação (telefone, telégrafo, rádio, televisão, jornais, revistas etc.), ou o conjunto das vias (e do equipamento) de transporte ferroviário, rodoviário, aéreo etc.”. Ou, ainda, “conjunto de estabelecimentos, agências, ou mesmo de indivíduos, que se destina a prestar determinado tipo de serviço”³.

Obviamente, as redes não são fenômenos novos: no século XVIII, por exemplo, os piratas e corsários montaram redes por todo o mundo. Conhecemos as redes da resistência francesa, na Segunda Guerra. Guattari fala bastante das redes de rádios livres na Itália e na França a partir de 1978⁴. Enfim, um modo descentralizado de articulação e de compartilhamento de recursos com vistas ao fortalecimento mútuo e a metas comuns; um modo em que prevalecem as ideias

»
*o rizoma é um caule que cresce
horizontalmente e do qual brotam,
sem nenhuma programação central
organizadora, tanto novos brotos
quanto novas raízes*

de interdependência e de multicausalidade, assim como as de fluxo e de movimento.

Uma das noções mais ricas e interessantes para se pensar as redes – principalmente as potencialidades de uma rede – é o conceito de “rizoma”, que Deleuze e Guattari tomam da botânica. O rizoma é um caule que cresce horizontalmente e do qual permanentemente brotam, sem nenhuma programação central organizadora, tanto novos brotos quanto novas raízes. A qualquer momento brotos e raízes podem surgir ou desaparecer e é assim que o rizoma se expande e se alastra, sem início ou fim identificáveis.

Tomado assim como manifestação rizomática, o funcionamento reticular se coloca como uma alternativa aos modos de viver e de se relacionar que mais conhecemos: ao modo individualista (em que se supõe que cada um responde por si mesmo) e também ao modo grupalista ou comunista (em que o grupo responde por ele mesmo – grupo – e pelos seus membros individualmente). A arquitetura apoiada sobre a noção de *entrelaçamento*, quando compreendida em sua radicalidade, implica uma articulação muito singular entre indivíduos, assim como entre indivíduo e grupo, talvez bem simbolizada na noção de *composição* – sempre móvel e, portanto, sempre temporária.

A impostura inaugural

Por outro lado, do ponto de vista da formação psicanalítica propriamente dita, a *Rede* se propõe como modo de enfrentamento de um impasse do início da formação. Diz-se, tradicio-

2 M. Mannoni, *A teoria como ficção: Freud, Groddeck, Winnicott, Lacan*, p. 58.

3 A. B. H. Ferreira, *Dicionário Aurélio Eletrônico – século XXI*.

4 Por exemplo, em F. Guattari e S. Rolnik, *Micropolítica – cartografias do desejo*, p. 124-6.



nunca compreendi o que fazia com que, neste último ponto, a ênfase recaísse sobre a supervisão e não sobre a prática clínica em si

110

PERCURSO 42 : junho de 2009

nalmente, que a formação do psicanalista se assenta num tripé: sua análise pessoal, o estudo da teoria e a supervisão da prática clínica. E eu nunca compreendi o que fazia com que, neste último ponto, a ênfase recaísse sobre a *supervisão* e não sobre a prática clínica em si – claro que supervisionada, acompanhada, discutida etc. Este não é um detalhe de menor importância: sempre me espanto vendo quanto os jovens analistas parecem não imaginar que tenham muito a aprender com seus pacientes ou com o analista que cada um está sendo a cada momento; um sintoma evidente disso é o fato de ser bem frequente que não seja a ela, clínica, que suas perguntas sejam dirigidas, e sim aos autores ou aos professores e supervisores.

Revisitemos o artigo em que Freud apresenta sua concepção de formação. Depois de se referir à importância do estudo teórico, ele escreve: “No que diz respeito à experiência prática, além do que adquire com a sua própria análise pessoal, pode consegui-la ao levar a cabo os tratamentos, uma vez que consiga supervisão e orientação de psicanalistas reconhecidos”⁵. Ou seja, para Freud o tripé está constituído por estudo, análise pessoal e *experiência clínica* supervisionada.

Este era, também, o pensamento de Regina Schnaiderman: em seu importante artigo sobre a formação analítica, a autora apresenta o tripé formativo como composto de análise pessoal, estudo teórico e “prática de curas ditas supervisionadas”⁶.

De fato, precisamos sublinhar a importância da clínica na formação – e não apenas como espaço com o paciente: a montagem e a sustentação de uma clínica viva não só *convidam* como

exigem um cultivo de si, ligado à apropriação dos muitos elementos que a tornam possível. Por exemplo, exige o processamento de questões bem espinhosas tais como a apresentação da psicanálise para não psicanalistas, a relação com encaminhadores e com a comunidade psicanalítica, decisões relativas ao *setting* de trabalho que sejam também compatíveis com a vida social urbana contemporânea, o trabalho com os conflitos de interesse entre a busca de “profissionalização”, de um lugar no mercado de trabalho e de reconhecimento social *versus* as exigências éticas e metodológicas do nosso ofício, e assim por diante.

A *clínica ensina*, disso não há como ter dúvida. E afirmar que *a clínica ensina* nos protege de ciclos repetitivos em torno do Mesmo, porque ela implica a sustentação da abertura ao que não somos nós mesmos, ao que não é já sabido e conhecido; remete ao Fora, à alteridade. Afirmando que *a clínica ensina* também afrouxa as relações de fascínio entre supervisor e supervisionando e as malhas das relações institucionais.

Entretanto, no início da formação deparamos com um paradoxo de grandes proporções, no que se refere ao trabalho clínico. Se, por um lado, o simples ingresso em um curso de formação em psicanálise não transforma alguém em analista, por outro a especificidade da nossa prática impõe sérios limites à noção de *aprendiz* ou de *aspirante*: não é possível sermos “pré” ou “sub” analistas durante um certo tempo. Qualquer aproximação a esse modelo é inaceitável porque, em nosso ofício, a palavra e o ato só podem ser efeitos de processamento do sujeito *em posição de analista*. Nisso reside o maior desafio de instituir modos de “treinamento” para o início da clínica: alguém que nunca clinicou – e que, portanto, não tem como se considerar um psicanalista – num certo momento deve se tomar como tal – e ser tomado como tal pelo paciente e pelos que estão à sua volta – para poder assumir a condução de um processo analítico.

Essa situação configura uma verdadeira impostura. Impostura inaugural no percurso forma-

tivo de cada um de nós. Bem, minha principal intenção, ao conceber a *Rede*, foi defender essa impostura, defender que continuássemos a funcionar com base nela.

Para podermos discutir isto, vejamos, ainda que em linhas bem gerais, o essencial da estrutura e do funcionamento da *Rede*.

O funcionamento da *Rede de Atendimento Psicanalítico*

A *Rede* se definiu como um agrupamento de profissionais engajados num percurso formativo – geralmente em um instituto formador – reconhecido como válido pelos colegas. Pessoas essencialmente diferentes entre si e com quantidade variável de experiência clínica prévia, que se consideravam – e eram consideradas pelo grupo – *suficientemente implicadas* com a Psicanálise e com suas análises pessoais para se responsabilizarem por sua clínica. De fato, o processo seletivo para ingresso na *Rede* focalizava, bem particularmente, a implicação do sujeito com a Psicanálise.

Uma vez admitido, cada membro passava a fazer parte de um pequeno grupo clínico⁷ onde conhecia mais profundamente o funcionamento da *Rede*, participava de discussões clínicas, deixava-se conhecer e reconhecer, até o momento em que novo membro e grupo clínico decidiam pela sua entrada no cadastro de analistas. A partir desse momento, recebia encaminhamentos e os pacientes, uma vez encaminhados, eram considerados pacientes *daquele analista* que, a partir desse ponto, assumia a responsabilidade por seus atos clínicos – incluído aí, obviamente, tudo que se referia a *setting*, a pagamento, a reencaminhamento etc.

5 S. Freud (1919) “Sobre o ensino da psicanálise nas universidades”. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas*, v. 17, p. 217.

6 R. Schnaiderman, “Política de formação em psicanálise”.

7 Bastante inspirado nas “equipes clínicas” da clínica do Instituto Sedes Sapientiae, mas também com diferenças importantes em relação a elas: por exemplo, o fato de que o paciente não era do grupo clínico, e também o fato de que não tínhamos coordenadores dos grupos, mas membros do grupo que se alternavam na função do que chamávamos de *mediadores*.

»
no funcionamento da Rede estava incluído o desempenho de funções por parte de membros eleitos e remunerados para isso

Em paralelo, no funcionamento da *Rede* estava incluído o desempenho de funções por parte de membros eleitos e remunerados para isso: coordenação, divulgação impressa, contato permanente com encaminhadores, recepção telefônica, tesouraria, secretaria, mediação dos grupos clínicos etc. Assim, depois de algum tempo de pertinência, o novo membro passava a também poder realizar trabalhos para a *Rede*. A verba para o pagamento desses trabalhos, assim como para todos os outros gastos, era obtida pelo pagamento de uma mensalidade pelos próprios membros. Nesse particular o funcionamento da *Rede* era idêntico ao de uma cooperativa, um clube ou um condomínio: os membros sustentavam a estrutura que queriam para atingir os fins que almejavam.

Do ponto de vista político, então, no que se referia à sustentação administrativa da *Rede*, o funcionamento era grupal, democrático e horizontalizado. Já no que se referia à clínica propriamente dita, assim como aos espaços de interlocução, o funcionamento era reticular: as relações entre os membros e as parcerias de trabalho se davam em formas múltiplas e cruzadas, de modo a impedir o surgimento de qualquer espécie de verticalização. Exatamente por isso, dava-se um peso bastante grande, na *Rede*, às trocas e parcerias, nos mais diversos contextos: a) os membros se reuniam semanalmente, nos pequenos grupos, onde discutiam questões clínicas e onde era feita a recepção e o acompanhamento dos novos membros; eram grupos horizontais que contavam com a presença de um *mediador*. Os mediadores, por sua vez, também se reuniam semanalmente e dessa forma



*um analista de crianças
pode não suportar os ataques
e as infantilidades dos familiares
das crianças... e assim por diante*

112

PERCURSO 42 : junho de 2009

faziam circular, entre os grupos, o que se trabalhava em cada um deles; b) mensalmente havia uma reunião geral onde se alternavam discussões de temas de interesse geral da Rede e debates teórico-clínicos; c) permanentemente os membros debatiam através de grupo de discussão na internet, onde eram decididas todas as questões da Rede, dos mais variados teores; e d) em frequências variáveis, os membros se reuniam em grupos de trabalho prestado à própria Rede: equipes de coordenação, de seleção de novos membros, de mediadores, de pesquisa etc.

Em suas linhas mestras, essa era a estrutura básica de funcionamento.

Voltemos ao nosso foco, então, que é a reflexão sobre esta Rede de Atendimento como dispositivo de formação, e tomemos sua premissa básica: ser composta por analistas que se percebem, mutuamente, como *suficientemente aptos* para aceitarem pacientes em análise.

Para tratarmos disto, seguiremos em duas direções. Por um lado, pela via do contraste, assinando as razões que motivaram a invenção desse dispositivo. Em seguida, pela via da justificativa: em que medida esse dispositivo pode ser uma contribuição de peso na formação do analista?

Erro e acerto, insuficiência e idealização: a necessidade de uma Rede de Atendimento

Tomemos a pergunta crucial que a montagem da Rede visava enfrentar: o que significa – para o próprio profissional, para o paciente e para a instituição psicanalítica como um todo – pen-

sarmos que uma pessoa que “está em formação analítica” – portanto, uma pessoa que recebe alguém em análise – não se considere – e não seja considerada por seus pares – um psicanalista?

Se dizemos que esta pessoa está *em formação* é porque concebemos um processo constitutivo, um processo transformador – processo que se desdobra no tempo e que, unanimemente, consideramos interminável. Num artigo muito interessante sobre o assunto, Mezan analisa as palavras que usamos para falar da constituição de um analista. Nesse texto, ao tratar das referências ao termo *formação*, o autor traz a noção de “romance de formação” e cita Victor Smirnoff, que se refere à viagem pela qual “o personagem se educa para a vida, enfrentando-se com a decepção, com a dor e com a perda das ilusões, mas também tomando conhecimento de suas possibilidades, de seus limites e de suas responsabilidades”. Com a precisão e clareza que lhe são peculiares, Mezan sintetiza: “a formação é um trajeto que revela e atualiza as potencialidades de um sujeito, tornando-o consciente de si”⁸.

Um trajeto, em princípio, produziria analistas com algumas capacidades mais desenvolvidas do que outras, com alguns talentos, algumas dificuldades, provavelmente até algumas impossibilidades. Por exemplo, podemos deparar com um analista com uma escuta bastante sensível durante as entrevistas iniciais com seus pacientes e que, ao mesmo tempo, tende a descuidar bastante do *setting*, ao longo das análises. Um outro, incapaz de suportar atuações dos pacientes, e que atua mais ainda em certos casos, pode se mostrar incrivelmente hábil no trato com depressões graves. Um analista de crianças, com uma tolerância incrível em relação a regressões e agressões de seus pequenos pacientes, pode não suportar os ataques e as infantilidades dos familiares das crianças... e assim por diante. Com isso quero dizer que não há equivalências entre analistas, e sim diferenças. Penso, aliás, que era assim que os pioneiros da Psicanálise se viam, como grupo.

Mas questões de economia (financeira, de tempo etc.) nos pressionam a funcionamentos

mais unificados, pré-organizados e iguais para todos, o que produz em nós uma imagem diferente das coisas. Nos cursos, por exemplo: um primeiro ano, anterior a um segundo ano e sendo considerado pré-requisito para este último, tende a nos fazer pensar em pessoas “mais no começo” ou “mais adiantadas” em sua formação. E temos então um efeito que é uma espécie de marca registrada de configurações lineares: o sentimento de insuficiência das pessoas em “início de formação” e a idealização dos analistas com mais “estrada”.

Como dizíamos no início, uma das características mais marcantes da posição de insuficiência assumida pelos jovens analistas radica em sua convicção de que seus atos clínicos podem ser pautados (e avaliados) por categorias – instituídas *a priori* – de erro e de acerto, ou de adequação e inadequação. A busca do *sentido* dos acontecimentos numa relação analítica se vê, com certa frequência, substituída pela tentativa de estipular, abstratamente, “modos corretos de se conduzir uma análise”; do mesmo modo, a avaliação das atitudes dos analistas passa a ser realizada mais por uma comparação com os posicionamentos de analistas consagrados, e menos pela reflexão sobre os efeitos que se produziram.

Insuficiência e idealização: duas noções correlatas que, de fato, se opõem à noção winnicottiana, muito bem-vinda neste contexto, do “suficientemente bom”. Evidentemente, não numa referência a uma noção concreta e positiva de suficiência, de acabamento ou algo parecido – que seria completamente incompatível com a própria ideia psicanalítica não só referida ao analista e à formação, mas ao sujeito humano. O que a *Rede* afirma é que aquele analista é “suficientemente bom” para pertencer a aquele grupo – que se considera um grupo *de analistas*. Nada mais do que isso⁹.

8 R. Mezan, “O *bildungsroman* do psicanalista”, in *A sombra de Don Juan e outros ensaios*, p. 177-8.

9 Aliás, qualquer associação de analistas funciona também com esta premissa: a de ser composta por analistas “suficientemente bons” para serem membros dela.

10 S. Freud (1914), “Sobre o narcisismo: uma introdução”, *op. cit.*, v. 14.

»
“a mãe se forja uma representação
ideativa do infans, [...] que ela
começa por identificar
como sendo o ‘ser’ do infans”

[P. Aulagnier]

A impostura e a antecipação

Para enfrentarmos a ideia da insuficiência, temos nos armado de todos os gerúndios que podemos: “vamos *nos tornando* analistas”, dizemos. Eu tenho esse gerúndio em alta conta mas, implicados com as questões da formação, temos também que poder pensar nesse instantâneo, nesse momento de passagem (ainda que se repita muitas vezes na história de cada um), e problematizá-lo: como se conceber analista para poder se iniciar nessa prática? Por quais vias isto pode se dar?

A situação me faz pensar em tudo que já teorizamos sobre a constituição do sujeito. A primeira coisa em que penso é que, para se constituir analista, é necessário um “novo ato psíquico” – como diz Freud a respeito da constituição do Eu¹⁰. Estamos no campo das identificações, no campo das antecipações feitas pelo olhar do outro. Como lemos, por exemplo, em Piera Aulagnier: “a mãe se forja uma representação ideativa do *infans*, através do discurso que mantém com ele, representação que ela começa por identificar como sendo o ‘ser’ do *infans*”. Com Silvia Bleichmar nos aproximamos de uma representação cênica desse investimento antecipatório:

[...] a mãe vê o filho como um todo e ama nele algo que ele ainda não é, e que, em geral, nunca chegará a ser. É a convicção delirante da mãe, que imagina um bebê na sua barriga com gorro e sapatinhos, destinado a um futuro de felicidade [...]. Tal atitude possibilita essa libidinização fenomenal, absolutamente imodificável pela realidade. As mães de hoje veem na ultrasonografia, têm a filmagem do peixinho na barriga, e



a Rede não é um oásis: ela não está imune a todas as questões dos grupos, assim como aos jogos de força mais típicos da contemporaneidade

mesmo assim [...] falam como se tivessem uma criança que pensa, que sente, que diz, que informa. É maravilhoso esse jogo de convicções, que tem a ver com o que Castoriadis chama de “imaginação radical”, que permite que a mãe cubra esse pedaço fetalizado da natureza e o transforme num ser humano “igualzinho a fulano”.¹¹

Parece-me que, do mesmo modo, para a constituição de um analista deve haver também, junto a todas as coisas de que sempre falamos, uma antecipação, uma montagem que funcione como sustentação do que estou chamando de postura inaugural. E eu penso que o grupo de pertinência – seu olhar e seu discurso dirigidos ao sujeito – funciona como um dos mais importantes agentes desse efeito de antecipação. Grupo de pertinência que, evidentemente, inclui tanto os pares quanto o corpo de analistas formadores (professores, supervisores) com quem se trabalha.

Esta questão da imagem antecipatória foi determinante para a invenção da *Rede* e para vários dos desdobramentos que se deram nela. Numa concepção um tanto ingênua, durante muito tempo dizíamos, na *Rede*, que nela se tratava de trabalhar na “horizontalidade”, longe da “tutelage de figuras institucionalmente investidas de saber e de poder”. Entretanto, como fomos clareando ao longo do tempo, essas imagens refletiam muito mais um desejo e uma fantasia do que uma situação de fato; pois, para o nascimento e a afirmação da *Rede*, foi fundamental o olhar antecipatório do professor/supervisor. Sustentei pessoalmente, ao longo dos anos, a “imaginação radical” de que fala Castoriadis – não apenas frente ao próprio grupo e a cada um de seus membros, mas também frente

aos que viriam a ser os principais encaminhadores para a *Rede*: os trabalhadores em saúde e, particularmente, a comunidade psicanalítica.

Paralelamente, entretanto, trabalhávamos em prol do desenvolvimento do olhar antecipatório do grupo de pares, ou seja, da confiança mútua entre os próprios membros: este passou a ser um dos objetivos primordiais do grupo. Essa meta determinou muitas transformações: já no sistema seletivo, que foi se tornando cada vez mais cuidadoso; num investimento bastante grande para que os membros participassem *de fato* do espaço coletivo e da tomada de cada decisão; e, principalmente, na manutenção de sistemas de acompanhamento clínico grupal.

Em paralelo sublinhemos que, obviamente, a *Rede* não é um oásis: ela não está imune a todas as questões dos grupos, assim como aos jogos de força mais típicos da contemporaneidade: as pressões econômicas, as tendências imediatistas, a razão instrumental, a supervalorização da dimensão pragmática (relativa à quantidade de pacientes, honorários, eficiência da organização administrativa etc.). E, na minha opinião, o maior desafio da *Rede* é não se deixar capturar – e não se deixar engolir – por essas forças.

Um dispositivo de formação?

Retornando à questão do início, então: uma rede de atendimento em psicanálise, nos moldes da que estou descrevendo, pode ser um bom dispositivo na formação de analistas?

Obviamente, não é fácil avaliar um projeto de tamanha envergadura. De um ponto de vista estritamente numérico – mais imediato e concreto, portanto –, tivemos uma experiência clínica bastante aumentada dos jovens analistas, quando comparada com a que teriam em seus consultórios privados, sem o apoio da *Rede*. Só para se ter um panorama superficial: em 8 anos, foram recebidos e distribuídos, pela *Rede*, 1.500 pedidos de tratamento, com um índice aproximado de 50% de comparecimento aos consultó-

rios. Considerando uma média de 22 membros na *Rede*, poderíamos dizer que, ainda em média, a cada ano cada analista teria recebido 8 a 9 encaminhamentos de pacientes e que chegou a atender 4 ou 5 dessas pessoas.

São números muito significativos, sem dúvida alguma; entretanto, não devemos esquecer que os números nunca falam por si mesmos. Se, como tendo a pensar, *a clínica ensina*, atender “mais” implica maiores oportunidades de se constituir e se aprimorar como analista; entretanto, será sempre na dimensão *qualitativa* – e *subjetiva* – da experiência que essa potencialidade se afirma.

Com isto quero dizer que *a clínica ensina*... mas que, evidentemente, não o faz “sozinha”: é necessário um trabalho de permanente debate e elaboração das premissas e das implicações presentes nessa ampliação da atividade clínica, assim como das dimensões éticas e políticas envolvidas num projeto desse teor. Há que se caminhar com muita delicadeza – e rigor – através de temas tão difíceis e prechos de conflitos e contradições como os relativos à divulgação do serviço, à apresentação da psicanálise à população leiga, à estipulação de honorários, ao contato com encaminhadores etc.

Maria Rita Kehl sintetiza com muita precisão alguns dos grandes perigos em jogo nesse campo:

De fato, nas sociedades em que se popularizou, a psicanálise foi se deslocando de sua função original, de fazer falar uma subjetividade até então silenciada, para uma função normatizadora da subjetividade moderna. Alguns mal-entendidos na prática clínica podem fazer de um tratamento psicanalítico uma forma sofisticada e eficaz de pedagogia. Além disso, a pressa de muitos psicanalistas em responder publicamente às demandas da sociedade [...] é responsável por fazer da psicanálise uma ideologia apaziguadora da consciência moderna¹¹.

Kehl está se referindo a rebaixamentos conceituais, a desvios metodológicos e, principal-

11 S. Bleichmar, *Clínica psicanalítica e neogênese*, p. 59.

12 M. R. Kehl, *Sobre ética e psicanálise*, p. 133-4.

»
*Maria Rita Kehl sintetiza com
muita precisão alguns dos grandes
perigos em jogo nesse campo*

mente, a uma perversão dos fins de um trabalho analítico em nome da conquista da simpatia popular e de espaço no mercado de trabalho.

Claro que a *Rede* é também bastante atravessada e, muitas vezes, aprisionada por todas essas forças. Da experiência desses oito anos eu hoje concluo, a esse respeito, que o fundamental é que o fomento da clínica não se autonomize como objetivo último e maior, capturado pelos tão legítimos desejos dos jovens analistas de reconhecimento social e de um lugar estável no mercado de trabalho. Porque é disto mesmo que se trata, no que se refere à razão capitalista: captura, confisco, apropriação, usurpação. Antes de mais nada, usurpação de um lugar de produção e de transmissão da *psicanálise* propriamente dita – que, bem sabemos, não é um processo de “salvação”, não promete ou garante felicidade, tranquilidade ou mesmo bem-estar. A ética da psicanálise não permite que esta se difunda e se expanda socialmente com tanta facilidade quanto seria do interesse das forças mercadológicas. Em segundo lugar, desvalorização do singular: a ética da psicanálise implica a sustentação do sujeito da diferença – conflitando, assim, com quaisquer práticas niveladoras, muitas vezes exigidas pela sociedade.

Num belíssimo artigo em que analisa a operação de confisco realizada pelo significante, Ricardo Rodolfo localiza a “lei da reapropriação [...] congruente com os modos, as maneiras como funciona a produção capitalista”. O autor destaca, inclusive, a ferocidade do regime de reapropriação: “isso também tem a ver com muitas expressões violentas [...] forçadas por Lacan, de quando em quando, para dar conta da especificidade do significante. Assim, Lacan diz que

ele ‘aniquila,’ ‘dissolve’ ora a realidade, ora os significados; ‘mortífero,’ ‘devastador,’ é chamado em outros lugares”¹³.

Esse me parece ser o maior problema de uma experiência como a desta *Rede*, pois as assim ditas “razões de mercado” trabalham exatamente com esse caráter confiscatório. As outras razões e exigências – éticas, políticas, metodológicas, de formação – tendem a ser subsumidas pela supervalorização dos ideais da adaptação e da eficiência, na busca de sucesso e prestígio.

Em síntese, na minha opinião, para se erigir como dispositivo formador, uma rede de atendimento deve contemplar e garantir, em sua

estrutura, um espaço muito amplo de estudo e discussão dos temas e problemas que constituem e permeiam o dispositivo; não apenas um espaço de debate interno permanente mas, também, de investimento sólido e contínuo em trocas com a comunidade psicanalítica (como é o caso, neste momento, através desta publicação na *Percurso*), com os muitos setores que trabalham com a saúde mental e, muito especialmente, com alguns campos da filosofia – nomeadamente a ética e a política. Situados nessa perspectiva, entendo que empreendimentos como este são não apenas instigantes e verdadeiramente desafiadores, mas que de fato chegam a ser imprescindíveis.

13 R. Rodulfo, “Trabajo de Apropiación, apropiación del trabajo”, p. 70.

Referências bibliográficas

- Bleichmar S. (2005). *Clínica psicanalítica e neogênese*. São Paulo: Annablume.
- Ferreira A. B. H. (1999). *Dicionário Aurélio eletrônico – século XXI*. Lexicom Informática Ltda.
- Freud S. (1914). Sobre o narcisismo: uma introdução. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas*. Rio de Janeiro: Imago, v. 14.
- _____. (1919). “Sobre o ensino da psicanálise nas universidades”. *Op. cit.*, v. 17.
- Guattari F; Rolnik S. (1996). *Micropolítica – cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes.
- Kehl M. R. (2002). *Sobre ética e psicanálise*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Mannoni M. (1982). *A teoria como ficção: Freud, Groddeck, Winnicott, Lacan*. Rio de Janeiro: Campus.
- _____. (1992). Risco e possibilidade da supervisão. In: C. Stein et. al., *A supervisão na psicanálise*. São Paulo: Escuta.
- Mezan R. (2005). O *bildungsroman* do psicanalista. In: *A sombra de Don Juan e outros ensaios*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Rodulfo R. (1998). Trabajo de apropiación, apropiación del trabajo, *Postdata – Revista de psicoanálisis*, ano 1, n. 2, Buenos Aires.
- Schnaiderman R. (1993). Política de formação em psicanálise, *Percurso* n. 1, São Paulo.

Practice in the beginning of training: the experience of a network of psychoanalytic care

Abstract The beginning of the analytic training represents a big challenge: with no clear established ways of “correctly” or “adequately” conducting an analytic process, and also without the possibility of presenting oneself as a “pre-analyst” during a certain period of training... how to put oneself in the position of conducting a first analysis? This paper aims to discuss the pertinence and relevance of delineating a mechanism specifically dealing with the promotion of the private practice of analysts.

Keywords association of psychoanalysts; beginning of analytical practice; ethical and political aspects of the analyst’s training.

Texto recebido: 1/2009

Aprovado: 3/2009

Jean-Bertrand Pontalis

Na borda das palavras

Elaboração e edição Andréa Carvalho Mendes de Almeida, Bela M. Sister, Danielle Melanie Breyton, Renata Puliti, Silvio Hotimsky, Susan Markuszower e Marcelo Marques.

Realização Marcelo Marques, psicanalista brasileiro radicado na França, membro da *Association Psychanalytique de France*, a quem agradecemos por sua gentileza e disponibilidade.

Tradução Andréa Carvalho Mendes de Almeida e Danielle Melanie Breyton.

Entrevistar J-B. Pontalis. Não era a primeira vez que tentávamos. Marcelo Marques foi quem tornou isso possível – e somos-lhe muito gratos. Foi a ele que Pontalis consentiu ser entrevistado, ao final do mês de outubro de 2008, e foi ele quem realizou esta entrevista, transmitindo as questões que elaboramos durante um longo trabalho. Somos gratos pelo curso tomado pela conversa, por ele ter conseguido promover o tom de um encontro e a presença viva de Pontalis nas palavras que nos responde.

Tarefa difícil. Como estabelecer a rota que melhor se avizinhasse ao seu pensamento e que, sem nos atropelarmos em grandes ou equivocadas pretensões, pudesse nos dar, hoje, um breve retrato deste autor, psicanalista e pensador, com toda a trajetória que lhe pertence?

Um poeta das transferências e do psicanalisar, um pesquisador incansável da memória da não-linguagem, da língua do infans, da dimensão “que a aquisição da linguagem nos obriga a perder, ao mesmo tempo que tem como missão tentar reencontrar” e que nos fala com tanta verdade da inquietante experiência de ser analista. Difícil encontrar as palavras...

Lançamo-nos a uma atenta releitura de alguns de seus textos, assim como à descoberta de outros, e elegemos questões que pudessem nos aproximar deste que ousa transmitir nas fronteiras das palavras, da palavra sonhante e nos escritos literários, onde faz emergir uma voz mais íntima, passeando, nos moldes da transferência, pelas veredas da intimidade que revelam o desconhecido que, como diz, está entre nós. Que ousa nos dizer que ser analista é ter uma identidade permanentemente a perder e

a reencontrar, por vezes nos limites de uma mesma sessão; que nos fala desta experiência “muito bizarra, muito estranha, um pouco louca” que é a análise, enfim, com quem tanto aprendemos também a ser psicanalistas.

Jean-Bertrand Pontalis, nascido em 1924, é filósofo de formação. Foi aluno de Jean-Paul Sartre, com quem colaborou na revista *Les Temps Modernes*, e professor de filosofia em diversos liceus antes de se aventurar na psicanálise. Sentir que não estava verdadeiramente presente naquilo que dizia ao dar uma aula foi uma das razões que o fez procurar uma análise. Ali sabia que o esperado não seria da ordem do discurso dominado e impregnado de retórica, mas a fala associativa.

Iniciou sua análise com Jacques Lacan num momento efervescente do movimento psicanalítico francês e fez sua formação na então *Société Française de Psychanalyse*, grupo dissidente da *Société Psychanalytique de Paris*. Acompanhou os primeiros seminários de Lacan e todo o movimento em torno dele, turbulento período que reconhece como o de “uma espécie de reinvenção da psicanálise”. Porém, jamais foi um dos seus discípulos devotos, distanciando-se para ser um dos fundadores da *Association Psychanalytique de France*, em um momento de ruptura. Outro marco efervescente, calorosamente memorizado nesta entrevista.

Ainda iniciante na psicanálise empreendeu, com Jean Laplanche e a pedido de Daniel Lagache, a elaboração do Vocabulário de Psicanálise, publicado em 1967. É autor de vários outros títulos como *Fantasmes Originaires*, *fantasmes des origines*, *origines du fantasmes*, que escreveu com Jean Laplanche (1964); *Après Freud* (1965); *Entre le rêve et la douleur* (1977); *Perdre de vue* (1988); *La force d’attraction* (1990); *Ce temps qui ne passe pas* (1997) e alguns considerados mais literários, entretanto indissociáveis de sua obra psicanalítica, como *L’amour des commencements* (1986); *Fenêtres* (2000); *Frère du précédent* (2006); *Elles* (2007), entre outros¹.

Como editor, membro do comitê de leituras das *Éditions Gallimard*, dirige a coleção Con-

sentir que não estava verdadeiramente presente naquilo que dizia ao dar uma aula foi uma das razões que o fez procurar uma análise



naissance de l’inconscient, onde publicou a série *Novas introduções de S. Freud*, *La Nouvelle Revue de Psychanalyse* e *Le temps de la réflexion*. Dirige também a coleção literária *L’un et l’autre*.

La Nouvelle Revue de Psychanalyse, importante revista independente, sem vínculo institucional psicanalítico ou universitário, foi criada por Pontalis em 1970 e dirigida por ele até 1994. São cinquenta números pautados pelo entrecruzamento da psicanálise com outros saberes que constituem o conhecimento do humano, e marcados pelo que é próprio da inteireza de Pontalis: a reflexão crítica, distante da crença e da adesão a uma causa ou doutrina, seguindo o desafio de manter o pensamento em movimento.

Por sua importante contribuição intelectual, foi homenageado num colóquio em *Cerisy-la-Salle* (2006) intitulado “O Reino Intermediário: em torno dos escritos psicanalíticos e literários de J. B. Pontalis”.

Que cada leitor possa compartilhar do privilégio que tivemos ao nos aproximar um pouco mais deste que nos fala sem distâncias e que tem a coragem de se “descarrilhar” dos trilhos de Freud para reencontrar-se com a força de seu pensamento, convocando-nos a sermos “bebês sábios” em vez de “velhos tolos”, aquietados no saber psicanalítico.

BELA SISTER
RENATA PULITI



foi do livro de Stekel,
A mulher frígida, que Sartre tirou
sua noção de “má fé”, dando
a ela maior extensão

PERCURSO Bom dia J.B., vou lhe transmitir as questões elaboradas pelo setor de entrevistas da *Percurso*. Gostaríamos de saber como foi seu encontro com a Psicanálise, como começou...

PONTALIS A gente nunca sabe bem como isso começa. Posso dizer que meu primeiro encontro com Freud, com o nome de Freud (acho, por sinal, que já contei em um dos meus livros) foi em 1939, na França, no início da guerra. Na mesma época, com poucos meses de distância, Freud e Trotsky faleceram². Minha tia teria dito: “Dois cérebros a menos!”. Eis como pela primeira vez escutei o nome de Freud, de quem eu não sabia nada.

Na França, e isto é uma instituição exclusivamente francesa, no último ano dos estudos secundários, que se chama “terminal”, pode-se escolher entre o curso de filosofia ou de matemáticas elementares. Como eu não era bom em matemática e, ao contrário, era relativamente bom em francês, escolhi o curso de filosofia. Mas ali não se falava em Freud. Durante seis meses eu tive um professor bergsoniano, depois chegou Sartre, que voltava de um *stalag*³, onde havia

sido prisioneiro de guerra. Ele foi meu professor apenas no último trimestre, nunca nos falou sobre Freud, mas falou muito sobre Stekel, de quem acabava de ser publicado na França o livro *A mulher frígida*. Foi daí que Sartre tirou sua noção de “má fé”, dando a ela maior extensão. Enfim, eu suponho que já havia em Stekel, por se tratar de um texto mais antigo, a ideia de que as mulheres que se diziam frígidas não eram tanto assim, elas negavam o prazer que haviam sentido, falseavam, daí a “má fé”. Mas de Freud, propriamente dito, não se falava.

Em meus estudos seguintes, que chamamos de estudos superiores, tive outro professor de filosofia, Ferdinand Alquié, um grande cartesiano que tinha frequentado os surrealistas durante sua juventude. Creio que com ele nós também não tínhamos aula sobre Freud, mas a noção de inconsciente era evocada através dos surrealistas. Logo, não li absolutamente nada de Freud nessa época, mas a noção de inconsciente não estava fora do meu campo de interesse.

Em seguida me tornei professor de filosofia e aí, pouco a pouco, comecei a ler Freud. Não sei bem o que li, creio que “Os três ensaios sobre a sexualidade”, e me lembro de que, mais tarde, encontrei um dos meus alunos do Liceu de Nice que me disse: “Aprendemos muitas coisas com o senhor.” – vejam como as coisas são engraçadas – “Em primeiro lugar o senhor nos fez conhecer os romancistas americanos...” – é verdade, eu falei sobre Faulkner, entre outros – “... e também que nós podíamos nos masturbar”.

Lendo “Os três ensaios” falávamos, entre outras coisas, sobre a masturbação. Nesta idade em que o prazer solitário é, frequentemente, o único que os jovens conhecem, eles ficaram, como eu soube através do eco longínquo que me trouxe esse antigo aluno, satisfeitos ao saber que podiam, sem risco ou excesso de culpabilidade, se entregar a esse prazer.

Mas respondendo mais diretamente à questão, sempre há fontes muito mais longínquas sobre o que leva alguém a uma análise e, em seguida, a tornar-se analista, que apenas a análise

1 Em português estão publicados: *Fantasia originária, fantasias das origens, origens das fantasias* (Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1988); *A psicanálise depois de Freud* (Petrópolis, Vozes, 1972); *Entre o sonho e a dor* (São Paulo, Ideias e Letras, 2005); *Perder de vista* (Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1988); *A força da atração* (Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1991); *O amor dos começos* (Rio de Janeiro, Globo, 1988).

2 Trotsky foi assassinado em agosto de 1940, e Freud morreu em setembro de 1939.

3 *Stalag*, abreviação de *stammlager*, é o termo usado para os campos onde ficavam apenas os prisioneiros de guerra, não civis.



vocês querem saber por que eu estive no divã de Lacan? Isso é um tanto anedótico. Foi por volta de 1953, quando aconteceu a primeira cisão

peçoal nos permite descobrir. Muitos elementos interferem: o que conhecemos ou tangenciamos dos segredos familiares, segredos sobre a morte, como minha avó, por exemplo, que morreu sem que soubéssemos que estava doente, que se tratava de uma história ligada ao ventre, o ventre feminino, os segredos do ventre feminino... Pequenos rastros como esses, que estão presentes sem serem analisados.

Comecei uma análise por volta de 1953. E por quê? Porque eu era um professor. Acredito que eu era um bom professor, mas não é porque temos um diploma de filosofia ou porque ensinamos a filosofia para jovens que somos verdadeiramente filósofos. Senti que, mesmo manejando com facilidade as noções filosóficas, havia algo que não era autêntico da minha parte, para usar um termo muito empregado na época.

A *posteriori* lembrei-me daquilo que uma de minhas alunas me apontou e que já contei no *Amor dos começos*: “suas aulas são muito interessantes, mas temos a impressão de que o senhor não crê no que diz”. Foi muito preciso por parte dela apontar que, embora eu conseguisse manejar os conceitos filosóficos, expor tal e qual noção, falar deste ou daquele grande filósofo, algo na minha palavra⁴ revelava que eu não estava verdadeiramente presente naquilo que dizia.

Esse foi um dos motivos que me levaram a começar uma análise. Existem evidentemente outros mais secretos, que me escapam neste momento, com a ideia de que haveria um lugar onde a palavra seria minha, não estaria enfeudada em um discurso sempre impregnado de retórica, muito controlado, como aquele que exige o ofício de professor de filosofia. E esse lugar em que a palavra seria minha – eu já suspeitava – só poderia ser uma análise. Ali eu falava. Eu sabia que a fala esperada não era da ordem do discurso, mas uma fala associativa.

PERCURSO Uma palavra plena?

PONTALIS Certamente não plena. Eu não acredito em uma palavra plena, tampouco na ideia de uma palavra vazia, mas enfim uma palavra

mais livre das regras do discurso da comunicação usual, muito acentuada na comunicação professor-aluno. Eis o motivo, que pode parecer muito intelectual, que estava ligado também às minhas preocupações em torno da linguagem.

Vocês querem saber por que eu estive no divã de Lacan? Isso é um tanto anedótico. Foi por volta de 1953, quando aconteceu a primeira cisão – aconteceram outras tantas pela França e também pelo mundo – na *Société Psychanalytique de Paris*, de onde se formou a *Société Française de Psychanalyse*⁵. Cheguei justamente nesse momento.

Nessa época fiz minhas entrevistas para entrar na *Société de Paris* a fim de empreender aquilo que se chamava uma análise didática. Ali estive, se me lembro bem, com Sacha Nacht, Bénassy (que justamente se interessava pela linguagem) e Maurice Bouvet. Fui admitido e recebi uma carta com uma série de reservas: “O senhor foi admitido para empreender uma análise didática mas, para tanto, deve se comprometer a não conduzir análises antes de começar a supervisão”. Enfim, uma série de medidas restritivas que de fato se justificavam, uma vez que não era a admissão em uma análise didática que assegurava tornar-se analista.

Após essa primeira cisão, a nova sociedade passou a se chamar *Société Française de Psychanalyse*, onde estavam Daniel Lagache, Françoise Dolto, Juliette Favez-Boutonnier, Lacan e ou-



vocês percebem? Eu digo sessões, como se sessão fosse mais propriamente as sessões do seminário do que aquelas em que estava deitado no divã

tros. Nesse momento eu tinha ingressado no CNRS (*Centre National de Recherche Scientifique*) e Lagache era meu orientador. Em nosso encontro ele me perguntou o que eu pretendia fazer e respondi que havia estado com Bouvet. Os outros não tinham me impressionado nem um pouco, mas Bouvet me despertou algo. Talvez porque ele estivesse praticamente cego, mais distanciado do olhar, mais próximo da escuta. Tinha sentido certa profundidade e autenticidade nele – mais uma vez a palavra muito em voga na época. Disse a Lagache que aventava a possibilidade de fazer análise com ele, embora tivesse a intenção de me incorporar à *Société Française*, onde estavam Lagache e Lacan, de quem conhecia o nome. Ele me respondeu: “Não se preocupe, claro, fique à vontade, certamente essa análise será reconhecida pela nova sociedade, sem problemas”. Na época eu não sabia, soube muito mais tarde, que Lagache estava ou havia estado em análise com Bouvet, portanto considerava ser uma boa escolha de minha parte.

Nesse momento, não sei muito bem em que circunstâncias, fui falar com Lacan, que já tinha certa aura. Um dos meus amigos próximos, La-

planche, estava em análise com ele. Havia outro colega de classe que – por razões pessoais, digamos neuróticas, mas que não tinha nenhuma intenção de se tornar analista – também havia feito uma análise com ele. Eu tinha, assim, ecos vagos, não diretamente da sua prática, mas de que era alguém bastante interessante.

Lacan imediatamente me falou: “Mas por que Lagache lhe disse que poderia se analisar com Bouvet? Não faz sentido, venha se analisar comigo!”. E marcou um horário para o dia seguinte. Conhecemos a maneira que ele tinha de fisgar alguém de modo a não deixar escapar. Fui vê-lo no dia seguinte e assim começou minha análise, que durou sete ou oito anos, numa época em que Lacan, sem praticar sessões de quarenta e cinco minutos, ainda não praticava sessões ultra curtas. As sessões duravam cerca de meia hora, talvez um pouco menos. Muito rapidamente, isso também era característico de Lacan, ele me convidou a assistir a seu seminário no hospital *Sainte-Anne*.

Lacan falava pouco, eu sentia que era o seminário o que lhe interessava acima de tudo. Quando, por alguma razão, eu faltava a alguma sessão, ele me repreendia seriamente. Nesses anos de seminário, salvo alguma exceção, eu era muito fiel às suas sessões. Vocês percebem? Eu digo sessões, como se sessão fosse mais propriamente as sessões do seminário do que aquelas em que estava deitado no divã.

Ele tinha uma posição bastante particular, não ficava atrás do divã como era o habitual, ele se enfiava numa poltrona no canto da pequena sala e essa poltrona, por sua vez, ficava escondida por outra poltrona. Ele ficava verdadeiramente no seu canto. Havia dois ou três metros que separavam o seu canto do divã, que ficava no outro canto.

Essa mudança quanto ao dispositivo habitual pode não parecer importante, mas *a posteriori* me parece que era uma maneira nova de criar uma certa distância entre ele e seu analisando, de não estar muito perto, não estar colado ao divã. Alguns analistas ingleses colocavam

4 Nota das tradutoras: *Parole*, no original, que pode ser traduzido tanto como “palavra”, quanto como “voz articulada, ação de falar”. No decorrer da entrevista escolhemos a tradução que melhor se adaptava ao contexto, alternando o uso de “palavra” e “fala”.

5 A primeira cisão ocorreu na *Société Psychanalytique de Paris* (SPP) em 1953 e deu origem à *Société Française de Psychanalyse* (SFP). Essa cisão ocorreu em torno da aceitação ou não à análise didática de candidatos que não fossem médicos.



*uma interpretação que me dou
50 anos depois: é como se eu
já esperasse me decepcionar
com aquela análise, ou com Lacan*

suas poltronas praticamente apoiadas no divã, a alguns centímetros, respirando o mesmo ar, percebendo o fôlego de cada um. Com Lacan havia distância. Bom, não vou lhes contar o que foi essa análise.

PERCURSO Mas poderia falar da importância dessa análise para o senhor?

PONTALIS O encontro com Lacan foi importante mais pelos seminários. A análise propriamente dita foi perturbada pelo fato, muito característico de Lacan, de não manter a relação analítica afastada de toda relação social, essa disjunção não se deu. Tínhamos amigos comuns e eu era convidado para algumas festas na casa que ele tinha nas proximidades de Paris.

PERCURSO O senhor teve o privilégio de ver “A Origem do Mundo”⁶?

PONTALIS Sim, eu tive o privilégio de ver “A origem do mundo”, de Courbet. Conhecia um pouco a sua filha Judith, que tinha dado aulas de filosofia para minha própria filha, e conhecia bem a sua enteada Laurence Bataille, que mais tarde se tornou analista e muito amiga minha. Quando eu mesmo dava alguma recepção, em meu apartamento do *Quai Voltaire*, me dizia que Lacan poderia vir. Além disso, nós dois conhecíamos bem Merleau-Ponty, enfim, assim era. Tudo isso era extremamente distante do modelo de pureza psicanalítica que é ensinado em todos os lugares, mas não me perturbava propriamente. Mais do que não me incomodar, me dava muita satisfação ter relações com Lacan além daquelas estritamente enquadradas pela análise. Porém como análise foi um tanto decepcionante. Mas, será que todas as análises não são decepcionantes?

Outro dia me lembrava de uma das primeiras sessões com Lacan em que eu lhe falava de um jantar ocorrido na véspera, na casa de uns amigos, uma noite agradável, prazerosa, amigável, mas que me deixara decepcionado. Então ele me perguntou: “O que você esperava?” e eu respondi: “Bem, nada de especial”.

Hoje penso que o interessante é que a decepção, contrariamente ao que costumamos pensar, não vem forçosamente de uma espera consciente. Não se deve obrigatoriamente ao fato de que esperávamos algo extraordinário e que evidentemente decepciona. É só *a posteriori* que percebemos que talvez tenha havido uma espera, uma expectativa, algo que não era absolutamente formulável. É relativamente interessante que uma das primeiras sessões estivesse colocada sob o signo da decepção e, uma interpretação que me dou 50 anos depois, é que era como se eu já esperasse me decepcionar com aquela análise, ou com Lacan. Isso ele não sublinhou, não pôde interpretar o que significava aquela decepção sem expectativa formulada, como uma decepção antecipada, o que finalmente se configurou.

Alguns anos mais tarde terminei essa análise em circunstâncias bastante difíceis. Foi o momento da nova cisão em que Lacan criou sua escola, a *École Freudienne de Paris*, e outros criaram a *Association Psychanalytique de France*...

PERCURSO O senhor foi um dos “*motionnaires*”⁷?

PONTALIS Sim, fui um dos “*motionnaires*”, ou seja, eu era da oposição. Lacan conduzia análises ditas didáticas, muitas delas não declaradas, “clandestinas”. A comissão se deu conta disso e solicitou que ele não praticasse mais análises didáticas ou que as declarasse e se submetesse às regras usuais. Em contrapartida, ele poderia



a confusão que ele fazia entre analisando e aluno também me chocava. Nunca considerei que um analisando ou analisado fosse meu aluno

seguir com seus seminários. Seria o caso de a comissão de pesquisa suprimir também os seminários, uma vez que haviam percebido o seu jogo como analista para ter influência sobre seus analisandos, seus alunos, como ele dizia. Isso era muito complicado e a confusão que ele fazia entre analisando e aluno também me chocava. Nunca considerei que um analisando ou analisado fosse meu aluno, isto é, alguém que eu, para além de formar, manteria como uma espécie de discípulo.

Lembro-me de que certa vez, na casa de Merleau-Ponty, Lacan apresentou Octave Mannoni – que havia estado, ou ainda estava, em seu

divã – da seguinte maneira: “Eu lhes apresento meu aluno Mannoni”. Mannoni, que tinha a idade de Lacan, talvez um ano mais velho, não esboçou nenhuma reação.

Como sempre, foi *a posteriori* que eu refleti sobre essa confusão: Mannoni era analisando de Lacan e ele o apresentava como se a sua identidade fosse a de ser seu aluno, aquele que seguia seu ensinamento. Eu, pensando na posição de professor universitário, não diria “este é o meu aluno” e sim “este é meu estudante”. O professor busca transmitir o que sabe e não engrandecer seus cursos.

PERCURSO Que papel o *Vocabulário de Psicanálise* teve em sua trajetória?

PONTALIS Foi um trabalho muito importante. Na época, como já disse, eu frequentava os seminários de Lacan e Laplanche era assistente ou mestre assistente de Lagache na Sorbonne. Esse trabalho começou logo no início dos anos 60, ou no final dos anos 50, quando a UNESCO solicitou a Lagache que redigisse a seção “noções psicanalíticas” de um dicionário de ciências sociais.

Lagache organizou um seminário com diferentes estudantes, onde estavam Serge Moscovici, entre outros, e uma série de discípulos de Lacan. Éramos aproximadamente quinze no início. O trabalho não rendia, nos demos conta de que muitos entre nós não eram analistas e não entendiam sequer o sentido de uma discussão sobre a sexualidade oral, por exemplo. No decorrer dessas discussões Lagache percebeu que, ao contrário, para Laplanche e para mim isso era justamente o que mais interessava. Após algum tempo, ele nos convidou a fazer esse trabalho, não mais no quadro de um projeto da UNESCO, mas para realizar um vocabulário da psicanálise. Tanto eu quanto Laplanche, como jovens filósofos que éramos, conhecíamos um pouco os conceitos psicanalíticos, algumas linhas, não mais do que isso. Não foi em absoluto um trabalho em que aplicamos um saber que já dominávamos e sim um verdadeiro trabalho de pesquisa no qual mergulhamos.

6 Referido à tela “L’Origine du Monde”, de Gustave Courbet (1819-1877), realizada em 1866 e que pertenceu a Lacan. Atualmente ela pode ser vista no Museu d’Orsay, em Paris. Durante muito tempo considerado como obsceno, esse quadro ficava na casa de Lacan, recoberto por outro, e ele só o mostrava a alguns “eleitos”.

7 A SFP pleiteava, nesse momento, sua filiação à IPA e para tanto a IPA enviou à SFP uma comissão de pesquisa. A IPA era contra as sessões de duração variável praticadas por Lacan e coube à comissão debater-se sobre essa questão tanto em conversas com Lacan, quanto com seus analisandos. A certa altura, constituiu-se um grupo de analistas ligados a Lacan que tentaram intermediar uma negociação de maneira a não comprometer o andamento da filiação da SFP. Daniel Widlöcher foi encarregado de apresentar a Lacan os termos da negociação que consistia num documento chamado “moção de compromisso”, no qual Lacan se comprometeria a realizar algumas concessões: abriria mão da prática das análises didáticas e seguiria com seus seminários e com as análises pessoais. O grupo que se encarregou de redigir tal moção foi composto por Daniel Widlöcher, Smirnof, Lang, Jean Laplanche e J. B. Pontalis. Lacan rejeitou tal moção, sentiu-se traído por seus alunos e o grupo passou a ser denominado “*les motionnaires*”, ou seja, os que assinaram a moção. Esse grupo não acompanhou Lacan quando da dissolução da SFP.

PERCURSO Em que ano foi isso?

PONTALIS Não sei exatamente. O seminário de Lagache foi no final dos anos 50 e nós mergulhamos nesse trabalho do início dos anos 60 até 65, creio, quando saiu a primeira edição.

PERCURSO Acho que a primeira edição é de 1967...

PONTALIS O trabalho caminhava lentamente. Nós nos reuníamos para a elaboração de cada conceito, depois um de nós o redigia e em seguida o outro relia. Durante alguns anos, nós nos debruçamos mais vigorosamente e passamos a nos reunir na casa de um ou de outro pela manhã e, num determinado momento, para que o trabalho realmente avançasse, tiramos um mês de férias durante o qual só fizemos isso. É preciso dizer, mais uma vez, que não se tratava em absoluto de uma aplicação do que já sabíamos e sim de um trabalho de pesquisa, de descoberta. Utilizávamos o que acabara de ser publicado como, por exemplo, a famosa edição da correspondência entre Freud e Fliess, sob o título *La naissance de la psychanalyse* [tradução francesa de 1956] que compreendia o “Projeto de uma Psicologia”. Carregávamos as obras completas de Freud conosco quando estávamos de férias, procurando quando um determinado conceito havia surgido, como ele havia se transformado e como podia ter retornado sob um outro aspecto. Eis o trabalho de um vocabulário. Não se tratava em absoluto de um dicionário, ainda que tenha sido traduzido assim em outras línguas – esse termo nos deixava furiosos – e menos ainda de uma enciclopédia.

Era um percurso restrito ao aparelho conceitual freudiano: seu funcionamento, suas transformações, seus deslocamentos, salvo algumas exceções em que introduzimos alguns conceitos pós-freudianos, particularmente kleinianos e lacanianos, pelo que fomos criticados. Não destacávamos termos que não fossem especificamente freudianos e isso também não foi muito bem compreendido. Chegaram a nos dizer, por exemplo, “mas não existe nada sobre o

»»

não se tratava em absoluto de um dicionário, ainda que tenha sido traduzido assim em outras línguas – esse termo nos deixava furiosos – e menos ainda de uma enciclopédia

sonho!”. Existe “trabalho do sonho”, isso é uma noção freudiana, mas não existe o conceito “sonho” porque não foi Freud quem inventou o sonho, certo? Também não colocamos o conceito “amor”, ainda que existam pontos de vista de Freud sobre o amor, nem “pensamento”. Isso foi frequentemente mal compreendido.

PERCURSO Então foi por esse acesso central à conceitualização freudiana que o Vocabulário teve o futuro que conhecemos, sendo traduzido para cerca de vinte idiomas, inclusive o alemão. Foi um trabalho de problematização de cada conceito, não se tratando simplesmente de uma palavra e de sua definição, mas de todo o questionamento que há por detrás.

PONTALIS Sim, a definição não é tudo. Era preciso, como se faz num vocabulário, dizer o que significa uma palavra, mas a contribuição essencial não é a definição e sim o comentário. Trata-se muito mais de uma problematização do que um simples recenseamento das passagens onde o conceito aparece. Eu me afastei desse trabalho e hoje me sinto um pouco irritado quando me dizem “Ah! Claro, o Vocabulário!”. Já faz mais de quarenta anos e não quero ser sempre associado como autor do Vocabulário! Felizmente, tanto Laplanche como eu seguimos caminhos divergentes depois disso. Mas foi um verdadeiro trabalho em conjunto, uma redação comum, onde é impossível dizer o que é de um e o que é do outro. Nos éramos muito amigos na época, sem



eu não era propriamente um rebelde, mas também não era verdadeiramente um aluno, um discípulo de Lacan. E ele sabia disso

conflitos. Foi uma bela época de amizade e também de trabalho e de pesquisa.

PERCURSO Vocês receberam muitas críticas?

PONTALIS Claro! A empreitada tinha consequências pesadas. Recebemos críticas, mas não imediatamente. Eu não era exatamente um *enfant terrible*, mas também não era um discípulo de Lacan e ele sabia disso, ainda que eu tivesse feito os resumos de alguns de seus seminários, os únicos resumos autorizados e revistos por ele. Esses resumos foram publicados no *Bulletin de Psychologie*, uma pequena publicação⁸, mas muito difundida na Sorbonne daquela época. Naquele momento Lacan já era muito conhecido, mas apenas num pequeno e seletivo círculo. Ainda assim isso era um pouco aberrante porque é muito difícil resumir a fala de Lacan. Voltando ao que eu dizia, eu não era propriamente um rebelde, mas também não era verdadeiramente um aluno, um discípulo de Lacan. E ele sabia disso. No seminário, do qual já estava um pouco farto, eu era um dos poucos a dizer que numa análise não se trata apenas do “estádio do

espelho”! Para os demais, aquilo era uma grande questão, era “A questão”, e isso me cansava. Eu já tinha feito uma ou duas apresentações a partir do “Projeto de psicologia” de Freud em que, se me lembro bem, havia criticado certos pontos de vista de Lacan, sobretudo no que dizia respeito às representações de palavra e de coisa. Quem mais recebeu críticas foi Laplanche, que era realmente muito mais próximo de Lacan, ainda que tivessem discutido de maneira acalorada por ocasião do congresso de Bonneval⁹.

Eu que sempre fui, na minha maneira de ser ou na minha enfermidade, muito atento à minha independência, me separei de Lacan quando percebi que ele arrastava consigo discípulos, devotos, numa espécie de mimetismo que me exasperava terrivelmente, na vestimenta, na maneira de falar, nos tiques de linguagem. Logo ele que havia denunciado o eu imaginário! E todos se identificando ao eu imaginário, severamente, com submissão! É possível que tenha intervindo nesse momento o fato do quanto podemos nos sentir felizes e satisfeitos em sermos o eleito dentro de um pequeno círculo e que, quando este círculo cresce, torna-se imenso, com um nível de submissão inacreditável, não nos reconhecamos mais e reivindicamos nossa independência. “Eu não serei um desses”, pensei, “não serei mais um cordeiro! Não me tornarei um papagaio!”.

PERCURSO A interrupção da análise aconteceu nesse momento?

PONTALIS Não no mesmo mês, mas no mesmo ano. O fim dessa análise já era uma questão para mim, já era uma análise longa. As circunstâncias da cisão certamente não facilitavam seu desenlace, se é que isso existe, um desenlace mais ou menos feliz, ou em comum acordo. Como já disse antes, a *Société Française* havia solicitado seu reconhecimento junto à IPA. Uma comissão de inquérito veio, como é de costume, e Lacan me pediu, assim como a todos os que estavam sobre seu divã, que tentássemos amenizar a questão da duração das sessões, portanto pediu que mentíssemos.

⁸ Trata-se dos resumos de “As formações do inconsciente” e de “O desejo e sua interpretação”.

⁹ Trata-se do VI Colóquio de Bonneval sobre o Inconsciente, que ocorreu em 1960, sob a direção de Henry Ey e que inaugurou o debate sobre o “realismo do inconsciente”. Nesse colóquio, Jean Laplanche e Serge Leclair apresentaram o trabalho “O inconsciente: um estudo psicanalítico” [ver em Henry Ey (org.) *O Inconsciente – VI Colóquio de Bonneval* (Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1969) ou em J. Laplanche, *Problemáticas IV – O inconsciente e o id* (São Paulo, Martins Fontes, 1992)].



Não era para dizermos que as sessões duravam 45 minutos, mas para evitarmos a questão caso ela fosse colocada. E eu fiz isso, assim como todos nós. Mesmo se em nome da política, o fato é que pedir a um analisando para mentir era pelo menos inquietante! O que aconteceu depois foi aberrante, pensando agora, foi aberrante a proposta da comissão de que Lacan não praticasse mais análises didáticas ou que se submetesse às regras em vigor e que interrompesse seus seminários. Foi então que propusemos a moção de compromisso que afirmava seu direito de fazer seu seminário, mas que apresentava reservas quanto às análises didáticas não declaradas.

PERCURSO Depois do trabalho do Vocabulário houve uma evolução que, se não foi divergente, foi muito diferente entre o senhor e Laplanche. Ou seja, Laplanche continua trabalhando sobre os conceitos enquanto o senhor, não.

PONTALIS Sim, houve duas coisas. Quando estávamos acabando o Vocabulário, publicamos um artigo sobre o fantasma¹⁰. O último número da revista da *Société Française*, que se chamava *La Psychanalyse*, em pleno momento da cisão, era sobre o fantasma. Isso lembra bem a atmosfera daqueles tempos.

Jean-Paul Valabrega, que seguiu a escola de Lacan num primeiro momento e só mais tarde se separou dela para fundar o *Quatrième Groupe*, era o responsável por esta revista, ainda que não fosse o editor chefe; era ele quem organizava este último número. Houve uma querela absurda. No momento da cisão eu e Laplanche estávamos encarregados do número em questão e em vez de escrever fantasma com PH, como Valabrega havia escolhido para o título, escrevemos com F. Nós nos justificávamos a partir do *Vocabulário*, mas foi toda uma história, ele ficou furioso, falou em usurpação, censura etc. O mais importante disso tudo é que, nesse momento, não pudemos contribuir para o número que organizávamos com o que tínhamos em mente sobre o fantasma originário.

para escrever um artigo apareceu um problema: não se pode escrever um artigo a dois. Desta vez, havia passagens escritas por mim, outras por Laplanche e então começou a surgir uma espécie de desacordo

Se não houve nenhum problema, como lhes disse, por ocasião da redação comum do *Vocabulário*, ali, para escrever um artigo apareceu um problema: não se pode escrever um artigo a dois. Desta vez, havia passagens escritas por mim, outras por Laplanche e então começou a surgir uma espécie de desacordo originado, penso eu, pela impossibilidade de realizar, dessa vez, um trabalho pessoal. A partir desse momento compreendemos que cada um deveria seguir seu próprio caminho individualmente. Laplanche escolheu uma via universitária e a tradução das obras completas de Freud e eu, que não me via como professor universitário, escolhi a edição e a psicálise, com minhas coleções literárias e psicanalíticas, sobretudo com a aventura da *Nouvelle Revue de Psychanalyse*. A partir desse momento me coloquei em busca de minha própria voz, sem me esconder atrás das obras de Freud.

PERCURSO Ao acompanharmos a trajetória de um intelectual, é frequente sabermos de leituras que influenciaram de forma significativa sua vida e obra. Freud, por exemplo, destacou a importância de ter lido Goethe e, a pedido do editor Hugo Heller, listou os livros que considerava seus “bons amigos”. O senhor poderia nos dizer quais são seus “bons amigos”?

PONTALIS Minhas primeiras leituras na literatura foram *O bosque das ilusões perdidas* (*Le grand Meaulnes*), de Alain-Fournier, e, em segui-



muito mais tarde houve Winnicott. Precisávamos, sem dúvida, mesmo já estando separados de Lacan na prática, nos separarmos mais no plano teórico. E Winnicott nos ajudou a sair de um certo lacanismo

da, *A náusea*, de Sartre, *O idiota*, de Dostoiévski, *O som e a fúria*, de William Faulkner...

PERCURSO Faulkner o marcou?

PONTALIS Sim, todos os romancistas americanos. Era uma outra dimensão! Eu gostava muito dos livros de Hemingway, Steinbeck, John Dos Passos etc. Isso foi Sartre que me fez conhecer. Um de meus grandes livros era *Idade de homem* (*L'âge d'homme*), de Michel Leiris. Gostava muito de Tolstói também, de *A morte de Ivan Illich*...

PERCURSO E na literatura psicanalítica, o que o senhor destacaria?

PONTALIS Houve evidentemente Freud, por esta via de chegada um pouco particular, como já lhes disse. Para mim os grandes livros de Freud são *A interpretação dos sonhos* e *Para além do princípio de prazer*, onde há especulações meio loucas... Em *Para além do princípio de prazer*, quando tudo já parecia devidamente colocado no lugar, ele faz uma virada, vinda realmente da experiência. O que é essa repetição? O que é essa vontade de não se curar? O que é a transferência? Como se as questões se recolocassem para ele, com uma espécie de força e de violência que transcendia qualquer

¹⁰ "Fantasme originaire, fantasmes des origines et origines du fantasme", publicado na revista *Les Temps Modernes*, em 1964. Em português: *Fantasia originária, fantasias das origens e origem das fantasias* (Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1988).

¹¹ *Passé présent, dialoguer avec J-B Pontalis, réponse à Jeffrey Mehlman*, Paris, Presses Universitaires de France, 2007, p. 72, tradução livre.

domínio conceitual. Esse é para mim o maior livro de Freud.

Muito mais tarde houve Winnicott. Isso foi na época da *Nouvelle Revue de Psychanalyse*. Precisávamos, sem dúvida, mesmo já estando separados de Lacan na prática, nos separarmos mais no plano teórico. E Winnicott nos ajudou a sair de um certo lacanismo. E depois eu li Abraham, Ferenczi etc. Mas foi sobretudo Winnicott que me marcou. Depois os outros ingleses: Searles, Marion Milner e alguns trabalhos de Masud Khan, que conheci muito bem.

PERCURSO Entre os psicanalistas costuma haver uma certa reserva quanto à exposição da vida pessoal, fundamentada teoricamente no sentido de favorecer as transferências. O senhor vem abrindo em seus livros, com muita elegância e discrição, sua história pessoal e íntima, afirmando que "me desvelo sem me desnudar, mas me desvelo, muito mais do que seria conveniente por parte de um analista. Trata-se de uma escolha deliberada: deixar transparecer parte de sua intimidade a fim de tocar o leitor em sua própria intimidade"¹¹. Que implicações isso lhe traz como psicanalista?

PONTALIS Isso persiste e assino embaixo. A frase citada continua sendo minha. Eu peço apenas que tenham a gentileza de reconhecer que mesmo se desvelo minha pessoa, se desvelo minha história, não sou impudico. Não exibo meus fantasmas, nem minha vida sexual, não os exponho, portanto só poderia voltar a dizer o que disse.

Para começar, a ideia de que o analista deve permanecer incógnito não pode ir muito longe. Lagache, por exemplo, recusava-se a falar no rádio por considerar que assim seria escutado por todo mundo...

Será que um analista – salvo talvez aquele que chamo de analista de bairro, um analista que não teria sequer escrito – pode se manter incógnito? Mesmo quando escreve algo teórico, se desvela, se entrega, e, caso escreva algo mais clínico, se desvela ainda mais. Um professor não é incógnito. Ele é, desde o início, etiquetado como

o professor fulano de tal. Quando alguém começa uma análise e escolhe este ou aquele, ele não vai de maneira alguma a um completo desconhecido. Um incógnito total não pode ser respeitado e nunca o é. Quantas vezes a gente não se solta, mesmo nos textos teóricos? Por menos interessantes que eles sejam, desde que não seja uma simples repetição, se está muito presente. Bem, então até onde pode-se ir nessa revelação de si?

Penso, por exemplo, em André Green, naquele artigo muito curto, um de seus mais belos textos, “A mãe morta”¹², que é extremamente pessoal e talvez um dos textos mais fortes que ele escreveu. E é forte porque o leitor sente que ele está presente. Não é possível se esconder. Então, será que esse desvelamento incomodou de fato minha prática? Sobretudo há alguns anos, desde que escrevi diversos livros? As pessoas que veem me ver sabem disso? Elas não sabem quem sou, pois isso nem eu mesmo sei. Possuem representações fundadas sobre meus textos. Isso me incomoda? Não. Isso as incomoda? Eu não faço a menor ideia. De qualquer maneira, o que acontecerá numa análise será uma transferência muito diferente dessa pré-transferência feita sobre a minha pessoa. Existe quase sempre uma pré-transferência. Por que alguém o vem ver? Pelo seu nome? A rua onde você mora faz referência a alguma outra palavra que tenha algum sentido particular? Nunca é à toa que vamos ver este analista em vez de outro.

Mas não me acho um exemplo e não penso que todo analista deva escrever livros em que desvelariam seu rosto.

Existe uma espécie de regra mais ou menos explícita e, a meu ver, nunca respeitada, de que o analista não deve jamais revelar qualquer coisa de si mesmo. Como acabo de lhes dizer, a gente sempre revela algo de si, ainda que não façamos autobiografia ou textos teóricos. Eu vi, por exemplo, que, quando escrevi *Fenêtres*, que não era autobiográfico ainda que razoavelmente pessoal, muitos leitores que eram reticentes às obras etiquetadas como psicanalíticas – por serem muito teóricas ou difíceis (me refiro a leitores co-

»»

*existe uma espécie de regra
mais ou menos explícita e, a meu ver,
nunca respeitada, de que o analista
não deve jamais revelar qualquer coisa
de si mesmo. A gente sempre revela
algo de si, ainda que não façamos
autobiografia ou textos teóricos*

muns) – me disseram que entenderam um pouco, ainda que de longe, o que era essa experiência muito bizarra, muito estranha, um pouco louca que é a análise. Eu me disse nessa época que era possível transmitir algo sobre a análise de uma forma diferente, através de outros meios que não os textos teóricos. Era possível sensibilizar, com menos distância, essa coisa tão particular que acontece e que é sentida, tão íntima. Análise não é exatamente dizer coisas que nunca dissemos a ninguém, ainda que isso aconteça, desvelarmos segredos de nossa existência, confessarmos coisas que fizemos. É intimidade e análise é uma experiência de intimidade. É o que sabem muito bem aqueles que conheceram esse tipo de relação nas histórias de amor, é o que sabem muito bem os que estão em torno e que se sentem, com frequência, enciumados e excluídos dessa relação. Como se existisse ali uma espécie de intimidade que se cria entre dois seres humanos e que não tem equivalente em outro lugar. Está para além do conteúdo do que se possa dizer, é uma troca. No fim das contas isso é a transferência, uma relação entre duas intimidades, talvez dois desconhecidos, não desconhecidos no sentido de não sabermos nada sobre nosso analista, isso eu já disse cem vezes e repetirei cinco milhões, é essa relação entre dois desconhecidos que permitirá o acesso ao desconhecido em si e, algumas vezes, para os dois participantes. Uma análise verdadeiramente frutífera, a meu ver, modifica também o analista, lhe faz ter acesso a coisas nele,



eu sou um pouco hostil a alguns desvios semiológicos nos quais tudo é texto. Para mim, pegar um livro num determinado momento não é o “prazer do texto”: é o prazer da história, do estilo

recalcadas, afastadas ou desconhecidas. Isso se mexe, isso anda, essa alteridade atinge os dois lados. Existe sempre outro em si. Sempre.

Costumamos dizer “inconsciente”, relação inconsciente, mas talvez não seja a melhor palavra. Acho que a escrita pode transmitir algo dessa intimidade e em meus livros não se trata de abuso de segredo, não desvelo nenhum segredo neles. Faço emergir uma voz mais íntima.

PERCURSO Em *O amor dos começos*, o senhor se refere a uma “memória da não linguagem” e diz ser preciso não esquecermos o momento em que os homens começaram a falar, em que eles inventaram uma língua para “romper com seus corpos”, mais do que para se comunicar, “para falar com o desconhecido”, talvez com a própria morte. A “escrita de si” ou a escrita literária teriam sido para o senhor uma maneira de ir ao encontro dessa memória? A linguagem, a língua, as palavras continuam sendo um amor dos começos para o senhor?

PONTALIS O que posso lhes dizer é que esse é o horizonte que vislumbro quando faço, repetidamente, o elogio do *infans*, este ser privado da palavra, o não-falante. Essa é uma definição razoavelmente negativa: privado da palavra. Deixando de lado esse aspecto, eu não faço o elogio do bebê balbuciente, mas quando o ser humano

não tinha acesso à linguagem articulada, tinha acesso a quê? Talvez a tudo que o acesso à linguagem nos faça correr o risco de perder, ou seja, o sensível, o não falante. Tudo aquilo a que as artes têm acesso, por exemplo, a música que não é propriamente uma linguagem falada, a pintura que é muda e no entanto fala, mas não numa linguagem articulada. Diz-se rápido demais que a pintura fala, como se fosse ela quem falasse. Eu sou um pouco hostil a alguns desvios semiológicos nos quais tudo é texto. Para mim, pegar um livro num determinado momento não é o “prazer do texto”: é o prazer da história, do estilo. Assim como o texto do sonho é uma coisa e o sonho sonhado é outra. Existe toda uma dimensão que a aquisição da linguagem nos obriga a perder, ao mesmo tempo que tem como missão tentar reencontrar. Isso foi escrito cem vezes. A linguagem é o luto da coisa em si e ao mesmo tempo leva embora esse luto. Foi isso que chamei de “a melancolia da linguagem”. Não se trata da melancolia do desmoronamento, mas algo da ordem do deixar-se levar, dessa perda que a linguagem vai tentar portar, que esteja presente no próprio trabalho da linguagem. Não é muito claro dito assim, ainda que seja a ideia de que uma certa literatura – não que eu a realize ou que a vise como um ideal, um horizonte inatingível – possa tentar, paradoxalmente, fazer falar esse não-falante.

Vocês talvez não conheçam o pequeno texto da entrevista que dei para *Pensée pour de nouveau siècle* [Fayard, 2008] que se chama “*L'éloge de l'enfance ou de la pensée rêvante*”¹³, onde estou absolutamente próximo do que escreveu, antes de mim, Pascal Quignard. Ele vai um pouco além, pois cada um tem seus fantasmas e o dele é quase o de um retorno ao mundo intrauterino, tudo o que constitui sua paixão pela música.

Essa foi também minha forma de me separar de Lacan, pois, ainda que ele não dissesse que tudo é linguagem, como o dizia de maneira mais incisiva Françoise Dolto, existe a fórmula canônica de que o “inconsciente é estruturado como uma linguagem”. Eu nunca me apropriei

¹² Em *Narcisismo de vida, narcisismo de morte*, São Paulo, Escuta, 1988.

¹³ “O elogio da infância ou do pensamento sonhante” em *Pensamentos para o novo século*.

dessa definição, ainda que “estruturado como” não significa que é linguagem. Então a linguagem não é o que vem primeiro.

O amor dos começos, esse começo mítico, o que chamamos de originário, não é um estádio, como um estádio de desenvolvimento. Não estou afirmando que o balbuciar do bebê seja mais forte do que nossa fala, ainda que existam – é o que parece –, no balbuciar infantil, muito mais sons do que na linguagem que seleciona fonemas. Existe no balbuciamiento muito mais sons emitidos, um fluxo sonoro, talvez uma música, que se reduz, seja porque a gente não se lembra mais, seja porque não são articuladas sílabas, frases. Todos os grandes escritores, Proust ou Becket, sempre tentaram pesquisar esse fluxo – sonoro, visual, sensitivo – que corre o risco de se perder nas palavras. Em todo o caso, quanto mais a linguagem se pretenda soberana, mais ela se empobrece.

PERCURSO Em seu livro *A força de atração*, o senhor já se preocupava com o risco de a imagem ganhar terreno em prejuízo da palavra, denunciando o risco de a palavra se tornar imagem em vez de fazer imagem. O senhor considera que a psicanálise foi marcada, em sua trajetória, por um desprendimento progressivo da imagem e nos alerta, em contrapartida, para o risco de idolatramos o poder da linguagem e dos textos. Quais são suas considerações em relação ao espaço ocupado pela palavra ou pela imagem nos dias de hoje?

PONTALIS Eu me recuso a escolher entre o primado da imagem ou o primado da linguagem, penso que existe um vai e vem constante e é o que o sonho mostra muito bem. O sonho é, apesar de tudo, feito de imagens, ainda que a palavra imagem seja tão polivalente que talvez não se aplique nesse caso. E depois ele se torna relato, e nós trabalhamos somente com os relatos. No relato já existe uma deformação em relação ao sonho sonhado, que é também uma deformação, pois já estão em jogo os mecanismos de deslocamento e condensação. Mas, me recuso a



percebo um declínio e um empobrecimento da língua que me inquietam. Será que a língua não anda se empobrecendo justamente para dar lugar aos códigos, signos, algo totalmente desencarnado, sem nenhuma consistência?

afirmar que um ou outro, o relato ou o sonho sonhado, seja o verdadeiro. É esse vai e vem que me interessa. Ou seja, sem idolatria da imagem. Isso já foi tão denunciado que considero desnecessário retomar. A crítica à imagem não ocorre apenas entre os analistas, é indiscriminada, confundindo um pouco tudo. A imagem da televisão e a de um quadro não são a mesma coisa e não podemos colocar tudo sobre o mesmo plano. Em contrapartida, existe também na França uma idolatria da linguagem onde só o texto tem valor. O que me interessa é essa ida e volta entre os dois registros, sem conferir supremacia a nenhum deles.

No caso da internet não é a mesma coisa. A internet não é imagem, é linguagem. É uma linguagem, sem dúvida, empobrecida.

O que eu posso lhes dizer não é muito original, mas percebo um declínio e um empobrecimento da língua que me inquietam. Não estou me referindo às novas línguas que podem abordar a linguagem jovem. Apesar de tudo, existem muitas descobertas e é bom que a língua evolua e não continue a ser sempre a do século dezesseite. Sua possibilidade de transformação é a prova de que está viva, não está congelada. Mas será que a língua não anda se empobrecendo justamente para dar lugar aos códigos, signos, algo totalmente desencarnado, sem nenhuma consistência? Eu não vejo amor nisso; um torpedo, mesmo que seja amoroso, me parece mais pobre do que uma correspondência amorosa.



*o que me inquieta na televisão
é a avalanche de informações que ela
veicula e que faz com que, no fim
das contas, umas se anulem nas outras.
Tudo é colocado num mesmo plano: o
fato cotidiano com a situação
do Afeganistão, ou um acidente fatal
na autoestrada*

PERCURSO O imediatismo não estaria em jogo?

PONTALIS Aí está algo razoavelmente inquietante, não na transformação da linguagem e sim nesse abandono da língua e de sua riqueza em proveito de mensagens cada vez mais codificadas, desencarnadas e carentes de consistência, e nesse ponto sou razoavelmente pessimista em relação a uma evolução que só se agrava.

Isso não tem nada a ver, por exemplo, com a televisão. Nesse caso minha inquietação é de outra ordem, ainda que não se possa generalizar pois, apesar de tudo, existem programas interessantes e podemos rever filmes que havíamos esquecido. Mas, quando vemos crianças que passam várias horas do seu dia e de sua noite na frente da tela, a palavra tela adquire outro sentido; tela, nesse caso, é o que esconde a realidade.

O que me inquieta na televisão é a avalanche de informações que ela veicula e que faz com que, no fim das contas, umas se anulem nas outras. Tudo é colocado num mesmo plano: o fato cotidiano com a situação do Afeganistão, ou um acidente fatal na autoestrada e a prostituição e no rastro se diz que houve 300 mortes em Bangladesh. E tudo isso sem nenhuma hierarquia, numa espécie de continuidade achatada sobre o mesmo plano. Isso é muito inquietante.

PERCURSO No artigo “Entre o sonho-objeto e o texto-sonho” em seu livro *Entre o sonho e a dor*, o senhor chama a atenção para o fato de que, já

pelo próprio título *Die Traumdeutung* (*A interpretação do sonho*), Freud uniu indissolavelmente o sonho e a interpretação. Nessa conquista freudiana de considerar o material do sonho como um revelador do desejo inconsciente, há uma perda, implícita em qualquer conquista: a perda da experiência subjetiva do sonhador sonhando, do sonho enquanto experiência. O senhor compreende que o sonho na relação analítica pode ocupar outro espaço, sem que o corpo do sonho seja necessariamente tocado ou triturado pela busca de seus múltiplos sentidos. O senhor poderia nos falar mais sobre isso?

PONTALIS Eu quero fazer uma primeira retificação sobre a *Traumdeutung*. Na época, era possível encontrar vários livros com esse título nas livrarias de Viena: na verdade era sobre a chave dos sonhos. O que mais pairava no ar do tempo, e que remonta à antiguidade, era tentar encontrar um sentido para o sonho. A grande diferença foi que Freud não buscava as chaves do sentido, ou seja, a interpretação simbólica, dizendo “tal imagem significa tal coisa”. Ainda que ele tenha mantido a ideia de uma chave dos sonhos e que haja um capítulo na *Traumdeutung* chamado “A representação simbólica no sonho” onde, por exemplo, uma bolsa é associada ao sexo feminino ou um charuto a um pênis, trata-se aí dos sonhos que, justamente, não dão lugar à associação.

PERCURSO O que é um acréscimo, e não se encontra na primeira edição da *Traumdeutung*.

PONTALIS Sim, mas enfim, ele guardou esta ideia de uma chave dos sonhos. E, aliás, frequentemente alguns leitores continuam vendo na *Traumdeutung* uma chave dos sonhos, especialmente Lévi-Strauss, que critica a explicação pelos símbolos, o que é realmente uma peça anexa em Freud.

Para voltar ao essencial da pergunta, essa ideia me veio, como tantas outras, a partir de minha experiência clínica. Eu tive um paciente que, a cada sessão, trazia muitos sonhos, relatos de sonhos – todo analista conhece isso – e



*vocês encontrarão no tema do infans
todo um domínio que escapa
a qualquer linguagem, a essa orientação
em direção ao texto, ao prazer do texto,
presente em Barthes. Ele mesmo
admitiu que nos encontrávamos
sob um império dos signos*

os tratava como tratamos um texto escrito, buscando seus sentidos, de certo modo, anulando o meu trabalho. Ele era perito nessa interpretação de texto e eu me dizia que isso era uma maneira de tratar seus sonhos que mantinha totalmente à distância aquilo que chamei de “espaço do sonho” ou de “experiência do sonho”.

Mas, claro, não temos acesso ao sonho sonhado e nem a pessoa que traz os seus sonhos. E era este o caso, pois ele os escrevia. Ele poderia ter lido para mim o relato que havia transcrito que nem por isso teríamos acesso ao sonho sonhado, pois apenas escutamos o que o sonhador traz em seu relato, que já é uma transformação, uma deformação: o sonho em si já é uma deformação em relação ao desejo que está em sua base. Mas ali faltava algo, como se todo esse espaço do sonho, que experimentamos quando sonhamos, estivesse completamente posto de lado em relação ao relato, ao texto.

Existe aí uma dimensão da vida à qual os românticos, sem dúvida, eram mais sensíveis que nós, mesmo depois de Freud, onde a palavra “espaço do sonho” se refere mais ou menos a um espaço visual, vivido, um espaço do qual o relato do sonho nos distancia. Eu tentei distinguir o “sonho texto” do “sonho sonhado”. Nós nos relacionamos com o sonho. No sonho não nos relacionamos apenas com os desejos transformados, mas também com algo que escapa ao sentido, algo vivido, algo pensado. Como eu já disse diversas vezes, o sonho é um pensamento que não sabe que pensa, mas esse pensamento, esse modo de pensar, esse regime de pensamento encontra-se mais próximo do que chamamos processo primário.

Esse regime de pensamento se distancia do pensamento mais ou menos lógico, mais ou menos narrativo, no qual se encerra o relato do sonho. Existe uma capacidade de sonhar que não está longe da capacidade de amar, assim como da capacidade de criar, de inventar e que é mais importante, que não se resume ao relato do sonho. Nesse ponto, Winnicott foi uma grande referência para mim. Penso que o que lhe interessava

era justamente essa dimensão, essa capacidade de sonhar mais do que o sonho propriamente dito, tal como nos é trazido nas sessões. Trata-se de um universo, de um espaço psíquico em que nos encontramos quando acordamos. Talvez isso não seja uma maneira de ultrapassar Freud e sim uma maneira de colocar em evidência uma dimensão à qual ele não foi muito sensível por estar completamente debruçado, e tanto melhor, sobre a polissemia do sonho.

Enfim, de maneira geral, eu quis me desvencilhar dessa empreitada semiológica, que foi muito marcante na França, na qual tudo era texto, e buscar, justamente naquilo que escapava à linguagem, como a música e a pintura, trazer à tona essa outra dimensão. Vocês encontrarão no tema do *infans*, que me é caro, todo um domínio que escapa a qualquer linguagem, que escapa a essa orientação em direção ao texto, ao prazer do texto, presente em Barthes. Ele mesmo admitiu que nos encontrávamos sob um império dos signos e eu tentei me desvencilhar disso para encontrar um outro império que talvez seja este do qual o sonho sonhado é um exemplo evidente.

PERCURSO Em seu livro *Frère du précédent*, que trata da relação entre dois irmãos homens, o senhor escreveu sobre sua relação com seu irmão, mas não só, utilizando-se também de inúmeros relatos literários e histórias da vida (amigos, pacientes, a gente nunca sabe bem...) na composição de seu texto. A permanente guerra, violência



as guerras são quase sempre lutas fratricidas. Não me refiro apenas às guerras civis, como a da Espanha. Mesmo a grande guerra entre a França e a Alemanha foi uma luta de duas civilizações que se enfrentaram

e desamores lhe parece específicos dessas duplas ou poderia ser estendida para pensarmos as frátrias em geral? Como o senhor pensa a amizade? Existe alguma esperança de que possamos encontrar formas de união menos rivalitárias?

PONTALIS No último capítulo de *Elles*, tive esse sentimento de harmonia quase universal, oriundo da celebração de um casamento que ocorreu um dia no campo, numa casa muito bonita, com um tempo radiante e tive, por um momento, uma ideia utópica de reconciliação: as núpcias entre o céu e a terra, as núpcias entre homens e mulheres, as núpcias entre gerações e depois entre classes, onde não existiriam mais pessoas com ou sem dinheiro. Tudo isso estava banhado por uma atmosfera maravilhosa. A ideia que finalmente me veio foi: por que não poderia ser sempre assim? As núpcias não poderiam ser celebradas ao longo da vida?

Então, para retomar *Frère du précédent*, este livro que não finaliza de maneira igualmente otimista, tentei não esgotar a questão (não conseguimos jamais!), mas trabalhar a relação entre irmãos, e em particular entre o irmão mais velho e o irmão do precedente, pois esse era o meu caso, em que sou o caçula.

Esse assunto era do meu interesse porque, até aquele momento, não havia sido abordado sob essa perspectiva, mas mais frequentemente nos levava à questão da rivalidade entre irmãos:

a rivalidade edípica. Como se tratasse de um deslocamento, como se, não ousando afrontar o pai diretamente, nos rebaixássemos, se ousou dizer, ao afrontamento com o irmão. Essa é uma explicação que, por um lado, é verdadeira, mas que me parecia não explicar completamente a natureza dessa relação.

De repente, o que é comum quando nos interessamos por um assunto, tive a tendência a ver por todo lado lutas fratricidas, começando pela cena típica de Caim e Abel. E, também, a ver por todo lado no mundo lutas fratricidas. Como as guerras, que são quase sempre lutas fratricidas. Não me refiro apenas às guerras civis, como a da Espanha, por exemplo. Mesmo a grande guerra entre a França e a Alemanha, que eram duas civilizações exemplares, não foi uma luta entre bárbaros e civilizados e sim duas civilizações, que se enfrentaram; duas civilizações similares, irmãs ou irmãos. E hoje podemos até pensar que o conflito entre os israelenses e os palestinos também é um conflito fratricida. Ambas as partes disputam a Terra Santa ou a Santa-Mãe, disputam o Mar Morto¹⁴ – “é minha, é minha, não é tua, é minha!”, como é frequentemente o caso entre dois irmãos. É como se não fosse possível compartilhar uma mãe e considerá-la como indivisa. Aliás, as crianças não gostam muito quando perguntam “quem você prefere, ele ou eu?” e as mães lhes respondem dizendo “eu amo igualmente tanto um quanto o outro”. Não é suficiente, elas gostariam de escutar “você não só é o preferido como é quase o único”.

Me inspirei num livro de Joseph Conrad que me impressionou muito, chamado *O duelo*, em que não são dois irmãos no sentido sanguíneo do termo, mas de uma outra forma de sangue: são dois irmãos de armas, dois oficiais do exército de Napoleão – daí provém o título “O duelo” – que não param de se enfrentar em duelo e cujo motivo da primeira querela é razoavelmente vago. Creio que é uma mulher, que não tem um papel muito importante. Durante a guerra não era permitido que se desafiassem,

¹⁴ N. da T. Em francês *La Mer Morte*, cuja sonoridade é a mesma que “*la mère morte*”, a mãe morta.



mas, a cada momento de trégua, eles se entregavam, repetidamente, à cena do duelo.

É interessante também esse paralelo, pois quando a guerra acabou Napoleão passou a controlar toda a Europa, e podemos pensar que as guerras napoleônicas foram uma guerra fratricida. Nesse momento de trégua, é o duelo entre dois irmãos de armas que volta à tona. Então a ideia é de que o fratricídio tem a mesma importância que o parricídio ou o matricídio. Esse é um assunto relativamente pouco explorado, ao menos em psicanálise, ainda que esteja presente em muitos romances.

PERCURSO Como o senhor pensa a amizade?

PONTALIS É engraçado vocês me perguntarem sobre a amizade, o livro que acabo de finalizar trata justamente da amizade que pode escapar, no melhor dos casos, a essa luta fratricida. Eu não acredito numa amizade entre irmãos de sangue, ainda que existam exemplos contrários, ainda que existam bons irmãos. Não foi a minha experiência pessoal. Mesmo em minhas amizades, percebi com frequência que eu estava à procura de um verdadeiro irmão, um bom irmão. No fim das contas, o verdadeiro irmão pode revelar-se também um bom irmão, é possível que isso aconteça.

Mas penso que também pode existir rivalidade em certas amizades, nas quais, justamente, a amizade teria sido recalcada para um terreno intermediário entre o amor e suas desordens, suas errâncias. A amizade pode nos proteger dos tormentos do amor, tanto da dor de amar quanto da felicidade de amar. No amor há também o ciúme, que é uma forma de rivalidade. A amizade poderia estar, no melhor dos casos, isenta desses tormentos e dessa rivalidade.

É isso, esse livrinho vai ser publicado no ano que vem¹⁵.

PERCURSO Ele já tem um título?

PONTALIS Sim, mas que não quer dizer nada. É um título tirado de uma fábula de La Fontaine que se chama “Os dois amigos” e que co-

*a amizade pode nos proteger
dos tormentos do amor, tanto da dor
de amar quanto da felicidade de amar.
No amor há também o ciúme, que é
uma forma de rivalidade. A amizade
poderia estar, no melhor dos casos,
isenta desses tormentos
e dessa rivalidade*

meça assim: “Dois verdadeiros amigos viviam em Monomotapa: um não tinha nada que não pertencesse ao outro”. Trata-se da amizade ideal porque ali um amigo sonha que seu amigo acaba de ser assaltado e ele, ainda impregnado pelo sonho, vai em direção ao amigo que lhe diz que não estava acontecendo nada, que tudo tinha sido fruto de sua imaginação. É nessa fábula que está a famosa frase de La Fontaine “Que um amigo verdadeiro é coisa doce”. Então, para retomar sua questão, o livro tem um título um pouco misterioso para quem não se lembra da fábula: “*Le songe de Monomotapa*”.

Note que o sonho de uma amizade ideal é marcado pela ideia de que tudo que pertencia a um pertencia também ao outro. É um elogio à amizade e aos que, como eu, têm realmente necessidade de ter amigos. Eu acho que isso acontece principalmente em dois períodos ao longo da vida. Primeiro na adolescência quando, com certeza, isso é muito intenso. É um pouco banal, a gente tem realmente um melhor amigo que pode ser um amigo da escola, que nos acompanha em casa, numa amizade de ida e volta. Quase todo mundo viveu isso e está presente em inúmeros romances. E depois, talvez, na minha idade, na qual já não vivemos mais os desvarios da paixão e geralmente temos uma grande necessidade de verdadeiros amigos. Existem os velhos amigos, os que não morreram ainda – pois, evidentemente, vários dos meus amigos morreram ao lon-



não apenas eu, éramos em certo número, não muitos, a sentir que estávamos no início de uma espécie de reinvenção da análise. Talvez como tenham se sentido os primeiros discípulos de Freud, o momento tão extraordinário da descoberta e de serem apenas alguns poucos

go do tempo. Mas, existem também os jovens amigos e, ao menos para mim, ter amigos mais jovens do que eu é um jeito de me sentir também um pouco jovem e não ficar só assistindo nos outros a passagem do tempo e o envelhecimento. Então acho que existem dois períodos mais importantes do que os demais no curso da amizade: a adolescência e, digamos, o envelhecimento. Prefiro não dizer velhice.

PERCURSO O senhor acompanhou a formação e o desenvolvimento de inúmeras gerações de psicanalistas e de instituições psicanalíticas. Segundo o senhor, o que mudou de uma geração para a outra? Quais seriam os desafios na formação de um psicanalista hoje em dia?

PONTALIS Questão difícil. O que mudou? Sabemos que temos sempre certa tendência a idealizar o passado, o nosso passado. Eu, de fato, tive a oportunidade de participar do início dos movimentos promovidos por Lacan e em torno dele. Não apenas eu, éramos em certo número, não muitos, a sentir que estávamos no início de uma espécie de reinvenção da análise. Talvez como tenham se sentido os primeiros discípulos de Freud, o momento tão extraordinário da descoberta e de serem apenas alguns poucos. É isso conta muito, sermos aqueles que, hoje, reinventaram a psicanálise. Eu conheci isso e não creio idealizar demasiado o passado porque somos

um certo número a termos partilhado esse momento em uma certa exaltação.

PERCURSO Foi uma grande aventura cuja importância não se restringe à história da psicanálise na França, mas que é de envergadura internacional. Foi um retorno ao freudismo que se esvaía e que revigorou seus fundamentos.

PONTALIS Este foi um momento fundamental, muito forte e emocionante.

PERCURSO Havia muitos riscos pessoais?

PONTALIS Não! Não havia muitos riscos.

PERCURSO Os médicos que se engajavam não arriscavam algo em suas carreiras?

PONTALIS Eu não sou médico, mas acho que não. De qualquer maneira, Lacan carregou razoavelmente rápido para o campo da psiquiatria certo número de alunos que estavam com ele. Ele sabia fazer seu próprio proselitismo. Lembro-me de que, não sendo médico, cheguei a cogitar – o que não era muito realista – empreender a formação em medicina (sendo que eu já tinha o meu diploma de filosofia) e que Lacan me incentivava nessa direção. Ele parecia esconder o seu jogo, no sentido de que não se tratava de um interesse pessoal dele mas de que assim eu teria muito mais peso no meio psiquiátrico para... propagar a sua boa palavra! Pessoalmente não acredito que tenha ocorrido nenhuma espécie de risco desse lado. Ao contrário, penso que mais me ajudou o fato de ter estado entre os primeiros alunos de Lacan.

Respondendo à questão sobre o que mudou, eu diria que muita coisa mudou. Mas, de novo, é difícil não cair numa nostalgia do tipo: “na minha época, no meu tempo era diferente...”. É verdade que, possivelmente, desde então, a análise, do meu ponto de vista, tenha se tornado menos inventiva, menos aventureira, mais conformista do que já foi. Hoje talvez se apoie mais – digo isso com ressalvas – no adquirido, mais do que no ir além.

Eu estava relendo, vocês conhecem bem, a nova edição das cartas de Freud a Fliess e ali

15 O livro *Le songe de Monomotapa* foi publicado por Éditions Gallimard em janeiro de 2009.

somos capturados pela efervescência de ideias. Há tudo lá dentro, o texto ferve, existem hipóteses que não serão acabadas, algumas um pouco loucas, hipóteses um tanto escandalosas, ele fermenta, se mexe, sem se perguntar muito se aquilo se sustenta ou não. Atualmente cada um segue uma trilha que já está muito balizada, se retoma Freud, mas sem se arriscar. Porém, de novo, esta impressão pode ser um efeito da minha idade.

PERCURSO Não, você tem toda razão! Existe um aquietamento completo!

PONTALIS Há um ressecamento e, portanto, ao que me parece, vivemos um tempo menos inventivo e menos arriscado. Mesmo nas pessoas que eram bastante razoáveis e sérias, como Abraham, encontramos a emergência de ideias. Em Ferenczi isso é ainda mais evidente, no limite do descarrilhamento. Aí está! Não ousamos mais descarrilhar. Estamos sobre os trilhos como se, de uma vez por todas, Freud tivesse traçado os trilhos dos quais não devemos nos distanciar. Isso não quer dizer que seja preciso ultrapassar Freud e sim tentar reencontrar aquilo que foi a efervescência do pensamento freudiano, justamente por isso, exemplar. Trata-se da possibilidade de lançar hipóteses aventureiras e de se contradizer, e admitir a contradição. É aquilo que me chama sempre a atenção em “Um caso de paranoia que contradiz a teoria psicanalítica”, contradizer o que fora dito anteriormente. Freud não fazia nada além de contradizer, com frequência a partir de sua experiência, aquilo que antes avançara. Hoje não vemos mais isso, há um certo conformismo do pensamento analítico, ainda que se digam coisas interessantes. Hoje não vemos mais esse sentido do achado, da descoberta.

Vejam em Ferenczi, nas cinco linhas do “Sonho do bebê sábio”. Dois ou três pacientes contaram um sonho em que um bebê se põe a falar e ele sabe uma porção de coisas, inclusive mais do que os adultos. Cinco linhas! Um sonho! E a partir disso ele escreveu páginas e páginas sobre

»»

*existe um conformismo no que
concerne à Société Psychanalytique
de Paris, existe outro em nossa
associação, existe outro, ainda mais
evidente, nos movimentos lacanianos:
“Lacan disse... Lacan disse...”*

o bebê sábio. E porque nós não seríamos bebês sábios, em vez de velhos tolos?

PERCURSO A seu ver quais seriam, para além do resultado de pesquisas históricas, sociológicas ou epistemológicas, as causas dessa estagnação?

PONTALIS Não sei. Possivelmente porque o saber analítico é completamente visto como um saber adquirido, sendo que isso não existe. Enfim, não sejamos pessimistas demais, existe um certo número de autores que não se apoiam sobre esse saber adquirido e que o colocam em questão, o inovam, mas não são muitos. E há também uma marca cultural que é uma certa vulgaridade psicanalítica disseminada em todos os lugares.

PERCURSO As instituições psicanalíticas tiveram certamente um papel nesse processo. Elas institucionalizaram o conformismo?

PONTALIS Sim, mas então não existiria um certo conformismo que praticamente todas as instituições necessariamente criam?

Existe um conformismo no que concerne à *Société Psychanalytique de Paris*, existe outro em nossa associação, existe outro, ainda mais evidente, nos movimentos lacanianos: “Lacan disse... Lacan disse...”. Existe um estado de dependência, para retomar o título do capítulo de “O Ego e o Id” de Freud, “O estado de dependência do Eu”. Mas o estado de dependência do Eu analítico é algo bastante forte. Não gosto nem um



é necessário permitir que as candidaturas venham de toda parte. Não exigir que um futuro analista seja médico ou psicólogo clínico. Deixar vir, pois podem existir verdadeiras vocações e talentos analíticos oriundos de outras disciplinas

pouco da palavra pertencimento, nunca digo: “eu pertencço à *Association Psychanalytique de France*” ainda que eu lhe deva muito. Eu não me defino por um pertencimento.

Será que uma instituição não cria inevitavelmente, ainda que à sua revelia, certo conformismo, mesmo que a instituição não tenha uma teoria comum, mesmo que cada um possa dizer o que pensa? Isso que faz com que digamos, por exemplo, entre nós: “isso é bem SPP”, “percebemos bem a análise da SPP”. É como se a instituição exercesse certo domínio sobre seus membros, ainda que lhes deixe a liberdade.

Reconhecemos isso algumas vezes, é evidente, quando se trata de uma dependência voluntariamente destinada e admitida a tal ou tal mestre, por exemplo, os kleinianos ou os ana-freudianos ou ainda os lacanianos. Mas vemos isso também em instituições como a *Société de Paris* e a APF, que não têm um mestre de referência maior. Não há um mestre na SPP, ainda que alguns sejam muito claros, não há aquele mestre em relação ao qual se abraça fielmente as ideias e na APF menos ainda. Na APF tentamos fazer uma sociedade sem mestre, sem dúvida para tentar nos libertar do domínio de Lacan. Mas será que a própria instituição não termina ocupando o lugar do mestre?

Eu não sou assim tão pessimista, acredito que a obra de Freud e algumas outras sobreviverão como obras do pensamento. Uma obra de pensamento como a de um filósofo, como a

de Rousseau. No que diz respeito exclusivamente ao aspecto terapêutico, já não tenho certeza sobre o futuro. Nenhuma disciplina é eterna. É possível que a análise, como terapia, desapareça em algumas décadas.

PERCURSO Nenhuma instituição humana é eterna.

PONTALIS Tampouco nenhum homem.

PERCURSO Como o senhor pensa a formação dos analistas?

PONTALIS Parece-me interessante respeitar aquilo que sugere a *Association*. Penso que é necessário permitir que as candidaturas venham de toda parte. Ou seja, não exigir que um futuro analista seja médico ou psicólogo clínico. Deixar vir, pois podem existir verdadeiras vocações e talentos analíticos oriundos de outras disciplinas. Acredito que na APF temos a tendência a respeitar esse leque, e temos colegas que não veem do campo da psiquiatria, da psicologia. Isso já é uma posição que está longe de ser respeitada por todas as sociedades analíticas e que, aliás, corre o risco de ser cada vez menos respeitada, sobretudo se o Estado intervir, exigindo tal ou tal formação ou diploma.

De toda maneira, qualquer que seja a formação de origem, a análise rompe com ela e sei que, frequentemente, esse é um esforço difícil; desembaraçar-se de sua formação médica, psiquiátrica ou filosófica.

Sempre haverá uma ruptura. Assim como o inconsciente está em ruptura, isto é, em descontinuidade com todo o consciente e o pré-consciente, da mesma maneira a análise está em ruptura com todas as formações antecedentes. Não é sempre fácil, mas isso se sente. Por exemplo, acontece de dizermos entre nós “ele continua muito psiquiatra” ou “ele permanece muito universitário ou muito filósofo”. Mas seria igualmente necessário, quase paradoxalmente, que se operasse certa ruptura em relação à instalação no analítico. Isto é, não se pode dizer “eu sou analista”. Não se deve colocar no cartão de visita

como o fazem alguns psicanalistas: membro da sociedade tal. Não se instalar jamais na posição de analista, jamais dizer “eu sou analista, portanto diferente dos outros”, como se alguns fossem uma espécie à parte e privilegiada da população humana. Nós não somos analistas, no sentido de uma identidade adquirida de uma vez por todas. É uma identidade a perder e a reencontrar, sabemos bem que podemos ser analistas em uma sessão e deixar de ser na sessão seguinte ou mesmo no decorrer de uma mesma sessão. Definir o que são esses momentos não é fácil. De qualquer maneira, não é uma posição na qual podemos nos acomodar tranquilamente, como nos sentamos em nossa poltrona. Devemos nos manter inquietos sobre o porvir da análise e também sobre a nossa posição de analista.

PERCURSO É parecido com a questão da escrita, da escrita psicanalítica. Em que momento ela passa a se tornar uma escrita psicanalítica...

PONTALIS Assim como não podemos dizer: “eu sou poeta”, isso é ridículo! Ou mesmo “eu sou escritor”. Nós o somos na medida em que escrevemos livros, enfim, não nos instalamos na posição de escritor, pois não sabemos se pode-

remos escrever mais livros. Tudo o que se refere a uma postura, a uma posição fixa ou fixada de uma vez por todas não é verdadeiro para muitos escritores, poetas. E, de qualquer forma, não é absolutamente verdadeiro para o analista.

Então, o desafio é conseguir inventar novas formações. Para começar, essa formação nunca é finalizada, estamos sempre começando. Percebemos isso muito bem quando iniciamos uma análise, sentimos as reverberações, sentimos que nós mesmos estamos num começo próprio. É aí, no começo, mais do que no curso da análise, que nos perguntamos: “o que estou fazendo aqui? Porque ele se endereça a mim? Por quem ele me toma?”

PERCURSO É toda a força do “*che vuoi?*”

PONTALIS É isso! Não vamos nos apoiar em nossos vinte ou trinta anos de experiência, dizendo “bem, sou um analista calejado, conheço a música... adiante!...”. Eu pessoalmente vivo-o dessa maneira. Jamais me coloquei como: “pronto, agora eu sou analista, eu sei”.

PERCURSO Muito obrigado.

PONTALIS Não seja por isso!

Benilton Bezerra Junior
Luis Claudio Figueiredo
Luis Hornstein

Psicanálise: uma leitura da condição humana

Realização Gisela Haddad e Vera Zimmermann

Benilton Bezerra Junior é psicanalista, professor do Instituto de Medicina Social e pesquisador do PEPAS – Programa de Estudos da Ação e do Sujeito, na UERJ. Autor de “O ocaso da interioridade e suas repercussões sobre a clínica”, em Carlos Alberto Plastino (org.), *Transgressões* (2002) e “O filme como meio de experimentação subjetiva”, em Cristiana Facchinetti (org.), *Lições de psicanálise* (2002), entre outros.

Luis Claudio Figueiredo é psicanalista, professor da USP e da PUCSP, autor dos livros *Psicanálise. Elementos para a Clínica Contemporânea* (Escuta, 2003) e *As diversas faces do cuidar* (Escuta, 2009, no prelo), entre outros. Agradeço a Nelson Coelho Junior pela leitura e sugestões a uma versão preliminar.

Luis Hornstein é psicanalista, presidente da Sociedad Psicoanalítica del Sur (S.P. S.) e da Fundación para la Investigación de la Depresión (FUNDEP). Autor de diversos livros, entre os quais, *Narcisismo; Intersubjetividad y Clínica; Proyecto terapéutico; Las depresiones* (Paidós) e muitos artigos e capítulos de livros publicados em revistas nacionais e estrangeiras.

Cada época apresenta desafios e impasses inéditos que nos obrigam a reler a história do homem a partir das transformações trazidas pelos novos fatos culturais, políticos e econômicos ou pelas novas ideologias, crenças e certezas. Pensar o homem exige que se leve em conta o contexto histórico da cultura, seus estilos de existência e suas relações de poder. A psicanálise nasceu como uma resposta à história da subjetividade do Ocidente no século passado e empreendeu uma leitura inédita sobre o sujeito, ao oferecer-lhe um saber que ele insistia não querer saber, revelando-lhe uma dimensão mais além. Se esta resistência persiste e os sintomas psíquicos seguem sendo erros, ainda que o campo das subjetividades tenha dimensões universais, ele se abre e é afetado pelas transformações históricas e sociais. Diante de tais mudanças nós, psicanalistas, temos nos ocupado em discutir os novos desafios com os quais nos confrontamos na tarefa de manter a essência de nosso trabalho. Dentre os debates produzidos, percebe-se que muitas vezes acabamos por privilegiar olhares nostálgicos ou mesmo pessimistas em relação ao lugar que a psicanálise ocupa ou poderá vir a ocupar no futuro. Para além das primeiras impressões e impactos das mudanças contemporâneas sentimo-nos convocados a continuar buscando novas reflexões que possam levar em conta a complexidade deste mundo pós-moderno. No intuito de prosseguir tais discussões e tomando como fio de orientação o tema eleito para este número da Revista Percurso, “Erro no âmbito da clínica e da teoria”, a sessão Debates convidou três colegas para responder a seguinte questão:

Se o erro, ou melhor, o que a psicanálise insiste em revelar ao sujeito a sua revelia, é parte integrante do saber e da intervenção

139

PERCURSO 42 : p. 139-146 : junho de 2009



psicanalítica, seu paradoxo e sua razão de ser, o que podemos esperar do lugar da psicanálise na cultura nas próximas décadas e dos desafios que temos na continuidade de nossa tarefa?

é preciso não esquecer que uma parte da aversão atual à psicanálise em contextos como o americano, por exemplo, só pode ser plenamente compreendida quando se leva em conta o que ela própria produziu como efeito na cultura

140

PERCURSO 42 : junho de 2009

BENILTON BEZERRA JUNIOR Essa dimensão de erro que a descrição psicanalítica do sujeito situa no centro de gravidade da vida psíquica – e que sustenta sua particular versão da liberdade como núcleo fundamental da experiência humana – produziu resistências desde que Freud a formulou. Na verdade, tanto fora do campo psicanalítico como dentro dele. A visão do sujeito como despido de essência, sem centro (e não apenas com um centro escondido), e da psicanálise como uma interrogação acerca dessa condição, nem sempre foi sustentada de fato na história do movimento. É preciso não esquecer que uma parte da aversão atual à psicanálise em contextos como o americano, por exemplo, só pode ser plenamente compreendida quando se leva em conta o que ela própria produziu como efeito na cultura. Entre os anos 50 e 70, ela havia se transformado em um saber quase oficial, que produziu uma série de manuais de psicanálise, um repertório de interpretações estereotipadas, uma espécie de mitologia social compartilhada, e um reducionismo difuso que os críticos logo chamaram (não sem alguma razão, é preciso admitir) de *psychobabble*. A recusa explícita à psicanálise na construção do DSM III – que varreu a herança freudiana, junto com a fenomenologia, do sistema diagnóstico na psiquiatria em 1980 – se apoiou amplamente na crítica a este cenário.

A resistência à psicanálise nas últimas décadas, no entanto, não se deveu apenas a isso, é claro. O impacto que os psicofármacos surgidos nos anos 50 tiveram na clínica dos pacientes mais graves foi outro fator que contribuiu para pôr em questão a hegemonia da psicanálise na clínica das psicopatologias. Nos anos 90 um terceiro fator veio se somar a esses: as espetaculares descobertas propiciadas pelas novas tecnologias de visualização cerebral, que pela primeira vez tornaram possível investigar cor-

relatos neurais de estados e eventos subjetivos, e acenderam as expectativas de uma ciência objetiva da subjetividade, enfim caucionada pelos achados empíricos revelados pelas novas técnicas de investigação. O fantasma incerto do psiquismo parecia finalmente poder ser localizado na realidade das redes neuronais e de suas leis de seu funcionamento.

Esses fatores, porém, não explicam, por si sós, os desafios atuais da psicanálise. A neurocultura em que vivemos – em que vocabulários biológicos vêm ocupando um lugar progressivamente mais importante não só nas descrições teóricas da vida subjetiva, mas também no imaginário social, nos repertórios de autodescrição e construção identitária dos indivíduos e grupos não decorre diretamente dos avanços da genética e das neurociências. Ela é o resultado do entrecruzamento de uma rede complexa de processos históricos, que cria uma atmosfera cultural permeável a ela: o declínio da cultura da introspecção psicológica em benefício de uma cultura da imagem e do espetáculo; a exacerbação da cultura do individualismo, com o enfraquecimento da força normativa das agências nômicas tradicionais; a transformação do discurso científico



no campo da cultura o desafio da psicanálise é o de sempre: contribuir para trazer à tona aquilo que a lógica de funcionamento social necessariamente oculta no imaginário.

em único dotado de legitimidade inquestionada; a crepuscularização da política de ambições libertárias e o surgimento de uma ação política voltada para o atendimento de questões de grupos particulares, muitos deles fundados em bio-identidades, e assim por diante.

Este é o pano de fundo no qual discursos e práticas voltados para a crítica da cultura, a autorreflexão, a interrogação sobre o sentido da experiência, a convocação da imaginação criadora, o apelo à potência de transformação radical vêm sendo substituídos por outros, voltados para a otimização da performance física e mental, a abolição do sofrimento, a recusa de qualquer signo da falta, do negativo, da imprevisibilidade, do imponderável, em prol da aposta na certeza do conhecimento científico, na gestão das competências e habilidades pessoais, na eliminação de transtornos, na correção de comportamentos desviantes. Daí a posição excêntrica que a psicanálise tende a ocupar no cenário atual. Ela fala de, e para, um sujeito cujas condições particulares de existência diferem em muito daquelas que a viram nascer.

¹ *The Astonishing Hypothesis: The Scientific Search for the Soul*. New York, Touchstone, (1994).

Enterro à vista para psicanálise? Não creio, e listo aqui, dentre muitas, três razões que me parecem relevantes. No diálogo com a biologia e as neurociências em particular: por mais que Francis Crick¹ tenha dito que somos “nada mais que um pacote de neurônios”, o fato é que a objetividade dos fatos neurais só ajuda a compreender a experiência mental quando o sujeito é convocado a depor sobre ela. É impossível eliminar a subjetividade e a cultura da interpretação dos dados empíricos das pesquisas neurobiológicas. Isso torna a psicanálise um interlocutor (crítico) privilegiado das pesquisas acerca das bases biológicas da vida subjetiva, e de quaisquer práticas delas decorrentes.

No campo da cultura, o desafio da psicanálise é o de sempre: contribuir para trazer à tona aquilo que a lógica de funcionamento social necessariamente oculta no imaginário. Isto inclui a crítica cultural e conceitual ao *neurobabble*, a análise dos novos processos de subjetivação (as bioidentidades e suas vicissitudes, a neurodiversidade, a crescente permeabilidade à regulação biológica da vida subjetiva etc.), a discussão acerca das novas faces da violência como resposta ao deslocamento das formas de transcendência, e assim por diante. Não cabe à psicanálise a prescrição de normas de funcionamento social, mas não pode deixar de estar em seu horizonte a reflexão crítica sobre elas. E se há uma premissa ética a partir da qual esta crítica é feita, ela está contida justamente na sua descrição do sujeito – que não é mais objetiva que quaisquer outras, mas que aponta para uma concepção da condição humana da qual ainda não vale a pena abrir mão.

Finalmente, no que diz respeito à clínica, o futuro da psicanálise está sendo jogado na sua capacidade de, sustentando esta premissa, atuar em áreas que ultrapassam em muito o âmbito original de sua prática: na clínica com bebês, com pacientes neurológicos, nos novos dispositivos de atenção psicossocial, na rede básica de saúde, nos cuidados paliativos, nos chamados casos e situações-limite, e assim por diante. No Brasil, muitas experiências dão testemunho da



fertilidade desses trabalhos. Claro que no âmbito do sofrimento neurótico o apelo à autoajuda e aos tratamentos que prometem uma cosmética da alma está em alta. Mas a propalada autonomia do sujeito atual esconde, na verdade, como disse há tempos Marilena Chauí², uma crescente dependência de discursos competentes – cuja proliferação acaba por produzir não um acúmulo de certezas, mas uma angustiante e interminável errância. A psicanálise ainda nos permite afirmar que na vida é de apostas que se trata. E que, assim como no futebol, o erro faz parte do jogo.

LUIS HORNSTEIN Alguns psicanalistas acabam de descobrir que o mundo se transforma e tratam de se atualizar. Outros seguem impassíveis. Não postulo depressão nem euforia, mas sim o enfrentamento dos novos desafios clínicos, teóricos e transdisciplinares. Ou interdisciplinares? Melhor dizendo, convido-os para os desafios.

A clínica tem demandas urgentes e nos confronta com os enigmas do paciente atual: oscilações intensas de auto-estima e de identidade, desânimo, alternâncias de humor, apatia, hipocondria, transtornos do sono e do apetite, ausência de projetos, crise de ideais e valores, identidades indefinidas, impulsividade, adições, labilidade de vínculos. Estamos atualizados? Não serão velhos os nossos paradigmas? Como é hoje nossa subjetividade? Um mecanismo de re-ajuste como era no século XVIII? Uma entidade orgânica como era no século XX? Não. Hoje a metáfora para a nossa subjetividade é um fluxo turbulento. Orgulhosos, íamos pelo mundo com um ter e um ser diferenciados. Essa internalização, que era o paradigma, hoje é um espartilho porque nada está aí, se é que alguma vez esteve, tão internalizado. Mas, estamos sustentados. Sustentados pela nossa história individual, pelos nossos vínculos e por nossas conquistas. E pelo histórico-social e seus diversos espaços. Eis o novo paradigma: o sujeito é um sistema aberto auto-organizador porque os encontros, vínculos, traumas, realidade, lutos, o auto-organizam e ele recria aquilo que recebe. Graças a esta teoria da

a clínica tem demandas urgentes e nos confronta com os enigmas do paciente atual: oscilações intensas de autoestima e de identidade, desânimo, alternâncias de humor, apatia, hipocondria, transtornos do sono e do apetite, ausência de projetos, crise de ideais e valores, identidades indefinidas, impulsividade, adições, labilidade de vínculos

complexidade, o atual (esta palavra insiste) vai tomando outro lugar, na teoria e na clínica. Uma espiral auto-organizadora substitui a linearidade de causa-efeito pela recursividade. Os produtos são produtores daquilo que os produzem.

Fundamentar-se em Freud não é ficar afiançado em Freud, e menos ainda atar-se a ele. Hoje estamos obrigados a pensar a psicanálise com a física, com a biologia, com as neurociências, as ciências sociais, a epistemologia atual. Não com as de Freud.

A constituição subjetiva é uma psicogênese e, ao mesmo tempo, uma sociogênese. Uma teoria do sujeito deve dar conta do processo-passageiro desde a indiferenciação narcisista até a aceitação da alteridade e do devir. Isto será possível se concebermos o sujeito não só identificado mais também identificante; não só enunciado, como enunciante; não só historizado como historizante; não só pensado, mas pensante; não só submetido, mas protagonista; não só falado, mas falante; não só narcisizado, mas narcisizante. O sujeito toma o que lhe é dado, metaboliza-o e o transforma em algo novo. Os determinantes iniciais ficam relegados à condição de ponto de partida.



a clínica atual não pode ser abordada senão a partir do paradigma da complexidade. Pode haver um desequilíbrio neuroquímico, porém, o que estará sempre presente é a ação conjunta e dificilmente diferenciável da herança, da situação singular, da história dos conflitos neuróticos e humanos, das condições histórico-sociais e das vivências

Quais são as condições de produção da subjetividade? Quando alguém faz a pergunta estará disposto a escutar aportes da biologia, da história, da sociologia, sem cair no biologismo, nem no sociologismo, nem no historicismo, porque todos esses ismos são reducionistas? O sujeito só é pensável imerso no sócio-histórico tramando práticas, discursos, sexualidade, ideais, desejos, ideologias e proibições.

As neurociências e as ciências sociais questionam a psicanálise. A psicanálise, quando é pusilânime, se encerra e produz um sistema esotérico de crenças. Porém, quando se atreve estar viva, responde aos questionamentos e também os questiona. A causalidade biológica e a cultural podem confluir na causalidade psíquica, mas não podem substituí-la. Não é possível uma inferência linear entre o que se sabe do cérebro e da subjetividade. Existem fronteiras. Para todos existem fronteiras. Para a psicanálise e para as neurociências. Ali não há bibliografia abundante, mas sim o desafio de criá-la. A clínica, as leituras, o horizonte epistemológico oferecem recursos para civilizar as fronteiras. O intercâmbio é mais necessário do

que nunca, evitando um certo discurso psicanalítico autossuficiente que pretende manter-se em berço esplêndido, vivendo às custas do passado.

Não fujo do diálogo. Psicanálise, cognitivismo, bioquímica, genética e histórico-social podem colaborar para um projeto comum. Fujo sim do reducionismo, ou melhor, da simplificação excessiva na análise ou estudo de um tema complexo. Aos reducionismos, porque cada disciplina tem, em si, sua prepotência.

A clínica atual não pode ser abordada senão a partir do paradigma da complexidade. Pode haver um desequilíbrio neuroquímico, porém, o que estará sempre presente é a ação conjunta e dificilmente diferenciável da herança, da situação singular, da história dos conflitos neuróticos e humanos, das condições histórico-sociais e das vivências.

É certo que a bioquímica pode aliviar certos sofrimentos. Porém, a propaganda (não só a publicidade) da indústria farmacêutica insiste em apresentar a farmacoterapia como a chave mestra. A teoria de nenhuma doença deveria estar nas mãos de uma indústria. Será que o psiquiatra acredita cegamente no DSM? Será que o psicólogo, hostil ao DSM-IV, não tem outra alternativa do que recorrer ao psiquiatra quando está com a batata quente na mão?

Sobre a base da teoria da complexidade e sua noção de sistemas abertos, tenho postulado (Hornstein, 2006) o psiquismo como um sistema aberto. Tal psiquismo só pode ser correspondido com um contrato aberto. O contrato aberto não é perfeito. Porém, é o melhor contrato que podemos oferecer como psicanalistas contemporâneos aos nossos pacientes, e este deve ser sustentado em uma atualização permanente, não para ser modificado segundo os modismos, mas no atravessamento de nossas leituras e práticas.

A clínica nos interpela e exige debates que não podem ser deixados de lado: relação realidade-fantasia; teoria do sujeito; sistemas abertos ou fechados; séries complementares (história linear ou recursiva); infância; destino ou potencialidade; identidade e autoestima; narcisismo

2 *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. São Paulo, Editora Moderna(1981).



*o que aprendemos com Freud
e com todos os psicanalistas que o
sucederam foi a força das resistências
a esse processo de transformação,
a força das energias que tanto exigem
e promovem o trabalho psíquico e
simbolizante, como o entravam
e a ele resistem*

patológico e trófico: consistência, fronteiras e valor do ego; relação verdade material–verdade histórico vivencial–realidade psíquica (na infância e na atualidade), diversidade de dispositivos técnicos (estratégias ou programas). Esses debates configuram a trama conceitual de que dispomos para aliviar os sofrimentos próprios da nossa prática.

LUIS CLAUDIO FIGUEIREDO Embora a psicanálise nem seja uma *Weltanschauung*, nem uma antropologia filosófica com pretensões totalizantes, ela indiscutivelmente contém elementos para uma concepção básica da condição humana. Nela há sempre, por exemplo, uma dimensão de desproporcionalidade e uma dimensão de extra-temporalidade, ou extemporaneidade, atribuída a seu objeto. Os afetos e as representações jamais são plenamente proporcionais uns aos outros (embora ambos sejam representantes psíquicos das pulsões), os conteúdos (suprimidos ou recalçados, ou cindidos e dissociados, ou recusados, ou rejeitados) e os continentes psíquicos não se ajustam perfeitamente, as fantasias inconscientes afetivamente carregadas não se converterão jamais em consciência e racionalidade, nem as percepções se converterão totalmente em representações, há sempre um resíduo pulsional e perceptivo, um a mais de libido e destruição, surpresa e diferença não integrável, e um potencial traumático irredutível no encontro de natureza e cultura; há, também, a persistência e a insistência da ancestralidade e do infantil atravessando a história de cada um, há a repetição no lugar da rememoração e da criação etc.

Que sejamos seres capazes de simbolizar e só acedamos à humanidade no contexto da cultura e dos sistemas simbólicos, e exercendo continuamente as atividades de fazer sentido, nenhuma dúvida, mas isso era perfeitamente reconhecido desde há muitas décadas, a partir da filosofia, da história e das ciências sociais e humanas, em grande efervescência no século anterior a Freud. O que aprendemos com ele e com todos os psicanalistas que o sucederam foi a for-

ça das resistências a esse processo de transformação, a força das energias que tanto exigem e promovem o trabalho psíquico e simbolizante, como o entravam e a ele resistem.

Que sejamos seres historicamente determinados, nenhuma dúvida, mas para isso a psicanálise não teria sido necessária, pois toda uma corrente de pensamento do século XIX já o afirmava com todas as letras e, de certa forma, a modernidade e seus desdobramentos continham estas premissas historicistas. O que coube à psicanálise foi, ao contrário, afirmar o domínio do que não se historiciza – o domínio da repetição e da insistência do não-histórico, do pré-histórico e anti-histórico, em estrita relação com a História e com as histórias de cada indivíduo. É o extemporâneo do Inconsciente, seja o do Inconsciente recalçado, seja o Inconsciente pulsional (o do Isso), que não se deixa apreender fora do contexto do que efetivamente se temporaliza, mas em uma espécie de oposição a ele, o que a psicanálise nos trouxe de novo.

O que se poderia chamar de erro decorre de uma forma ou de outra dessas dimensões de desproporcionalidade e extemporaneidade acima aludidas, vale dizer, decorre do caráter paradoxal



mas as variáveis socioculturais não só entram em jogo na destinação dos processos de constituição do psiquismo, como entram, também, nas possibilidades de destinar as próprias transferências.

Sobre que objetos (sociais e culturais) as transferências tendem a ocorrer?

do nosso objeto. Mas é daí também que decorre a possibilidade mesma da psicanálise, bem como, decerto, seus limites terapêuticos. A começar pelo fenômeno, tão fundamental para nossos saberes e nossas práticas, da transferência. Contudo, chamar a transferência de erro – embora ela contenha certamente um *quid pro quo*, um tomar isto por aquilo – seria testemunho de uma compreensão pré ou antipsicanalítica. A escuta analítica da transferência vai muito além e descobre no *hic et nunc* (já que começamos com *latim*, prossigamos...), no aqui e agora da situação analítica, e das suas imediações em que se constituem tantas transferências laterais, as insistências dos passados, do infantil e do ancestral.

Mas onde reencontrar a história e seu tempo a partir da ênfase no infantil e no ancestral, da ênfase no passado que não passa?

Em primeiro lugar, admitindo que os lugares disponíveis para a destinação do a-histórico e do anti-simbolizante são possibilitados culturalmente, bem como os mecanismos para lidar com eles – e, em parte, contê-los – dependem de condições históricas e sociais.

Isso se reflete, de saída, nas competências do mundo adulto para receber o aspirante a homem

(ou mulher), oferecendo-lhe objetos primários mais ou menos aptos ao exercício de algumas funções básicas e capazes de proporcionar, por exemplo, identificações primárias. O que está aqui em jogo é a própria experiência de ser ou não ser do recém-nascido e da criança, e que dependerá da capacidade de o objeto primário sustentar e conter, interpelar e chamar, e, finalmente, reconhecer e espelhar o self em construção..

Que venha a prevalecer um recalçamento primário eficaz, ou que se sobrecarregue o psiquismo com outros recalcimentos secundários mais ou menos invalidantes e neuróticos; ou, ao contrário, que venham a prevalecer defesas muito mais primitivas e radicais, como as cisões e as dissociações, a idealização e as identificações projetivas, tudo isso decorre de variáveis sociais, familiares, institucionais, culturais no sentido amplo.

Mas as variáveis socioculturais não só entram em jogo na destinação dos processos de constituição do psiquismo, como entram, também, nas possibilidades de destinar as próprias transferências. Sobre que objetos (sociais e culturais) as transferências tendem a ocorrer?

Provavelmente, há uma forte interação entre esses dois momentos. Transferências neuróticas procuram certos objetos (e certas qualidades objetais), transferências psicóticas, narcisistas e borderline procuram outros. No primeiro caso, figuras de Autoridade, como dizia Freud, entre as quais, o analista, podem se converter em objetos do desejo, bem como se abre todo um campo de objetos transicionais, produtos da cultura, oferecendo-se como desejáveis, estimulantes e acolhedores. No segundo, emergem na fantasia e no plano das relações intersubjetivas as figuras onipotentes, dotadas do poder absoluto de dar vida e morte, comportando promessas e ameaças absolutas. No primeiro, verifica-se certa tendência à concentração relativamente estável de investimentos, bem como uma possibilidade de desdobramentos e ramificações desses investimentos pelas redes sociais e produções da cultura; no segundo, verifica-se muito maior dispersão e menor persistência, com energias

livres muito mais indomáveis e erráticas, e muito menos disponíveis à ligação e à sublimação. Maior número de contatos, por exemplo, pode estar associado à menor profundidade e entrega afetiva; muita turbulência emocional pode vir de par com a maior precariedade dos vínculos, inclusive, do vínculo com o analista e com as tarefas da análise.

Tudo isso, é claro, aumenta os desafios para o analista, seja para ocupar os lugares transferenciais que lhe são exigidos, seja, mais ainda, para analisar as fantasias implicadas nas transferências de que é alvo, ao lado de uma verdadeira pulverização de investimentos efêmeros que se manifestam nas imediações do enquadre, que, por sua vez, se torna muito mais poroso e difícil de sustentar e circunscrever. Aguçar a afinar a

escuta analítica nestas novas condições de atendimento é uma tarefa que vem mobilizando diversos clínicos fora do Brasil (como Roussillon, entre outros) e entre nós (tem sido, por exemplo, uma das principais preocupações de Marion Minerbo).

Ou seja, não se trata de mais ou menos erro, mas da natureza e da qualidade dos quiproquós produzidos em análise. Acreditamos que o futuro da clínica psicanalítica dependerá de nossa capacidade de pensar tais questões e enfrentá-las em nossas práticas terapêuticas, sem perder de vista que nossa profunda inserção na História e nas histórias não altera em nada nossas dimensões de desproporcionalidade e extemporneidade, fontes inescapáveis de nossos erros e de nossa errância.

A ventura de seguir a aventura com Marco Velloso e Marilucia Meireles

Uma biografia de Enrique
Pichon-Rivière

Cecília Luiza Montag Hirschzon

Resenha de Marco Aurélio Fernandez Velloso e Marilucia Melo Meireles, *Seguir a aventura de Enrique Pichon-Rivière: uma biografia*. São Paulo: Casa Psi, 2007, 282 p.

Alicerçada em extensa e generosa referência bibliográfica, eletrônica, depoimentos e relatos pessoais, matéria-prima motivadora de inúmeras pesquisas que nela possam se inspirar, Marco Aurélio e Marilucia nos brindam com essa biografia profunda, cuidadosa e abrangente de um dos psicanalistas mais instigantes da nossa época e, paradoxalmente, menos conhecido.

A leitura do texto, além de um percurso contínuo, oferece, a partir do índice remissivo, um leque de opções por múltiplas áreas de interesse, dando margem a investigações que vão desde diferentes personalidades e acontecimentos vinculados a Pichon, passando por indicações históricas, geográficas, institucionais, eventos científicos, publicações, até um vocabulário amplo, incluindo obviamente a terminologia própria do autor.

A criteriosa reconstrução histórica, política e social, coerente com o perfil ideológico

Cecília Luiza Montag Hirschzon é psicanalista, formada em Ciências Sociais e Psicologia pela USP, membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae e membro associado da Sociedade de Psicanálise de São Paulo.

de seus autores, nos conduz a uma viagem pela América Latina e também pelo panorama mundial da época, que fornece referencial para avaliar o contexto e o significado extremamente avançado das suas ideias.

Os biógrafos dão-nos a oportunidade de seguir genealogicamente os primeiros passos da introdução da Psicanálise na América Latina e avaliar entre outros fatos, por exemplo, o espírito pioneiro de Durval Marcondes no Brasil, que se corresponde com Freud em 1928.

Marilucia e Marco Aurélio evidenciam também a psicanálise, desde o seu nascimento, como um campo aberto aos interesses do meio artístico e intelectual em suas tendências mais modernas, tais como o Surrealismo no ambiente europeu e a Semana de Arte Moderna de 22 em nosso meio.

A localização de Pichon-Rivière neste panorama (nasce em Genebra em 25/6/1907 e chega à Argentina em 1909) juntamente com sua filiação levam a antecipar em que direção se dará o desenvolvimento de suas concepções. Filho de franceses: o pai, Alphonse Pichon, mostrava inclinação desde cedo por uma ideologia socialista radical, sendo por esse motivo expulso da Academia Militar de Saint-Cyr a que pertencia; a mãe, Josephine de la Rivière, influência marcante em sua vida, pertencente a uma família da alta classe social francesa; embora formada num colégio católico tradicional em Lyon, já mostrava, na época, atitudes inaugurais, tais como ser a primeira mulher a fumar e a usar calças compridas.

Chegando à Argentina, a família desloca-se para o norte do país, interessada em desenvolver um projeto agrícola. Estabelecem-se em Florência, pequena cidade habitada predominantemente por índios guaranis, com quem mantêm relações abertas e que dão a Enrique a oportunidade de aprender o guarani, língua que falava fluentemente.

As atividades agrícolas fracassaram e em 1917 transferem-se para Goya, onde Alphonse passa a lecionar francês e trabalhar em contabilidade. Josephine começa a dar aulas de francês e também

de canto, terminando por fundar a Escola Profissional e Colégio Nacional de Goya, onde o próprio Enrique estuda até completar o colegial.

Quando Pichon tinha 15 anos, morre seu pai. Aos 18, dirige-se a Rosário, época em que inicia o curso de Medicina. Em 1926 chega a Buenos Aires, onde completa seus estudos e começa a exercer a profissão de psiquiatra e psicanalista.

No dia 15 de dezembro de 1942, Enrique Pichon-Rivière, juntamente com outros nomes importantes do meio psicanalítico, assinam a ata de fundação da Associação Psicanalítica Argentina, que será reconhecida pela IPA em 1949 no XIV Congresso Internacional de Psicanálise.

Paralelamente às suas atividades na APA, Pichon desenvolvia seminários no Hospício de las Mercedes (entre 1936 e 1948), onde havia nesta época cerca de 4.500 pacientes internados. Dada a impossibilidade de atendê-los em sua maioria, sua primeira atitude foi a de tentar capacitar o corpo de enfermagem para a tarefa. Em outro momento, por ocasião de uma greve de enfermeiros, incumbe os próprios pacientes a desempenhar tais funções e começa a pensar em técnicas de trabalho grupal. Podemos vislumbrar já nessas ações a antecipação dos avanços da antipsiquiatria e da luta antimanicomial.

Na época o campo mais desenvolvido da psicologia social achava-se nos Estados Unidos, representado principalmente por Kurt Lewin (da teoria da *Gestalt*) e George Mead, pensadores que tiveram influência marcante sobre a obra de Pichon. Também Gaston Bachelard na França, com seu conceito de *obstáculo epistemológico* e Henri Lefèvre, através da concepção histórico dialética, foram valiosas fontes inspiradoras. É também importante destacar a ligação do biografado com Melanie Klein, que conheceu em Londres em 1951 e com quem se supervisionou.

No final da década de 40 trabalhou na Faculdade de Medicina da UBA como chefe da cadeira de psiquiatria, mas nunca dissociou a prática clínica do ensino e da pesquisa. A ênfase na *práxis* sempre fez parte de suas colocações. Sua concepção de relação terapêutica partia da

ideia de *vínculo*. O encontro acontecia na relação entre duas pessoas com suas respectivas redes vinculares internalizadas. O objetivo era a operatividade, a mudança. Seu modo de ouvir e interpretar na transferência desidealizava o lugar do analista, tornando-o um *copensador*. Recusava-se a estabelecer uma relação de poder na relação com seus pacientes. Por outro lado, não aceitava a prática terapêutica por profissionais que não tivessem feito a sua análise pessoal. A "autoridade" do analista era simplesmente a de ter percorrido antes o caminho de conhecimento da sua própria subjetividade.

A partir dessas referências, Pichon cria a concepção de ECRO (Esquema Conceitual, Referencial e Operativo), um dos conceitos fundamentais pelo qual sua obra é conhecida.

Suas contribuições se centrarão em dois pontos principais: de um lado, a investigação psicanalítica, principalmente na época do Hospício de las Mercedes. De outro, seu pensamento marcado pela epistemologia histórico-dialética, que, levando à releitura da obra de Freud, resultará na teoria e técnica dos grupos operativos.

É desse processo que advirá sua concepção de que toda psicologia é psicologia social. Daí o conceito de *vínculo* ser pedra fundamental de sua obra. Para Pichon, sujeito e grupo são uma unidade dialética em constante transformação.

Foi casado com Arminda Aberastury, com quem teve três filhos. Arminda, que se tornou analista didata pela APA em 1953, principal introdutora do pensamento kleiniano na Argentina, tornou-se referência internacionalmente conhecida, sobretudo no campo da psicoterapia de crianças, compartilhando com Pichon o interesse e a prática nessa área.

Divorciaram-se em 1956, sendo o último período em que viveram juntos muito conturbado. Nessa época Pichon fica bastante abalado, passa a consumir anfetaminas e tem o estado de saúde fragilizado por sucessivas pneumonias e problemas neurológicos que, afetando a ingestão de alimentos,

provocavam gastrites hemorrágicas. Arminda, por sua vez, casa-se novamente. Acometida por vitiligo nos últimos anos de sua vida, acaba por suicidar-se em novembro de 1972, aos 62 anos de idade.

Uma pessoa significativa na vida de Pichon, que depois se transformou em principal colaboradora, foi Ana Quiroga, a quem ele dedicou seu livro mais importante: *Del Psicoanálisis a la Psicología social*. Auxiliou-o a fundar a *Primera Escuela Privada de Psicología Social* em 1967, da qual é diretora até os dias de hoje.

Pichon afirmava a sua autonomia ao criar esse espaço de difusão das suas ideias. Ao denominá-la Escola de Psicologia Social, explicitava que a psicanálise só podia ser entendida a partir de vínculos, o que levava a concluir que, nesse sentido, toda psicologia é psicologia social, inclusive a psicanálise.

Além disso, ao redefinir a psicanálise como psicologia social e não mais como psiquiatria, tomava atitude avançada diante da questão da saúde mental e da importância da interdisciplinaridade.

Fundou nessa época a *Primera Escuela de Psiquiatria Dinâmica* (também chamada *Pequeña Salpêtrière*), onde desenvolvia atividades pioneiras no campo da saúde mental e da psicologia social. No final dos anos 50 prevalecia em quase toda a América Latina uma ideologia de orientação marxista. Esse período foi a época em que Pichon alcançou seu maior prestígio. Em 1958, cria-se, sob sua liderança, um experimento social que veio a ser conhecido como *Experiencia Rosário*. Tratava-se de um autêntico laboratório social, de um ato inaugural de intervenção psicossocial, onde se pretendia validar as técnicas de grupos operativos, dando margem à publicação do livro *O processo grupal*, escrito em colaboração com Bleger, Liberman e Rolla.

Nesse momento, formulou o que ficou conhecida como a Lei Fundamental dos Grupos Operativos: “Os grupos são tão mais produtivos quanto mais heterogêneos forem seus participantes e mais homogênea for sua dedicação à tarefa” (p. 140).

Em 1951, Pichon, entusiasmado por Lacan, vai a Paris. Embora não aderindo ao ponto

de vista estruturalista, foi também através dele que o lacanismo chegou à Argentina.

Em 1954, juntamente com Madeleine Baranger, Bleger, Marie Langer, Gilou Reinoso, Emilio Rodrigué e outros funda a *Asociación Argentina de Psicología e Psicoterapia de Grupo*, lugar de intercâmbio de experiências e produção teórica, que abria um espaço independente e criativo.

Nesse período o país passava por uma eferescência política, principalmente nos meios universitários e intelectuais. Paralelamente evidenciavam-se conflitos entre diferentes grupos de psicanalistas dentro da APA. A instituição psicanalítica foi se fechando cada vez mais, impondo-se mais normas, tornando a hierarquia cada vez mais rígida, o que leva a uma cisão e à criação da APDEBA (Associação Psicanalítica de Buenos Aires).

Nos últimos vinte anos de vida, Pichon apresentava, junto do uso de anfetaminas, um quadro nítido de alcoolismo, que o levou a várias internações para se desintoxicar.

Em 1966, a APA suspendeu sua função didática, mas apesar disso ele nunca se desligou da instituição. A esse respeito, por ocasião do vigésimo aniversário da morte de Pichon, Emilio Rodrigué escreve: “Como presidente determinei que fosse suspenso de sua condição de analista didata. Hoje em dia, custa-me crer que tomei esta decisão. Sem ânimo de desviar a culpa, creio que minha atitude revela como se pode pensar mal dentro do clima institucional” (p. 182).

Elizabeth Roudinesco e Michel Plon também se referem a esse episódio:

Por volta de 1965 (Pichon) desinteressou-se da análise didática, mas o seu seminário, para o qual acorria a juventude, continua a lhe garantir um lugar incontestável de líder intelectual, apesar do álcool e dos medicamentos (p. 183).

Em 1972, no texto *Del Psicoanálisis a la Psicología social*, escrito com Ana Quiroga, Pichon define-se ao mesmo tempo como seguidor teórico da psicanálise junto a

uma leitura materialista histórica e dialética de seus fundamentos, rompendo com os fundamentos instintivistas da teoria psicanalítica e propondo a constituição da subjetividade a partir de uma estrutura vincular alicerçada na emergência das necessidades (p. 196).

Além do confronto com a APA, Pichon foi perseguido politicamente tanto no governo de Isabelita Perón, quanto na ditadura de Videla. Em 1975 foi pressionado por um grupo de ultradireita que exigia o fechamento da Escola de Psicologia Social, mas não cedeu às ameaças. Anos depois, em Buenos Aires, a Escola cresceu, chegando a contar com mais de mil alunos em seus quatro anos de formação de observadores e coordenadores de grupos operativos.

No Brasil, a divulgação de suas ideias se deveu principalmente a Rodolfo Bohoslavsky (1942-

1977), que deu um primeiro curso na USP em 1975, na área de Orientação Profissional.

Nos últimos anos de vida, Pichon achava-se fragilizado fisicamente, enquanto o ambiente político era o de uma ditadura das mais violentas. Dentro desse clima eram proibidas reuniões de grupos, consideradas subversivas. A morte e a solidão o ameaçavam, mas não lhe faltou a companhia dos amigos mais fiéis, que também o auxiliavam materialmente.

Pichon faleceu na noite de 15 de julho de 1977, deixando uma rica herança de conceitos que merecem ser ainda muito trabalhados. Fica a imagem de sua pessoa como uma figura humana, fascinante, libertária, criativa. Ficam também as imagens de Marco Aurélio e Marilúcia como discípulos profundamente identificados com os ensinamentos do mestre.

A psicanálise no divã

Aida Ungier

Resenha de Marci Dória Passos,
A dor que emudece – a travessia clínica
de Louis Althusser. Rio de Janeiro:
Relume Dumará, 2006, 197 p.

Apresentação

A força motivadora que anima o texto de Marci Dória Passos, *A dor que emudece*, é a petição de princípio que deve guiar todo aquele que pretende exercer o ofício de psicanalista:

a psicanálise não inclui garantias ou promessas de felicidade, mas tem um lugar fundamental, mais que isso, inaugural no universo das terapias. Por isso, sustentar a clínica psicanalítica implica pensar seus objetivos, seus limites e suas possibilidades em cada atendimento singular (p. 60).

Revelando rigor conceitual e metodológico, ela teceu em estilo claro e escorreito, a partir das duas autobiografias de Louis Althusser, uma séria reflexão sobre a psicanálise e o psicanalisar, considerando as vicissitudes de quem ousa se aproximar do desamparo humano. Dividindo em duas partes o texto, na primeira, Marci traça as linhas mestras dessa disciplina, acompanhando sua leitura de críticas pertinentes sobre a articulação en-

1 L. Althusser, *O futuro dura muito tempo*, São Paulo, Companhia das Letras, 1992, p. 11.

Aida Ungier é psiquiatra, psicanalista, membro efetivo da Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro, mestre em Teoria Psicanalítica pelo Departamento de Teoria Psicanalítica do Instituto de Psicologia da UFRJ.

tre o método de pesquisa e sua ação terapêutica. Na segunda, ela acompanha o trajeto de Althusser em estado de “teorização flutuante”, como recomendava Piera Aulagnier, examinando questões cruciais no desenrolar desse caso: o narcisismo, o imperativo do supereu, a escolha do analista.

Percorrendo a aventura freudiana, Marci inicia o texto com um exame minucioso do nascimento da psicanálise, sublinhando sua gênese a partir da introdução do conceito de sujeito, o que permitiu organizar discursivamente o sofrimento psíquico, causa de alívio para o paciente. Nosso saber se fundamenta na análise pessoal, nas supervisões, referências teóricas, discussões com nossos pares, sem esquecer nossos pacientes que testam as hipóteses que os saberes e as experiências estruturam. Ainda assim, é preciso estar ciente de que corremos riscos, especialmente se nos atrevemos a acolher casos limites ou psicóticos.

Além de Freud, Marci dialoga, ainda, com Lacan e Piera Aulagnier. A descrição cuidadosa de todos os conceitos que irá abordar em suas reflexões permite que o texto seja frequentado por estudiosos de outros saberes que venham a se interessar pela tragédia de Althusser. Enfim, por que a autora teria escolhido Althusser como caso exemplar? O que parece tê-la capturado foi o paradoxo que sua existência evidenciou. Ele próprio se autodenominou um “caraparte”. Pessoa de difícil contato, intelectual respeitado, defensor e interlocutor da psicanálise, assassinou sua mulher num surto maníaco após superar anos de tratamento e inúmeras internações. Mesmo depois da tragédia, foi capaz de uma rica produção teórica, em busca de sentido para a perda da voz e a passagem ao ato. Na autobiografia de 1976, *Os fatos*, ele afirmou ter atravessado os fantasmas fundamentais que o atormentavam, ao longo dos quinze anos de percurso analítico, que parecia dar por terminado. Como justificar tal fracasso após expectativas tão positivas? Apesar desse fracasso, a psicanálise foi o instrumento utilizado por Althusser para dar e prestar contas de seu ato, para significar suas depressões e para recuperar a cada internação uma vida produtiva e os laços sociais.

A origem da tragédia

Lucienne Berger casa-se com Charles Althusser porque seu noivo, Louis, irmão de Charles, morreu em Verdun, durante a Primeira Guerra Mundial. Ela jamais o esqueceu, homenageando-o ao dar seu nome ao filho, marcando, assim, o início da trágica vida de Louis Althusser, que viveu à sombra de um morto cujo nome carregava, perturbado por não existir por si mesmo. Sabia que o amor de sua mãe, na verdade, era dedicado ao tio, e que seu olhar o atravessava e buscava esse morto. Marci sublinha que a marca inicial do duplo perseguiu Althusser ao longo de toda a sua vida, levando a autora a refletir sobre o narcisismo, fenômeno que tem lugar fundamental na estruturação do eu e do jogo pulsional. O simbólico se constitui a partir da discriminação mãe-bebê, dada a necessidade de nomear os estímulos, afastamento fundamental para o surgimento do sujeito, promovido pela presença paterna. A autora credita à precariedade da figura paterna as perturbações nas relações amorosas de Althusser. A experiência sexual era uma violação da lei do incesto, e abria para ele o abismo da depressão e o risco da morte.

Seu pai lhe era abjeto, violento, impulsivo, forçando-o a proteger sua mãe-mártir. Ao sair de casa lançava-lhe uma advertência: “Faça-a feliz!”. Ficava confuso e aterrorizado, pois não escutava uma interdição ao corpo materno, porém, uma franquia. Sem o reconhecimento da interdição paterna, a dupla mãe-filho ficou condenada a uma terrível solidão a dois. Diante do perigo da vida erótica, manteve-se “puro” até os 29 anos, sublimando seus desejos através de uma dedicação sem limites à academia, ao sucesso escolar e à carreira literária. Mantinha com seus mestres uma posição de filho obediente e dócil, angariando proteção. Por outro lado, colocava-se como protetor desses pais, o “pai do pai”, surpindo, onipotentemente, as falhas do pai real e mascarando sua própria impotência. Essa trapaça se repetiu com Lacan e Diatkine. Era difícil para Althusser discriminar aquilo que admirava

ou os papéis que assumia a fim de seduzir seus mestres. Onde ele era verdadeiro e onde se iniciava a impostura.

A escolha do analista

Em 1950, Althusser iniciou o tratamento com Laurent Stévenin, que praticava análise sob narcose e era terapeuta de seu amigo Jacques Martin, permanecendo com ele até o suicídio deste em 1963. Stévenin cuidou, também, de sua mãe e irmã, bem como de vários amigos do filósofo, sendo descrito como um médico generoso que o atendia e internava sempre que seu desespero se tornava inominável. Por recomendação de uma amiga, procurou Diatkine, alguém com ombros suficientemente fortes para aguentá-lo. No entanto, a experiência de análise demonstrou que as escolhas possuem razões inconscientes, decididas, apenas, ao longo do processo.

Diatkine e Stévenin trabalhavam de forma inteiramente diversa. A experiência de análise face a face com Diatkine o tranquilizava, sabia que o analista estava ali. Ele não usava narcose, não valorizava positiva ou negativamente um sintoma e percebia as intenções de seu paciente. Desde o início do tratamento, os episódios de ameaça de suicídio, chantagem e hospitalizações ocorreram, mesmo contra a vontade do analista. Althusser percebia, muitas vezes, nos silêncios carregados, o esforço de Diatkine para dominar a contratransferência.

Em 1965, seu amigo Julien Sebag, analisando de Lacan, suicidou-se. Jamais confiara suficientemente no mestre, a ponto de tomá-lo como analista. Ao ouvi-lo em 1945 num ciclo de conferências sobre psicopatologia achou-o detestável, um discurso feito para impor o terror da ignorância. Porém, ao ouvi-lo em 1959, no *Sainte-Anne*, ficou seduzido, tornando-se interessado pelo saber da psicanálise. Após o suicídio de Jacques Martin, temeu chegar ao mesmo lugar. Em 1963, Lacan havia sido afastado do *Sainte-Anne* e solicitou que Althusser interferisse junto a Hyppoli-

te, que era diretor da *École Normale*, para receber seus seminários naquele estabelecimento. Anos mais tarde, quando foi convidado a retirar-se, também, da *Rue d'Ulm*, Lacan tornou a procurar Althusser, que estava internado e nada pôde fazer, sendo por isso abandonado.

Mesmo sem tomá-lo como analista, Althusser continuou interessado pelo ensino de Lacan, inspirando-se nele para escrever artigos sobre psicanálise, percorrendo sua obra numa aventura intelectual autônoma e significativa, que se faz notar em sua produção teórica, suas autobiografias, sua correspondência e mesmo sua análise com um não lacaniano, que havia sido analisado por Lacan. Quando Sabag se suicidou, ele temeu ter o mesmo destino, caso tivesse o mesmo analista, pois as justificativas do analista para interromper a análise não lhe pareceram convincentes: Sabag se apaixonara pela filha de Lacan. Althusser desenvolve, então, suas reflexões a respeito da aplicação forçada da teoria à prática, a fim de defender o analista da angústia do duro embate do encontro clínico, reflexões lúcidas e pertinentes, o que nos deixa aturdidos frente à obviedade das medidas protetoras que deveriam ter sido tomadas para evitar o desastre. Certamente, algo mais forte e mortífero se impôs para que seu destino se cumprisse.

Marci nos convida a pensar sobre as dificuldades inerentes ao trabalho com psicóticos, mais ainda, quando se trata de alguém cujo saber e fama ultrapassam os limites do hospital. Althusser reconheceu que conseguia chantagear ou seduzir seu analista. A autora pergunta: quando o analista pode garantir que se trata de uma chantagem e a proteção institucional é prescindível? Teria Althusser produzido tanto sem as barreiras de proteção que o cercavam? Até que ponto o destino poderia ter sido outro se as questões afetivas não tivessem perturbado a escuta psicanalítica?

Como um castelo de cartas, toda essa estrutura começou a ruir entre 1976 e 1977. Seu pai morreu; casou-se formalmente com Helène; Lacan fechou a escola; decepcionou-se com Stalin e o Partido Comunista; afastou-se de Franca, amor

de toda a vida, companheira da aventura intelectual e política dos anos 50 e Helène, a seu pedido, foi se tratar com Diatkine. Por fim, seu analista não deu a devida importância ao texto que lhe endereçara: "Transferência e contratransferência: são coisas conhecidas há muito tempo". É possível, segundo Marci, que Diatkine, contratransferencialmente, tenha deslizado para uma disputa de saber; por outro lado, a intensidade dos afetos presentes nessa dádiva pode ter provocado uma indiferença estratégica, destinada a forçar o trabalho analítico. Na folha de rosto do artigo, é o nome de Diatkine que aparece como autor, apontando uma confusão identificatória que dá ideia de um campo transferencial bastante complicado para os movimentos do analista.

Althusser reconhecia ser uma pessoa difícil, todavia, com Helène conseguiu desenvolver uma fraternidade que deixava a união mais ou menos a salvo. Conheceram-se em dezembro de 1946, apresentados por Georges Lesèvre. Estabeleceu-se, imediatamente, o *pathos*. Louis se identificava com Georges, até mesmo pela proximidade do nome de sua irmã Georgette. Este ia visitar a mãe, logo, Althusser passa a "cuidar" de Helène, salvá-la, ao perceber sua dor e solidão infinitas. Ela sofrera perseguições por ser judia, todavia a mais nefasta foi ter nascido menina quando sua mãe queria um menino. Tornou-se impulsiva e rebelde. Helène, também, ficou impressionada com aquele adolescente desajeitado, uma alma do outro mundo. Esses dois seres se uniram compartilhando a mesma angústia, a mesma expectativa desesperada.

Althusser fez amor pela primeira vez aos 30 anos sendo tomado por uma repulsa, extremamente violenta. O conflito que se configurou entrelaçava a proibição da mãe em relação a um corpo sexuado, a intrusão materna no que diz respeito a seu corpo e a seu sexo e uma sensação de que estaria realizando o incesto. Seu sofrimento levou-o à primeira internação no *Hôpital Sainte-Anne*, onde Pierre Male diagnosticou "demência precoce". Proibido de receber visitas, inclusive Helène, marido e mulher se encon-

travam às escondidas e esta levou o psiquiatra Julian Ajuriaguera para examiná-lo. O novo médico modificou o diagnóstico para uma gravíssima melancolia e prescreveu eletrochoques. Marci ressalta que a psicanálise propõe pensar o sintoma como um enigma a ser decifrado e não eliminado; além disso, apesar da estrutura, a singularidade que marca o encontro de cada sujeito com o real é inquestionável, logo, chegar rapidamente a um diagnóstico pode ser uma obstrução do saber, pelo saber ou pior, uma devastação.

A parceria sintomática estabelecida pelo casal vai se tornando clara. Helène foi uma criança franzina e furiosa, transformando-se numa mulher que, apesar de amar desesperadamente, não acreditava na possibilidade de ser amada, dado que se via como um ser abjeto. Se Helène foi odiada por sua mãe, por outro lado foi amada por seu pai que adoeceu de câncer, quando ela contava 10 anos. Cuidou dele ajudada pelo Dr. Delacroix, de quem sofreu abuso sexual. Um ano após a morte do pai, o mesmo ocorreu com sua mãe e, em ambos os casos, foi o Dr. Delacroix quem prescreveu a injeção de morfina que os mataria. Sendo assim, ela matou o pai que amava e a mãe que odiava.

As relações de Althusser eram sempre fusionais, havia uma complementaridade. Tinham enorme necessidade um do outro, todavia qualquer experiência de alteridade provocava explosões de agressividade próprias das relações narcísicas. Helène sempre se recriminou por não ter salvado o padre Larue, com quem viveu um caso de amor e que foi executado pelos alemães em 1944. Althusser mais uma vez viria substituir um amor morto no campo de batalha. Do mesmo modo, ele colocava Helène, frequentemente, frente a outras mulheres. Certamente o que ele pretendia era obter, através dela, a aprovação da mãe e do pai em relação a uma mulher.

Um destino anunciado

Tal como Althusser, Helène convivia com os grandes pensadores dos mais variados saberes, in-

clusive da psicanálise. Para Lacan, poderia se dedicar à psicanálise, em virtude da sua capacidade de insight, além do interesse na literatura sobre a matéria, por isso suas reflexões eram sempre consideradas por Althusser. Em 1964 ela envia para o namorado uma carta onde teoriza sobre a etiologia de sua doença criando um “destino familiar”. A tragédia edípica teria se perpetuado quando ele contava seis meses e Charles conheceu-o, ao voltar da guerra. Lucienne teve que aceitar o marido que não amava. Porém, desejava ter tido um filho com o noivo morto, seu verdadeiro marido, daí, o menino passou a receber toda a reserva de amor a ele destinada, tornando-se seu verdadeiro marido. Imaginariamente mantém a fantasia do marido / pai “verdadeiro”, enquanto o “falso” marido / pai real renuncia à sua função tornando-se um intruso. A criança se torna violenta, não contra o pai, que para ele é o avô materno, porém, contra o intruso que se impõe a sua mãe, numa clivagem decisiva: o pai real nunca será reconhecido pela criança como tal e a criança está constrangida a ser seu próprio pai.

Quinze dias depois Althusser tem um sonho no qual deve matar sua irmã, ou ela deve morrer, há uma obrigação impossível de evitar, um dever, numa data ou hora prescritas. Matá-la com seu acordo: uma espécie de comunhão patética no sacrifício. Ele lembrou, ainda, que havia algo de erótico na descrição dos corpos da mãe, da irmã, da avó, de quem deveria cuidar, transformando o cuidar em salvar, enxergar o Outro como doente, desviando, assim, o olhar do sexual. Enfim ele questiona e responde: por que é minha irmã que eu devo matar? Sem dúvida, pavor de matar o Outro pelo ato sexual. A única maneira de ele se desculpabilizar seria o Outro se deixar matar. Infelizmente, este sonho não recebeu a atenção devida, no trabalho de análise, pois antecipava um destino que veio a se cumprir.

Helène matou seus pais e era como uma irmã para Althusser. Precisava ser punida e salva e somente a morte poderia libertá-la de tanto sofrimento. Marci considera que, não podendo acceder à dimensão simbólica da castração materna

que lhe possibilitaria um corpo próprio e uma vida autônoma, Althusser passou ao ato. O que é mais terrível, especialmente para nós, psicanalistas, é que ele tinha consciência do que estava se passando, todavia esse registro não barrou o gozo mortífero. Ele precisava matar a mãe/irmã, como forma extrema de subjetivação e Helène precisava ser executada pela morte dos pais e do homem amado.

As vicissitudes do exercício da psicanálise

Lacan utiliza a metáfora da garrafa lançada ao mar com uma mensagem, cujo destino depende das invisíveis correntes marítimas. Que correntes impediram Diatkine de decifrar a mensagem contida no sonho profético? Dentre tantos empecilhos, havia grande intimidade entre o casal e a família do analista. O fato é que a massagem no pescoço de Helène, como no sonho, evoluiu para o estrangulamento sem que Althusser pudesse explicar. De junho a setembro Althusser permaneceu internado, delirante. Tentou retornar para casa, porém, a situação tornou a se agravar. Foi um tempo terrível até que Helène pediu para ser assassinada, causando-lhe horror. Diatkine interveio, propondo uma internação, para dois dias mais tarde, em 15 de novembro, última entrevista com Althusser. Ao pesquisar os últimos momentos que antecederam a tragédia na tentativa de dar um sentido para seu ato, Althusser descobriu que, nos dias 13 e 14, Helène havia suplicado a Diatkine que não internasse o marido. O analista concordou em aguardar até o dia 17. Essa súplica e a absoluta falta de reação enquanto era estrangulada induzem a pensar na realização de um desejo. Althusser encontrou, ainda, uma carta datada do dia 14 na qual Diatkine solicita de Helène uma resposta urgente, pois o casal havia cortado todos os contatos, inclusive com o analista.

Impõe-se, novamente, a questão sobre o lugar do analista na corrente do destino. Qual seria o

“desejo do analista” como operador nos momentos radicais? O que constitui um real irreduzível aos esforços do sujeito e do analista, aquilo que nenhuma análise dá conta? O que na experiência precoce com os pais tem “voz de oráculo” e se estabelece como um imperativo superegoico forçando a satisfação? Ou seja, estaríamos sempre entre o destino como o inexorável de certas marcas ou pela maneira como interpretamos o desejo materno, e os acasos, os fatos contingentes da vida.

Após matar Helène, Althusser foi condenado à impronúncia, uma morte “biográfica”, sendo recolhido a uma instituição psiquiátrica. Em 1982 voltou a escrever, tendo antes que prestar contas pela morte da mulher. Inicia seu arrazoado dizendo que “escrevia esse livro em outubro de 1982, ao sair de uma prova atroz de três anos, cuja história, quem sabe, contarei talvez um dia”¹. Como sabemos, o ato falho é o único ato verdadeiro. Haviam se passado dois anos do assassinato de Helène e três anos do suicídio de Nikos Poulantzas, amigo comum do casal. Se fosse Nikos quem tivesse morrido, Helène estaria viva. Se fosse suicídio, ele não teria tanta culpa.

Althusser faleceu aos 72 anos, após uma lenta falência orgânica que culminaria com sua segunda morte, a “biológica”, em 1990. Em 1992 surge um livro de sua autoria em que constam duas autobiografias: a de 1976 e outra de 1985, *O futuro dura muito tempo*. Trata-se de uma publicação notável, onde um sujeito que se confessa louco e assassino não deixa de ser considerado um intelectual brilhante, excepcionalmente inteligente, provando que a psicanálise pode ser impotente diante de uma dor que emudece e mata. O valor da psicanálise é posto em xeque, ela é desidealizada e revalorizada, segundo perspectivas mais ajustadas à realidade. Oxalá, o texto de Marci Dória Passos faça escola e desperte em cada um de nós, que somos psicanalistas, o fascínio pelo “não sabido” que deve animar todo trabalho de pesquisa e que é a fonte da originalidade do método psicanalítico.

¹ L. Althusser, *O futuro dura muito tempo*, São Paulo, Cia. das Letras, 1992, p. 11.

A psicanálise entre o belo e o feio

Betty Fuks

Resenha de Chaim Katz, Daniel S. Kupermann e Vivian Mosé (orgs.), *Beleza, feiura e psicanálise*. Rio de Janeiro: Contracapa/Formação Freudiana, 2004, 158 p.

156

PERCURSO 42 : junho de 2009

Ao final da redação de *Totem e tabu*, Freud se pergunta sobre os modos pelos quais uma herança arcaica, os traços de memória arrastados pelo fluxo caudaloso do tempo e perdido entre as ruínas dos séculos, é transmitida de uma geração a outra. Ao encontrar a resposta em Goethe, “Aquilo que herdaste de teus ancestrais, conquista-o para fazê-lo teu”, Freud interpreta o verbo conquistar ao pé da letra: despertado por um acontecimento atual, o legado da geração antecedente sofre um processo de reatualização, isto é, é reescrito e ressignificado pela geração procedente. Sobre a autoridade da literatura, concebe um imprevisível princípio de transmissibilidade que não o da natureza: o princípio de operação recorrente. Trata-se de uma operação de retorno a um ponto de origem que, paradoxalmente, dará origem a outra montagem da narrativa oral, a história que sustenta e leva a termo a transmissão. A ideia de que a transmissão da cultura é efeito de uma temporalidade complexa que envolve a reescrita do passado no presente com vistas ao devir levou Lacan a propor o princípio de operação recorrente à transmissão

Betty Fuks é psicanalista, professora da PUCRJ e da UVA (RJ). Autora de *Freud e a judeidade, a vocação do exílio* (Zahar, 2000) e *Freud e a cultura* (Zahar, 2008, 2.ed.).

da psicanálise. Cada analista precisa reinventar, a partir do que conseguiu retirar do fato de ter sido analisando, por algum tempo, o modo pelo qual a psicanálise pode durar.

Entretanto, desde Freud, a transmissão da psicanálise jamais ficou restrita às quatro paredes dos consultórios. Sociedades, Instituições e Escolas se formaram ao longo destes centos e poucos anos da existência do inconsciente freudiano. É verdade que algumas delas foram responsáveis por uma série de desvios teóricos que terminaram lançando a psicanálise num tecnicismo ideológico grave que contribuiu para a adaptação da feiticeira – a metapsicologia – à ordem social vigente. Por outro lado, apesar da renovação e recuperação dos conceitos fundamentais da psicanálise que algumas instituições promoveram durante décadas, acabaram perdendo o caráter revolucionário, necessário à transmissão da psicanálise, para se transformarem em grandes organizações de massa, onde o investimento do analista ficava dirigido à sustentação dos interesses da instituição e não aos significantes da psicanálise. Será este o destino final das sociedades de analistas que, submergidas às exigências sociais, tornam-se inimigas do que deveriam proteger?

Não é isso que atesta o livro *Beleza, feiura e psicanálise* organizado por três membros da Formação Freudiana, Chaim Samuel Katz, Daniel Kupermann e Viviane Mosé. Por si só o título, tema do 10º. Encontro Anual da Formação Freudiana, ocorrido em 2001, no Rio de Janeiro, por ocasião da comemoração dos dez anos de trabalho, atesta o compromisso e a responsabilidade dos membros dessa instituição na tarefa de transmissão da psicanálise de modo criativo e singular. Trata-se de uma coletânea de textos sob óticas diversas dividido em quatro partes: “Considerações quase inatuais”; “Narcisismo e ideais na contemporaneidade”, “Estética da sublimação”, e, finalmente, “Literatura e psicanálise”.

Seria difícil resenhar por completo todos os artigos. Por isso vou me valer, sem parcimônias, do recurso de reproduzir alguns pequenos

trechos do texto de cada autor. Desnecessário dizer que o equilíbrio entre os escritos, razão pela qual o livro está esgotado e em vias de sair sua segunda edição, talvez contribua para alguma injustiça que eu possa fazer; a qualidade de todos os textos é a excelência.

Inaugurando a primeira parte, “Belo e feio, feio e belo: outras indicações”, Chaim Katz indica a vantagem do analista em pensar e refletir sobre a feiura no interior da obra freudiana. Dono de invejável erudição, Katz começa levando o leitor a passear pelo universo de Narciso cantado por Ovídio e Heráclito e a rastrear o conceito de narcisismo em Freud, Sadger e outros para fazê-lo refletir sobre a emergência do Belo antes de desdobrar o Feio. Discípulo de Ferenczi, encontra nas afirmações deste analista a relação simétrica entre o autoerotismo, estágio da alma humana, e a feiura. No universo da feiura, Katz se vale do pensamento de autores como Foucault e Erasmo, para desvendar o estatuto positivo e positivado desta categoria e propor uma abordagem outra às questões que aparentemente parecem ser contraditórias:

Ao considerar Belo e Feio fora de uma oposição ou pensá-los não dialeticamente, ou seja, um elemento sendo a consequência ou contrapartida do outro, talvez possamos aprender algo novo sobre eles (p. 28).

Em “Alteridade na Estética: reflexões sobre a feiura”, o filósofo Charles Feitosa propõe o feio como o outro do belo. O feio é um

conceito sem disciplina própria, desterritorializado da geopolítica filosófica, trata-se de um “sem-terra” da estética, talvez não seja nem mesmo um conceito em si, mas apenas um oco, um vão, um vazio (p. 30).

Seguindo as indicações de Nietzsche, para quem a questão do feio necessita da transvalorização dos valores estéticos, o autor denuncia, com palavras contundentes, o fato de que qualquer normatização da beleza e feiura não poderá ocorrer em termos absolutos, sob pena de escamotear a ur-

gência de se reconhecer o feio para aprender a conviver com a diferença.

A feiura fascina? Eis o que Daniel Kuperman procura responder pelo avesso, indagando o efeito siderante e imperativo da beleza na atualidade. Para demonstrar que a feiura remete à alegria e ao riso, o autor usa “Os chistes e sua relação com o inconsciente”, texto em que se encontra a primeira referência à feiura em Freud, como farol para iluminar sua escrita. A comichidade se interessa pelo que é feio pois, quando este é exposto pela luz do dia, torna-se cômico, provoca risos e alegria. E o grotesco? O estudo do “estranho” freudiano aliado à pesquisa sobre o “grotesco” desde a Idade Média autoriza o autor de “A feiura fascina” a enunciar que, se

é verdade que, em parte, desaprendemos a rir com manifestações que se opõem à beleza idealizada, a clínica psicanalítica sugere que não desaprendemos de todo. O contato com a alegria própria do grotesco, que o discurso sobre a feiura proporciona aos analisandos, indica que ainda é possível a transposições das fronteiras impostas ao ego pelo mundo utilitário vigente desde a modernidade (p. 48).

Sem dúvidas, o acolhimento da psicanálise ao grotesco e à feiura é uma questão política para os psicanalistas que insistem em escutar a inesgotável melodia pulsional.

Terminando a primeira parte, Luiz Felipe Nogueira de Faria, em “A produção da feiura na clínica psicanalítica: anotações sobre a patologização da vida cotidiana”, escolheu as palavras de Clarice Lispector – “O que verdadeiramente somos é aquilo que o impossível cria em nós” – para introduzir uma articulação precisa entre produção de conceitos do campo da estética e a clínica psicanalítica. É que o poeta, conforme escreveu Freud em *Gradiva*, adianta e diz melhor o que nós analistas alcançamos dizer sobre a transferência, a duras penas. Uma belíssima introdução no texto de Farias expõe alguns “questionamentos da psicanálise sobre o seu impacto nas subjetividades”, induzindo o

leitor a retirar consequências maiores do caráter transgressivo da experiência analítica e, sobretudo, reencontrar sua tragicidade. Na mesma introdução, as indagações em torno “do encontro da psicanálise com outros saberes com os quais estabelece relações próximas dele se diferenciando” (p. 61) terminam conduzindo o autor a enunciar a proposta de que, na clínica, “a produção da feiura, tanto quanto a da beleza, refere-se essencialmente, à presença do analista como indisponibilidade/disponibilidade para o acompanhamento do percurso de se fazer sujeito” (p. 61) durante uma análise.

Eduardo Leal, em “Para sempre diante de um olhar: sobre os sentidos das modificações corporais”, oferece uma visão panorâmica histórica das modificações corporais, a partir da qual destaca três marcas deixadas pelas diferentes modalidades de ação sobre a compreensão que se pode ter da experiência de ter um corpo. A primeira marca diz respeito ao fato de que a “modificação corporal faz aparecer ou reaparecer algo que, na experiência da corporeidade, seria da ordem do estranho” (p. 69); a segunda é que “o corpo é um território”; e a terceira é que “a modificação corporal se constitui a um só tempo como afirmação de uma existência singular e marca de pertencimento ao grupo” (p. 70). O denominador comum das três marcas, diz o autor, reside no feito de que “modificações do corpo retomam o olhar como um operador fundamental na relação com o outro, um olhar que traz intensidades, que revela estranhamentos ou acolhimento, recusa e reconhecimento” (p. 70). Daí porque são experiências que se dão no limite da vida e da morte.

Aldoux Huxley, em *Admirável mundo novo*, inspirou as reflexões de Eduardo Pontes Brandão sobre a contemporaneidade. Nosso não mais admirável mundo guarda inúmeras semelhanças com o mundo do escritor, o que confirma a tese de Lacan de que é com o artista que o analista aprende. O mundo de Huxley e o nosso comungam do gozo desenfreado do princípio de entretenimento e do vencer a qualquer

custo, mesmo que isso signifique o extermínio do outro. “Sexo e beleza na contemporaneidade” problematiza a concepção de beleza como ideal normativista e demonstra de que modo ao lado da feiura corresponde “na clínica atual a uma corporeidade até então inaudita em que o

corpo se torna palco para os mais diversos pactos estéticos que celebram o prazer, a sedução, a criatividade, o humor, o fascínio, o horror e quiçá a beleza (p. 80).

“Culto ao corpo na contemporaneidade: prazer ou dever?” – título que por si só mergulha o leitor na problemática do supereu freudiano. A autora com especial acuidade para com os fenômenos e manifestações culturais atuais mostra como o lazer, a diversão e o cuidado com o corpo tornaram-se uma obrigação moral. As aparências enganam, confirma Marta Peres: “Muitas vezes, o narcisismo dessas atividades físicas possui caráter persecutório, de reforço disciplinar, ultrapassando um *laisser-aller* hedonista” (p. 84). A autora defende, em base ao pensamento crítico de alguns autores importantes, a ideia de que estilos de vida atuais calcados no imperativo de malhação reprimem os gestos mais livres em nossa sociedade urbana contemporânea. Nesses tempos de penúria intelectual, quando muitos analistas preconizam o fim do recalque freudiano, um texto como o de Peres recupera o vigor da teoria do conflito entre sujeito e cultura.

Pensar os passos da invenção da humanidade implica refletir sobre a perfeição e a imperfeição, o belo, a feiura ou o horror. Estes são, segundo Nízia Villaça, alguns “dos desafios contemporâneos diante dos quais a estratégia mais adequada parece ser o jogo, a abertura, o controle do risco, a composição que integra alteridade e semelhança com o outro e com o mundo”. “Corpos tecnológicos” traz uma reflexão filosófica contundente a respeito da junção homem e máquina. Partindo de uma panorâmica visita ao campo da tecnociência, a autora defende a ideia de que a técnica introduziu mudanças tais

que determinaram uma nova estética identitária dirigida pela mutação. Do ponto de vista da História da Cultura, isso determinou um giro no olhar da filosofia sobre os processos de subjetivação no contemporâneo. Consequentemente, a articulação entre filosofia e ciência pensada e apresentada por Villaça é de grande valia para os psicanalistas que, na trilha de Freud, determinaram-se a escutar o corpo como “uma superfície que reflete as características peculiares da vida moderna” (p. 100). O texto apresenta, também, uma importante discussão filosófica a respeito do campo artístico e a crise da representação da estética do monstruoso.

Os estudos de Gláucia Dunley sobre o pensamento trágico são bastante conhecidos entre nós. Desta vez, em “Uma ficção psicanalítica”, a autora alcança realçar a correlação entre sublime, estética e sublimação através do pensamento trágico freudiano. Para tanto concebe, com ousadia, uma ficção que a obriga reunir três modos de pensamento: o poético, o filosófico e o psicanalítico. Com eles procederá à leitura de “Uma perturbação da memória em Acrópolis”. Situando Freud para além da posição de *Oidipus-Tyrannos*, “possuidor de um saber que lhe permitiu criar a ciência dos sonhos” (p. 105), desenvolve uma ficção perscrutando a sensação de estranheza confessada que tomou conta do criador da ciência dos sonhos em Acrópole. De forma inquietante, na medida em que sua escrita provoca no leitor indagações, Dunley evidencia que nessa ocasião Freud teria sido levado a iniciar um tempo de luto no qual “foi possível a construção de um saber trágico da psicanálise que encontrará na elaboração da pulsão de morte uma de suas maiores expressões” (p. 105). Por mares bastante navegados – as noções psicanalíticas de desamparo e finitude – a autora sobrepõe o que já foi dito sobre esses temas, extraído do texto de 1936 um Freud trágico, amante da arte trágica que precedeu a constituição da filosofia.

Penso que o núcleo organizador das reflexões freudianas sobre a arte e o belo é o problema da expe-

riência estética. Creio que tudo o que Freud chegou a formular sobre arte e beleza se origina em uma preocupação com a experiência psíquico-corporal por elas provocadas, e não em um interesse abstrato pela beleza ou pela arte em si mesma (p. 114).

Nesses termos Inês Loureiro introduz o problema complexo e muitas vezes mal delimitado sobre a conexão estabelecida entre o campo da psicanálise e o da estética. Entretanto ela própria consegue fazer de “Sobre as várias noções de estética em Freud” um guia preciso aos que desejam pesquisar a estética psicanalítica. Do livro sobre os chistes, passando pelo célebre *O sinistro* ao não menos famoso *Mal-estar na cultura*, a autora delinea, com precisão, três noções de estéticas e distingue dois empregos do adjetivo “estético” na obra freudiana. Ao final do texto ressalta, com muita propriedade, que Freud “sempre advertiu de que o gozo da beleza é imprescindível” (p. 121) ao homem, diluindo um pouco a afirmativa corriqueira de alguns analistas de que Freud teria sido um pensador totalmente pessimista.

Leila Cunha da Silveira traz as contribuições lacanianas ao conceito de sublimação e ao fenômeno do belo na experiência analítica. Numa leitura cuidadosa de *A ética da psicanálise*, a autora de “O fenômeno do belo e a sublimação” procura rastrear o modo como Lacan demonstrou “que o domínio do belo está na experiência analítica”, a partir do emprego da noção filosófica do bem. Se o bem se “relaciona ao desejo apenas quanto à sua estrutura de engodo, sustentada pela fantasia”, seria um engano pensar a psicanálise por essa via. Já o belo, “em sua função singular em relação ao desejo, não engana, pois, ao mesmo tempo que abre nossos olhos, acomoda-nos em relação a essa estrutura que está ligada ao desejo, à fantasia” (p. 127). Baseada na teoria laciana, a autora afiança que numa análise a travessia da fantasia que vai de encontro ao surgimento do real não poderia deixar de ser uma abertura “para que o sujeito possa cingir novas formas mais ‘belas’ do [dizer]” (p. 128).

Assim chegamos à última parte do livro, “Literatura e Psicanálise”. Os textos “A mais íntima estranheza”, de Patrícia Saceanu, e “O *Unheimliche* freudiano: interfaces entre psicanálise e literatura”, de Waleska B. Cheibub, referem-se à especificidade da conexão entre as duas disciplinas à luz da noção freudiana de inquietante estranheza. Saceanu rastreia a noção de angústia tendo como pano de fundo o conto “O Horla” de Maupassant e, em seguida, trabalha o conto de Guimarães Rosa “O espelho”, tomando-o como exemplo conclusivo do percurso de uma análise. É digno de nota que a autora, mantendo-se fiel ao dito de Freud de que, diante do artista, o “analista deve depor suas armas”, se abstém de psicobiografar a vida do artista ou mesmo de psicanalisar a obra. Seu interesse recai sobre o parentesco entre a psicanálise e o fazer artístico criador.

Na mesma linha, Cheibub, partindo do texto *O estranho*, examina os argumentos de Freud em relação ao inquietante da psicanálise com o objetivo de fazer visível o modo como as interpretações sobre a alma humana da criação artística permitiram ao mestre de Viena ver, num jogo de espelhos, a própria face da construção psicanalítica. Retomando o tema mais específico de *Beleza e feiura na psicanálise*, a autora aborda o mundo do grotesco romântico de

Hoffmann, autor do conto que inspirou Freud a escrever *Das Unheimliche*, texto no qual revela a dupla face da inquietante estranheza: alegria e angústia.

Por fim, o texto de Viviane Mosé apresenta uma reflexão filosófica sobre o tema da literatura em sua relação com o vazio. Partindo da afirmativa de Michel Foucault de que o fim da certeza e da segurança das categorias da razão, desde o século XIX, produziu o advento da literatura como fenômeno de linguagem, Mosé sonda, no pensamento de Nietzsche e de Blanchot, do que se trata a literatura, isto é, do que se trata aquilo que “faz falar o que não pode parar de falar”. A literatura é “o vazio que circunda cada palavra da obra” (p. 147), o mesmo vazio do branco que permanece na página preenchida pelas letras. A escrita, afirma Freud em *Mal-estar na cultura*, “é o substituto do corpo materno, a primeiríssima vivenda”; repara uma perda, um feito à alma dada a sua imaturidade que a deixa criança. Qual é a relação da escrita psíquica e da escrita da teoria psicanalítica com o fazer literário? Essa é uma das perguntas que o analista se coloca diante do que apreende em “Literatura e vazio”. Para respondê-la deverá se permitir quebrar as certezas do que já sabe, arriscar acolher o outro, enunciar um dizer sobre o dito e, com isso, garantir a transmissão do legado freudiano.

Um compromisso com o futuro da Psicanálise

Glauca Peixoto Dunley

Resenha de Marcel Mauss, *Ensaio sobre o dom*. In: *Ensaio sobre a dádiva*. Lisboa: Edições 70, 2001.

Introdução à obra

Correr o risco de resenhar um livro maior como *Ensaio sobre o dom*, de Marcel Mauss, é colocar-se de pronto na esfera ética da desconstrução, que todo livro ou texto seminal exige, dada a imensidão de trilhas que abre para o pensamento em vários campos do saber. Ou seja, é expor-se a reconhecer a própria dívida com o saber ao procurar criar uma interlocução do texto de Mauss com os de outros pensadores implicados nesta lógica do dom e da dívida dos saberes entre si.

Considerado um clássico da antropologia, escrito em 1925, ou seja, no contexto do pós-guerra, o *Ensaio sobre o dom* é um livro que propõe

1 Dunley, Glauca. *A festa tecnológica – O trágico e a crítica da cultura informacional*, São Paulo/Rio de Janeiro, Escuta/Fiocruz, 2005.

2 A ciência e a técnica modernas, diferentemente das formas que as precederam, caracterizam-se por seu caráter interventivo, onde se expressa o desejo do homem de conhecer a natureza para dominá-la.

Glauca Peixoto Dunley é psicanalista, mestre em Teoria Psicanalítica (UFRJ), doutora em Comunicação e Cultura (UFRJ), com pós-doutorado em Comunicação e Cultura (ECO/UFRJ) e em Serviço Social (ESS/UFRJ), membro do Fórum do Círculo Psicanalítico do Rio de Janeiro. Autora dos livros *O silêncio da Acrópole – Freud e o trágico – Uma ficção psicanalítica* (Forense Universitária/ Fiocruz, 2001), *A festa tecnológica – O trágico e a crítica da cultura informacional* (Escuta/ Fiocruz, 2005); *Sexualidade e educação: um diálogo possível?* (org., Gryphus /Forense, 1999).

enigmas, paradoxos, sobre essa estranha tarefa de ser humano, coletivamente. Matéria essa desde sempre excitante e instigante para psicanalistas, assim como para estudiosos ou pensadores engajados em formular questões que diagnostiquem o presente na direção de um futuro mais justo, mesmo que para isso tenham que proceder a genealogias que levem, como no caso de Mauss e de Freud ao encontro do arcaico, do *Ūr*. Isto é, pensadores que tiveram a audácia de desterritorializar seus saberes à procura de traços que possam, talvez, diminuir “a miséria erótica dos povos”, na trágica expressão de Freud em “Psicologia das massas e análise do eu”. Ao usá-la, Freud se refere ao momento em que o laço social se desfaz, se esgarça, e a ameaça do pânico se torna iminente, ao serem perdidas as identificações que ligam os componentes de um grupo humano entre si, a partir da dissolução do vínculo com o líder.

Considero possível pensar esta dissolução gradual e radical dos vínculos que vem ocorrendo na passagem da modernidade para o contemporâneo na esteira da proclamação da morte de Deus por Nietzsche há pouco mais de cem anos¹. Seus significados fizeram do século xx uma cena niilista por excelência, que tem se efetivado ou consumado nas várias formas de dissolução do eu e de repúdio ao sagrado – do qual fomos progressivamente arrancados desde o início da modernidade com o advento da ciência e da técnica², e, de forma radical, por seu absolutismo contemporâneo.

Estamos aqui, hoje, diante dos resultados concretos de um individualismo totalitário (organizado ou solitário) de mais de quatro séculos de Projeto Ocidental, e dos sinais e sintomas de um tempo em mutação – o contemporâneo, que não se reduz ao pós-moderno – e que poderá ou não continuar a se abrir para uma experiência diferente da experiência soberana da modernidade, menos cruel e alienante.

Daí a pertinência do livro *Ensaio sobre o dom* – no fundo, uma crítica sutil à nossa arrogância moderna que chamou de primitivas ou periféricas as formas de associação arcaicas, diferentes

das ocidentais, como se essas últimas fossem as únicas formas válidas ou possíveis. Vale lembrar o uso em nossos dias do termo “periférico” para classificar os países que não fazem parte das economias centrais capitalistas, e a derrota recente, renovada, desta presunção, que nos fez a todos (mais) devedores, com a grande diferença de não sabermos ou querermos dar suporte à imensa tribo de excluídos, de refugiados econômicos de nosso sistema liberal moderno ocidental. O que não existia nos *periféricos* de Mauss, que sabiam se organizar social, econômica, religiosa e politicamente de forma a se responsabilizarem por suas coletividades.

Dá também a sua atualidade quando vemos os novos protagonismos encenados pelos povos originários atualmente existentes na América Latina – as comunidades indígenas, que reivindicam serem assim chamadas –, entre os quais os bolivianos vêm ocupando uma posição de destaque. Bolívia e Equador avançam ao incorporarem em suas novas Constituições cláusulas relativas às formas de propriedade e de direitos tradicionalmente aplicadas pelas comunidades originárias que preveem o autogoverno da propriedade e da Justiça Comunitária. Uma boa amostra do nível de organização dessas comunidades originárias é a Assembleia do Povo Guarani que existe desde os anos 1980 e tem suas decisões validadas por lei nacional³.

Ou seja, ler Mauss hoje, ou reler, não diz respeito à nostalgia de um paraíso perdido ou a acalentar utopias modernas que eram da ordem do impossível. Ler Mauss significa trabalhar com as possibilidades originárias das coletividades. Potências essas que sempre estiveram presentes como alternativas à história hegemônica social, política e econômica da humanidade, e sempre poderão ser atualizadas, como oportunamente nos mostram os povos originários de nosso continente hoje. É sempre bom lembrar – ou ser lembrado – que o caminho não é único, nem o capitalismo, o destino.

Mauss foi certamente, por vida e obra, um homem interessado em procurar saídas para uma humanidade melhor. Era um *utopista de campo*.

Em *Ensaio sobre o dom*, apresenta os resultados e as especulações teóricas que faz em torno das tribos que visitou, e considera que uma parte considerável de nossa vida permanece sempre nesta atmosfera do dom que se constitui de *obrigação e liberdade*. Talvez uma maneira inclusiva, pioneira, de renomear o par antinômico liberdade/necessidade da metafísica moderna que quase sempre repudiou a totalidade, em favor da separação, legando-nos por fim a fragmentação. Considera, na terceira década do século xx que, ao estudarmos os lados obscuros e arcaicos da vida social, seja possível iluminar os rumos que devem tomar as nações, os valores e as economias.

Freud e Einstein, em “Por que a guerra?” (1932), igualmente aturdidos – como Mauss – pela guerra de 1914-1919, saem solidários texto afora à procura de uma explicação para a carnificina ocorrida entre povos vizinhos, povos irmãos, atribuindo-a a uma poderosa *Destruktionstrieb*. Talvez possamos pensar que, como eles, Mauss realiza seu périplo Pacífico afora, depois de sofrer, pelo mesmo nefasto motivo, a perda de muitos amigos e ilusões. Navega pelos mares da Polinésia, da Melanésia, do Noroeste Americano e de outras paragens, conhecendo sociedades primitivas e arcaicas, algumas formas arcaicas de direitos como o *maori*, sem saber, talvez, sobre o seu desejo de conhecer outras formas de associação humana, menos deletérias. Encontra, assim como Malinovski e Boas, no mesmo primeiro cartel do século xx, sociedades vivendo abundantemente, com direitos e obrigações, em torno de uma forma de **troca originária** (anterior logicamente à troca *troquista*, mercantil, capitalista, fragmentadora, em vigor nas sociedades ocidentais), e que ainda subsiste, com força, em várias partes do mundo, como acabamos de ver em relação aos povos originários da América Latina.

Esta forma de troca originária foi totalmente ignorada pelos economistas e estruturalistas em geral, segundo apontamento pertinente e crí-

3 Pimentel Spency. “Novos Protagonismos”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*, dez. 2008, p. 35.

tico de Bataille em *A parte maldita*⁴, onde este leitor brilhante de Freud e de Mauss lembra que parte da produção econômica da humanidade é orientada por um *princípio de perda*, que transforma grande parte da energia do planeta em gastos improdutivos. Neles, Bataille inclui o dom, as guerras, o luxo, a destruição dos excedentes, o excesso pulsional, numa articulação implícita com a pulsão de morte. Ou seja, algo que excede ou escapa a uma economia produtiva, capitalista, comprometida com o lucro, com a mais-valia, ou simplesmente com o desempenho, com a adaptação/formatação dos sujeitos a um esquema, e com o sintoma. Esses economistas “clássicos” basearam nas TROCAS seu pensamento único, assim como o fizeram os estruturalistas em geral, fincados num pensamento tributário de uma lógica simbólica inconsciente, onde o simbólico é hegemônico, quase totalitário. Ambas as categorias recalçaram – ou foracluíram – o dom, e seus efeitos retornam então de forma espúria no real e no imaginário: numa economia neoliberal que se perdeu da política e do social, e num mercado que é uma “nova boca de Deus”⁵, ditando costumes, crenças, consumos e o mais. Ambos consagrando o individualismo e o esgarçamento dos vínculos.

O ensaio sobre o dom

Marcel Mauss, em seu *Ensaio sobre o dom – forma e razão da troca nas sociedades arcaicas* –, de 1925, realiza uma verdadeira “revolução”, inaugurando uma nova era para as ciências sociais – para

empregar desde já as palavras de Lévi-Strauss, no prefácio de 1930 ao livro. Segundo este célebre antropólogo estruturalista, ainda vivo hoje aos 101 anos, diferentemente de Malinowski⁶ e de Boas, que fizeram estudos descritivos sobre as comunidades arcaicas, pela primeira vez – com Mauss – um esforço havia sido feito para transcender a observação empírica em busca de realidades mais profundas, criando um *sistema* (que Mauss chama de *complexo* e Strauss de *estrutura*) onde podem ser encontradas conexões, equivalências que interligam as práticas sociais.

Entretanto, não só de elogios se constitui o famoso prefácio. Lévi-Strauss faz uma crítica cortante ao livro, principalmente relativa ao caráter imaginário/religioso ou espiritual de certas afirmações de Mauss, visando a estabelecer a supremacia da análise estrutural em relação à sociológica. Para Lévi-Strauss, o social se constitui de uma combinação de práticas sociais cuja origem deveria ser buscada nas estruturas inconscientes do espírito – em sua capacidade de simbolizar. Vale lembrar que, um ano antes (1929), ele havia publicado *Estruturas elementares do parentesco*. Para um representante maior do pensamento estruturalista, como ele, o imaginário e o real não têm espaço como determinantes da lógica social, sendo impossível valorizar as formas imaginárias de Mauss –, do tipo a “força” (*hau*) que habita a coisa e a faz retornar ao doador, assim como o *mana* dos chefes – que Lévi-Strauss chama em seu prefácio de *significante flutuante*. Segundo ele, as três obrigações de Mauss – que veremos a seguir – só deixariam de ser um dilema para a ciência se fossem interligadas pela noção de estrutura simbólica inconsciente.

Na sua revolução, Mauss afirma que o dom era uma forma originária ou arcaica da troca que *obrigava* uma retribuição, embora fosse aparentemente livre e gratuito. Ou seja, antes da troca (contrato de reciprocidade) existe o dom – que não é incondicional nessas sociedades⁷, uma vez que apela compulsoriamente para que seja feita uma retribuição (um outro dom por parte daquele que recebeu). Entretanto, essa *troca* era

4 *A parte maldita*, de Bataille, é um livro de “economia geral”, segundo o próprio autor, e inicia-se por um ensaio chamado “A noção de gasto” (*La notion de dépense*), escrito por volta de 1930, depois que o autor entra em contato com a categoria do *potlatch* descrita por Mauss em *Ensaio sobre o dom*.

5 Expressão criada por Muniz-Sodré.

6 Citado por Freud em “Totem e tabu”. Eram todos contemporâneos entre si.

7 Em Considerações finais, procuro introduzir, com Derrida, a *vinda* do dom incondicional, juntamente com outros *incondicionais-impossíveis* (onde o im-possível não é negativo, mas aponta para a divisão do eu, para uma ética do *outrem* e para um *além* da pulsão de morte. Ou seja, é uma *direção* na qual é preciso ir e insistir).

realizada em condições muito diversas do mero toma lá dá cá da troca mercantil, que preza a forma utilitária da reciprocidade.

Através de seus trabalhos etnográficos junto às populações afastadas dos grandes centros ocidentais, mais especificamente na região da Polinésia, da Melanésia (Nova Caledônia, Ilhas Trobiand) e do noroeste americano, ele pôde perceber que existiam três obrigações que pertenciam a um mesmo *complexo*: dar, receber, dar por sua vez⁸. E que o dom de um presente (recebido) de um doador cria a obrigação por parte do donatário (o que recebe) de retribuí-lo com um outro dom (que é diferente de *devolver* o presente).

Mauss, em *Ensaio sobre o dom*, privilegia o retribuir. O que faria (obrigaria) com que um presente, um dom, fosse retribuído num tempo indeterminado? Textualmente, ele se pergunta: “qual a *regra de direito* que obriga a retribuição do presente dado?”; posteriormente reformula essa questão indagando qual seria a *força* que existe no presente dado que faz com que o donatário o retribua. Passa a considerá-la como uma força sobrenatural (o *hau* do objeto, em direito *Maori*) que habitaria o objeto dado e o que o faria voltar ao doador, ligando coisas e indivíduos por laços espirituais.

Diz ele que nas economias e nos direitos que precederam os nossos ou ainda em vigor nas sociedades que ele visitou, não se observavam nunca simples trocas de bens, de riquezas e de produtos durante uma transação entre indivíduos de uma mesma família, clã ou de clãs vizinhos ou longínquos. São as coletividades que se obrigam, trocam e contratam, e não os indivíduos. O que eles trocam não são exclusivamente bens e riquezas, coisas úteis economicamente. Trocam amabilidades, ritos, festins, assembleias solenes, serviços militares, mulheres e crianças, danças, sessões de xamanismo, de culto aos deuses, totens e antepassados, casamentos, iniciações, feiras, conjunto de práticas que caracterizam uma *prestação total* – forma mais antiga de dom. O momento da troca propriamente dita (da circulação das riquezas) é apenas

um dos acontecimentos que constituem a totalidade da transação que se passa em termos muito mais gerais e permanentes, constituindo *uma aliança ou pacto entre clãs*. Ou seja, direito, economia e social se autoengendram.

A forma mais evoluída e rara dessas prestações totais é o que Mauss propôs chamar com o nome indígena de *potlatch* (alimentar, consumir), típica de algumas tribos do noroeste americano, do Alasca, da Melanésia (Nova Caledônia, Ilhas Trobiand onde o grande *potlatch* se chamou *kula*), e da Papuásia. Ele é constituído pelo oferecimento de grandes presentes *ou* pela destruição de grandes riquezas ou excedentes, onde domina o princípio da rivalidade, o antagonismo, o desejo de submeter e/ou aniquilar o outro, e onde é possível se chegar à batalha, ao assassinato dos chefes e de nobres que se enfrentam para assegurar uma hierarquia. A destruição suntuosa das riquezas acumuladas visa a eclipsar o chefe rival e geralmente associado (avô, sogro ou genro), obrigando a recomeçar tudo do zero⁹.

Neste gosto/gozo da destruição, queimam-se casa, milhares de mantas, destroem-se os objetos de cobre mais caros, jogando-os na água para rebaixar o clã rival, assim como no gozo do recomeço e da submissão do outro. Constitui-se por meio dessas forças um sistema de economia e de direito, feito tanto com etiqueta e prodigalidade, quanto com antagonismo e rivalidade, no qual se gastam e se transferem riquezas consideráveis.

Diferentemente, na África, na Polinésia, na Malásia, na América do Sul e no resto da América do Norte, as trocas–dom/contradom entre os clãs parecem ser do tipo *não* agonístico, ou seja, faltam os elementos de rivalidade, de destruição, de combate, onde o doador e o dona-

8 A obrigação de dar é a essência do *potlatch*. Quem não dava *potlatch* ficava com a “cara podre”, experimentava a vergonha, pois ficava subentendido que não possuía riquezas suficientes para oferecer nem destruir. A obrigação de receber não é menos constrangedora, pois não se tem o direito de recusar uma dádiva. No caso do *potlatch*, isso indica que o clã tem medo de não conseguir retribuir com juros. Essa recusa pode originar uma guerra. E a sanção por não retribuir é a escravatura por dívida.

9 Em Considerações finais, faço uma articulação com a pulsão de morte e com a pulsão de poder.

tário tornam-se solidários indefinidamente¹⁰. Tudo acontece de forma que as alianças se ampliem e sejam perenes, todos do clã do doador tornando-se devedores dos membros do clã do doador, criando assim uma malha social onde todos se devem entre si.

Isto é, o sistema de dons agonísticos, não agonísticos e suas formas intermediárias nessas sociedades – chamados por Mauss de Sistema de Prestações Totais –, é produtor de comunhões, de alianças praticamente indissolúveis, crédito, combates, vínculos, assim como de autoridade, de crédito, de honra e de vergonha – ou seja, de valores. A autoridade/força mágica ou o *mana* polinésio de um chefe é considerada também fonte de riqueza. O *dom* cria a dívida com o outro, e é a condição da produção e da reprodução de relações sociais.

Vê-se que, nessa dinâmica estudada por Mauss, o dom como forma de troca originária envolvia e envolve, empenhando¹¹, todo o clã, ou melhor, os clãs entre os quais a transação/dom se dá, tornando-os todos devedores entre si, e, portanto, solidários no pagamento da dívida criada pelo primeiro dom, que jamais era alienado de seu produtor/proprietário do objeto. Com isso se tecia uma cadeia de dons e doadores intermediários, assim como de dívidas e devedores intermediários, cuja função é tecer o social, fazendo a transmissão das obrigações de doar, receber, dever, e pagar a dívida com um outro dom. Esse outro dom (contradom) não liquida a dívida, mesmo que seja idêntico e imediato.

Constitui-se então um paradoxo: embora o pagamento da dívida nessas sociedades não seja

impossível (ele é inclusive obrigatório), a dívida não é liquidável, atingindo-se assim, pelo caráter paradoxal dessa forma de troca, o maior objetivo da transação: constituir uma *relação interminável*. Em outras palavras, um laço social permanente, que não se esboroa ou termina com a retribuição do dom¹².

Esse aspecto é aprofundado por Maurice Godélier, em seu livro *O enigma do dom*, escrito nos anos 1990, onde o autor realiza uma análise contemporânea de *Ensaio sobre o dom*, destacando pontos importantes e obscuros da obra de Mauss. Segundo este filósofo, e posteriormente antropólogo, a dívida engendrada por um dom não é liquidável porque, segundo Mauss, não existe uma relação de alienação entre o doador e a coisa doada (ponto, aliás, fundamental da crítica marxista à economia capitalista). Parte do produtor/doador vai junto com a coisa doada, fazendo com que seus direitos sobre a coisa não cessem, preservando uma certa relação com o donatário (o que recebe): um vínculo, um laço social.

Quanto à obrigação de retribuir, ao negar a existência de qualquer força sobrenatural que faria com que a coisa doada voltasse ao doador, diz Godélier que aquele que doou continua a estar presente na coisa pelo vínculo estabelecido, e acaba por exercer uma pressão para que o que recebeu retribua. O que me parece bem fraco como argumentação que pretende esclarecer pontos obscuros da obra de Mauss.

Em todo caso, é uma lógica muito diferente de nosso estado atual de seres submetidos a um Mercado que se apropria de traços do sagrado, que retorna então (e também) por esta forma bizarra de lógica *religiosa* do consumo que, sendo individualista e fragmentadora, impede a comunhão. Ou seja, não deixa com que sejam tecidos laços duráveis entre os participantes, sejam eles de que natureza for. Pois a dívida se esgota no pagamento da mercadoria.

Diferentemente das civilizações da culpa (as ocidentais/capitalistas) – onde a palavra *Schuldig* de Freud e Nietzsche capta todo o peso da modernidade, pois ela é a mesma palavra para

10 Godélier, em seu livro *L'enigme du dom*, ao retomar para análise várias décadas depois o livro de Mauss, diz que a forma agonística – o *potlatch*, cujo nome indígena Mauss transformou numa categoria sociológica – evoluiu a partir das formas não agonísticas. Não pude observar isso no texto de Mauss.

11 Empenhar no sentido de endividar, de contrair uma dívida mesmo e pela qual todos são responsáveis.

12 Essa é também a conduta de certos grupos de indígenas brasileiros até hoje, estudada por Viveiros de Castro, para quem o dinheiro obtido como pagamento numa transação não é o que importa, mas a continuidade da relação. Por isso o indígena dirá que o *fulano* está ainda lhe devendo, que é ladrão, apesar de ter pago o combinado. E. Viveiros de Castro, *Encontros*, Azougue Editorial.

devedor e culpado – as sociedades arcaicas, primitivas ou periféricas – conhecidas como civilizações da vergonha (*shame cultures*) – dão positividade social ao endividamento, ou seja, mais do que desejar o endividamento, o endividamento é da ordem da *necessidade* – e por isso fazem dom, criando a dívida – pois é a partir desse jogo social que se constroem os vínculos permanentes, direitos e deveres entre os grupos/pessoas envolvidos, que a transação é selada, e que a *relação social* é constituída. Em outras palavras, é um endividamento sem culpa (?), mas exposto ao risco da vergonha, no caso de o dom não ser recebido ou retribuído. O clã responsável por essa desfeita perde “a cara” (literalmente), se desonra, correndo graves riscos.

Vida e obra

Como não poderia deixar de ser, uma obra/dom com essa luminosidade ou intensidade *obriga* Mauss em relação a ele próprio. Isto é, faz com que ele contraia uma dívida com a sua própria existência pela qual ele se alçou como um social-democrata *avant-la-lettre*, imaginando e lutando por um programa socioeconômico e político (economia de mercado e socialismo) onde o reconhecimento da dívida com a vida empenhada dos trabalhadores valia muito mais do que seus míseros salários, e que o Estado lhes devia, por conseguinte, uma renda “social”. Esta forma não fragmentada de pensar a economia, a política, o direito e a sociedade conheceu posteriormente seu apogeu no Estado de Bem Estar Social instalado na Europa depois da Segunda Guerra, conhecido como os Trinta Anos Gloriosos, onde a prática social se aproximava, dentro de limites, de um fato total – como nas sociedades arcaicas estudadas por Mauss –, reunindo economia e política, e, portanto, não permitindo a hegemonia, muito menos o absolutismo, de nenhuma de suas esferas, tal como conhecemos agora em relação à esfera econômica.

Essa pertinência e atualidade do livro de Mauss pode nos servir de alerta, de crítica à

nossa “vida” de *homo oeconomicus*, principalmente a partir dos anos 70 do século xx, quando nós – emergentes e *periféricos* – nos submetemos/fomos submetidos a pagar as dívidas dos EUA, através das medidas neoliberais ditadas pelo Consenso de Washington que preconizaram/exigiram os chamados “ajustes estruturais” das economias capitalistas em geral, esfacelando as soberanias dos Estados nacionais, dos povos, excluindo milhões das redes de dons e trocas. Pelo jeito, não aprendemos, ou não tivemos tempo ainda para virar o jogo. Os movimentos sociais alternativos espalhados pelo mundo estão tentando. Neles, a questão do dom e da dívida, separando modernos de contemporâneos, é elaborada de forma muito interessante por um filósofo como Esposito, inspirado em Benveniste e Mauss, como pretendo indicar a seguir.

Considerações finais

Embora não faça parte do livro, trago aqui, como um dom que possibilite trocas, algumas elaborações iniciais que decorrem diretamente da nossa questão. Assim, depois do dom, a **dívida com o outrem, a pulsão de poder, e o ir além da pulsão de morte.**

Roberto Esposito, filósofo italiano contemporâneo, em seu livro *Communitas. Origem y destino de la comunidad*, faz uma brilhante elaboração da dívida, seguindo os passos de Benveniste e de Mauss¹³, no sentido de ratificar o caráter compulsório do dom e do contradom, mas atualizando os seus achados linguísticos e sociais para o contemporâneo. Assim, Esposito trabalha o *com* de *Communitas* como *estar exposto a*, *estar aberto a*; e o *munus* como dom ou doação compulsória em pagamento de uma dívida, permitindo um deslocamento essencial que nos é também facultado pela psicanálise¹⁴; o reconhecimento/

13 R. Esposito, *Communitas – origem y destino dela comunidad*, Buenos Aires, Amorrortu, p. 27.

14 Os impasses do reconhecimento da dívida e seu pagamento constituem exatamente a temática da neurose obsessiva.

pagamento da dívida não deve ser necessariamente feito ao outro que me deu, ou me criou, mas ao radicalmente outro¹⁵, “ao *Estrangeiro*, que não tem comigo uma pátria *comum*”¹⁶. Ou seja, trata-se de uma dívida com a alteridade radical, com o *outrem*. Certamente, esta elaboração toma um especial interesse no contemporâneo, quando esse *outrem* pode ser identificado às multidões de expatriados, refugiados, migrantes, foragidos, marginalizados, pobres e destituídos em geral, que vagueiam pelo mundo principalmente depois da Segunda Guerra, mas cujo êxodo se acelerou com os excessos da era neoliberal.

Esposito trabalha o homem moderno como sendo o *Immunitas* – aquele que se coloca *immune* ao pagamento da dívida, *isento* de pagá-la. Em contrapartida, o *Communitas* é o que está aberto ao seu reconhecimento, e que por isso mesmo é expropriado do seu eu, que deixa de ser uma fortaleza que o isola do contágio do outro. Esse pagamento/reconhecimento descentra o sujeito em relação aos desejos soberanos do eu, fazendo-se assim refém do outro em sua própria morada, esvaziado de si num movimento de sair de si (a libido do eu e do risco de seu acúmulo narcísico) em direção ao outro (expandindo a libido objetual, investindo os objetos do mundo).

Transpondo do plano individual para o plano coletivo ou da cultura, dir-se-ia que o pagamento da dívida foi, na modernidade, inibido, obstaculizado, e até impedido pelo autocentramento do homem (moderno) que erigiu um culto crescente ao individualismo – tempo este que se poderia chamar de “período de neurose obsessiva da humanidade”. A religião do homem

moderno, seu deus, seria o eu; seus rituais: as maquinarias que desde o século xvii asseguraram consecutivamente a soberania do Estado-nação, a disciplinarização dos corpos e agora o controle do movimento e do tempo na sociedade mundial globalizada pelo capital financeiro.

Como, então, efetuar a passagem do *Immunitas* moderno ao *Communitas* contemporâneo através do dom e da dívida?

Durante os Estados Gerais da Psicanálise, em julho de 2000, em Paris, recebemos de Jacques Derrida, o *Estrangeiro*, tal como ele se anuncia na conferência “Os estados-da-alma da psicanálise”¹⁷, a intimação de pensar uma psicanálise ainda por vir, necessariamente comprometida com a análise de seu presente e de seu passado através do desafio (e do risco) de procurar descontinuidades para o saber psicanalítico. Em outras palavras, de uma psicanálise que se faz possível contemporaneamente por um salto para fora de seus limites, por um salto no indecível de sua relação com os outros saberes e *práxis*. Tornando-se *Communitas*, quando, reconhecendo sua dívida com os outros saberes, poderá contribuir para a transformação por vir da ética, do direito, da política, da antropologia, e de tantos outros campos, e inclusive a sua própria.

Esta estratégia – da relação da psicanálise com os outros saberes, com outros “clás” – permitiria, segundo Derrida, descobrir os “meios indiretos”¹⁸, as táticas para diminuir os efeitos de uma pulsão de morte irreduzível nas suas várias formas de expressão, ao criar pontes, acessos, trilhas com os outros campos, capazes de driblar – minando – a posição soberana ou hegemônica de *Tanatos*. Em outras palavras, isso seria possível a partir de uma psicanálise que toma e é tomada em consideração pelos outros campos porque deseja fazer *dom* – para então poder fazer trocas – do seu saber e da sua experiência, não permanecendo num enclausuramento narcísico que a faria perder a oportunidade de participar dos destinos do contemporâneo, diminuindo a sua crueldade.

Para isso, Derrida nos mostra que é preciso ir além... Além do *para além do princípio de pra-*

15 *Le tout-autre*, na versão francesa, é uma expressão empregada por Jacques Derrida para denominar o *radicalmente outro*. De *l'hospitalité*. Paris: Calman-Lévy, 1997.

16 M. Blanchot, “Conhecimento do desconhecido”. In *Conversações*. São Paulo, Escuta, 2001.

17 No ano seguinte à conferência, pronunciada no Anfiteatro da Sorbonne, em Paris, o livro de mesmo nome é lançado no Brasil: *Estados-da-alma da psicanálise – O impossível para além de uma soberana crueldade*. São Paulo, Escuta, 2001

18 A expressão “meios indiretos” é usada por Freud em sua correspondência com Einstein, no ensaio “Por que guerra?”, de 1932, onde ambos procuram encontrar estratégias e táticas para diminuir os estragos da *Destructionstrieb*.

zer, isto é, para além da pulsão de morte, que foi inscrita por Freud numa economia do possível – que, segundo Derrida, é a que Freud realiza na elaboração de seus dois dualismos pulsionais e princípios correlatos¹⁹.

Sair em busca dessa não-economia ou economia do *im-possível*, à procura desses “meios indiretos”, significa ir além do território empírico da pulsão de morte, assim como também ir além de uma de suas máscaras: a **pulsão de poder**. Desse modo, seu pensamento move-se na direção de uma ética que delineou no horizonte sem fronteiras de nosso tempo as figuras dos *incondicionais impossíveis*: o dom (incondicional), a hospitalidade, o perdão, o talvez, os indecíveis, a vinda incondicional do outro. Esse *im-possível*, segundo Derrida, não é um negativo, mas indica que um outro eu seria capaz de perdoar, por exemplo, o que é impossível perdoar, ou fazer dom sem esperar a retribuição²⁰, apontando assim para uma divisão do eu, da qual seria possível o nascimento de um eu ético, o eu do *communitas* que é sempre *muitos*...

Para finalizar. Falar sobre povos que vivem em sistemas arcaicos, originários, nos leva a dizer que não existe nada mais *Ûr*, mais arcaico ou mais originário do que a pulsão. O livro de Mauss, e o que ele suscitou em outros autores, nos transporta ao fim e ao cabo aos “Três ensaios para uma teoria da sexualidade”, mais especificamente a uma pulsão um tanto abandonada pelo pensamento freudiano, inclusive pelo próprio Freud: a pulsão de domínio – *das Bemächtigungstrieb*²¹. Esta é talvez a mais *Ûr* de todas as pulsões, pulsão não sexual como tal, que pode secundariamente pôr a seu serviço todas as outras pulsões – como o faz na sua fusão com a pulsão de morte no sadismo e no masoquismo. Entretanto, em “Os três ensaios...”, ela é uma pulsão que descreve uma crueldade originária (fase fálica) que não se acompanha de nenhum intuito de causar sofrimento. É pura potência, poder e crueldade. Poder de submeter, de se apropriar, seja da própria força, do saber (como forma de

poder?), e do outro, podendo levá-lo ao aniquilamento por morte ou por humilhação.

Ora, estranhamente, o sistema ou a lógica do dom descrita por Mauss como fato social total, com suas três obrigações fundamentais, que tecem direitos e deveres permanentes de um grupo em relação a outro, tornando-os todos solidários e devedores entre si, parece ser movido por essa pulsão. Explicitamente no dom agonístico, desafiador e destruidor, e mais implicitamente nos dons não agonísticos, onde ela estaria mais fusionada com *Eros*. Embora não só por ela, pois, pela lógica do narcisismo que compreende o eu como reservatório de libido, o excesso de libido deve ser esvaziado através de investimentos objetivos. O que nos remete também à problemática da castração, na sua potência de fazer perdas e separações.

Derrida talvez tenha chamado essa pulsão de domínio/poder de pulsão de apropriação²².

19 Onde o dom continua a ser condicional, isto é, condicionado a ter retribuição ou a algo da ordem da necessidade que não aponta absolutamente para nenhum reino da liberdade ou da gratuidade. Diz ele em “Para introduzir o narcisismo”: “Podemos nos aproximar da questão de por que a vida anímica se vê forçada a ultrapassar as fronteiras do narcisismo e investir de libido objetos exteriores (doar)... Dita necessidade surge quando a carga libidinal do eu ultrapassa certa medida [excedente ou excesso pulsional], pois um intenso egoísmo protege contra a doença, mas ao fim e ao cabo temos que começar a amar para não adoecer ...e adoecemos quando uma frustração nos impede de amar... Nisto reside (também) toda urgência em criar”.

20 Embora, no senso comum, pensemos que fazemos dom na pura gratuidade.

21 René Major, em “A pulsão de poder” (revista *Nó Górdio*, n.1), levanta uma questão pertinente acerca das traduções da *Bemächtigungstrieb* na psicanálise como pulsão de domínio, *instinct to master* etc. que lhe retiram a radicalidade em relação ao poder (de se apropriar, de submeter) e à crueldade.

22 Em *La carte postale – Spéculer sur Freud*, Derrida desenvolve bem esta pulsão que talvez se possa aproximar ou mesmo identificar à pulsão de domínio. A pulsão do próprio, ou de apropriação, seria, para Derrida, a pulsão mais radical – aquela que exhibe a *condição de possibilidade* do pulsional: o seu pulsar de captura em diversos momentos do seu movimento: apropriação, expropriação, nomeação, dominância, mestria... No movimento de expropriação desta pulsão, considero possível articular um esvaziamento de libido do eu, levando-o a um estado de narcisismo residual (o momento do dom, onde há perda). Já no momento de apropriação desta pulsão, o eu se reapropria do objeto, trazendo consigo a libido nele investida, permitindo uma hipótese para o retorno/retribuição do dom. Ver também o excelente artigo de Luiz Fernando Carvalho “Hospitalidade e propriedade”. In: *Em torno de Jacques Derrida*, Ed. 7 Letras, p. 133-40.

Dá-lhe uma qualidade *principial*, isto é, de constituir um princípio – até mesmo transcendental, no sentido de que ele organiza a experiência, embora não pertença à experiência propriamente empírica, estando aquém dos princípios de prazer, de realidade, de nirvana e dos dois dualismos.

Segundo o que nos deixam pensar Derrida, Freud e Mauss, neste ir além da pulsão de morte, existe a possibilidade de ir ao encontro do *Ūr*, do originário, do principial que animou o *Ūrwater* – o pai da horda originária de “Totem

e tabu” – no seu poder e gozo irrestritos, para ir além... E só então criar uma sociedade não mais de irmãos consumidos pelo remorso e pela culpa do assassinato deste pai originário – *antepassado de Deus*, segundo Freud em “O futuro de uma ilusão” –, nem de próximos, mas uma sociedade de *Communitas* onde vive o *outrem* – o outro do próximo, radicalmente desconhecido, onde o dom talvez chegue como incondicional. Seremos todos então, quem sabe, também originários, periféricos, descentrados... *encantados* por essa possibilidade!

Um copo vazio está cheio de ar

Sobre o teste de realidade em Freud

Maria Elisa Pessoa Labaki

Resenha de Patrícia Porchat, *Freud e o teste de realidade*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005, 162 p.

170

PERCURSO 42 : junho de 2009

O livro de Patrícia Porchat é o resultado de uma rigorosa pesquisa metapsicológica que recupera noções pouco exploradas na Psicanálise pós-freudiana, relativas ao campo da psicologia do eu. Embora o assunto tenha alguma afinidade com a escola de Psicologia do eu americana, é imersa no discurso de tradição freudiana que a autora vai montar o quebra-cabeça a que se propõe no livro. Estimulada por uma passagem na nota introdutória, escrita por James Strachey¹, ao artigo de Freud de 1917 *Suplemento metapsicológico à teoria dos sonhos*, Patrícia vê-se interessada em descobrir e entender como Freud propõe e desenvolve sua teorização sobre o conceito Teste de Realidade. Em breves palavras e à guisa de introdução, o Teste de Realidade é defi-

1 “[...] problema da alucinação e numa investigação do modo como, em nosso estado normal, somos capazes de distinguir entre fantasia e realidade”. S. Freud (1917), *Suplemento metapsicológico à teoria dos sonhos*. Edição standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, Rio de Janeiro, Imago, 1977, v.14, p. 249.

2 Luiz Alfredo Garcia-Roza. Pesquisa de tipo teórico. *Atas do 1º Encontro de Pesquisa Acadêmica em Psicanálise. Psicanálise e Universalidade*. Núcleo de Pesquisa em Psicanálise – Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Clínica da PUC, n. 1, fev. 1994.

Maria Elisa Pessoa Labaki é psicanalista, mestre em Psicologia Clínica pela PUCSP; membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, onde é também professora do curso de Psicossomática. Autora de *Morte* (Casa do Psicólogo, 2001).

nido como uma capacidade do eu que permite a distinção entre um mundo externo e um mundo interno, desde que garantidas as condições de funcionamento do aparelho psíquico sob o regime dos processos secundários de pensamento.

A despeito de outros autores, que não concebem em Freud a existência de uma teorização coerente sobre o Teste de Realidade, Patrícia não só prova o contrário, como reúne as peças, monta o quebra-cabeça e especifica o lugar de relevância do conceito, bem como sua relatividade no interior da teoria. A autora põe em relação noções que surgem salpicadas ao longo da obra de Freud, de modo a compor um único, articulado e consistente conceito que engloba uma definição precisa sobre o Teste de Realidade. Sua contraposição às proposições de Laplanche e Pontalis é explícita, uma vez que estas reduzem o conceito a um ou dois de seus aspectos componentes, distorcem suas propriedades particulares e minimizam seu lugar de relevância no âmbito da metapsicologia freudiana. Alcançar esse grau de inteligibilidade requer do pesquisador algo diferente, algo além do necessário interesse nos estudos ou da compilação competente de textos sobre o tema. Como disse Garcia-Roza² na década de 90, em uma mesa-redonda na PUC, tratar um conceito como singularidade, e não mera abstração, requer do pesquisador uma atitude não de amigo, mas de amante do assunto. Sedento por decifrar os segredos da amada, o amante vai ao encontro de suas contradições, toca os pontos de sutileza, de sua nebulosa, acolhendo a equivocidade que enriquece o entendimento e multiplica os sentidos. Com este livro, Patrícia resgatou um conceito freudiano que, a despeito da importância de sua utilidade, era mantido à margem. Com precisão e fidelidade a Freud, vai ao cerne. Então, vejamos!

Embora não esteja assim formulado no livro, parece-me que o ponto de partida de Patrícia, seu problema de origem, deve-se, em parte, a uma inquietação intelectual de natureza filosófica: como sabermos se a realidade que percebemos não é fruto do que pensamos sobre

ela? É possível distinguir um pensamento de uma percepção? Ou, em que medida ambos são coextensivos? Tangível ou incognoscível, como a realidade externa se apresenta para a percepção e como diferenciá-la do que pensamos?

Ainda que nas páginas finais do livro a autora retome de passagem a conhecida discussão filosófica que contrapõe idealismo e realismo, o leitor já sabe, por tudo o que encontrou no livro, não ser filosófica a natureza de seu discurso, nem, tampouco, o seu conteúdo. Também não se inclina a polemizar, como outros autores, sobre a suposta oscilação de Freud entre o realismo e o idealismo. Faz um caminho diferente. Mais ao gosto da lógica que rege as operações do inconsciente, que não inclui a negatividade, mas a possibilidade de coexistirem oposições, Patrícia deixa sugerido que ambos, realismo e idealismo, podem conviver na obra freudiana.

Arrisco pensar que sua opção, explicitada no livro, por não adotar os pares fantasia e realidade, se contrapondo inclusive a algumas tendências da psicanálise pós-freudiana, pode servir como prova a esta hipótese. Isto porque, no subtexto, a autora mostra saber que as noções de realidade e fantasia traduzem para a Psicanálise um outro problema, mais complicado do que o suposto na operação metafísica que os contrapõe. Lembra-nos de que, embora Freud mantenha o uso do termo realidade quando se refere à realidade externa, tal noção é ampliada ao longo da obra até alcançar uma nova configuração com a invenção do fundamental conceito de *realidade psíquica*. Espécie de sítio de superposição do espaço de dentro, psíquico, com o de fora, real, nele os eventos concretos perdem o estatuto que lhes outorgam objetividade, ao mesmo tempo que ganha realidade tudo aquilo considerado irreal, irracional ou obra da imaginação, fantasia.

Com efeito, a noção de realidade psíquica reafirma mais uma vez o viés subversivo da Psicanálise que torce a racionalidade cartesiana refundando uma nova ordem dialética. Por isso, a pergunta: se, no reino da realidade psíquica, ou

do inconsciente psicanalítico, realidade e fantasia podem existir libertas do estatuto de falsidade ou verdade, qual o sentido em distingui-las? Ou, de outro ponto de vista: se a apreensão do mundo externo não pode se dar sem a colaboração de algum acréscimo psíquico, sendo impossível libertar-se dele, qual a utilidade da distinção, no material psíquico, entre o que nele é fruto da percepção provocada por estímulos externos e o que nele resulta eco de processo interno de natureza pulsional? A que necessidade responde esse esforço de diferenciação?

O presente livro busca um entendimento na obra de Freud para as questões acima formuladas, pondo o leitor em contato com proposições teóricas – algumas esclarecedoras, outras complicadas – a respeito dos processos psíquicos do eu envolvidos no acionamento e manutenção do Teste de Realidade. Também mostra ao leitor que o conceito não foi por Freud definido originalmente como um bloco coeso, mas elaborado aos bocadinhos ao longo de sua obra.

São dois os eixos metodológicos em torno dos quais se organizam tais objetivos. O eixo que recorta a obra de Freud na linha horizontal, isto é, que procede a um levantamento sobre as origens do conceito, suas formulações e desdobramentos, nos artigos e livros escolhidos em que se pode verificar alguma proeminência do recorte metapsicológico. São eles (em ordem cronológica): *Projeto para uma psicologia científica* (1895); *A interpretação dos sonhos* (1900); *Formulações sobre os dois princípios de funcionamento mental* (1911); *Suplemento metapsicológico à teoria dos sonhos* (1917); *Psicologia de grupo e análise do ego* (1921); *A negativa* (1925); *Esboço de psicanálise* (1938).

E o eixo vertical, que analisa o resultado da pesquisa nos livros, mostrando que o Teste de Realidade é um dispositivo que se configura pela participação de cinco mecanismos, sub-engrenagens que o estruturam tecnicamente e permitem seu bom funcionamento. A saber: inibição, atenção, julgamento, pensamento e ação motora. Mostra, ainda, as condições de

seu surgimento no bebê, isto é, suas raízes nos processos de formação do aparelho psíquico, os motivos para a manutenção de sua atividade e aplicabilidade pelo eu, bem como os contextos e organizações mentais em que deixa de atuar no indivíduo adulto. Conclui haver na obra de Freud uma teoria coerente sobre o Teste de Realidade.

Do estudo apurado dos textos acima citados, bem como da análise detalhada dos elementos que compõem o conceito, duas obras se destacam: *Formulações sobre os dois princípios de funcionamento mental*, onde o Teste de Realidade foi enunciado pela primeira vez, e o *Projeto para uma psicologia científica*. Considerado pela autora o “berço” (p. 25) dos mecanismos de distinção entre mundo interno e mundo externo, é nesta obra inaugural (para alguns, pré-psicanalítica) que podemos encontrar as primeiras formulações sobre o mecanismo de inibição, alicerce do Teste de Realidade. Freio da alucinação, a inibição incide sobre a descarga pulsional abrindo, no interior dos processos psíquicos primários, a brecha temporal e mecânica que os retarda, transformando o ato mental automático da satisfação (prazer) e da defesa (dor) em espera para o encontro com o objeto externo, passível, nesta suspensão, de revelação.

Como nos ensina o texto *Formulações sobre os dois princípios de funcionamento mental*, as raízes do Teste de Realidade são encontradas na passagem entre as duas formas evolutivas de o ego funcionar: da primeira e mais primitiva, regida pelo princípio de prazer, cujo funcionamento caracteriza o ego-prazer ensimesmado e autoerótico, à segunda e mais evoluída forma, regida pelo princípio de realidade, cujo funcionamento caracteriza o ego-realidade, receptivo e aberto a considerar o mundo externo como fonte para a satisfação de seus desejos.

Submetido aos processos secundários do funcionamento mental no caminho entre a percepção do desejo e o encontro com o objeto da satisfação, o eu da realidade renuncia, mediante a inclusão de mecanismos intermediários de observação, avaliação e ponderação, à execução dos processos automáticos de descarga pulsional. Isto é, após sofrer uma série de adaptações, o Teste de Realidade significa uma fundamental aquisição do aparelho psíquico, através da qual o eu pode modificar o mundo externo, adequando-o às suas necessidades em relação a obter prazeres cada vez mais estáveis e duradouros. Trata-se da instalação do regime de trocas e intercâmbios entre o mundo externo e interno, entre o desejo e seu correlato no real, senhores para os quais o eu trabalha, responde e joga com a cintura.

De fato, a autora enfatiza que o Teste de Realidade instaura a divisão entre “um dentro e um fora, entre o interno e o externo” (nota de rodapé, p. 69), sendo o eu a instância/película – como denomina Freud³, projeção de uma superfície, a corporal – que funciona aqui como separação. Mas para isso é preciso, pois, integridade e coesão do eu. Só nestas condições o Teste de Realidade tem efeito. Caso contrário, em presença de cisões, recalques, introversões narcísicas ou idealizações, não será possível alcançar uma boa margem de segurança de que o que se enxerga não é fruto do desejo de ver. Nas instigantes palavras da autora em sua conclusão: “[...] o teste de realidade não funciona durante o estado de sono, nos sonhos, na hipnose, na paixão (*avassaladora*)⁴, na situação de ‘massa’, durante a alucinação psicótica e em momentos em que predomina a fantasia” (p. 153).

O livro de Patrícia Porchat pode ser lido como uma espécie de celebração do eu, imagem da harmonia, da ordem, da luz – este ente *frágil* e apolíneo.

3 S. Freud (1923), O eu e o id. *Obras Psicológicas de Sigmund Freud*. Escritos sobre a Psicologia do Inconsciente (coord. trad. Luiz Hanns). Rio de Janeiro, Imago, 2007, vol. 3, p. 38.

4 Grifos meus.

A esperança como condição ética para o surgimento do sujeito

Maria Laurinda Ribeiro de Souza

Resenha de Vera Blondina Zimmermann, *Adolescentes – estados-limite. A instituição como aprendiz de historiador*. São Paulo: Escuta, 2007, 142 p.

Já na escolha do título deste livro, duas referências se fazem imediatamente presentes: a idéia de estados-limite desenvolvida na obra de André Green e de outros autores contemporâneos, e o lugar de aprendiz de historiador como tema tão feliz do trabalho de Piera Aulagnier e que permanece, como pano de fundo, para as construções teórico-clínicas propostas por Vera Zimmermann.

A idéia de estados-limite denota algo que transborda, que ultrapassa fronteiras ilusoriamente delimitáveis. Podemos pensar que se propõe aqui um pleonasma, pois essa seria também uma definição possível para o que se nomeia como “adolescência”. É possível, hoje em dia, recortar cronologicamente sua vigência? Restringir suas características a um período específico da vida? A uma população específica?

Mas, o foco de Vera Zimmermann não segue esse caminho; ela nos convoca para um outro olhar, para uma especificidade, para um desafio à psicanálise: “pensar um lugar para sujeitos adolescentes que se excluem da presença

Maria Laurinda Ribeiro de Souza é psicanalista, membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae e professora do curso Psicanálise, do mesmo Departamento. É autora de *Mais além do sonhar* (com aquarelas de Ada Morgenstern) (Marco Zero, 2003) e de *Violência* (Casa do Psicólogo, 2005), entre outras publicações.

do outro ao fugirem do sentimento de horror de serem ‘invisíveis’ para si mesmos” (p. 9). E também para o reconhecimento privilegiado de um espaço de identificações possíveis e de intervenção terapêutica: a instituição escolar.

De que adolescentes se trata? Qual é o desafio a que eles nos convocam?

Com o recorte de uma cena do cotidiano escolar desses jovens, a autora inicia essas respostas: *Como eu copio isto?*, pergunta o aluno para a professora. Sem esperar a reação a seu pedido, ele, imediatamente, ordena: *Larga o que está fazendo e vem me ajudar!*. O tom é ríspido; autoritário. Denota a urgência de alguém que não suporta dificuldades, incertezas, tempos de espera, separações e reage com uma “solicitação onipotente de posse do outro”. Parte desses sujeitos, diz ela, “apresenta dificuldades para pagar o ‘tributo’ que a angústia de castração lhes acarreta. Assim, não conseguem reelaborar os primeiros enunciados idealizantes e enunciar seu próprio projeto identificatório” (p. 67). Suas relações são marcadas tanto para eles quanto para os que deles se aproximam com oscilações afetivas marcantes e contraditórias, sendo difícil sustentar sua capacidade de aprendizagem e a confiança nas ofertas de amor que podem receber. Da mesma forma que podem vincular-se sem reservas, podem, também, isolar-se e abandonar o que vinham construindo.

A explicitação metapsicológica desses estados-limite é apresentada a partir das construções de diferentes autores, mas o privilégio teórico-clínico é dado aos desenvolvimentos propostos por Piera Aulagnier. Seu conceito de potencialidade abrange três possibilidades de funcionamento do Eu e de suas posições identificatórias: potencialidade psicótica, neurótica ou polimorfa. Os sujeitos estados-limite estão incluídos no que ela descreve como potencialidade polimorfa: um risco agudo de desencaixe, de perda da configuração do Eu, de pontos de fragilidade muito sensíveis aos movimentos de mudança. O conflito é vivido no interior do Eu e entre ele e seus ideais. Vera Zimmermann levanta como

hipótese que, nos adolescentes de que trata, tenham ocorrido falhas no “contrato narcisista”, estabelecido entre os pais e o social e, posteriormente, entre a criança e o social, representado pela escola. O fracasso escolar torna mais aguda essa problemática narcísica e acentua a baixa autoestima desses jovens.

André Green, também citado pela autora, explicita claramente que o uso do termo *estados-limite* não se deve a uma facilidade linguageira ou a uma impossibilidade diagnóstica diferencial de outros quadros clínicos. É necessário, diz ele, “considerar o próprio limite como um conceito” (p. 71). Em sua compreensão, o que pode ser entendido como angústia de castração para a neurose, ou angústia de aniquilamento para a psicose, pode ser visto como angústia de separação para esses estados fronteirios.

Outra forma de compreensão, aproxima a potencialidade melancólica – Aulagnier, Violante –, ou a psicogênese da melancolia – Marie-Claude Lambotte – e as características apresentadas por esses adolescentes. Para Lambotte, por exemplo, há uma falha fundamental e originária, no momento de constituição do Eu Ideal, que não lhes permite usufruir do júbilo necessário garantido pelo olhar desejante do outro. Isso os condena a uma busca incessante da aprovação do outro e a uma necessidade de presença que os ajude a se organizarem e a sustentar a capacidade de pensar e de realizar tarefas.

Rodolfo (1995) também destaca esse pedido de “ser olhado” mas diferencia-o daquele que ocorre nas formações depressivas ou nas neuroses. Naqueles casos, que ele denomina de “transtorno narcisista não psicótico”, a solicitação é de organização corporal, enquanto nas neuroses o privilégio do olhar visa ao exibicionismo e à sedução e, nos casos depressivos, a busca de aprovação nunca termina de inscrever-se.

Vera Zimmermann identifica parte da população de seu estudo com uma demanda de olhar semelhante à descrita por Rodolfo; como um pedido de organização, mas também reconhece a existência de pedidos pertinentes às

formações depressivas. O que une esses dois tipos de pedido, diz ela, é que “ambos são pedidos próprios de uma demanda identificatória” (p. 75); uma solicitação de que o outro os reconheça e estabeleça sua unidade. É a presença do outro que garante também a possibilidade de preenchimento da “memória vazia”: “Se estamos juntos, diz uma mãe, ele tem vontade de brincar, ou pode fazer as tarefas da aula; porém, se não estamos, não pode fazê-lo e nem consegue brincar” (depoimento citado por Rodolfo, p. 76).

Os efeitos do fracasso escolar ressoam em outra referência tomada de Fedida com relação ao “assassinato da própria beleza”. Segundo esse autor, o “encanto do objeto encontra-se na origem das formas melancólicas e na posição persecutória”; quando nos sujeitos em questão se dá a desidealização do Eu ideal, ela é acompanhada de uma decepção e vergonha da forma adquirida, de um assassinato da beleza do bom objeto. O insucesso nas tarefas de aprendizagem agudiza a impossibilidade de assumir com prazer sua constituição. Diante das dificuldades, é frequente uma atitude de negativismo que aparece para os outros como um “desinteresse desconcertante”, irresponsabilidade ou preguiça. Em verdade, trata-se antes de uma reação “à experiência intolerável de abalo narcísico, que faz com que o sujeito não queira investir em mais nada, sempre justificando racionalmente sua posição” (p. 79).

O término da experiência escolar no Ensino Médio – quando o conseguem – é marcado por angústias intensas e desorganizadoras que os impedem de traçar a escolha de um projeto profissional, num tempo mais ou menos suportável pelo meio. Separar-se do grupo e do ambiente que os continha agrava essa sensação de incapacidade: “A retirada do olhar institucional que os assegurava em relação à demanda identificatória de que ainda necessitam provoca dificuldades no Eu para poder melhor juntar as peças dos quebra-cabeças identificatórios” (p. 80).

É no quadro dessas dificuldades que se faz necessária uma intervenção institucional capaz de ajudar esses sujeitos a elaborar e sustentar um

possível projeto identificatório. O que a autora nos apresenta a seguir é uma delicada forma de implantação de estratégias psicanalíticas dentro do marco institucional que passa a funcionar como “aprendiz de historiador”, ou seja, como registro de elementos de uma história que pode ser contada, construída, reorganizada, ressignificada ou até mesmo encontrar as primeiras significações possíveis.

Antes disso, porém, ela resgata experiências já realizadas no campo psicanalítico, e que tentaram introduzir técnicas clínicas capazes de lidar com situações psíquicas mais graves. A indicação desse caminho já estava anunciada no próprio texto freudiano quando, no prefácio ao livro de Aichhorn *Juventude desamparada*, faz a seguinte afirmação:

Quando faltam – (as estruturas psicológicas) – como na criança, no adolescente a-social e, em geral, no adolescente dominado por suas pulsões – deve aplicar-se algo distinto da análise, de modo a encontrar o mesmo objetivo (p. 81).

Vera Zimmermann destaca a contribuição teórica de Silvia Bleichmar que introduziu o conceito de “transtorno” na constituição psíquica, diferenciando-o do sintoma e assinalando, portanto, uma outra forma de abordagem clínica desses casos onde a prioridade é de organização de “ligações” e não de intervenções interpretativas; sua proposta clínica é nomeada de neogênese e pretende “produzir elementos novos de recomposição e de articulação que dão origem a um produto diferente do pré-existente” (p. 82). Outra referência importante é a experiência institucional desenvolvida por Maud Mannoni na Escola Experimental de Bonneuil, cuja proposta é a de preparar a criança para a inserção social, através de formas alternativas de ação.

A idéia de *estratégia* proposta por Zimmermann também coloca a ênfase na dimensão criativa de cada intervenção, de cada experiência de troca entre instituição e sujeito, caracterizando-se como potencialidade simbolizante. Esse termo faz parte do pensamento de Castoriadis

que contesta o determinismo da história do sujeito e enfatiza a força criativa do psiquismo e a sua ligação irreduzível com o social. Para ele, “a constituição da subjetividade é psicogênese e sociogênese: o histórico social não é uma simples força exterior, mas uma base de criação que participa da constituição psíquica do sujeito” (p. 25).

Da descrição de algumas dessas estratégias, depreende-se sua fundamentação teórica e a abertura para a singularidade de cada situação vivida. A aposta é de que o sujeito se mobilize no sentido de realizar movimentos psíquicos que rompam o aprisionamento, a apatia e o desinteresse. Um exemplo desse tipo de estratégias é o de *combinados* com adolescentes-limite. Reproduzo uma das situações descritas (p. 86-7):

Como exemplo, posso citar um adolescente que iniciou um trabalho remunerado numa empresa de um amigo do pai, após “combinado” com a família e a escola. Ele não estava conseguindo se ocupar de atividades escolares e não mostrava interesse em outra atividade, bem como tinha uma história de abandono das mesmas. Quando ele falava em trabalhar já se sabia que dificilmente conseguiria manter sua decisão por muito tempo, porque não dispunha de condições psíquicas de suportar a continuidade de uma rotina de regras, mas a aposta foi no movimento, em “acontecimentos” que funcionam como “potencialidade”. O que foi trabalhado com o adolescente não dizia respeito a comprometê-lo com a meta de manter o trabalho em definitivo, mas sim, um “combinado” de tentar trabalhar... Enquanto proposta de intervenção capaz de funcionar enquanto portadora de “potencialidade simbolizante”, mantinha-se como foco o que ele estava experimentando nesta nova experiência, recortando-a para que pudesse se apropriar dela na medida de suas possibilidades.

Numa instituição pedagógica – ou em qualquer outra que acolha esses sujeitos – a ação eficaz pode ser feita a qualquer momento por qualquer funcionário. Embora o efeito possa tocar na posição subjetiva da criança ou do adolescente em questão e adquirir sentido terapêutico, não é esse o objetivo primordial. Uma situação, ocorrida na

cantina da escola, explicita essa intervenção: “um adolescente não aceitava a regra de esperar sua vez na fila para comprar merenda; todos os dias causava tumulto e ninguém conseguia organizá-lo”. Foi uma “palavra bem dita” pela funcionária da cantina que pôs fim à confusão, e provocou um efeito no sujeito: “Assim eu posso perder meu emprego!” (p. 100).

Ao sintetizar as observações feitas a partir de uma de suas experiências institucionais, a autora destaca o lugar da *esperança* necessária para a sustentação dessa tarefa: “Deve fazer parte da montagem institucional uma ‘esperança’ de que essa população de sujeitos possa configurar um lugar social produtivo” (p. 110). Essa idéia de *esperança*, diz ela, tem a ver com um “engajamento ético”. E conclui:

O eixo básico deste trabalho não é adestramento, nem tratamento, mas a promoção de experiências culturais e sociais favoráveis aos processos de subjetivação, tentando trabalhar condutas entendidas como sintomas numa escola-padrão, como “diferença” e não “doença” (p. 111).

Ao psicanalista cabe, nessas instituições, um lugar de consultor, de quem se dispõe a escutar os diferentes personagens e grupos que a constituem – os professores, os técnicos, os funcionários, a direção. Uma escuta aberta aos imprevistos, à criação, à continência dos momentos de impotência e confusão da equipe que acaba reproduzindo aquilo de que pretende cuidar, conforme afirmação já clássica de Bleger a respeito das instituições. Nesse sentido, ele é alguém que se situa no espaço do entre – entre o interno e o externo, o dentro e o fora, entre a clínica e a educação, entre o individual e o social. Um lugar sem limites fixos, fronteiro. Um lugar sempre a construir...

Os que já trabalharam, em sua clínica, com situações psíquicas graves, poderão reconhecer a importância do trabalho apresentado pela autora e a relevância ética de sua proposta. Para mim, há ainda o encanto produzido pela “beleza de seu objeto” de estudo e de sua ação. E a *esperança* de que as diferenças não se tornem sinônimo de “doenças” e “exclusões”... Este é o desafio a que ela nos convoca.

Desconstruindo o conceito de religião

Sérgio Telles

Resenha de Jacques Derrida e Gianni Vattimo (orgs.), *A religião – o seminário de Capri*. São Paulo: Estação Liberdade, 2004, 231p.

O livro *A religião – o seminário de Capri* traz os trabalhos apresentados num encontro organizado por Jacques Derrida e Gianni Vattimo – do qual participaram Mauricio Ferraris, Hans-Georg Gadamer, Aldo Gargani, Eugenio Trias e Vincenzo Vitiello – realizado em Capri, entre 28 de fevereiro e 1º de março de 1994.

Nesta resenha, vou-me ater à contribuição de Derrida. A escolha se deve à reconhecida importância que Derrida tem para o pensamento psicanalítico, o que, mais uma vez, evidencia-se neste extenso texto, que ocupa quase metade do livro.

A contribuição de Derrida está dividida em duas partes. A primeira, intitulada “Itálicos”, está grafada com esta característica fonte tipográfica e a segunda, “Post-Scriptum”, está grafada em tipos romanos. Com isso, Derrida expressa na composição formal do texto algo que nele vai explorar posteriormente, a diferença entre o italiano e o romano, este representando o aspecto político-institucional que remete às estruturas imperiais,

Sérgio Telles é psicanalista e escritor, membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, autor de *O psicanalista vai ao cinema* (Casa do Psicólogo / Editora da Universidade Federal de São Carlos, 2004) e *Visita às casas de Freud e outras viagens* (Casa do Psicólogo, 2006), entre outros.

tanto as do antigo Império Romano como as da Igreja Católica sediada em Roma, no Vaticano.

As duas partes estão subdivididas em 52 itens numerados em sequência. Na primeira, do 1 ao 26; na segunda, do 27 ao 52.

Derrida apresenta a primeira parte como o registro de sua fala no encontro e a segunda como uma elaboração mais precisa daquela. Efetivamente, esta segunda parte, datada de 26 de abril de 1995, ou seja, um ano após o seminário, é mais didática e fácil de seguir, motivo pelo qual sugiro que por ela se inicie a leitura do artigo.

Não é possível fazer um resumo de um texto tão multifacetado e rico como o de Derrida. Procurei sublinhar aquilo que dele me pareceu de maior interesse para nós, psicanalistas, deixando de lado a argumentação propriamente filosófica por ele desenvolvida numa interlocução com Kant (“A religião nos limites da simples razão”), Bergson (“As duas fontes da moral e da religião”) e Heidegger (“O ser e o tempo”). Não voltarei a esse aspecto do texto, mas, como informação, devo dizer que, ao que pude como leigo entender, achei interessante a discussão sobre a impregnação do cristianismo que Derrida julga ver nos textos por ele comentados e que se revela na opinião de Kant sobre a religião cristã como a única “religião moral” ou de Heidegger ao se dizer um “teólogo cristão”. Entretanto, ambas afirmações só podem ser entendidas dentro de um complexo contexto filosófico, no qual se destaca a oposição de Nietzsche. Sobre Kant, pareceram-me muito fecundas suas considerações sobre as “religiões do mero culto”, que apenas procuram os favores de Deus, e as “religiões morais”, que visam a uma boa conduta na vida, regida por uma “fé que reflete” ou uma “fé dogmática”, retomadas por Derrida como elementos da questão entre fé e saber.

O mote do encontro de Capri é aquilo que a mídia, com alguma leveza, chama de “retorno da religião”, associando-o geralmente a “fanatismos”, “fundamentalismos”, “integristas”, “radicalismos”, tendo em mente – na maioria das vezes e sem dizê-lo – o Islã.

Note-se que o encontro ocorreu em 1994, quando os simposiastas, todos eles europeus, talvez já sentissem as pressões geradas pela cultura islâmica trazida pelas levas de imigrantes. O assunto se agudizou e globalizou definitivamente depois do atentado ao World Trade Center, em 11 de setembro de 2001.

Como era de se esperar, Derrida faz um extraordinário trabalho de desconstrução de todos os conceitos envolvidos nessas questões, permitindo-nos, com isso, uma nova visão dos mesmos.

O título do texto de Derrida é “Fé e saber – As duas fontes da ‘religião’ nos limites da simples razão”. Nele defende a tese de que não há fundamento na crença, muito arraigada desde as Luzes, que diz serem incompatíveis a Razão e a Fé, Razão e Religião. Para tanto, vai examinar detidamente o que se entende por “religião”.

A primeira coisa que Derrida faz é mostrar que não se pode falar de *religião* no singular, nem em abstrato. Há *religiões*, no plural. Em seguida, aponta para o fato de que todos os palestrantes são judeus ou cristãos europeus, estando ausentes representantes de muitas outras religiões e etnias, como, por exemplo, para citar apenas uma, a islâmica. Além do mais, são todos homens. As mulheres estão, mais uma vez, excluídas. Derrida adverte para que não se fale em nome desses ausentes.

Passo seguinte, Derrida faz uma outra discriminação entre “religião” e o que se faz em seu nome, evocando as grandes guerras “religiosas” ocorridas ao longo da história, nas quais interesses os mais variados se abrigavam sob esse rótulo.

O comum das pessoas pensa que na religião se encontram os valores mais elevados do ser humano – a capacidade de amar e respeitar o outro, as bases do repúdio à violência e à agressividade, a preservação da paz na comunidade. Quando é esboçado algum pensamento crítico em relação à religião, logo se pensa que esses valores estão sendo atacados, que a crítica poderia evocar a barbárie. Essa é uma confusão de fundamental importância, pois tais valores

não são próprios da religião e devem ser atribuídos a outros campos. Diz Derrida:

Seria necessário estabelecer a dissociação entre as características essenciais do religioso como tal e as que servem de fundamento, por exemplo, aos conceitos de ética, do jurídico, do político ou do econômico (p. 40).

Para caracterizar melhor o que considera ser estritamente do âmbito do religioso, Derrida diz haver duas experiências fundamentais. São elas: a) a experiência da crença, da fé; b) a experiência do sagrado. Elas não se confundem. Pode-se ficar na presença do sagrado sem realizar um ato de crença ou fé, se considerarmos esta como o testemunho jurado do outro, assim como se pode ter uma experiência de crença ou fé sem estar na presença do sagrado ou do santificado.

Mas Derrida mostra que a fé não deve ser confundida com o fato religioso, se este é entendido como algo do trato com o divino, pois a fé se faz imprescindível em qualquer comunicação humana. É preciso ter fé no outro, acreditar no que ele diz ser a verdade. Da mesma forma, o sagrado também não se circunscreve ao divino, pois o respeito à vida e ao outro pode ter essa conotação. A vida é algo que deve permanecer indene, sã, a salvo, intocável, “sagrada”.

Diz ele:

Eis algo que será necessário discernir: a fé nem sempre foi e nem sempre será identificável com a religião, tampouco com a teologia. Nem toda sacralidade e nem toda santidade são necessariamente religiosas, no sentido estrito do termo, se é que existe um (p. 19).

Por pensar que a fé não é um fenômeno exclusivo e restrito à relação do homem com o divino, e sim algo próprio das relações humanas, Derrida reflete que não há uma oposição ou incompatibilidade entre fé e razão, oposição afirmada com grande ênfase pelas Luzes e desde

então defendida por seus herdeiros, a “filiação Voltaire-Feuerbach-Marx-Nietzsche-Freud-(e até mesmo) Heidegger” (p. 43).

Diz ele:

[...] longe de se opor, o desenvolvimento imperturbável e interminável da razão crítica e tecnocientífica transporta, suporta e pressupõe a religião. [...] Religião e razão desenvolvem-se juntas, a partir desse recurso comum: a garantia testemunhal de todo performativo que compromete a responder tanto diante do outro, quanto *a respeito da* performatividade performante da tecnociência (grifo do autor) (p. 43).

É a partir da fé na palavra do outro que se baseia, em última instância, toda a possibilidade de conhecimento e de sua transmissão.

Nas relações entre os homens, é fundamental a possibilidade da aliança com o outro, a promessa de ouvir dele a verdade e, em retribuição, para ele falar a verdade, de ter com o outro uma fé jurada. Esses atos engendram, quase que automaticamente, uma figura necessária, uma testemunha imprescindível que garanta as sempre frágeis e ameaçadas promessas e alianças entre os homens. Essa figura é Deus.

Isso possibilita a criação da religião. Não há religião sem um sacramento, sem a promessa da verdade, sem uma aliança com Deus, que, por sua vez, garante – como testemunho – as alianças entre os homens.

Vê-se que ficam na religião, como que simbolizados, idealizados e “purificados”, aspectos essenciais das relações entre os homens.

Estabelecidas essas discriminações, Derrida retoma a questão do “retorno da religião”, mostrando que antes de tentar respondê-la é necessário fazer duas correções. Em primeiro lugar, não se pode falar propriamente em *retorno* porque sua globalização (Derrida usa o termo *mundialização*, corrente no francês) e as formas que assume dentro da economia, da política, da mídia e da ciência, não têm precedentes. Da mesma forma, não é um retorno do *religioso*, pois implica, na verdade, uma destruição radical do

religioso, na medida em que estão em jogo tantos outros interesses – lembremos aqui a menção ao que se faz em nome da religião.

Outra discriminação é feita por Derrida ao apontar que muitas vezes a discussão do “retorno do religioso” se mistura com projetos “pacifistas” e “ecumênicos”, que são propostos para resolver seus impasses. Tais projetos teriam uma função autodestruidora da religião: na medida em que defendem valores diferentes dos da religião, colocam os direitos do homem e da vida humana antes de qualquer dever com o divino ou o absoluto. Além disso, neles muitas vezes está embutido o que há de pior dos resquícios do colonialismo europeu, cuja história ainda está para ser escrita, nos lembra ele em outro escrito.

Derrida insiste que fica caduca a oposição entre razão e religião na medida em que ambas pressupõem uma fiabilidade, uma fé irreduzível no vínculo social, na valorização do testemunho, do gesto performativo da promessa, inerentes a todas as mensagens dirigidas ao outro.

Diz ele:

Sem a experiência performativa desse ato de fé elementar, não haveria “vínculo social”, nem mensagem para o outro, nem qualquer performatividade em geral: nem convenção, nem instituição, nem Constituição, nem Estado soberano, nem lei, nem, sobretudo aqui, essa performatividade estrutural da performance produtiva, que, de saída, liga o saber da comunidade científica ao fazer, e a ciência à técnica. [...] Ora, por toda parte em que se desenvolve essa crítica teletecnocientífica, ela coloca em ação e confirma o crédito fiduciário dessa fé elementar que é, pelo menos, de essência ou vocação religiosa (a condição elementar, o meio ambiente do religioso, para não dizer a própria religião). Dizemos fiduciário, falamos de crédito ou de fiabilidade para sublinhar que este ato de fé elementar suporta também a racionalidade essencialmente econômica e capitalística do teletecnocientífico (p. 62).

Assim como antes mostrara que a fé não é própria da relação com o divino e sim uma condição imprescindível das relações entre os homens,

Derrida agora afasta definitivamente a religião do trato do divino e da revelação, colocando-a como um lugar de encontro e comunhão de interesses entre homens, unidos pela fé comum na realização de projetos humanos, como a ciência e a economia.

Mas, como veremos, o mesmo movimento que torna indissociáveis a religião e a razão tecnocientífica em seu aspecto mais crítico (baseado no crer no outro, em seu testemunho) provoca movimentos autoimunes, reações contra si mesmo que podem atingir um alto grau de violência, pois ambas, ciência e religião, estão regidos por uma lógica “terrificante e fatal”, a “lógica da autoimunidade do indene” (p. 61).

A reação à teletecnociência expropriadora e deslocadora assume duas figuras. A primeira é a reação ao desgarramento por ela provocado, ocasionando um apego e sacralização das raízes, uma defesa apaixonada da identidade étnica, na qual são idealizadas a filiação, a família, a nação, o solo e o sangue, o nome, o idioma “puro”, cultura e memória “puras”, a religião.

A outra reação toma a forma de uma curiosa fetichização da própria máquina, decorrente de seu uso cada vez mais generalizado sem que se tenha, mesmo por ser desnecessário, o efetivo conhecimento de como e por que ela funciona. Por exemplo, poucas pessoas poderiam explicar para seus filhos como funciona um aparelho de telefone, de televisão ou a internet. Ou seja, amplia-se o fosso entre o saber (sobre a máquina) e o saber-fazer (com a máquina). Num contrafetichismo, esse fosso termina por ser preenchido com elementos animistas, mágicos, místicos. A rejeição à máquina, assim como sua aparente apropriação, pode tomar a forma de uma religiosidade regressiva, estrutural e invasora.

Essa reatividade contra a teletecnociência, uma aparente defesa do arcaico e primitivo, se expressa tanto no dogmatismo obscurantista como numa vigilância hipercrítica. Mas – o que é uma peculiaridade dos novos tempos – a verdade é que mesmo os que reagem contra a teletecno-

ciência são forçados a recorrer a seus recursos para sobreviver.

Isso fica muito evidente nas relações entre as religiões (especialmente as cristãs) e a televisão. A religião não pode sobreviver sem recorrer à televisão, ao mesmo tempo que sabe ser ela sua grande inimiga, a negação de tudo que prega.

Derrida mostra como, nas nossas atuais “guerras de religião”, a violência apresenta duas faces. Uma se mostra contemporânea, totalmente harmonizada com a sofisticação da teletecnologia digital militar. A outra é uma “nova violência arcaica”. Opõe-se reativamente à primeira, retornando para o mais próximo possível do corpo puro e do ser vivo.

Numa vingança contra a máquina, que expropria e descorporaliza, recorre-se ao embate corpo a corpo, à mão nua, aos abusos sexuais, ao uso de ferramentas mais simples e elementares, como as armas brancas. Essa “nova violência arcaica” se concretiza através de torturas, decapitações, mutilações de todas as espécies. A mídia se refere a essa face da violência “religiosa” como “matanças” e “atrocidades”, termos nunca usados quando dirigidos a episódios da guerra “limpa” possibilitada pela tecnologia, na qual o morticínio é muito maior, mas “menos violento”.

Essa violência arcaica, do embate direto do corpo a corpo, seria a vingança do corpo puro contra a teletecnociência expropriadora e deslocadora, identificada com a hegemonia político-militar-capitalística, a globalização do mercado e do modelo democrático europeu, secular e religioso.

Essa “nova crueldade” representa uma selvageria reativa que tenta incriminar diretamente o corpo, especialmente no que diz respeito aos órgãos sexuais, que se pode estuprar, mutilar, ferir, ou ainda negar e ignorar, o que seria outra forma de violência.

Assim, para Derrida, o que é chamado de “retorno do religioso” é a exacerbação turbulenta do conflito entre a teletecnociência – com toda sua capacidade de desterrar, desidentificar, universalizar – e o movimento reativo contra

esse desenraizamento das identidades culturais, apresentado como “religião”.

Poder-se-ia dizer que, antes, a religião se propunha a nos salvar do grande mal (o pecado, o inferno). Atualmente o “grande mal” do qual a “religião” oferece a salvação pode ser entendido dentro da concepção freudiana da pulsão de morte ou como o perigo trazido pela teletecnociência e suas redes transnacionais e translinguísticas que rompem as referências identificatórias. Nesse sentido, a religião seria o grande antídoto, aquilo que ancora o sujeito no corpo, no lugar, no sangue, na língua, no país. Apesar disso e ao mesmo tempo, a religião está muito atenta ao uso da teletecnologia e há, de fato, uma grande disputa pelo uso dessas máquinas para divulgar sua mensagem. A religião odeia a teletecnologia e a vê como uma grande inimiga e, ao mesmo tempo, não pode prescindir dela para manter suas estratégias. Vide os pastores eletrônicos a fazerem milagres a toda hora nas televisões do mundo ocidental, ou os grandes espetáculos midiáticos das viagens internacionais do papa.

Mas ao falar da “nova crueldade”, Derrida faz uma longa digressão envolvendo a psicanálise, motivo pelo qual a cito na íntegra:

Será que, “ignorando” a psicanálise, é possível falar, hoje, desse duplo estupro, falar disso de um modo que não seja demasiado idiota, inculto ou simplório? Ignorar a psicanálise pode ser feito de mil maneiras, algumas vezes por meio de um grande saber psicanalítico, mas em uma cultura dissociada. Ignora-se a psicanálise enquanto esta não for integrada aos mais poderosos discursos que, atualmente, são pronunciados não só sobre o direito, a moral, a política, mas também sobre a ciência, a filosofia, a teologia etc. Existem mil maneiras de evitar essa integração consequente, inclusive no meio institucional da psicanálise. Ora, no Ocidente, a “psicanálise” [...] está em recessão; ela nunca transpôs, efetivamente, as fronteiras de uma parte da “velha Europa”. Este “fato”, faz parte, com plenos direitos, da configuração de fenômenos, sinais, sintomas que têm sido interrogados, aqui, por motivo da “religião”. Como pretender novas Luzes para dar conta desse “retorno do religioso” sem colo-

car em ação, pelo menos, alguma lógica do inconsciente? Sem trabalhar este aspecto, pelo menos, e a questão do mal radical, da reação ao mal radical que se encontra no centro do pensamento freudiano? Tal questão já não pode manter-se separada de tantas outras: a compulsão à repetição, a “pulsão de morte”, a diferença entre “realidade material” e “realidade histórica”, que, antes de tudo, impôs-se a Freud, precisamente, a respeito da “religião”, e se elaborou, em primeiro lugar, o mais perto possível de uma interminável **questão judaica**. É verdade que o saber psicanalítico pode também desenraizar e despertar a fé, abrindo-se para um novo espaço de testemunhalidade, para uma nova instância da atestação, para uma nova experiência do sintoma e da verdade. Esse novo espaço deveria ser também, embora não somente, jurídico e político. Teremos de voltar ao assunto (p. 74).

Tendo feito tantas discriminações sobre o que chamamos de “religião”, Derrida prossegue tentando chegar ao que lhe seria o mais específico. É quando menciona a figura do “messias”. Mais uma vez, ele a despe de qualquer conotação mística ou transcendental, redimensionando-a em termos humanos:

O messiânico ou a messianicidade sem messianismo. Isto seria a abertura ao futuro ou à vinda do outro como advento da justiça, mas sem horizonte de expectativa *nem prefiguração profética*. [...] Essa dimensão messiânica não depende de um messianismo, *não segue determinada revelação*, não pertence, propriamente falando, a qualquer religião. [...] Um invencível desejo de justiça liga-se a essa expectativa. Por definição, esta não tem e não deve ter a garantia de nada, nem ser assegurada por qualquer saber, consciência, previsibilidade, programas como tais. Essa messianicidade abstrata pertence, para começar, à experiência da fé, do crer ou de um crédito irreduzível ao saber e de uma fiabilidade que “fundamenta” qualquer relação como o outro no testemunho. [...] Ela inscreve-se, de antemão, na promessa, no ato de fé ou no apelo à fé que habita qualquer ato de linguagem e qualquer mensagem dirigida ao outro (grifos meus)(p. 29-30).

Toda fé implica quase automaticamente a esperança de algo por vir, algo que mostra uma

iterabilidade (a capacidade de produzir repetições automáticas que instaura uma diferença; uma repetição que leva do mesmo à alteridade, à mudança, ao outro) que a aproxima do maquínico, do maquinal, do técnico:

Fé e ciência (o maquinal) não devem ser pensados separadamente e sim ao mesmo tempo, o maquinal e todos os valores investidos de sacrossantidade, mais precisamente na sacrossantidade do efeito fálico.

Considera Derrida que esses mecanismos automáticos iterativos característicos da fé têm uma ilustração especialmente relevante na “*automaticidade colossal da ereção*” (grifos do autor) (p. 66). A ereção como representação simbólica privilegiada da vida enquanto algo sagrado, a ser conservado indene e imune, e que, ao mesmo tempo, por sua espontaneidade e relativa autonomia frente à deliberação consciente, evoca o maquínico, o maquinal, o “técnico”.

Diz ele:

Diferentemente do pênis, não será também o fálico o fantoche que, uma vez desligado do corpo puro, é erguido, exibido, fetichizado e levado em procissão? (p. 66).

O falo é um avatar da potência criadora, a matriz de todos os cultos, de todos os fetiches, possibilitando uma generalização ilimitada de “uma adoração fetichizante da própria Coisa” (p. 66).

Por esta via, Derrida faz uma esclarecedora incursão interpretando a importância dos cultos fálicos presentes em tantas religiões. Mostra ele como a falicidade – a possibilidade de ereção do pênis – tem um efeito de sacralidade e como isso se evidencia na escolha da circuncisão do pênis como a inscrição no corpo da aliança de Deus com os homens, ritual compartilhado pelas três grandes religiões abraâmicas. Essa valorização fálica do homem talvez explique, segundo Derrida, por que os momentos mais terríveis, violentos e destrutivos da religião tenham as mulheres como suas vítimas preferenciais.

O falo – enquanto força, força de vida, fertilidade, crescimento, aumento, expansão, inflação – é uma representação do poder divino criador, coisa que, com menor expressão, também acontece com a imagem da gestação, como mostram as pesquisas linguísticas feitas por Benveniste, amplamente citadas por Derrida no correr de todo este texto.

Há uma aparente contradição na forma como a religião trata a valorização da vida. Por um lado, um respeito absoluto por ela, evidente no “não matarás”, na proibição das manipulações possibilitadas pela tecnociência, como o aborto, a inseminação artificial, as intervenções genéticas etc. Mas, por outro, a religião exhibe uma plena vocação sacrificial, que não deve ser confundida com as guerras religiosas e demais morticínios equivalentes. A aparente contradição entre o respeito pela vida e a exigência do sacrifício da própria vida se deve à postulação de que a vida não vale absolutamente nada, a não ser valendo mais do que ela mesma, pois ela se dá entre determinados valores simbólicos a serem preservados, algo pelo qual se vive e pelo que se pode sacrificar a própria vida, tendo em vista uma sobrevida invisível e espectral. Poderiam esses valores ser o próprio dogma religioso ou as consequências das alianças humanas.

A violência do sacrifício é exercida em nome de uma não-violência. O sacrifício implica sempre o sacrifício de si, representa o preço a pagar para não ferir, lesar ou danificar o outro.

Em sua desconstrução do conceito de religião, Derrida quer pensar junto saber e fé, tecnociência e crença religiosa, o cálculo e o sacrossanto, “cruzar o calculável com o incalculável, o inumerável com o número”. Sob esse enfoque, surge a importância da demografia na “questão religiosa”. Um bom exemplo é a “questão judaica” – um “povo” diminuto em termos demográficos, com uma religião de imenso peso histórico e cultural. A invasão da teletecnologia ameaça as identidades de muitos “povos”. Por isso, é necessário inventar novas maneiras de contar, contar *com* a religião e contar *a* religião, os fiéis de cada

religião. Isso se torna mais premente quando pensamos nos possíveis efeitos da globalização. Induzirá ela um extermínio dos microclimas culturais, históricos e políticos? Sob esse aspecto, não seria ela tão perigosa quanto a solução final? Isso é especialmente urgente para o estado e as nações de Israel, embora também diga respeito aos cristãos. E, ao contrário, em nada ameaça os muçulmanos, no momento menos expostos a esses perigos.

Derrida diz que a experiência do testemunho se situa na confluência das duas fontes da religião, a fé e o sagrado:

No testemunho, a verdade é prometida para além de qualquer prova, de qualquer percepção, de qualquer demonstração intuitiva. Mesmo se eu minto ou faço um juramento falso (e sempre e sobretudo quando tomo essa atitude), prometo a verdade e peço ao outro que acredite no outro que eu sou, exatamente onde sou o único a poder dar testemunho e onde a ordem da prova ou da intuição nunca será redutível ou homogênea a essa fiducialidade elementar, essa boa-fé prometida ou exigida (p. 86).

Como já vimos, a boa-fé está implícita em toda mensagem dirigida ao outro. Ela condiciona todos os aspectos do vínculo social, todo questionamento, todo o saber, toda performatividade e toda performance teletecnocientífica.

Derrida mostra como o ato de fé exigido na atestação por estrutura vai mais além de qualquer intuição e de qualquer prova, de qualquer saber. Na atestação do testemunho se deve acreditar como que num milagre. Ela se propõe como o próprio milagre:

A experiência de desencantamento, por mais indubitável que seja, não passa de uma modalidade dessa experiência “miraculada”, o efeito reativo e passageiro, em cada uma de suas determinações históricas, do maravilhoso testemunhal. Que se seja chamado a acreditar em qualquer testemunho como em um milagre ou em uma “história extraordinária”, eis o que se inscreve inesperadamente no próprio conceito de tes-

temunho. [...] A atestação pura, se houver alguma, faz parte da experiência da fé e do milagre. Implicada em todo vínculo social, por mais banal que seja, torna-se tão indispensável à Ciência, quanto à Filosofia e à Religião (p. 87).

Como as duas fontes da religião, fé e sacralidade, podem-se reunir e dissociar de várias maneiras, Derrida propõe que Heidegger fala de uma sacralidade sem crença (fé), enquanto Levinas propugna por uma fé em uma santidade sem sacralidade. Na própria experiência da não-relação ou da interrupção absoluta, pensadas por Blanchot e Levinas, a sacralização estaria em jogo, na medida em que a hipersantificação da não-relação seria dessacralizada, designando o “desencantamento como o próprio recurso do religioso” (p. 88).

Vimos como Derrida desconstrói o termo religião, discriminando várias camadas superpostas de significados, desvinculando-os de uma ligação exclusiva ao trato do divino. Mostra como não se confunde a religião com sua instituição e com tudo aquilo que é feito em seu nome; como muitas atribuições tidas como exclusivas da religião podem estar ligadas à ética, ao jurídico, ao político; como a fé e o sagrado não são exclusividades da relação com o divino, são atributos centrais das relações humanas; como o próprio messias é uma imagem da esperança da chegada do outro. Longe de dogmatismos, Derrida nos lembra das pluralidades das religiões, suas histórias, as histórias de suas histórias, suas genealogias que se embaralham, as línguas nas quais existem.

Poder-se-ia, então, perguntar – mas teria Derrida evitado abordar o transcendente, o divino, aspectos incontornáveis no assunto por ele escolhido?

Derrida o aborda, sim, embora o faça dentro de uma estratégia que o desloca da posição central que convencionalmente ocuparia num texto sobre religião, dando-lhe um lugar marginal, atingido indireta e obliquamente.

Ele o faz por dois caminhos, ao abordar o que seriam as duas “origens” ou “fontes” da re-

ligião. A primeira diz respeito ao “messiânico”, que, como já mencionei acima, Derrida afasta de qualquer conotação “profética”, decorrente de “revelação”. Como se sabe, a revelação é por muitos considerada a essência do sagrado, elevada à condição de dogma, pois diz respeito aos momentos nos quais a divindade se manifesta diretamente ou através de profetas.

Derrida aborda ainda a revelação a partir da questão da Terra Prometida, fundamental no judaísmo. Frente a este tema, cuja imensidão abissal o faz “temer e tremer”, nele julga ver o vínculo essencial entre a promessa de lugar e a historicidade. A historicidade provoca “uma especificidade aguda no conceito de religião”. Mais ainda, as revelações devem ser vistas dentro dessa historicidade. Diz ele:

Tais acontecimentos (as revelações) só chegam a ter sentido pelo fato de comprometer a historicidade da história – e a factualidade do acontecimento como tal. Diferentemente de outras experiências da “fé”, do “santo”, do “indene” e do “salvo”, do “sagrado”, do “divino”, diferentemente de outras estruturas às quais, por analogia duvidosa, seríamos tentados a dar o nome de “religiões”, as revelações testamentárias e alcorânicas são inseparáveis de uma *historicidade* da própria revelação (grifo do autor)(p. 19).

Ao enfatizar a historicidade da revelação, ao dar-lhe um tempo e um lugar específicos, Derrida abre espaço para que elas sejam enten-

didadas como fenômenos humanos, condicionados pela história e geografia.

Quanto a “Deus”, Derrida não o menciona diretamente, mas evoca algo muitas vezes por ele abordado em outros textos, a *chôra*¹, figura criada por Platão em “Timeu”:

o nome de um lugar, um nome de lugar, e muito singular, para esse espaçamento que, não se deixando dominar por uma instância teológica, ontológica ou ainda antropológica, sem idade nem história, e mais “antigo” do que todas as oposições (por exemplo, sensível/inteligível), nem chega a se anunciar como para além do ser [...] ela não é o Ser, nem o Bem, nem o Homem, nem a História... terá sido sempre o próprio lugar de uma resistência infinita, de um resto infinitamente impassível: um outro completamente diferente sem rosto (p. 33).

Seria a forma pela qual Derrida evoca o incognoscível das origens, um espaço para pensarmos o que muitos chamam de “Deus”? Afinal, o único que podemos fazer é reconhecer o mistério, evitar negar a angústia que ele em nós desencadeia e denunciar aqueles que dele fazem comércio, usufruindo de um extraordinário poder ao se arrogarem a posição de seus intérpretes e guardiões privilegiados.

Derrida aponta para uma religião não “religiosa” no sentido comum, “ateologizada” (p. 31), fruto de necessidades humanas. Por vias diferentes, muito se aproxima da forma como Freud entendia este importante fenômeno.

1 A propósito de *chôra*, remeto ao artigo de Camila Salles Gonçalves, “*Chôra*”, em *Platão, Derrida e Fedida*, publicado nesta revista *Percurso*, n. 31/32, 2. sem. 2003/ 1. semestre 2004, p. 55-62.

A incógnita masculina: o y da questão¹

Nayra C. P. Ganhito

Resenha de Monique Schneider,
Généalogie du masculin. Paris: Champs
Flammarion, 2006 [2000], 376 p.

Uma genealogia olha para o passado a partir de uma problemática presente, visando a um futuro. É no contexto da atual crise da demarcação tradicional dos territórios sexuais, masculino e feminino, que Monique Schneider empreende sua impressionante aventura sobre as condições da construção da masculinidade em nossa cultura, a partir de uma questão teórico-clínica: em que medida as formulações hegemônicas da psicanálise, em Freud e em seus seguidores, reproduzem os pressupostos da partição sexual patriarcal, tão profundamente fincados no pensamento ocidental? Trata-se de renunciar a um sistema transcendente de referência que atribui a cada sexo e ao casal parental um lugar fixo e rastrear os momen-

1 Algumas passagens foram modificadas do artigo *O segredo masculino*, apresentado na I Jornada do EBEP-SP, outubro/2008, escrito em colaboração com o Grupo *Femininomasculino* do EBEP-SP, com destaque para Paula Fonseca.

2 Em especial estudos de Nicole Loraux (imaginário grego clássico), Geneviève Fraisse (divisão sexual na França do século XVIII) e Thomas Laqueur (o corpo e o gênero no Ocidente)

3 Resultados, ideias, problemas II, *apud* W. Granoff, *Aux origines de la sexualité*, Paris, PUF, 1995.

Nayra C. P. Ganhito é psiquiatra e psicanalista membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, professora do curso Psicopatologia Psicanalítica na Clínica Contemporânea neste departamento. Membro do EBEP-SP e autora de *Distúrbios do sono* (Casa do Psicólogo, 2001).

tos históricos que instauraram certa definição da masculinidade, desnaturalizando assim qualquer “essência” masculina – e também feminina, implantada por uma oposição binária e excludente.

É um livro corajoso e certamente polêmico, que interroga alguns dos paradigmas mais intocáveis da psicanálise, abrindo novas vias de pesquisa. O pensamento da autora progride num estilo singular e complexo que busca “escutar” os discursos e a língua (o alemão de Freud e traduções francesas) no registro dos processos primários, numa perspectiva histórica “lógica” e não cronológica. Leitura difícil, seja pela quantidade de referências seja pela liberdade de suas associações e hipóteses.

Além do universo freudiano, a pesquisa inclui a leitura crítica das proposições lacanianas no campo e a busca, em psicanalistas contemporâneos como Michel Tort, Didier Anzieu, Conrad Stein e Wladimir Granoff, de novos paradigmas. Com a mesma preocupação, visita produções filosóficas, mitológicas, iconográficas e a literatura moderna².

A estratégia metodológica considera não apenas os enunciados de cada discurso, mas também seus lugares específicos de enunciação. Assim, a obra freudiana é examinada como “herança secretamente clivada entre a celebração da *potência vertical* e o combate ao *poder centralizador*”: enquanto os textos freudianos “oficiais” promovem o masculino na chave da verticalidade (da ereção e outros emblemas fálicos ou como ascensão intelectual e incorpórea), em suas cartas, sonhos, notas de autoanálise ou de rodapé, Freud ousa indagar as proposições dominantes. Por exemplo, a fórmula condensada alinhavada no exílio em Londres, retomada várias vezes pela autora: “[...] O seio é um pedaço de mim. Eu sou o seio. Mais tarde, somente: eu o tenho, quer dizer, eu já não o sou [...]” (p. 27)³.

Para Schneider, no campo freudiano o emblema masculino recebeu de saída o estatuto de referência da diferença sexual, apreendida em função de sua presença/ausência. O problema de tornar-se homem foi logo encoberto por uma

identificação ao pai que escamoteia o primitivo “eu sou ela”, a identificação original com a mãe. Não se formulou quanto ao menino a questão equivalente àquela dirigida à menina: “como ele se torna homem, se de início ocupou a posição passiva?” (p. 55).

A fórmula “Não é minha mãe”, exemplo clássico do trabalho freudiano sobre a negação, relacionado à atribuição identitária, mostraria a negação fundante do masculino (não ser a mãe ou a mulher), pouco explorada na investigação analítica. “Implantado por obra de uma negação”, o masculino, como referência do humano e lugar de onde emana o olhar, não poderia ser apreendido em si mesmo (p. 24). Na atualidade, o próprio fato de a masculinidade adquirir o estatuto de objeto de estudo evidencia sua crise enquanto referente universal.

A primeira ousadia do livro é portanto quebrar um certo silêncio sobre a masculinidade na psicanálise, silenciamento postulado como verdadeiro “dispositivo de segredo” inerente ao movimento histórico que determinou a partilha entre os sexos, outorgando ao pai e ao masculino as funções superiores e, ao feminino, o corpo e a experiência sensível, dita materna.

A investigação parte do falocentrismo na Grécia clássica, que privilegiou no corpo do homem o pênis como órgão revestido de função penetrativa /ofensiva, criando o paradigma masculino da *espada*. Porém, tendo sua arma requisitada para as manobras cívicas e militares, o homem pagaria um alto preço subjetivo pelo poder político: seu corpo passa a servir à pólis, armado não tanto da espada e outros atributos fálicos mas de um instrumento defensivo cultural, o *escudo*. Arrastado para a guerra e suas consequências, o cemitério seria o lugar privilegiado de enunciação da masculinidade no espaço grego, celebrada nas orações fúnebres.

A mulher passa a figurar a nudez do ser da natureza, privada do escudo, essência tanto do masculino como da cultura. O risco de uma identificação feminina – ver-se “desarmado como uma mulher” diante do inimigo – é assi-

milado a uma outra identificação: com a criança saída do ventre, ser nu por excelência. Um véu de silêncio passaria a recobrir tudo aquilo que no homem poderia remeter ao feminino e ao desamparo originário.

A inscrição da pele em território feminino anula retroativamente a vulnerabilidade do menino em posição passiva, e doravante ele poderá reivindicar o lugar da iniciativa. Mas exilado da terra natal e da pele que denuncia sua origem materno-infantil, o homem se veria desprovido da fronteira entre interior e exterior, da pele que protege e integra o corpo. As defesas mobilizadas tenderiam a uma hipertrofia: uma epiderme rígida, socializada, inorgânica, erigida como proteção da nudez do corpo natural contra atentados externos. “O masculino, na divisão social, seria especialmente predisposto a encarnar isso que em todo o ser humano assume uma função defensiva?” (p. 36).

O ocidente privilegiou o paradigma da espada, mas o herói pode ocupar a posição ameaçada, relativizando a cartografia que atribui a cada sexo um território fixo. “A leitura dominante que impõe a espada como único paradigma masculino, cultivada na psicanálise, seria uma forma de conjurar a tentação homossexual?” (p. 45). A gestualidade da narrativa mítica permite à autora figurar a hipótese de uma etapa intermediária entre o momento inicial *feminino* e a construção da defesa (escudo ou couraça): o arrancamento da pele, um esfolamento imaginário como preço fantasmático da exclusão da pele sensível. Hércules em seu destino final vê-se encerrado na túnica ofertada por Djanira, cujo abraço dilacerante queima e se adere à pele – livrar-se dela implica arrancar pedaços do próprio corpo. A finalidade inicial da túnica – um filtro amoroso, acidentalmente envenenado – aproxima a vivência masculina da paixão amorosa de um doloroso aprisionamento numa pele feminina.

Desenhos anatômicos renascentistas mostram figuras masculinas tendo a pele arrancada como um apêndice externo e inerte. O esfolado “clássico” de Valverde esfolo-se a si mesmo exibindo sua musculatura, brandindo no braço esquerdo uma adaga e no direito um dejetivo: sua pele que

pende fantasmagórica. “A separação da própria pele representaria o esforço de rejeitar perpetuamente uma identidade negada ou proibida?” (p. 37). A paixão masculina pela dissecação e a separação, ligada à força e à potência da visão, seria imposta de fora, pois o gesto de arrancar e as poses “torturadas” das figuras remetem à inscrição freudiana da automutilação nas peripécias do autoerotismo masculino. A autoagressão na gestualidade masculina, que culturalmente é um emblema de virilidade, em Freud é só uma etapa do percurso.

A exclusão do feminino tranquilizaria o homem cívico em seu gênero, mas não deve cegar-nos para a mutilação que este sofre no mesmo golpe, compensada pela imensa promoção do masculino. Numa definição do masculino que ultrapassa o espaço grego, por exemplo, na divisão sexual desenhada no fim do século XVIII, o homem, representando a razão e o intelecto, vê-se “ejetado para um fora-do-sexo”, pois apenas à mulher é reservado aquilo que é sexuado e natural na espécie, mesmo que ela não tenha um lugar (mesmo desvalorizado) no social. “A mulher toda sexo e o homem todo gênero?” (p. 48). Esta versão do “homem sem corpo” – que exclui toda sexualidade e toda sexuação – se imporia especificamente nos momentos históricos “de fundação da ordem cívica que buscam uma transcendência com respeito à ordem humana, abandonada às mulheres” (p. 49).

O corpo masculino codificado pelos imperativos cívicos não exclui portanto a cena erótica. Em Freud, o corpo aberto à excitação que pode introduzir uma efração traumática seria um corpo feminino, pois o masculino é poupado da pele exposta às iniciativas exteriores pelo recurso textual que restringe a abordagem da sedução ao exemplo “tomado ao acaso” da menina⁴. Do mesmo modo, as reações do corpo ao toque do outro são descritas no caso da mulher “em estado de repouso sexual” que, tocada nos seios, vê

sua excitação crescer e pedir “um suplemento de prazer”⁵. Saindo de um estado virginal próximo ao da criança seduzida para o risco de um excesso, se insinua a figura da mulher afeita a um gozo transgressivo. A este “prazer preliminar” feminino, se oporia o “prazer terminal” masculino, animado por uma paixão expulsiva de descarga da tensão: o orgasmo masculino, reduzido à ejaculação e elevado a princípio mesmo do prazer, faz do pênis um instrumento de penetração cuja glândula, zona erógena por excelência, não ostenta o estatuto de mucosa como a vagina. O ato sexual torna-se um acoplamento entre um membro dotado de força motriz e uma pele receptora de sensações⁶.

Curiosamente, a face sensível do membro masculino apareceria no contexto do estudo da dor, da hipocondria e do narcisismo, quando, descrito em seu estado de excitação, é tomado como “o modelo de um órgão dolorosamente sensível, modificado sem estar doente no sentido habitual. [...] congestionado, inchado, úmido, e fonte de sensações diversas”⁷.

Mais tarde, na nota de *O mal-estar na civilização* (1930) sobre o “recalque orgânico”, a vulnerabilidade do órgão masculino apareceria ligada ao movimento ascensional evolutivo do humano ao adotar a posição ereta, afastando-se do solo e recalçando as pulsões olfativas em proveito da visão. A posição ereta torna “visíveis e exigindo uma proteção” os “órgãos sexuais até então recobertos”, agora fonte de “vergonha” e “pudor” (p. 243). Aqui se sublinha a posição ameaçada do que se encontra visível, algo bem distante da exibição desafiante do órgão viril ereto contra a castração, no célebre texto sobre a cabeça de Medusa.

O caráter involuntário da mobilidade do pênis seria outra dimensão de sua vulnerabilidade ligada à visibilidade. A potência autônoma e acéfala que se apodera de improviso do membro rebelde – comparado ao nariz de Pinóquio! – desconcerta o poder da vontade e domínio masculinos, denunciando o poder de imantação do objeto sobre seu corpo e pedindo a estratégia do véu.

4 S. Freud, *Sobre a sexualidade feminina* (1927).

5 S. Freud, “A feminilidade”, *Novas Conferências de Psicanálise* (1933).

6 S. Freud, *Três ensaios sobre a sexualidade* (1905).

7 S. Freud, *Introdução ao narcisismo* (1915).

No entanto, a operação que delegou à mulher o corpo e seus caprichos deslocou a temática do velamento para a feminilidade – véu público que cobre uma suposta ausência; máscara que cobre o rosto sujeito a mostrar as emoções. O escândalo do movimento incontável é transferido para o território feminino: “as contorções e gesticulações de possuídas e outras históricas oferecerão a encenação do movimento involuntário e insurgente, da face escondida – ou antes irremediavelmente visível – do masculino” (p. 252). A mascarada, atribuída à mulher, encobriria a mascarada masculina.

Por fim, o privilégio dado ao tema da paternidade tomado numa chave normativa que obscureceu outros aspectos da masculinidade é criticamente examinado pela autora. A cisão entre maternidade definida pela sensorialidade e uma paternidade instauradora da ‘espiritualidade’, precoce em Freud, sofreria uma longa maturação até o texto “quase testamentário” *Moisés e a religião monoteísta* (1938). Cisão já sugerida num poema paródico comemorativo da paternidade de Fliess (1899), onde a produção do filho pareceria atribuída exclusivamente à “potência do sexo feminino”, enquanto o papel paterno é definido por seu poder de veto: conter, represar, limitar a potência feminina pelo instrumento do “cálculo”, aproximando-se paradoxalmente da ação contraceptiva. A união celebrada aqui é a do pai com o “filho valente” na manutenção da “ordem sagrada” em oposição ao território materno (“mutação da vida onde tudo se desagrega”): “inquietante celebração nupcial, pois se dá ao abrigo da ‘mutação da vida’, num reino atemporal e puramente inteligível que lembra a atmosfera espectral de Hamlet” (p. 56).

O texto sobre o monoteísmo radicalizaria esta vertente dominante do pensamento freudiano. A “repressão orgânica” (1930) implicava uma reordenação hierárquica das funções sensoriais privilegiando a visão, mas aqui toda a sensorialidade seria sacrificada em nome de uma espiritualidade solidária da paternidade como princípio imaterial de corte e separação, exercida pela faculdade de julgamento – versão cristalizada mais tar-

de por Lacan. A masculinidade “passa a ancorar-se no firmamento, carecendo de suporte material que a sustente”, numa promoção que não se baseia no destino anatômico, mas, como diz Freud, em uma “decisão (*entscheidet*) contra a percepção sensorial direta a favor do que denominamos os processos intelectuais superiores [...]” (p. 18). O termo, que remete tanto ao juízo intelectual como ao julgamento jurídico, mostraria a conexão entre o acesso à intelectualidade e o descarte do feminino: pensar e julgar equivaleria a inclinar-se para o pai e virar as costas à mãe. A divisão do pensamento idealista que separa sensível e inteligível refletiria a distribuição de lugares atribuídos a pai e mãe⁸.

Um contraponto a essa versão aparece no caso de *O homem dos ratos* (1909), onde a seriedade do tema da interrogação sobre a paternidade é abalada pelo tom irônico da teorização e pela parceria com o humorista: *O astrônomo sabe mais ou menos com a mesma certeza se a lua é habitada e quem é seu pai, mas ele sabe com outro tipo de certeza quem é sua mãe.* (Lichtenberg). A legitimidade do pai oficial não define a paternidade, mas seus signos não devem ser buscados pelo intelecto puro (neurose obsessiva). A curiosidade pelos suportes corpóreos da procriação pode usar a dúvida e a memória contra as realidades oficiais – “algo bem distante da distinção cortante que hoje separa o pai do genitor” (p. 71).

O esquecimento dos testículos na teoria psicanalítica, como zona erógena e órgão ligado à fecundação, seria solidário ao modelo da paternidade como função incorpórea. Objeto da mesma desvalorização pela cultura de tudo aquilo que remeta ao corpo, ao solo e à fecundidade – atribuídos ao feminino, apenas nas camadas sociais nas quais o trabalho corporal é valorizado, “ter colhões” permaneceria como símbolo de virilidade. Todo um capítulo é dedicado a este “exílio do seminal” encampado pela psicanálise, aos retornos deste recalçado e às “tentativas de reinscrição do seminal” – entre elas as atuais práticas de fecundação artificial.

8 Desenvolvimento de Wladimir Granoff.

O ser interior: uma natureza não sensorial

Flávio Carvalho Ferraz

Resenha de Walter Trinca, *O ser interior na psicanálise: fundamentos, modelos e processos*. São Paulo: Vetor, 2007, 378 p.

A leitura do novo livro de Walter Trinca incita-nos a uma profunda reflexão sobre os métodos da produção do conhecimento próprios da psicanálise. E o curioso é que este não é o tema do livro! Ocorre que a maestria com que o autor enuncia sua teoria, centrada na sua experiência acumulada (experiência aqui com toda a polissemia que o termo comporta), nos conduz a pensar como tal criatividade conceitual foi se consolidando na carreira do pesquisador-analista.

O que em geral se concebe como objeto da teoria psicanalítica não raro comporta uma divisão de posições. *Grosso modo*, tais posições ora pendem para uma “psicopatologia”, com o eixo sintomatológico do discurso que essa modalidade comporta, ora fazem uma apologia da exclusividade da clínica *stricto sensu*, privilegiando a experiência da dupla analítica e desdenhando qualquer generalização psicopatológica que se faça no rumo da categorização. São confrontos epistemológicos que, na pena de muitos ana-

listas, aparecem como irreconciliáveis. Às vezes assistimos a um discurso psicanalítico que reserva o objeto da psicanálise, não sem uma certa razão, à metapsicologia do encontro analítico. O que é analítico, por excelência, situar-se-ia na dinâmica da transferência e da contratransferência, dos processos de continência, do impacto emocional mútuo etc. A singularidade irreduzível de cada análise, no campo da fala que se abre entre um analisando único e seu analista, teria um caráter “idiopático”¹ que, levado às últimas consequências, invalidaria qualquer aventura *psicopatológica* que se tentasse efetuar no campo teórico. Radicalizado este ponto de vista, então Freud sequer poderia ter falado em histeria ou em neurose obsessiva, visto que a psicanálise, repousando sobre o encontro idiopático, não poderia justapor duas ou mais viagens analíticas a fim de produzir um discurso categorial que se pretendesse generalizante.

Ora, sabemos à exaustão que tal posição não se sustenta na história da psicanálise. Entretanto, a posição que lhe é antagônica, a saber, a do discurso da psicopatologia, exatamente por situar-se na perigosa fronteira do discurso médico-psiquiátrico ou psicológico, corre o risco de desencaminhar-se em direção a um viés nosográfico que, uma vez predominante, afasta a pesquisa psicanalítica justamente da sua peculiaridade... analítica! Aqui a categorização pode arrefecer o ânimo do trabalho de produção de conhecimento propriamente psicanalítico, que é, então, a irreduzibilidade do encontro analítico para além da dinâmica interpessoal analisando-analista.

Por que digo tudo isso para falar do livro de Walter Trinca? Porque o autor, como ninguém, conhece as ciladas que a epistemologia e o método psicanalítico reservam ao pesquisador. Trinca reúne a qualidade de analista minucioso àquela de pesquisador experiente no âmbito da universidade. Enfrentou em toda a sua vida acadêmica o desafio de produzir conhecimento psicanalítico tanto pela via da dinâmica do encontro analítico (em seu ofício de analista e supervisor) como pela via da construção de

1 Expressão de Maurice Dayan.

Flávio Carvalho Ferraz é membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, onde leciona nos cursos de Psicanálise e de Psicossomática. Autor, entre outros livros, de *Perversão* (Casa do Psicólogo) e *A eternidade da maçã* (Escuta).

um corpo de conhecimentos (como professor e orientador) que pode, sim, afirmar algo sobre o sofrimento humano que não diga respeito a uma única análise, mas que generalize uma assertiva possível sobre, por exemplo, o fenômeno da fobia, ou qualquer outro que seja.

É assim que, neste livro, temos a convivência pacífica – mais que isso, complementar – de um discurso psicopatológico e do ofício da clínica. É admirável como o autor elege um operador-organizador de sua teoria – o “ser interior” –, eleva-o à condição de conceito e, perpassando-o pelas mais diversas formas do sofrimento humano (que são mais do que meras “categorias nosográficas”), explora-as e disseca-as, uma a uma, sob o crivo rigoroso de tal instrumento teórico. Das psiconeuroses às ditas patologias não-neuróticas, nada escapa à potência dessa lente.

O conceito de “ser interior” não é propriamente uma novidade neste livro: Trinca preparou seu caminho em trabalhos anteriores, nos quais preocupou-se em examinar não só a vida interior do analisando, mas também a do analista, com sua “arte interior”. O “ser interior”, muito bem delimitado conceitualmente, não coincide com o ego e nem com o *self*. Diferentemente deste, possui uma natureza não-sensorial. Como explica o autor, o “ser interior se refere ao que somos essencialmente em nossa existência original e primeira” (p. 33). Se é possível encontrar suas raízes conceituais, tanto verticais como oblíquas, em Freud, Klein, Winnicott e Bion, nada justificaria dizer que o “ser interior” é redutível a conceitos forjados por esses autores. E aqui entra um dado da erudição e da sensibilidade do autor: seu conceito deita raízes também na fenomenologia, fonte em que a psicanálise deixou de beber, razão pela qual tanto perdeu. Exceção para analistas como Isaias Melsohn, entre nós, e Christophe Dejours (citado no livro), na França, que souberam ouvir o que esta matriz do conhecimento poderia ajudar na compreensão da experiência psíquica, do contato consigo e com o mundo, da realização pela simbolização e da função expressiva.

A idéia de “ser interior”, enraizada que é na fenomenologia, vê-se liberada, já de saída, de qualquer atribuição que se lhe possa fazer de conceito “pesado”, aquele impotente diante das aporias do discurso psicológico, que fecha o campo e pode paralisar a investigação, em vez de manter aberta a receptividade, a disposição para o contato e para o conhecimento, ou seja, para a apreensão do singular e do novo. Os graus de contato com o “ser interior” e suas múltiplas variações e problemáticas vão servindo para que o autor explore um enorme número de estados psíquicos. O grau do envolvimento com a sensorialidade acompanha, no sentido inverso, o grau de contato com o ser interior. As perturbações psíquicas mais graves se ligam às turbulências produzidas pelo excessivo envolvimento com os resíduos sensoriais. No sentido contrário, isto é, na expansão da consciência, aparece a possibilidade de se experimentar a *imaterialidade*. Isso não deixa de nos lembrar da idéia freudiana da sublimação, em que a referência ao concreto dá espaço ao plano do ideal.

Para dissertar sobre os estados da alma com espetacular desenvoltura, Trinca não lança mão do objeto que se convencionou chamar “estudo de caso”, o qual muitos veem como única possibilidade do acesso ao conhecimento psicanalítico. E aí se descortina sua mestria: conciliar o máximo da potência clínica da escuta – certamente uma boa herança da psicanálise inglesa – que remanesce fenomenológica, uma vez que pautada pela pura experiência da subjetividade (a própria e a surgida no encontro), ao máximo do requinte *descritivo*. O que se desvela, portanto, nos bastidores do seu texto, é a presença de um autor que se faz analista e pesquisador de modo surpreendentemente natural. Seu raciocínio não traz cicatriz alguma que denuncie as fraturas epistemológicas às vezes presentes no universo dos autores psicanalistas, sejam os que caem na armadilha descritiva do sintoma, tomado como materialidade psicopatológica, sejam os que o virtualizam, fazendo surgir as figuras bizarras dos psicóticos sem alucinações nem delírios, dos perversos sem desvios etc.

Trinca não explicita a sua posição na contro-
vêrsia epistemológica: ele apenas toma sua posi-
ção e prossegue desfilando sua vasta experiência,
como aquele que conhece o caminho trilhado
como a própria palma da mão. Não que ele esteja
alheio, evidentemente, a esse universo explosivo.
O caso é que ele já se encontra em uma posição
de não mais precisar lançar mão do discurso pre-
ambular metodológico-acadêmico, seja por sua
experiência, seja por sua autoridade. Ou simples-
mente por elegância. Em termos de justificativas
teóricas preliminares, o que se vê no livro é ape-
nas a delimitação do conceito de “ser interior”, a
fim de que ele não se confunda com outras figu-
ras conceituais bastante conhecidas, mas tam-
bém a fim de garantir ao leitor a inteligibilidade
das articulações que virão na sequência.

O conceito de “ser interior” serve, assim, de fio
condutor para uma profunda viagem rumo ao que
se chama geralmente de “psíquico”. Como já dis-
se, na obra de Trinca não se o confunde com o *self*
nem com outras nomeações metapsicológicas cor-
rentes nas teorias psicanalíticas. É claro que uma
influência da psicanálise inglesa fica visível: a mão
de Melanie Klein ao fundo, mas particularmente
as de Bion e de Winnicott, mais de perto, ajudam-
no a dar forma a um conceito que privilegia a *inte-*
gração no campo de definição do “ser interior” que,
sem seu aspecto funcional, tem como pauta a *expe-*
riência psíquica, o contato com o si-mesmo. Por
isso o “ser interior” é como que o operador de um
discurso que é muito mais sobre *estados de alma* do
que sobre *categorias psicopatológicas*, e isso é um ele-
mento distintivo do trabalho de Trinca. Quando
vemos a série de estados que ele põe em discussão
(narcisismo, esquizoidia, depressão psicótica, ho-
mossexualidade, estados paranóides, fobias etc.),
podemos julgar que se tratará, efetivamente, de
um estudo da psicopatologia pela via sintomato-
lógica. Mas não! Eis aí o fio da navalha percorrido
pelo autor: seu operador não é o sintoma nem a
metapsicologia descritiva que lhe é peculiar, mas a
articulação entre a modalidade do sofrimento psi-
quico e a especificidade do contato com o “ser in-
terior”, que pode ser consciente, inconsciente ou

oclusivo. Esta sequência, que traz uma gradação da
possibilidade de acesso ao “ser interior” como nú-
cleo irreduzível da identidade, corresponderia aos
diversos graus da patologia. Claro que “conscien-
te” e “inconsciente”, nesse caso, não são tomados na
acepção freudiana do termo, mas referem-se à pos-
sibilidade de contato.

Walter Trinca nomeia os estados da alma
com termos retirados de diversas fontes, sejam
os da lavra propriamente psicanalítica, sejam os
provenientes de uma psicopatologia psiquiátrica.
E propõe um *quadro* sinótico em que a distância
do eu em relação ao ser interior vá marcando a
gravidade e a profundidade dos quadros psíqui-
cos descritos, no que chama de “escala de per-
turbações psíquicas”. Entretanto, justapõem-se a
esses termos aqueles mais distantes do discurs-
so científico corrente, seja psicanalítico ou psi-
cológico. Surgem no seu texto noções como as
de “silêncio interno”, “luz interior”, “memória es-
piritual”, experiência do “sagrado” etc. Trata-se
de estados do ser nomeados de forma puramen-
te metafórica! É neste contraste entre categorias
psicopatológicas pré-estabelecidas e estados de
alma poeticamente nomeados que percebemos
o trânsito do autor entre a ciência e a pura experi-
ência, que, no entanto, dobra-se à nomeação, à
palavra enriquecida que a designa.

É assim que o livro é finalizado pela aborda-
gem do não-patológico: os estados de consciência
de si ou de consciência expandida, quando então
o autor pode examinar, pelo ângulo da organi-
zação psíquica, o universo da arte, do símbolo e,
como não poderia deixar de ser, do sonho. Trin-
ca simplesmente nos desnorteia se supusermos
que vamos trilhar com ele o caminho do sinto-
ma como fiador de um discurso psicopatológico.
O que há de mais fenomenológico no ofício do
psicanalista – a abertura ao outro sem a conta-
minação de teorias esterilizantes – é, neste livro,
o avalista de um discurso que pode, sim, aspirar
à generalização, porquanto é em nome da *expe-*
riência (aqui algo como “autoconsciência”) que se
organizam os argumentos. Sem dúvida, feito re-
servado a quem pode ser um teórico-artista.

O *status* do pai na psicanálise

Um debate travado a partir da clínica contemporânea

Luiz A. Calmon Nabuco Lastória

Resenha de Jacques André e Catherine Chabert (orgs.), *O esquecimento do pai*. São Paulo: Edusp, 2008, 170 p.

Há três décadas, aproximadamente, verifica-se uma reconfiguração mais acentuada da instituição familiar no seio da sociedade. Obviamente não se trata de um fenômeno particular a um recorte temporal definido, nem tampouco facilmente delimitável. Novos padrões de relacionamentos intra e entre gerações foram se estabelecendo ao longo desse período, e novos hábitos se constituíram. O direito sacramentou a “união estável” entre casais em novas bases na legislação brasileira, além de assimilar conquistas reivindicadas por parcelas da sociedade civil organizada. Também nessas últimas três décadas o desenvolvimento tecnológico acelerado impactou profundamente o *ethos* cultural que nos abriga. Em meio ao turbilhão provocado por todas essas mutações, a posição emblemática do pai para a constituição psíquica dos sujeitos, a partir dos vínculos sociais que sustentam

Luiz A. Calmon Nabuco Lastória é doutor em Psicologia pela USP e professor da Pós-Graduação em Educação e do Curso de Psicologia da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Metodista de Piracicaba. Autor e coautor de diversos livros e artigos publicados em periódicos especializados no Brasil e no exterior, dentre os quais *Ética, estética e cotidiano* (1994) e *Psicologia sem ética: uma reflexão histórica e filosófica da psicologia* (2004), ambos publicados pela Ed. Unimep. Organizou os livros *Tecnologia, cultura e formação... ainda Auschwitz* (Cortez, 2003) e *Teoria crítica, ética e educação* (Unimep/Autores Associados, 2001).

o processo civilizatório em curso, nos salta à vista, e, sobretudo, ao olhar atento da psicanálise.

Com o intuito de renovar a urgente discussão acerca do *status* do pai no interior da perspectiva psicanalítica, contando com os valiosos e imprescindíveis subsídios compilados de situações clínicas, o Laboratório de Psicologia Clínica e de Psicopatologia da Universidade René-Descartes (Paris v) e o Centro de Estudos de Psicopatologia e Psicanálise da Universidade Denis-Diderot (Paris vii) organizaram em março de 2003 uma jornada científica sobre o tema “O esquecimento do pai”, sob a coordenação de Régine Waintrater. Os resultados desse evento ensejaram a organização de um livro por Jacques André e Catherine Chabert sob o mesmo título – *L’oubli du père* –, publicado na França pela *Petite Bibliothèque de Psychanalyse*. São esses resultados que, graças ao empenho e dedicação de um grupo de tradutores psicanalistas, dão-se ao conhecimento do leitor em língua portuguesa. Trata-se, sem sombra de dúvida, de uma importante contribuição para alimentar os debates sobre o tema junto ao público especializado, mas também junto a segmentos de outras áreas do conhecimento que buscam no manancial da psicanálise uma interlocução privilegiada.

Em seu artigo “A via do pai: uma segunda chance”, Catherine Chabert retoma o debate em torno da oposição entre a perspectiva psicanalítica de Freud, cuja ênfase recai sobre a figura do pai, e aquela traçada por Winnicott, cuja ênfase recai sobre a figura da mãe, sem deixar de extrair as consequências clínicas que se inscrevem no plano das relações de transferência. Ao “sustentar a ideia de uma sexualidade ‘freudiana’ presente do começo ao fim da vida”, a autora inquieta-se no decorrer de sua exposição com o “[...] ‘desaparecimento’ do pai do horizonte analítico”. E insiste na conservação da referência às figuras materna e paterna como condição para o entendimento dos múltiplos cenários fantasmáticos erigidos pela psique individual. Do contrário, sublinha C. Charbet, corre-se o risco de “dessexualizar” a própria teoria psicanalítica,

isto é, desconsiderar a importância capital da diferença anatômica entre os sexos, tal como fora vislumbrada por Freud, para a constituição de uma psicodinâmica efetiva em resposta ao enigma da diferença sexual que desafia desde muito cedo a criança. De outra parte, nos lembra que o esquecimento do pai no plano da teoria implica, em primeira instância, a manutenção de um sistema narcísico de referência. Exclusão de toda e qualquer diferença percebida como perturbadora da inunção com a totalidade e morbidez pulsional autoconservadora emergem como características decorrentes desse sistema. Ao desfechar seu argumento a propósito do confronto entre as perspectivas de Freud e Winnicott, a autora alude à “via do pai”, esse *tertius* que nos impele ao deslocamento, como “uma segunda chance” para desobstruir e encaminhar os processos de análise.

O segundo artigo, denominado “O apagar de um pai”, de Pierre Pachet, traz à reflexão as lembranças de um pai, reconstituídas ficticiamente pelo autor e publicadas como uma autobiografia sob o título *Autobiographie de mon père*. Ao “conceder a palavra” ao pai já falecido, animando-o mediante a construção de um personagem expresso em termos autobiográficos, o autor, ainda adolescente, lançou mão de um expediente literário para elaborar seu luto:

[...] dar-lhe vida ou gerá-lo de maneira quase mítica; dar-lhe uma sepultura dentro de mim, e, contudo visível: incorporá-lo em mim, ao mesmo tempo para tomar sua força e neutralizá-la; exercitar-me (como se praticaria uma autópsia), tirando proveito de seu desaparecimento, numa palavra viva, que ele não estaria mais lá para me impedir de tocar ou para reivindicar-lhe responsabilidade.

O grande mestre, pai iniciático, ou avalista de condutas que ainda subsiste em sua memória como imagem evanescente e atravessada pelo ato da criação literária mostra-se, ao mesmo, robusto e impotente contra a torrente de um tempo que condena suas lembranças às ruínas.

Assim, conclui P. Pachet, a função paterna na contemporaneidade, ainda que sua autoridade tenha sido corroída (mas não extinta), não deixa de interligar a herança do passado ao enigma do futuro, restando-lhe a obrigação de anunciar a ausência de uma concessão perpétua.

No artigo seguinte, “Terror e esquecimento: a literatura como resgate da figura do pai”, Janine Altounian serve-se também de um material autobiográfico. Seu objetivo é indicar o destino da estratégia de escamoteamento de momentos agônicos vividos pelo sujeito frente às atrocidades cometidas pelo terror, estratégia essa observável em narrativas literárias, “[...] na transmissão aos inconscientes que herdamos e contraem a dívida de uma escrita”. No fluxo geracional, argumenta J. Altounian, tal estratégia se repetirá sintomaticamente como um “aparente esquecimento” do terror; algo como um ato falho, que, no entanto, converte-se num ato “bem sucedido”. Remetendo-se a Freud, a autora nos lembra que o pai da psicanálise aproxima o ato de esquecer ao ato de deslocar um objeto de modo a posicioná-lo num lugar fugidivo à lembrança. E, acompanhando Michel de Certeau, para quem “[...] a escrita desempenha o papel de um rito de sepultamento”, assevera que alguns escritores, ao ressentirem “cruelmente a ausência de uma palavra que não pôde ser emitida”, oferecem-na por meio da literatura de modo a ensinar, num só movimento, o sepultamento dos mortos e a delimitação de um espaço subjetivo para os vivos. É aqui que a estratégia de escamoteamento, uma vez estetizada sob a forma de linguagem escrita, chega a produzir uma espécie de efeito balsâmico sobre os descendentes. Isso converte o trauma experimentado pelo escritor numa ausência muda a qual as crianças tendem a respeitar espontaneamente, por intuírem a mensagem ali implícita: a mensagem de um luto impossível.

O debate com a Escola Britânica é retomado por Régine Waintrater em “O *self* ainda tem um sexo?”. Tendo em vista a chamada psicologia do *self*, a autora lança a seguinte interrogação:

O lugar concedido à díade mãe-bebê significará aqui um abandono puro e simples da triangulação edípiana e uma relegação do pai, [...] uma teorização diferente das etapas do desenvolvimento psíquico, numa insistência sobre o que chamamos pré-edípiano, em referência ao Édipo clássico?.

Após examinar alguns conceitos capitais que alicerçam o legado de Freud como os de pulsão, narcisismo, complexo edípiano e angústia de castração em autores como Fairbairn, Winnicott e Kohut, aponta, mais uma vez, a dessexualização imputada à psicanálise por esses autores. Senão vejamos: “Mesmo o Édipo não chega a reintroduzir o sexual nessa teoria voluntariamente assexuada. O casal parental é um casal onde a diferença sexual não desempenha o papel central que desempenhava em Freud”. De outra parte, R. Waintrater procura refletir sobre as contribuições oriundas da psicologia do *self* no que se refere às relações de transferência no *setting* clínico. Para ilustrar seu ponto de vista, apresenta o caso de uma paciente diagnosticada como “estado-limite grave”, no qual

[...] as posições transferenciais sucessivas ocupadas pela terapeuta constituem o fio diretor que conduz a descoberta e à consequente elaboração da sexualidade infantil, pela redução progressiva da clivagem do objeto e do eu, que caracteriza esse tipo de patologia.

Já em “A construção do pai na clínica dos casos-limite”, Catherine Cyssau retoma o tema tratado nos artigos de P. Pachet e de J. Altounian ao indagar sobre as possibilidades de elaboração do luto a partir das diversas posições de ausência real do pai. O caso exposto pela autora enseja uma interessante reflexão acerca da “obra de sepultamento” – conceito criado por P. Férida –, como situação clínica autoengendrada, fundamentalmente, [...] “a partir da ressonância contratransferencial e dos ecos da transferência”. Também para C. Cyssau é pela via da “utilização do objeto”, no sentido winnicottiano, que se pode efetuar uma identificação primária quanto à fi-

gura paterna tanto para o paciente, quanto para o analista. No entanto, a autora esclarece que

[...] essa identificação, por ser primária, não está inscrita imemorialmente no passado, ela se atualiza na tessitura da transferência, por meio da repetição no presente, onde se torna o centro do “tratamento da alma” que funda a cura analítica.

Servindo-se da metáfora da “marionete” como objeto manipulável por movimentos finos, a autora ilustra o processo analítico de interpretação da transferência mediante o qual o próprio analista acha-se também implicado (contratransferência), ao identificar-se implicitamente com a coreografia executada pela marionete.

Martine Lamour, em “construir conjuntamente a paternidade: uma experiência de pesquisa, ação e formação na creche”, expõe um trabalho realizado junto a equipes profissionais de quatro creches vinculadas ao serviço de Proteção Maternal Infantil (PMI) da cidade de Paris, no sentido de: aprimorar o conhecimento sobre o processo da paternidade, sensibilizar as equipes em relação à importância das relações estabelecidas entre os pais e os bebês tendo em vista o acolhimento desses nos espaços das creches, e reconhecer a necessidade de um tempo de formação (continuada), incluído no tempo de trabalho das equipes, com o objetivo de integrar às práticas cotidianas o fenômeno da “paternagem”. Pois, desde dezembro de 1989, por determinação legal, as funções do PMI foram ampliadas devendo incorporar, além das mães e crianças, também os pais. Trata-se, portanto, de uma experiência de pesquisa e intervenção conjugadas em que seus proponentes procuraram apreender e problematizar o lugar do pai na cultura hodierna. E o fizeram a partir do contato empírico com o cotidiano de um serviço público de atendimento à população. Os resultados alcançados abarcam múltiplas questões em diferentes planos das relações sociais, como por exemplo: os estereótipos determinados pela divisão tradicional de trabalho entre os sexos e

que ainda orientam as condutas das profissionais atendentes nas creches, as implicações da sedução quando a díade atendente-mãe é substituída pela díade atendente-pai, e questões relativas à própria identidade sexual dos pais, bem como a posição desses no interior da família frente às alterações dos scripts que prescrevem novas condutas aos papéis sociais.

A interrogação sobre o tema, a partir de um índice extraído de um caso clínico, é efetuada por François Villa em “O esquecimento do pai: um desejo de permanecer eternamente filho”. Ao encerrar os telefonemas, um pai repetia sistematicamente: “Filho! Não nos esqueça!”. Mas, afinal, de quem se tratava? Esse “nos” latejou na consciência do filho sessões a fio. Foi então, perseguindo esse índice manifesto no transcorrer da análise, que F. Villa nos apresenta uma instigante digressão efetuada a partir da linguística de Benveniste, e da teorização freudiana acerca do pai. Sobretudo daquele que figura na “cena primitiva” e que se prolonga no complexo de Édipo. Longe de pensar a primazia de um dos gêneros na constituição dos processos psíquicos, F. Villa os toma em sua dilacerante conjugação na diferença, apontando para a admissão enigmática e amedrontadora da possibilidade do coito entre os pais nas representações infantis. Nesse caso, a súplica pelo não esquecimento daquele pai que subsumiu a sua própria paternidade num pronome “impessoal” – nos – revelaria o conflito psíquico de um homem que anseia por permanecer eternamente filho; conflito esse que se perpetua projetado na relação estabelecida com sua descendência. E conclui: “De fato o desejo de esquecer o pai não será senão o desejo de abolir o sexual”.

“George Perec. Salvar o pai” é o título do artigo de Anny Dayan Rosenman. A autora perscruta o destino da figura paterna na literatura de G. Perec, figura inscrita numa genealogia cuja transmissão viu-se acometida pela mais violenta e abrupta ruptura desencadeada pela *Shoah*. Contrastada com a figura da mãe que comparece na literatura perezquiana irremedia-

velmente vinculada à morte, e, portanto, à identidade judaica enlutada, a figura paterna, num primeiro momento, aparece delineada de modo impreciso e dissociada de toda e qualquer referência à origem. Preservada da catástrofe, e, portanto, da tragicidade histórica, a figura paterna ensinará a reconstituição do vínculo com a ancestralidade cultural, mediante a lei, a letra e a obra literária.

O livro desfecha com um pequeno fragmento intitulado “A escada”, de Jacques André, extraído do livro *L'imprévu*. Um filho se lança, repetidas vezes, do quinto degrau da escada no vazio em direção aos braços de seu pai. Emocionado, interroga-se o pai: de onde vem tal confiança que atesta, inquestionavelmente, seu amor refletido nos olhos de seu filho? J. André, recorrendo a Freud, nos lembra que o princípio da incerteza (a paternidade) elevou-se a um triunfo cultural edificado sobre uma “dedução” e um “postulado”, enquanto a maternidade permaneceu sob a evidência dos nossos sentidos. Logo, esse triunfo representa nada menos que “uma vitória da vida do espírito sobre a vida sensorial”, e, com essa vitória, o advento da própria teoria como objetivação cultural simbólica para além das certezas sensíveis. É também a incerteza, sublinha J. André, que acomete o pai ao pé da escada ao lhe impelir à escolha (antinatural) de amar o filho e de se responsabilizar pelo seu desejo.

Poderíamos retomar o sentido desse instigante fragmento escolhido para encerrar o livro conferindo-lhe uma espécie de linha de borda temática, a partir de uma colocação de W. Benjamin em seus escritos sobre o “Brinquedo e brincadeira”: “A obscura compulsão de repetição não é menos violenta nem menos astuta na brincadeira que no sexo”. Experiências profundas sempre retornam à cena, nos ensinou a psicanálise. E o desvencilhar do seu mau infinito cíclico, ao mesmo tempo que ensina a continuidade da produção cultural pela via da sublimação, também indica as vias dos processos de singularização possível em nível das biografias

individuais nos tratamentos clínicos. Em ambos os casos a remissão à figura paterna apresenta-se como um expediente incontornável até o momento. Os debates travados pelos partidários das diferentes interpretações da psicanálise quanto aos destinos históricos possíveis dessa figura emblemática encerram hoje uma demanda cuja intensidade parece aumentar na razão inversa do seu prestígio empírico na cultura contemporânea. Se a partir dos anos 60 muito se falou (e se praticou) a respeito da sociedade

sem pai, hoje nos parece imperativo renovar o debate em torno desse tema, especialmente se mantivermos em nosso horizonte os perigos de serialização massificante dos seres humanos engendrados por uma cultura *high tech*, de um lado, e pela esterilização da psicanálise em meio a uma sociedade cada vez mais medicalizada, de outro. A tradução para o português de *O esquecimento do pai*, organizado por Jacques André e Catherine Chabert, representa uma valiosa contribuição para a renovação desse debate.

Em defesa de uma certa porosidade

Elisabeth Antonelli

Resenha de Nahman Armony,
Borderline, uma outra normalidade.
Rio de Janeiro: Revinter, 1998, 177 p.

Certamente este é um livro indispensável para quem deseja se aprofundar na compreensão das assim chamadas “patologias do narcisismo”.

Embora demande fôlego e certa erudição do leitor, promove um outro olhar para o paciente difícil (*borderline, falso self* etc.) dos nossos tempos, trazendo à cena as descrições usualmente aplicadas para o diagnóstico diferencial e além disso mantém em foco o modo de comunicação própria desse tipo de patologia. Constitui-se uma referência para o pesquisador desse campo, descrevendo e revelando os assim chamados casos *borderline* como um modo de subjetivação possível, tanto em seus aspectos normais como patológicos.

O tema do livro vem ganhando terreno nas pesquisas psicanalíticas em virtude da necessidade, cada vez mais urgente, de aprofundarmos nossa compreensão acerca deste novo habitante

dos nossos consultórios: *paciente de difícil acesso, fronteiro, caso-limite* etc.

Segundo André Green¹, podemos afirmar que não temos mais um Édipo em busca da verdade, mas, sobretudo, um Hamlet em busca de si mesmo. E, nesse sentido, antes mesmo de rotulá-lo na nosografia habitual, poderíamos – e este é o convite deste livro – aproximarmo-nos desta forma de padecimento psíquico, entrando em contato com a sua espessura ontológica e seu pertencimento a este mundo não menos adoecido.

Um novo olhar em outra perspectiva.

Da tese de doutoramento de Nahman Armony intitulada *Identificação dual-porosa: emergência de um modo de comunicação*, defendida em maio de 1996 na ECO da UFRJ, resulta o livro *Borderline: uma outra normalidade*, objeto desta resenha. Nahman teceu um entrecruzamento entre Psicanálise e Comunicação.

Como ele mesmo informa, uma tese escrita em devir:

Um entrelaçamento de dois cuidados, duas preocupações, duas aflições: um referido à minha profissão de psicanalista e outro ao meu ser enquanto inserido em uma cultura, em uma sociedade e em um meio ambiente (p. 3).

Inserido no pós-modernismo, enfatizando a transdisciplinariedade, fazendo uso de todos os recursos possíveis – história, antropologia, filosofia etc. – o autor nos surpreende ao preparar cuidadosamente um ninho para as bodas da psicanálise e comunicação, ninho este que terá como novo habitante o “borderline” com sua própria forma de comunicação/relação/conhecimento.

A escrita e o pensamento de Nahman, descritos por ele mesmo como tendo se originado de uma prática psicanalítica, revelam-se eivados pelo padecimento e solicitações de seus pacientes

¹ “O protótipo mítico do paciente do nosso tempo já não é mais Édipo e sim Hamlet”, in A. Green, *Sobre a loucura pessoal*, Rio de Janeiro, Imago, 1988, p. 66.

Elisabeth Antonelli é psicóloga, psicanalista, mestre em Psicologia Clínica pela PUCSP, Membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, membro filiado do Instituto Durval Marcondes da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo, professora do COGAE/PUCSP.

borderline que serão objeto de seu estudo e reflexão. Ao deparar com a necessidade de uma comunicação verdadeira e viva, como é a exigência fundamental de pacientes psicóticos, o autor se debruça na questão dos processos de comunicação envolvidos e, ao se deter nesta questão, a positividade *borderline* se revela: para além da patologia, evidencia-se uma forma de subjetivação que, embora não afeita aos ditames do capitalismo, com sua exigência de produtividade, sob a égide das insígnias fálicas, pode contribuir, a partir da relação dual, com as questões que brotam sob a égide do matriarcado: sensibilidade infantil, a capacidade de identificação dual porosa, a apreensão conjuntiva, a empatia.

Na interface da psicanálise com a comunicação, o autor distingue três níveis de comunicação: relação de tarefa, relação de deposição e relação, diríamos, mista, de tarefa e de deposição. Segundo Nahman,

falar em comunicação é ao mesmo tempo falar de conhecimento, relação, em suma, é falar de subjetividade. Para permitir o desenvolvimento de uma forma de comunicação e relação que ficará em vigor durante seu tempo próprio de duração, o analista se coloca em disponibilidade para a identificação: neste estado, em que ele se torna o centro emissor/receptor de mensagem, em que ele possibilita o aparecimento dos desejos/temores/sentimentos/subjetividade do analisando, ele, o analista, pode perceber em um primeiro momento as grandes linhas de comunicação/relação, as grandes linhas da subjetividade que estão se estabelecendo (p. 30).

Desse modo, Nahmann vai estudar as identificações como campo privilegiado para as tentativas de compreensão e acesso às formas de comunicação expressivas, pouco afeitas ao campo da comunicação verbal.

Dos três níveis de comunicação, temos o neurótico, que estabelece uma relação de tarefa, o psicótico, que estabelece uma relação de deposição, e o *borderline*, fazendo uso simultâneo das duas modalidades de relação. Desse modo,

vai se caracterizando um tipo de funcionamento instável, que ora conhece as regras, ora não as segue, por impossibilidade de acesso às dimensões simbólicas, de modo estável.

A identificação dual – porosa é um conceito que brota particularmente da clínica desse tipo de paciente:

sujeito que carrega como memória da infância uma fome de identificações; fome semelhante à da criança que necessita de se identificar com adultos significativos para fabricar sua identidade. Quando as identificações falham ou são insuficientes, o ser humano cresce com as valências identificatórias abertas. O fator *borderline* da personalidade poderia ser pensado em conexão com as identificações insuficientemente realizadas (p. 84).

O autor chama a atenção para a criação de um conceito de identificação “que não mais se balize em um psiquismo individual, mas que seja puro movimento, pura criação contínua de dois seres em interação” (p. 63). Na identificação dual-porosa, não há retenção de identificações remodeladoras do ego mas uma permeabilidade das fronteiras que desfaz a configuração sujeito-objeto, transformando o espaço externo-interno em lugar de intimidade. Winnicott, com a noção de espaço potencial, fornece referência e apoio para as suas descobertas.

Borderline e espaço potencial

O tema do espaço potencial revela-se complexo até mesmo para o autor com quem mantive correspondência neste período. Para exemplificar, coloco uma de nossas conversas:

Prezada Elizabeth: há poucas horas falei da minha surpresa com a articulação entre espaço potencial e identificação dual-porosa. Pois agora estou surpreso com a minha surpresa, pois, sem dúvida, a relação dual-porosa só pode acontecer no espaço potencial. Duas pessoas ao mesmo tempo se reconhecem como

separadas – e é a isto que se refere o dual – e ao mesmo tempo estão intimamente ligadas pela porosidade de suas fronteiras pessoais que permite aos dois funcionarem como unidade. Existe, portanto, uma percepção objetiva do outro – objeto objetivamente percebido – e uma constante recriação subjetiva do outro através das trocas porosas. Esta mistura de objetivo e subjetivo se passa no espaço potencial, um espaço que é potência criativa do novo e do renovado. Tanto no subjetivo puro quanto no objetivo puro as coisas ficam paradas, não marcham, não mudam. A possibilidade de mudança não está nem no espaço subjetivo puro, nem no espaço objetivo puro, mas no espaço potencial onde continuamente se criam objetos e fenômenos transicionais.

O conceito de espaço potencial vai crescendo em importância na medida em que subsidia elementos que apontam para a comunicação intersubjetiva e o aporte ao social, tão caro ao projeto de Nahman, na busca de uma compreensão das contribuições propriamente humanas que o *borderline* traz. Continuo citando o autor:

Se a posição depressiva não é adequadamente alcançada, a capacidade de sentir culpa fica reduzida. O sujeito poderá se relacionar com o mundo através de recursos outros que não a culpa e reparação. Winnicott fala que o *borderline* usa uma sofisticada organização de defesa. Isso faz com que o *borderline* se relacione com a realidade externa e com o semelhante de um modo diferente do neurótico. Um modo onipotente, artístico; uma recriação mágica da realidade. Se essa recriação mágica estiver conectada com o mundo circundante teremos uma atividade criativa cujo *locus* é uma área intermediária (p. 63).

Embora a capacidade de sentir culpa fique reduzida, pode acontecer um esforço de reparação, mesmo que através da recriação mágica da realidade. Dizendo de outra forma, o paciente *borderline* mantém um contato razoável com a realidade e, em casos de progresso, consegue se aperceber como sujeito do próprio destino, mesmo que esse contato aconteça por frestas.

De uma normalidade de linhagem neurótica e uma normalidade de linhagem *borderline*

Para encerrar esta apresentação, esperando ter transmitido a complexidade do pensamento do autor, cumpre ressaltar a ênfase na compreensão de um modo *borderline* de funcionamento psíquico, bem como a importância da conceituação de uma identificação dual-porosa e de espaço potencial neste panorama.

Contrariamente a Nahman, Bergeret tem insistido na descrição de *momentos borderline* tais como traumatismos psíquicos atuais: passagens da vida, mudanças de país, passagem de estado civil etc. A instabilidade da personalidade se revelaria transitoriamente. Essa noção tem como inconveniente situar o *borderline* dentro da grande área dos transtornos de humor, o que resulta numa descaracterização, contribuindo para a geração de uma grande controvérsia sobre o estatuto dessa forma de padecimento.

Para Nahman, por outro lado, o que importa ressaltar é o que é próprio no funcionamento *borderline*, que ele passa a chamar de *borderline* brando, em contraposição ao *borderline* pesado (que pode apresentar surtos psicóticos episódicos) e situá-lo no esteio de uma civilização atual instável, permeável, na qual as formas de anomia transitam dia a dia com mais assiduidade. Com sua capacidade de identificação dual-porosa, abre passagem para formas de comunicação intersubjetiva para mais além da linguagem verbal.

Citando mais uma vez o autor, à guisa de encerramento:

De certa perspectiva, o *borderline* traz como restos/reliquias da infância mais arcaica uma insuficiência de identificações. Isso o conduz a uma busca de identificações alimentadoras mantendo-o aberto e poroso ao seu ambiente e às pessoas à sua volta... Esse *borderline* brando da psicanálise equivale ao homem pós-moderno dos sociólogos... Se fizer-

mos uma sobreposição do perfil do *borderline* e do homem pós-moderno, encontraremos características comuns... Este homem, tendo preservado/readquirido sua aptidão empática e sua capacidade para a identificação dual-porosa, mantém uma liberdade, flexibilidade e rapidez de deslocamento que lhe permite acompanhar a velocidade adquirida pelos acontecimentos na civilização pós-industrial... (p. 165).

Cabe ressaltar a ênfase colocada na velocidade dos acontecimentos da nossa civili-

zação, para buscar compreender o *borderline* como o fiel depositário desta herança sincopada de mundo, que vivemos contemporaneamente. O pertencimento de uma forma de padecimento em mutação em um mundo em constante mutação.

E cabe a nós, psicanalistas, aceitar o desafio dessa nova forma de padecimento, sem esquecer sua pertinência à dimensão social contemporânea.

Colaboradores deste número

Aida Ungier

Av. Henrique Dosworth, 180 cj. 602
22061-030 Rio de Janeiro RJ
Tel.: (21) 2287-9060 / 2239-4068
aidaungier@globo.com.

Alexandre Bebiano de Almeida

R. Agostinho Patarro, 175
13014-095 Campinas SP
Tel.: (19) 3325-2549 / (16) 8185-6651
bebiano@usp.com

Andréa Carvalho Mendes de Almeida

R. do Livramento, 67
04019-000 São Paulo SP
Tel.: (11) 3889-9406
andrea@construnet.com.br

Bela M. Sister

R. Maranhão, 584 cj. 42
01240-000 São Paulo SP
Tel.: (11) 3825-3470
belasister@terra.com.br

Benilton Bezerra Junior

R. Gustavo Sampaio, 223/402
22010-010 Rio de Janeiro RJ
Tel.: (21) 2259-7256
benilton@superig.com.br

Betty B. Fuks

Av. Rui Barbosa, 500 cj. 602
22250-020 Rio de Janeiro RJ
Tel.: (21) 2553-0180
betty.fuks@gmail.com

Cecília Luiza Montag Hirschzon

R. Carlos Sampaio, 158
01333-020 São Paulo SP
Tel.: (11) 3288-7654
cecilu@bol.com.br

Danielle Melanie Breyton

R. Prof. João Arruda, 53
05016-110 São Paulo SP
Tel.: (11) 3873-3457
danibreyton@gmail.com

Elisabeth Antonelli

R. Monte Alegre, 1418
05014-002 São Paulo SP
Tel.: (11) 3862-1703
bethantonelli@uol.com.br

Fernanda Sofio

R. Alcides Ricardini Neves, 12 cj. 1015
04575-050 São Paulo SP
Tel.: (11) 4102-1117
fernanda.sofio@gmail.com

Fernando Aguiar

R. Calafate, 79 cj. 204
88040-008 Florianópolis SC
Tel.: (48) 3333-5247
fabs@cfh.usc.br

Fernando de Andrade

Av. Epitácio Pessoa, 753 cj. 809
58030-904 João Pessoa PB
Tel./Fax: (83) 3244-8056
frazec@uol.com.br

Flávio Carvalho Ferraz

Rua João Moura, 647 / 121
05412-000 São Paulo SP
Tel.: (011) 3088-9606
ferrazf@uol.com.br

Gláucia Peixoto Dunley

R. Barão da Torre, 32B cj. 803
22411-000 Rio de Janeiro RJ
Tel.: (021) 2247-0155 / 9333-3707
glauciadunley@terra.com.br

Hélène Tessier

4686 Coolbrook
H3X2K6 Montreal Québec
Canadá
Tel.: (01.514) 486-7962
htessier@ustpaul.ca

Jean-Bertrand Pontalis

34, rue du Bac
7007 Paris

Janete Frochtengarten

R. Jericó, 255, cj. 117
05435-040 São Paulo SP
Tel.: (11) 3032-9033
janfro@terra.com.br

Leda Herrmann

R. Girassol, 34
05433-000 São Paulo SP
Tel.: (11) 3088-8123
herrmannf@globo.com

Lia Pitliuk

R. Paraguaçu, 196 cj. 141
05006-010 São Paulo SP
Tel.: (11) 3826-0989
lia8@uol.com.br

Luis Claudio Figueiredo

R. Alcides Pertiga, 65
05413-100 São Paulo SP
Tel.: (11) 3083 3731 / 3086 4016
lclaudio@netpoint.com.br

Luis Hornstein

Juan María Gutierrez, 3993/9. A
1425 Buenos Aires.
Tel.: (54-11) 4804-8911.
luishornstein@ciudad.com.ar

Luis Maia

R. Geraldo Mariz, 853
58042-060 João Pessoa PB
Tel.: (83) 3224-2504
luis.maia@uol.com

Luiz A. Calmon Nabuco Lastória

R. Benedito Vicente, 75
13403-852 Piracicaba SP
Tel.: (19) 3374-2926
lacamon@unimep.br

Marcelo Marques

106, Rue de Rennes
75006 Paris França
Tel.: (33 1) 4284-1004
marquesmarcelo@orange.fr

Maria de Lourdes Caleiro Costa

Av. Paulista, 549, cj. 5
01311-000 São Paulo SP
Tel.: (11) 3284-5963
lourdescosta@uol.com.br

Maria Elisa Pessoa Labaki

Rua Simão Álvares, 936
05417-020 São Paulo SP
Fone: (11) 3031-9764
mpessoa@uol.com.br

Maria Laurinda Ribeiro de Souza

Rua Honduras, 365
01428-000 São Paulo SP
Tel.: (11) 2773-2166
mlrsouza@uol.com.br

Maria Lucia Homem

R. Sepetiba, 1277
05052-000 São Paulo SP
Tel.: (11) 2129-8391
mlhomem@gmail.com

Marília Marra de Almeida

R. Francisco Correa Beraldo, 30
37550-000 Pouso Alegre MG
Tel.: (35) 3422-8721 / 8119-0622

Marion Minerbo

R. Alcides Pertiga, 78
05413-100 São Paulo SP
Tel.: (11) 3898-0074
marion.minerbo@terra.com.br

Nayra Cesaro Penha Ganhito

R. André Dreyfus, 390
01252-010- São Paulo SP
Tel.: (11) 3872-2560
nayracpg@ig.com.br

Nelson da Silva Junior

Av. Prof. Mello Moraes, 1721
05508-900 São Paulo SP
Tel.: (11) 3091-4184
nesj@terra.com.br

Renata Puliti

R. Ferreira de Araújo, 333
05428-000 São Paulo SP
Tel.: (11) 3816-7450
renatapuliti@uol.com.br

Sergio Telles

R. Maestro Cardim, 560 cj. 194
01323-000 São Paulo SP
Tel.: (11) 3283-5767
setelles@uol.com.br

Sérgio Zlotnic

R. Maranhão, 43 cj. 124
01240-001 São Paulo SP
Tel.: (11) 3256.0241

Silvio Hotimsky

R. Ilhéus, 135
01251-030 São Paulo SP
Tel.: (11) 3862-7743
silviahotimsky@hotmail.com

Susan Markuszower

R. Cristiano Viana, 441 cj. 65
05411-000 São Paulo SP
Tel.: (11) 3062-5224
susanmark@uol.com.br

Sylvia Loeb

Av. Albert Einstein, 686
05652-000 São Paulo SP
Tel.: (11) 3743-8638
loebisy@terra.com.br

Normas para envio de artigos e resenhas

A apresentação de trabalhos para publicação na Revista *Percurso* pressupõe o conhecimento prévio e a aceitação, por parte do articulista, das seguintes normas:

1. Os trabalhos enviados para publicação, sempre originais e inéditos, deverão ser antecedidos por uma página de rosto contendo:

- + o título e o nome do autor
- + sua qualificação
- + endereço (incluir CEP)
- + telefone (incluir DDD)
- + e-mail
- + um resumo de cinco linhas em português e inglês
- + até seis palavras-chave em português e inglês
- + número exato de caracteres do texto, com espaços
- + data de remessa.

2. A página de rosto é destacada quando o trabalho é remetido para avaliação, de modo a preservar, durante todo o processo, o sigilo quanto à identidade do autor. Portanto, para identificar de qual artigo se trata, o título deverá ser repetido na primeira página do texto.

3. Os trabalhos deverão ser entregues em seis cópias, pessoalmente ou por correio (sem SEDEX), à Coordenação Editorial de *Percurso*: Rua Amália de Noronha, 198, 05410-010 São Paulo. Não serão aceitos trabalhos enviados por e-mail.

4. Todos os trabalhos são analisados em detalhe pelo plenário da Comissão Editorial ou da Comissão Editorial de Resenhas, que poderão solicitar ao Conselho Científico Externo um ou mais pareceres. Uma vez aceito, um membro destas transmite ao autor eventuais recomendações para mudanças na forma ou no conteúdo, em particular – mas não só – a fim de o adequar aos padrões gráficos da revista.

5. É indispensável seguir os padrões gráficos utilizados por *Percurso*:

- + o que merecer destaque deve vir em itálico; não utilizar sublinhado nem negrito.
- + colocar intertítulos para facilitar a leitura.
- + palavras estrangeiras e títulos de livros mencionados no texto: estilo itálico, sem aspas.
- + títulos de artigos mencionados no texto: estilo normal, com aspas;
- + citações: entre aspas, com chamada de nota.

6. As notas deverão vir no rodapé da página em que figura a respectiva chamada, e ser numeradas consecutivamente

em algarismos arábicos. Podem ser explicativas ou bibliográficas; neste caso, seguir o formato europeu, como indicado abaixo:

a. **Nome do autor:** em ordem direta, com maiúsculas somente nas iniciais do nome e do sobrenome. Exemplos: S. Freud; M. Klein; D. W. Winnicott.

b. **Artigos e capítulos de livros:** título entre aspas, seguido do nome do livro em que aparecem, cidade, editora, ano de publicação e página citada, precedida apenas da letra “p.” Exemplo: N. Bleichmar e C. Bleichmar, “Os pós-kleinianos: discussão e comentário”, in *A Psicanálise depois de Freud*, Porto Alegre, Artes Médicas, 1994, p. 286. Caso se trate de uma revista ou periódico, colocar em itálico o nome da revista, indicando número ou volume, local de publicação, ano e página citada. Exemplo: R. Zygouris, “O olhar selvagem”, *Percurso* n. 11, São Paulo, 1993, p. 12. (Não se usa in antes do nome de um periódico).

c. **Livros:** título em itálico, cidade, editora, ano de publicação e página(s) citada(s). Exemplo: J. Greenberg e S. Mitchell, “Object Relations”, in *Psychoanalytic Theory*, Cambridge, Harvard University Press, 1993, p. 377 (ou: p. 377-378).

d. **Textos citados mais de uma vez:** a partir da segunda vez inclusive, colocar apenas nome do autor, a expressão *op. cit.* em itálico, e a página citada. Exemplos: R. Zygouris, *op. cit.*, p. 73; Bleichmar e Bleichmar, *op. cit.*, p. 289. Se entre a primeira e a segunda citação for citada OUTRA obra do mesmo autor, escolher uma forma simples de distinguir entre ambas. Exemplo: primeira citação, Marcia Neder Bacha, *A arte de formar*, Petrópolis, Vozes, 2002, p. 45; segunda citação, Marcia Neder Bacha, *Psicanálise e educação: laços refeitos*, São Paulo, Casa do Psicólogo, 1009; p. 70; terceira citação, Bacha, *Laços...*, p. 90; quarta citação, Bacha, *A arte...*, p. 134; quinta citação, Bacha, *A arte...*, p. 136; e assim sucessivamente.

e. **Referências bibliográficas:** ao final do trabalho, deverão constar as referências bibliográficas em ordem de sobrenome dos autores, seguidas pelos dados da obra. Exemplos: Mezan, R. *Interfaces da Psicanálise*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002; Levisky, D. *Um monge no divã*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

7. **Para resenhas:** título da resenha, seguido da expressão “Resenha de”, nome do autor, título da obra em itálico, cidade, editora, ano de publicação e número de páginas. Exemplo: Freud, o fio e o pávio – Resenha de Chaim Samuel Katz, *Freud e as psicoses: primeiros estudos*. Rio de Janeiro: Xenon, 1994, 274 p. O nome, qualificação, endereço, telefone e e-mail do resenhador devem vir no final do texto, seguindo

o solicitado no item 1 destas Normas. Colocar na página de rosto as palavras-chave da resenha: não é necessário apresentar resumo ou abstract.

8. Uma vez atendidas as recomendações das Comissões Editoriais, os trabalhos serão entregues no endereço acima, em disquete ou CD, no formato Word (.doc), acompanhados de uma cópia impressa.

9. O autor receberá cinco separatas do seu trabalho, além de um exemplar do número em que ele figura. Os trabalhos recusados não são devolvidos; o *copyright* dos aceitos pertence aos seus autores. Caso venham a ser publicados em coletâneas ou outros periódicos, inclusive eletrônicos, solicita-se mencionar que a primeira publicação se deu na Revista *Percurso*. Os autores declaram aceitar a divulgação de seus trabalhos no site da revista, www.uol.com.br/percurso.

Onde encontrar *Percurso*

Belém

Fox Video

Tr. Dr. Moraes, 584
Batista Campos
66035-080 Belém PA
Tel.: (91) 4008-0002

Lúcia Helena Silva Alves

Travessa Teófilo Conduru
Passagem 2 Américas, 16
Tel.: (91) 259.2431

Belo Horizonte

Livraria do Psicólogo

Rua Cuverlo, 132 Loja 27
Tel.: (32) 3273.5808

Campinas

Livros Neli

Rua Dr. Pelégio Lobo, 131
Guanabara
Fone/Fax: (19) 3243.7649

Fortaleza

Livraria da Lua

Av. Carapinima, 2200 Loja 121 B
Tel.: (85) 223.4336

Goiânia

Dimensão Editorial e Distribuidora

R. 1121, nº 249 – setor Marisa
Tel.: (62) 281.4135

Porto Alegre

Livraria Cultura

Av. Túlio de Rose, 85 loja 302
Tel.: (51) 3028-4033
gaalmeida@livrariacultura.com.br

São Paulo

Casa do Psicólogo

Rua Mourato Coelho, 1059
Tel.: (11) 3034.3600

FNAC Brasil – Paulista

Av. Paulista, 901
Tel.: (11) 2123-2000

FNAC Brasil – Pinheiros

Praça Omaguás, 34
Telefax: (11) 3815.1099 r. 271

Livraria Cortez

Rua Bartira, 317
Tel.: (11) 3873.7111

Livraria Cultura – Villa Lobos

Av. das Nações Unidas, 4777 loja 245
Tel.: (11) 3024-3599
ehnunez@livrariacultura.com.br

Livraria Cultura – Market Place

Av. Dr. Chucri Zaidan, 902 Loja 222
Tel.: (11) 3024-3599
ehnunez@livrariacultura.com.br

Livraria da Vila

R. Fradique Coutinho, 915
Tel.: (11) 3814-5811

Maura Books

Instituto Sedes Sapientiae
Rua Ministro de Godoy, 1484
Tel.: (11) 3873.2314 ramal 734

Livraria Moisés Limonad

Pós-Graduação PUC/SP
Rua Monte Alegre, 984
Tel.: 3871.2023

Livraria Pulsional

Rua Dr. Homem de Mello, 351
Telefax: (11) 3865.8950 / 3675.1190

Maura Book's

Rua José Gonçalves Gomide, 545
Tel.: (11) 6909.1959

Oriana Livros e Periódicos

Instituto de Psicologia USP
Av. Prof. Mello de Moraes, 1721 Bl. B
Tel.: (11) 3037.0874
orianalivros@hotmail.com

Resposta Editorial

R. Texas, 658
Tel.: (11) 5044-7565

Sorocaba

Veronika Martins Hoffmann

Av. Presidente Kennedy, 316
Jardim Paulistano
Tel.: (15) 3417-2014
wmhoffmann@terra.com.br

Uberaba

Ilcéa Borba Marquez

Rua Alfen Paixão, 599
Mercês
Tel.: (34) 3312.7761

Para assinar *Percurso*

- **Assinatura anual:** R\$ 110,00 (dois números)
- Por telefone:** ligue para (011) 3816-3780, das 8:00 às 21:00, de segunda a sexta-feira. Você receberá uma ficha de compensação, que poderá ser paga em qualquer agência bancária.
- Por cartão:** ligue para (011) 3816-3780, nos mesmos horários. Tenha em mãos o número de seu cartão. Aceitamos Mastercard, Visa e American Express.
- Por cheque:** envie seus dados pessoais e cheque nominal para
Revista Percurso
a/c Setor de Assinaturas
R. Paulistânia, 593
05440-000 São Paulo SP

Autorização para assinar *Percurso* por cartão de crédito

NOME: _____	DATA: ____/____/____
ENDEREÇO: _____	
CEP: _____	CIDADE: _____ ESTADO: _____
TELEFONE RES.: () _____	COM.: () _____
CIC: _____	RG: _____
E-MAIL: _____	
Mastercard: nº <input type="text"/>	val.: <input type="text"/> / <input type="text"/>
Visa: nº <input type="text"/>	val.: <input type="text"/> / <input type="text"/>
AmEx: nº <input type="text"/>	val.: <input type="text"/> / <input type="text"/>
Quantidade de Parcelas: <input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 5	

Remeta este cupom por fax ou ligue, informando seus dados, para:

REVISTA PERCURSO – SETOR DE ASSINATURAS
R. Paulistânia, 593
05440-000 São Paulo
Tel.: (11) 3816-3780/3816-1137

Você também pode nos enviar um e-mail (percurso@uol.com.br) autorizando-nos a debitar em seu cartão o valor da assinatura. Neste caso, seu cadastro será feito pelo telefone. Por favor, tenha em mãos os documentos necessários.

Impresso em Aparecida SP, em julho de 2009
no parque gráfico da Editora Santuário